COMPÊNDIO
DE
HISTÓRIA DA IGREJA

POR

FREI DAGOBERTO ROMAG, O. F. M.
LENTE GERAL DE HISTÓRIA ECLESIASTICA

VOLUME II

A IDADE MÉDIA

I M P R I M A T U R
POR COMISSÃO ESPECIAL DO EXMO.
E REVMO. SR. DOM MANUEL PEDRO
DA CUNHA CINTRA, BISPO DE PE-
TRÓPOLIS. FR. LAURO OSTERMANN
O. F. M. PETRÓPOLIS, 12-3-1950.

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO

O primeiro volume da *História da Igreja* já tomou o seu caminho pelo Brasil. E teve aceitação mais benévola do que eu ousava esperar. De diversas partes me foram enviadas cartas de felicitações. Agradeço a Deus pelo bem que se dignou de fazer por meu intermédio.

Não obstante os animadores elogios que foram feitos, tenho ainda a convicção de não poder apresentar um compêndio perfeito. E, por isso, com sincero agradecimento aceitarei, como já aceitei, uma crítica bem intencionada. Já este segundo volume apresenta algumas melhorações.

Tinha a intenção de ajuntar um índice alfabético ao último volume da obra. Atendendo, porém, a diversos pedidos resolvi dar a cada volume tal índice. Pelo mesmo motivo faço seguir a este volume um elenco dos papas, dos príncipes reinantes e dos concílios da idade média.

Houve, nos últimos anos passados, certa tendência de acentuar, na historiografia, o ponto de vista filosófico. Assim Lortz nos apresentou a sua história da Igreja como história das idéias. Eu sou sincero admirador desta historiografia. Todavia, tal história não serve para compêndio aos estudantes de teologia. Um compêndio não pode abstrair dos fatos multíplices da história. Estes fatos, é verdade, devem ser apresentados com grande restrição, mas também com abundância suficiente para permitirem uma apreciação exata e justa e para servirem de uma verdadeira síntese histórica.

Talvez me digam que a abundância do material é demasiado grande para um simples manual. Respondo com um dos melhores historiadores dos nossos tempos, Bihlmeyer, que um compêndio muito reduzido inclui o perigo

de um estudo mecânico e que, no entanto, o estudante da teologia deve estar nas condições de fazer uma idéia certa e justa da história, só pela leitura do manual. Este, naturalmente, não pretende dispensar da explicação do lente. Muito pelo contrário; o lente tem de dar vida à letra, e concede-se-lhe, portanto, grande liberdade nas suas preleções.

Além disso, o compêndio é destinado também para outros leitores e não pode, portanto, contentar-se com alguns poucos fatos, nem com a simples reflexão de uma história de idéias sem a necessária base de fatos. Espero ter conservado um meio termo feliz entre os dois extremos.

Assim entrego, com a graça de Deus, este segundo volume aos estudantes de teologia e ao benévolo público, esperando contribuir à honra de Deus, à glória da santa Igreja e ao bem espiritual da grande e católica pátria brasileira, que católica há de ser sempre, se quiser ficar preservada dos cataclismas horrendos que, nestes dias tempestuosos, agitam a velha Europa.

Curitiba, Festa do Doutor Seráfico S. Boaventura, 14 Julho de 1940.

PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO

Como o primeiro volume deste Compêndio, assim também o segundo reclamava, desde algum tempo para cá, uma segunda edição. Como naquele, assim também neste, alguns capítulos passaram por uma transformação, que estudos e exigências recentes tornaram necessárias. Não foi possível aceitar certas insinuações, despojadas de crítica sã, que de nada serviriam à verdade. Mas, respeitamos a moderação e o carinho, com que outros escrevem a sua história e expõem os seus argumentos. Modificamos também, de vez em quando, a citação das fontes, omitindo umas, porque não as temos mais à mão, e indicando outras, porque são mais fáceis a consultar. Servir à verdade e promover a glória de Deus e da santa Igreja é nosso único desejo.

Petrópolis, Festa de S. Antônio, 1949.

ABREVIAÇÕES MAIS FREQUENTES

AASS — Acta Sanctorum, ed. Bollandus et socii
AF — Analecta Franciscana
AFH — Archivum Franciscanum Historicum
Alzog — Alzog, História universal da Igreja, trad. por J. A. de Freitas, 4 vol.
Anal. Bol. — Analecta Bolandiana
Baron., Annal. — Baronii, Annales Ecclesiastici, Antuerpiae
BR — Bullarium Romanum, ed. Taurinensis
Buchberger (LThK) — Buchberger, Lexikon fuer Theologie und Kirche
CG — Hefele, Conciliengeschichte
Decr. Grat. — Decretum Gratiani, ed. Venetiis 1584
Denz.-Bannw. — Denzinger et Bannwart, Enchiridion symbolorum, definitionum et declarationum de rebus fidei et morum, ed. 14ª — 15ª (Umberg)
Franz. Stud. — Franziskanische Studien
Funk, AU — Funk, Kirchengeschichtliche Abhandlungen und Untersuchungen
FB — Bihlmeyer, Kirchengeschichte auf Grund des Lehrbuches von Funk neubearbeitet, 3 vol.
HE — História Eclesiástica
HK — Hergenroether, Handbuch der allgemeinen Kirchengeschichte, 4 vol. ed. Kirsch
Karrer — Karrer, Textgeschichte der Mystik
Lortz — Lortz, Geschichte der Kirche
LP — Liber Pontificalis, ed. Duchesne
LThK — Buchberger, Lexikon fuer Theologie und Kirche
Mansi — Mansi, Sacrorum conciliorum nova et amplissima collectio (cfr. § 3)

Maurois — Maurois, História da Inglaterra, trad. por C. Domingues, Rio de Janeiro
MG — Monumenta Germanica (EE — Epistulae; SS — Scriptores)
MQ — Mirbt, Quellen zur Geschichte des Papsttums und des roemischen Katholizismus, 5ª ed., Tübingen 1934.
Pastor — Pastor, Geschichte der Paepste seit dem Ausgang des Mittelalters
PG — Migne, Patrologiae cursus completus, Series Graeca
PL — Migne, Patrologiae cursus completus, Series Latina
Rayn., Annal. — Raynaldi, Continuatio annalium C. Baronii, Coloniae Agrippinae
Reg. Greg. — Registrum Gregorii VII, ed. Jaffé
ST — Silva-Tarouca, Fontes historiae ecclesiasticae medii aevi I. Romae 1930.
StML — Stimmen von Maria Laach
StZ — Stimmen der Zeit

A IDADE MÉDIA

PRIMEIRA ÉPOCA

A IDADE MÉDIA PRIMITIVA

DESDE A MIGRAÇAO DOS POVOS ATE' GREGÓRIO VII. — A IGREJA MESTRA DO OCIDENTE

Vista Geral

1. A idade média se distingue da antiguidade sob diversos pontos de vista. O **ambiente** histórico da antiguidade havia sido o oriente e os países do Mediterrâneo. A migração dos povos, o maometanismo e o cisma oriental criaram um ambiente inteiramente novo e mais estreito. Os povos germânicos aparecem como atores principais no palco da história, destroem o império ocidental. O mundo germânico-romano, formado pela união daqueles povos com os elementos antigos, na Europa central e ocidental, torna-se campo principal da atividade da Igreja.

2. Esta **atividade,** por sua vez, também é outra. Na antiguidade, a Igreja, pequeno grão de mostarda, teve que enfrentar uma cultura elevada, ou antes três culturas perfeitamente desenvolvidas, a cultura judaica, grega e romana. À Igreja nascente coube a difícil missão de purificá-las dos elementos que não eram de Deus, transformando a sociedade segundo os princípios cristãos. Na idade média, a Igreja florescente encontra os novos povos germânicos e eslavos que, se bem não desprovidos de toda cultura, tinham-na, no entanto, muito inferior.

Embora o nível cultural da Igreja tivesse descido um tanto da sua altura primitiva, pelo fim da antiguidade, to-

davia, as suas forças espirituais eram suficientes para realizar a sua missão. Santo Agostinho colhera toda a cultura antiga, e a Igreja não tinha senão de fazer dela, como de fato o fez, a base da nova idade. Converter e educar os povos medievais *por meio* daquela herança, formar e organizar os Estados, que logo se revestiram de caráter cristão, criar entre eles nova cultura, eis a missão da Igreja medieval.

3. Finalmente é diferente também o **sucesso** obtido. O que a Igreja não conseguira perfeitamente na antiguidade, a compenetração completa da sociedade pelas idéias cristãs, a mútua compenetração do elemento espiritual e secular, de Igreja e Estado, conforme as intenções divinas, conseguiu-o na idade média.

Carlos Magno criou *um novo império*, baseado nas tradições antigas. Depois de uma rápida decadência do império carlovíngio, Otão Magno restaurou-o no século X, como império romano da nação germânica, império este, que, em harmonia íntima com o papado, determinou o curso da história mundial nos séculos seguintes. Nesta união, a *Igreja é o elemento primário. Ela é a mestra das nações.* E neste fato se baseiam os *princípios* espirituais da idade média: o universalismo, isto é, a uniformidade de toda a vida religioso-espiritual, o objetivismo, isto é, o espírito da fé eclesiástica, e, por necessidade de circunstâncias, o clericalismo, pois o clero era, no princípio da idade média, depositário único dos fatores culturais.

4. Mas esta idade tem também seus lados obscuros. A par do espírito de fé e santidade, aparece entre os povos ocidentais o espírito de crueldade, de crimes horrendos. A Igreja, depois de ter *educado os povos*, é por estes seus filhos ingratamente rebaixada à condição de escrava. O papado torna-se, às vezes, instrumento de famílias poderosas. A Igreja oriental é ameaçada na sua existência pelo islamismo e inteiramente dilacerada pelas heresias. Agravaram-se, além disso, as hostilidades entre a Igreja latina e grega, que levaram finalmente ao cisma duradouro.

CAPITULO I

CONVERSÃO DOS POVOS GERMÂNICOS E ESLAVOS

§ 63. O cristianismo entre os povos germânicos durante a migração

5. O começo da idade média foi para a *Europa ocidental* um período de guerras, devastações e retrocessos da civilização. "Quando uma sociedade se abisma, diz Balmes, *nada há tão* justo como que a salve quem a possa salvar. Ora sòmente a Igreja *podia salvar*, então, a sociedade". E, de fato, a Igreja salvou o mundo *antigo*, *feito* em pedaços pelos golpes da migração dos povos; foi ela quem *abrandou* a selvageria dos costumes e uniu os diversos elementos *heterogêneos* que se debatiam entre si.

6. Bárbaros se chamam aqueles povos. Mas não lhes faltavam magníficas virtudes, religião e certo grau de cultura. Quase todos tinham comuns as três divindades principais, Ziu, Donar ou *Tor* e *Vodan* ou Odin. Mas, pelas muitas aflições sofridas e pelo *afastamento das suas* sedes primitivas, como também pelo contato com outras *religiões* e culturas, esqueceram-se, mais e mais, das antigas crenças, *ofuscadas* pelas superstições. Como todos os povos antigos, sentiram a *insuficiência* das *suas* crenças, que por isso quase sem resistência cederam *ao cristianismo*. Prepararam-lhe o caminho também as virtudes tão *altamente apreciadas* por Tácito na sua *Germânia*, o amor da família, a pureza dos costumes, o respeito pela mulher, a obediência às leis e aos *chefes*, que *fazia* com que fosse suficiente, às vezes, o batismo dos chefes *para converter-se* toda uma nação. Infelizmente, muitos deles vieram a *conhecer* o cristianismo pela forma do arianismo. Daí resultaram as *muitas lutas* da Igreja contra a heresia, quando no império ela estava *derrotada*, desde muito.

7. Já desde séculos, os povos germânicos ameaçavam as *fronteiras* do império romano. A fraqueza sempre crescente deste, a *infiltração* contínua de numerosos bárbaros no seio do exército, o espírito de *aventuras*, a necessidade e a ambição de apoderar-se das belas regiões *do oeste* e do sul da Europa, excitavam-nos a penetrar nas províncias *do im-*

pério. Foram contidos ainda até ao fim do século IV. Mas, com a morte de Teodósio Magno (395), a onda devastadora quebrou todas as barreiras.

8. Foram os **hunos** que puseram em movimento todo o mundo bárbaro. Obrigados pela fome, abandonaram o planalto da Ásia central, subjugaram primeiro os alanos (375) e ostrogodos, e *impeliram os visigodos para o sul* do Danúbio. Átila, o "Flagelo de Deus", que desde 434 os chefiava, atacou o império oriental, ao qual impôs pesado tributo. Mas a enérgica linguagem de Marciano desviou-o para o ocidente. Nas margens do Danúbio fixou a sua residência. Daí fazia suas excursões militares para o norte, sul e oeste.

À frente de 600.000 hunos atravessou o Reno, saqueou Strassburgo, Mogúncia, Treves, Metz e Reims. Paris foi salva pelas orações de santa Genoveva. Orleans resistiu a um cerco de cinco meses, e deu assim tempo ao general Aécio de reunir os francos de Meroveu, os visigodos de Teodorico I e os burguinhões. Feriu-se, assim, em 451, a terrível batalha dos campos Cataláunicos, que obrigou os hunos a retirar-se para a Panônia.

Átila, mais furioso do que nunca, apareceu, no ano seguinte, no norte da Itália, destruiu Aquiléia, cujos habitantes fugiram para as lagunas do Adriático, fundando a cidade de Veneza, *incendiou Milão, Pavia e Verona*, e marchou contra Roma, quando lhe foi ao encontro Leão Magno. O aspecto majestoso do Pontífice, a sua palavra grave e eloquente subjugaram o chefe huno, que se retirou para o Danúbio. Morto o grande guerreiro (453), desapareceu da história o seu império.

9. Os **godos** vieram da Escandinávia, estabeleceram-se às margens do Baixo-Danúbio e do Mar Negro, onde se encontram desde o século III, dividindo-se ali em dois ramos, *visigodos e ostrogodos.* Pelos cristãos que habitavam nesta regiões, e por prisioneiros romanos vieram a conhecer o cristianismo. Ao concílio de Nicéia já assistiu o bispo godo Teófilo da Criméia. O apóstolo dos godos é, porém, o bispo **Úlfila** († 383). Em Constantinopla veio a conhecer o cristianismo, foi batizado e sagrado bispo por Eusébio de Constantinopla. Trabalhou com êxito entre os

visigodos, e *para eles* traduziu a bíblia, primeiro monumento da prosa germânica.

Quando pelos meados *do século* IV, o rei Atanarico começou a perseguir os cristãos, Úlfila *com Fritiger*, chefe cristão, e grande parte do povo, fugiram para o império romano. Pouco depois, aproximando-se Átila à frente das suas hordas, *todo o* povo dos visigodos pediu e obteve asilo no império. Valente lhes *concedeu* as duas Mésias sob a condição de abraçarem a fé *ariana. Como*, porém, os romanos não cumprissem as suas promessas, *derrotaram os visigodos* o exército de Valente e assassinaram o imperador *na batalha* de Adrianopla (378); Theod., HE 4, 36-37). Teodósio *Magno os admitiu* como aliados no organismo do império. Mas os seus *esforços de os converter* ao catolicismo não surtiram o desejado efeito. *Continuaram a professar* a fórmula dos homeus, que Úlfila assinara em 360.

10. Depois de um breve *período de paz* entre os visigodos e Teodósio Magno, o jovem Alarico *pegou, de novo,* em armas, devastando a Macedônia e a Grécia. A conselhos de Rufino, ministro de Arcádio, dirigiu-se, mais tarde, à Itália, *conquistou* quase todo o vale do Pó e, quando Honório proscreveu todos *os bárbaros* na Itália, Alarico acudiu furioso. Três vezes cercou a cidade *de Roma*, apoderou-se dela e a entregou ao saque (410). Alarico pouco *tempo* sobreviveu à vitória.

Ataulfo (410-15) fez as pazes com Honório e, recebendo Plácida, *irmã de Honório*, por esposa, prometeu expulsar das Gálias e da *Espanha outros* invasores. Expulsou-os, de fato, ao menos em parte, e fundou *na Catalunha* o reino visogótico, sendo Barcelona primeira capital. Vália, que lhe sucedeu, exterminou os alanos, bateu os suevos e *vândalos* e em paga obteve de Honório o sul das Gálias. *A capital foi transferida* para Tolosa. Nos princípios do século VI foram, *porém, rechaçados* pelos francos para aquém dos Pirineus, sendo desde *então Toledo* a sua capital.

11. *Sendo os visigodos* arianos fanáticos, oprimiam a população católica, *especialmente no* reinado de Eurico (466-84), seu legislador. Um século depois, *Leovigildo* (569-86) submeteu à sua dominação também o reino dos *suevos*, ficando, portanto, senhor de toda a península. Começou uma

violentíssima perseguição do catolicismo. Condenou à morte até o próprio filho Hermenegildo. Mas Recaredo (586-601), seu segundo filho e sucessor, abraçou igualmente o catolicismo que, no sínodo de Toledo (589), foi proclamado religião do Estado. Apoiada pelo papa Gregório Magno e promovida pela atividade dos irmãos-bispos Leandro de Sevilha († 599), Fulgêncio de Astigi († 616) e Isidoro de Sevilha († 636), a Igreja da Espanha atingiu um admirável florescimento. Infelizmente alastrou-se, pela volta do século VII, a dissolução dos costumes pela alta sociedade. Rivalidades enfraqueceram o governo. O último rei Rodrigo foi derrotado pelos árabes, na batalha de Xeres de la Frontera (711).

12. Passando pelas Gálias, os visigodos encontraram outros povos a procurarem novas sedes. Das praias do Báltico haviam vindo os **suevos,** arrastando consigo os burguinhões e os vândalos. Chefiados por Radagásio, invadiram a Itália e chegaram até Florença. Nos rochedos de Fiésole, lhes pôs um alto o valente general Estilicão (406). Dirigiram-se então para as Gálias, de onde os suevos e vândalos se precipitaram sobre a Espanha (409). Hermenerico fundou na Lusitânia o reino dos suevos (419), sendo Braga a capital. Pelos meados do século V, converteram-se ao catolicismo. Mas, pelo casamento do rei Remismundo com uma princesa visigótica, passaram ao arianismo. O rei Cararico (550-59) voltou, no entanto, ao catolicismo. S. Martinho, arcebispo de Braga († 580), desenvolveu uma benéfica atividade. A sua pregação foi tão bem sucedida, que no sínodo de Braga (563) o catolicismo foi proclamado religião do Estado. Mas, desde a conquista do reino por Leovigildo (585), participaram os suevos da sorte dos visigodos (Isid. Hisp., De reg. goth.).

13. Os **vândalos,** arianos já antes de deixarem as suas antigas sedes na Polônia, foram, depois de terem assolado a Espanha, rechaçados por Vália, para o vale do Guadalquivir. Ali fixaram-se, e a região recebeu o nome de Vandaluzia ou Andaluzia. Em 429, aceitaram o convite do conde Bonifácio, governador da África, que desejava desforrar-se de um pretenso insulto da corte imperial. Sob o comando de Genserico (427-77) passaram o estreito de Gibraltar. Bonifácio, arrependido, pretendeu em vão opor-se. Foi vencido

e encerrou-se em Hipona. O bispo da cidade, S. Agostinho, sustentou os ânimos, mas faleceu durante o sítio. Hipona sucumbiu (431). Genserico apoderou-se ainda de Cartago (439) e de todo o norte da África, e organizou as suas conquistas de um modo durável. Construiu uma frota, tirou aos romanos a Sicília, a Sardenha, a Córsega e as Baleares, e tornou-se terror do Mediterrâneo e da própria Roma. Querendo a imperatriz Eudóxia vingar o assassínio de seu marido Valentiniano III, chamou a Genserico para a Itália. O terrível chefe subiu o Tibre, entrou em Roma e entregou a cidade ao saque, poupando, a pedido de Leão Magno, só a vida dos cidadãos. Genserico reinou ainda mais de vinte anos, objeto de espanto para o ocidente e o oriente. Perseguiu com crueldade inaudita os católicos, particularmente o clero e a nobreza. O bispo Quodvultdeus e muitos sacerdotes foram desterrados ou escravizados (Vict. Vit., Hist. pers. 1).

14. Hunerico (477-84) mostrou-se, a princípio, mais tolerante. Refloresceu o catolicismo graças à autoridade do bispo Eugênio de Cartago. Mas, incitado pelo bispo ariano Cerila, o rei recomeçou a perseguir a Igreja com igual crueldade como o pai. Aos católicos de Típasa foram cortadas as línguas, continuando eles todavia a falar (Cod. Just. 1, 27). Mais de 300 bispos e inúmeros fiéis foram desterrados (Vict. Vit., Hist. pers. 2-3). Guntamundo (484-96) mudou de conduta a favor dos católicos. Mas já Trasimundo (496-523) lhes fechou de novo as igrejas e expulsou sessenta bispos, entre eles Fulgêncio de Ruspe. Sucedeu-lhe o tolerante Hilderico (523-30) e a este o fanático Gelimero (530-34). Mas este não teve mais tempo para realizar os seus nefandos planos. O reino, já enfraquecido por discórdias e pela heresia, não logrou resistir a Belisário, general de Justiniano I, que se apoderou de Cartago (534). E, levando Gelimero ao desterro, reuniu a província da África ao império oriental. Pelo fim do século VII, os árabes conquistaram o país e suprimiram, de todo, o cristianismo.

15. Os **burguinhões** passaram, pelo fim do século IV, o Reno, estabelecendo-se nas visinhanças de Vormácia. Aceitaram ali a religião católica (Socr., HE 7, 30; Oros., Hist. 7, 32). Vencidos pelos hunos (436), seguiram para as margens do Ródano, onde fundaram um reino poderoso. Devi-

do às relações com os visigodos, a família real e uma parte do povo passaram então ao arianismo, sem cair, porém, no fanatismo dos outros povos arianos. Pela pregação do bispo Avito († 525) e a subida ao trono de Sigismundo, filho católico de Gondobaldo, voltou o povo ao seio da Igreja. A sua conversão foi selada pelo sínodo de Epaon em 517 (Avit. Vien., Opera PL 59). Mas, pretendendo vingar a morte de Chilperico II, pai de Clotilde, levada a efeito por Gondobaldo, os filhos de Clóvis subjugaram o país. Desapareceram então os últimos restos do arianismo.

16. Deste modo, província por província passou a ser domínio dos povos germânicos. Na Itália, o imperador Honório pôde fazer frente aos invasores, enquanto tinha a seu lado o general Estilicão. Mas, depois de o ter condenado à morte, Roma não estava mais segura. Alarico e Genserico saquearam a cidade. Depois da morte de Valentiniano III (455), seguiram-se no trono nove imperadores, que não tinham a menor sombra de poder. O último teve, por ironia da sorte, o nome do primeiro rei e do primeiro imperador, Rômulo Augústulo. Um ano depois da sua proclamação, os **hérulos,** que depois da morte de Átila habitavam a província de Nóricum, fazendo parte das tropas do império, ergueram a bandeira da revolta, obrigaram-no a abdicar e proclamaram rei da Itália o seu chefe Odoacro (476), acabando assim de vez com o império ocidental.

17 a. O reino dos hérulos foi, porém, de pouca duração. Nem sequer dois decênios haviam passado, quando os **ostrogodos** deixaram a Panônia, que depois da morte de Átila tinham escolhido para sua séde. O jovem rei Teodorico Magno (471-526) resolveu, excitado por seus guerreiros e aconselhado pelo imperador Zenão, expulsar Odoacro. Venceu os hérulos e ordenou assassinar o seu chefe. Submeteu, em breve, toda a Itália e tomou o título de rei da Itália (493). Por meio de guerras felizes e hábeis alianças de famílias estendeu o seu domínio desde Sírmio até à Provença, desde a Récia até à Sicília. Governou com rara habilidade, fazendo prosperar o seu reino. Vestiu a púrpura e conservou os títulos honoríficos que tão caros eram aos romanos. Fez construir igrejas e palácios e, embora analfabeto, protegeu as artes e as ciências, atraindo à sua corte homens eruditos. Escolheu por seu primeiro ministro o sábio Cassiodoro. Para amenizar as relações entre vencidos e vencedores e para fundir numa só as duas nações, confiou as funções civis aos romanos, reservando os comandos militares aos ostrogodos.

b. Quanto à religião mostrava-se tolerante para com os católicos, embora fosse ariano convencido. Seu princípio era: "Religionem imperare non possumus, quia nemo cogitur, ut credat invitus" (Cassiod., Variae 2, 27). Só no fim da sua vida, começou a perseguir a Igreja, movido por uma lei de Justino I contra os arianos, a qual Teodorico considerava como declaração de guerra, e levado pela suspeita que tinha contra os romanos, depois de terminado o cisma acaciano (519). Boécio e Símaco morreram nos suplícios, e o papa João I faleceu no cárcere. Pouco depois morreu também Teodorico. Seu reino dissolveu-se ràpidamente. Em 535, Belisário apoderou-se de Roma, e Narsés pôs fim ao reino dos ostrogodos, derrotando os últimos reis Tótila e Teja e incorporando a Itália ao império oriental (555). Narsés manteve, por quinze anos, o domínio bizantino. Mas, sendo demitido do cargo de exarca, chamou, para se vingar desta afronta, os longobardos para a Itália.

18 a. Os **longobardos,** vindos da Panônia e da Austria (568), conquistaram a Itália, exceto o distrito de Ravena, o ducado de Roma e algumas partes sulinas da peninsula. Espoleto e Benevento formaram ducados longobárdicos independentes. Pavia tornou-se capital do novo reino. O assassínio de Alboino (573) e de Clef (575) deteve a marcha dos conquistadores.

b. Os longobardos eram, pela maior parte, arianos. Poucos eram católicos, e muitos ainda não eram batizados. Autari (584-90), filho de Clef, tomou por esposa a princesa católica Teodolinda, filha do duque Garibaldi da Baviera, que por sua influência benéfica suavizou a sorte dos católicos. Depois da morte de Autari, elevou ao trono o duque Agilulfo de Turim (590-616), dando-lhe a sua mão, e fez, apoiada eficazmente pelo papa Gregório Magno, com que o rei e grande parte do povo passassem ao catolicismo. Teodolinda mesma dirigiu os destinos do Estado, durante a menoridade de seu filho Adelvaldo (616-25). Seguiram ainda alguns reis arianos. Mas Grimoaldo (663-71) levou a cabo a conversão dos longobardos, pelo que se perpe-

tuou o seu domínio. As tentativas de conquistar também o resto da Itália, porém, levou os longobardos à guerra com os francos. Carlos Magno uniu, finalmente, o reino à sua coroa.

Silva-Tarouca, Fontes historiae ecclesiasticae medii aevi I, Roma 1930. — *Dahn*, Die Koenige der Germanen, 2 vol., Muenchen-Wuerzburg-Leipzig 1857-1909. — *Lot*, La fin du monde antique et le début du moyen âge, Paris 1928. — *Kurth*, Les origines de la civilisation modern, 2 vol. 7. ed., Paris 1923. — *Dawson*, The making of Europe, trad. alemã por I. Muehlenkamp, Leipzig 1935. — Leges Visigotorum, ed. Zeumer, Hannover 1902. — *Aberg*, Die Franken und Westgoten in der Voelkerwanderung, Uppsala 1922. — *Id.*, Die Goten und Langobarden in Italien, Uppsala 1923. — *Villari*, Le invasioni barbariche in Italia, Milano 1928. — *Stonner*, Germanentum und Christentum, 3. ed. Regensburg 1934. — *Koch*, Geschichte der Christianisierung Deutschlands, Muenchen. — *Paulus Diaconus*, Historia Longobardorum, trad. alemã por Abel, Berlin 1848.

§ 64. A conversão dos francos

19. Os **francos** *eram destinados* pela *Providência* divina a dominar os povos da Europa ocidental e a ser um baluarte da Igreja na idade média primitiva. Dois fatores contribuíram para este efeito. Foram eles os únicos que, por assim dizer, não deixaram as suas sedes. Habitavam às margens do Reno desde o Necar até à foz do rio, dividindo-se em francos ripuários e sálicos e, conservando as suas sedes primitivas, fizeram conquistas nas partes ocidentais. Acresce, em segundo lugar, que, por feliz coincidência, aceitaram logo o cristianismo na forma do catolicismo. Tiveram *contato com o cristianismo já antes de começarem as suas* conquistas, e durante as mesmas converteu-se todo o povo.

20. Em 395, foi entregue aos sálicos uma parte da Bélgica e, em seguida, conquistaram todo o país, enquanto que os ripuários marchavam sobre Treves e Verdun. **Clóvis** (481-511), rei dos sálicos, subjugou o reino de Siágrio (486), conquistou a margem esquerda do Reno entre Colônia e Mogúncia, derrotando os alemanos (496), e o sul-oeste das Gálias, rechaçando os visigodos (507). Desde então, se dividiu o reino em duas partes, mais tarde em três, Austrásia, Nêustria e Borgonha. Nestas últimas, fundiu-se *o elemento germânico com o galo-romano, formando o povo* francês.

21. Clóvis era pagão como quase todo o seu povo. Casado com Clotilde, princesa da família real da Borgonha, *consentiu que seus filhos* fossem batizados. Clotilde muito se esforçou por converter também seu esposo. Em 496, realizou-se o seu desejo. A fonte mais segura, uma carta de Nicécio de Treves a Clodosvinda, rainha dos longobardos (MGEE 3, 122), relata simplesmente *a conversão* de Clóvis. Segundo a lendária relação de Gregório de Tours (Hist. Franc. 2, 31), o rei, achando-se em condições apertadas na guerra contra os *alemanos, teria jurado* abraçar o cristianismo, se vencesse. Depois da vitória ter-se-ia aproximado, qual outro Constantino, da pia batismal, e o bispo Remígio que lhe *administrou o sacramento*, teria dito: "Abaixa, Sicambro, humildemente a tua cabeça; adora o que queimavas, queima o que adoravas". Três mil francos receberam com ele *o batismo*.

22. *Embora* a conversão de Clóvis não fosse completa, como provam as suas crueldades, foi todavia *sincera; e foi* de suma importância para a Igreja e o povo dos francos. *De todos* os povos são eles os únicos que logo aceitaram na sua totalidade o catolicismo e *sempre o conservaram* puro. Sem dúvida, moveram a Clóvis a este passo também considerações políticas. Pretendia ganhar assim mais fàcilmente as *simpatias do povo subjugado* e ter um forte apoio nos bispos de seu reino. E não se enganou. Por sua conversão não só conquistou as simpatias de seus súditos católicos *que eram a maioria*, mas também as de outros povos. Gregório de Tours e Avito dizem que muitos gauleses desejavam ter os francos por senhores. E se no século VI os *burguinhões*, os visigodos e os suevos abraçaram o catolicismo, não é difícil ver nisto também *a influência de Clóvis* e dos francos. De outro lado, foi contida, pela conversão dos *francos*, a expansão do arianismo planejada por Teodorico Magno; a sua sorte estava *decidida. Como primeiro* rei católico, Clóvis preparou o caminho aos carlovíngios, que nos séculos seguintes serão os propugnadores e protetores da religião católica.

23 a. *Infelizmente* a *vida moral* não correspondia à nova fé. A poligamia dos reis, a devassidão da nobreza, particularmente da dinastia merovíngia, as lutas sanguinárias entre as *rainhas* Brunilda e Fredegonda, pela volta do

século VI, e entre príncipes e cidades, o regalismo, que eliminava quase completamente a influência do papado, a irregularidade na provisão das sedes episcopais, a simonia e a relaxação do clero e a apostasia frequente são lados escuros na história dos francos.

b. Todavia, ufanavam-se eles da sua fé. A *Lei Sálica* o atesta no seu prefácio: "Viva Cristo que ama os francos". E a *Lei Ripuária* (c. 600) declara: "Ecclesia vivit lege Romana" (58, 1). Centro espiritual de todo o reino era o sepulcro de S. Martinho de Tours. Santos bispos e abades, como Remígio de Reims († 535), Cesário de Arles († 542), Nicécio de Treves († 566), Gregório de Tours († 594), Venâncio Fortunato († 601) e outros, apoiados pelos papas e por numerosos monges irlandeses, procuraram levantar o nível da vida religiosa. Columbano pregou com voz de Elias a penitência e fundou nos Vosgos os três mosteiros de Anegray, Fontaine e Luxeuil. Como, porém, tivesse repreendido severamente a vida dissoluta da corte e particularmente a de Brunilda, foi expulso (610). S. Bonifácio reorganizou, mais tarde, a Igreja do reino, e Pepino e Carlos Magno completaram a obra.

Prou, La Gaule merovingienne, Paris 1897. — *Kurth*, La France chrétienne dans l'histoire, Paris 1896. — *Id.*, *Clovis*, 2 vol. 3. ed., Bruxelles, 1923. — *Thierry*, Könige und Königinnen der Merowinger, trad. alem. por Meyer, Bern 1938.

§ 65. O cristianismo nas ilhas britânicas

24 a. Entre os bretões espalhara-se o cristianismo já pela volta do século II (cfr. § 12). No século IV, quase toda a província romana era cristã. Mas, pelo fim do mesmo século, o general Máximo levou o exército para as Gálias, a fim de combater o imperador Graciano, e quando, no princípio do século seguinte, ao apelo de Estilicão, os últimos soldados, já não romanos, e sim bretões, deixaram a Bretanha, os pictos e os escotos pagãos, vindos da Irlanda e da Escócia, invadiram a província, extinguindo o cristianismo.

b. Foi justamente então que começou na **Irlanda** a obra da cristianização. Nunca conquistada pelos romanos e não tocada pela migração dos povos, tinha a ilha toda-

via relações com as Gálias, pelo que se formaram algumas comunidades cristãs já no século IV. Em 431, enviou-lhes o papa Celestino I o diácono romano Paládio, primeiro bispo da Irlanda. Seguiu-lhe, pouco depois, o apóstolo dos irlandeses, **S. Patrício** (Conf. S. Patr., PL 53, 801 ss).

c. Nascido em Cumberland, foi preso por piratas, na idade de 16 anos, e, levado à Irlanda, teve ali que apascentar rebanhos. Fugiu, depois de seis anos, à pátria e, enviado para a França, formou-se nas ciências teológicas. Revestido da dignidade episcopal, voltou para a Irlanda (432?), onde pelo espaço de trinta anos, auxiliado por muitos monges e discípulos, pregou com tanto êxito, que a ilha toda ficou católica, e nunca mais deixou de sê-lo. Armagh parece ter sido a sede episcopal de Patrício. Quando o rei Muchertach (513-33) se fez batizar, a obra da cristianização estava terminada. A vida monástica, em breve, começou a florescer. Os mosteiros tornaram-se asilos da ciência e viveiros de missionários. Os numerosos missionários, zelosos, doutos e santos, fizeram com que a ilha fosse chamada "Ilha dos Santos".

25. A **Escócia**, chamada na antiguidade Caledônia e na idade média Scotia Minor, deve a sua conversão ao abade irlandês **S. Columba** († 597; Vita PL 88, 726 ss.). Injustamente perseguido na sua pátria, retirou-se para a Escócia e fundou na ilha de Hy ou Jona um mosteiro (563), centro da sua missão. Atraindo todos por seu caráter amável, espalhou o cristianismo na terra firme. Como na Irlanda, assim na Escócia, eram os eclesiásticos exclusivamente monges, e o chefe da Igreja escocesa era, até ao século VIII, o abade de Jona (Beda, HE 3, 4).

26. Na **Inglaterra**, os bretões invocaram o auxílio dos anglo-saxões contra os seus opressores, os pictos e escotos. Desde 428, parece ter havido relações entre bretões e anglo-saxões. Pelos meados do século, numerosos anglo-saxões, chefiados por Hengista e Horsa, entraram na Bretanha, mas não como amigos, senão como conquistadores, ocupando todo o país, exceto a província montanhosa do oeste, para onde os bretões se retiraram. Os saxões os chamavam de galeses (Wales, Welsch, estrangeiro). Outros fugiram para a província Armórica, criando a Pequena Bretanha.

27. *Entre os bretões católicos originaram-se* **certas particularidades disciplinares** em consequência da pouca comunicação que tinham com Roma. Enquanto que Roma tinha aceito o ciclo pascoal de 19 anos, conservavam os bretões o ciclo de 84 anos, até ao século VIII. Os romanos usavam a *tonsura* de Pedro, os bretões a de Simão Mago. Quanto ao rito batismal, não usavam o crisma. Havia também diferença no tocante à sagração dos bispos, ao matrimônio, ao celibato e à vida monástica. Mas nenhuma destas diferenças era de natureza dogmática. Os bretões não negavam *o primado de Roma*, e carece de qualquer fundamento a afirmação do protestante Ebrard, aliás por muitos repetida, de que os bretões eram precursores do protestantismo, sem o princípio da Tradição, sem bispos, sem celibato e sem jurisdição do papa.

28 a. No resto do país, os invasores extirparam completamente o cristianismo. Os bretões, odiando-os, não se importaram da sua conversão. Só pelo fim do século VI, começou o cristianismo a recuperar a sua antiga conquista. A conversão do povo é principalmente a obra do papa Gregório Magno, que lhe enviou o abade **S. Agostinho** com 39 monges (596). Recomendou aos missionários uma prudente acomodação aos costumes do país, a fim de facilitar a conversão. O rei Edilberto de Kent, bretwalda da heptarquia, já preparado por sua esposa Berta, princesa franca, fez-se batizar com grande parte do seu povo (597). Cantuária tornou-se sede episcopal de Agostinho. Em breve, converteu-se toda a heptarquia, sobretudo o reino de Essex (604) com Londres e o reino de Nortúmbria, cujo rei Edvino, genro de Edilberto, foi batizado por S. Paulino, bispo de York. Em seguida um partido pagão, fanático, destruiu a obra de Edvino; mas o rei Osvaldo (635-642) e S. Aidano, monge de Jona, a restauraram. Centros da vida eclesiástica foram as duas metrópoles Cantuária e York com doze sufragâneos cada uma, e, mais tarde, o mosteiro e bispado de Lindisfarne, chamada hoje Holy Island. A organização da Igreja inglesa foi completada pelo arcebispo Teodoro de Cantuária (669-90), enviado para este fim pelo papa Vitaliano.

b. No século IX, os dinamarqueses pagãos ameaçaram destruir o reino e a Igreja dos anglo-saxões, que nos meados deste século se achavam num estado de tristíssima desolação. Mas Alfredo Magno (871-901), fundador da monarquia inglesa, iniciou um tempo de restauração e florescimento. Depois do reinado prolongado e inerte de Etelredo II (978-1016), *uma segunda invasão* dos dinamarqueses surtiu o mais benéfico efeito. Canuto Magno, chefe dos invasores, *foi eleito rei*, com apenas 23 anos de idade. "Convertido ao cristianismo, mostrou-se tão piedoso que *recusou* usar a sua coroa e a suspendeu acima do altar-mor da catedral de Winchester, *para mostrar que* Deus é o único rei" (Maurois 55).

29. Característico da Igreja das ilhas britânicas foi o florescimento da vida *monástica*. Os inúmeros mosteiros de homens e mulheres seguiam a regra de S. Bento. Na *Inglaterra*, só nos séculos VII e VIII, entraram no mosteiro trinta membros das famílias reais. Floresceu *também a ciência* eclesiástica, cujo representante mais insigne é S. Beda, o Venerável († 735), *mestre de toda a idade média*.

Beda, História eccl. *gentis Anglorum*, PL 95; ed King, 2 vol., London 1930. — *Stokes*, Irland and the celtic church, 6 vol., London 1907. — *Gougaud*, Les chrétientés celtiques, 2. ed. Paris 1916; trad. ingl. London 1932. — *Funk*, AU I 421 ss. — *Browne*, The conversion of the Heptarchy, 2. ed. London 1906. — *A. Maurois*, História da Inglaterra, *trad.* por C. Domingues, Rio de Janeiro.

§ 66. A conversão dos alemanos, bávaros e turíngios

30. Os **alemanos** *ou* **suevos** ocuparam, desde o século III, as regiões entre os Vosgos e o Lech, o Meno e os Alpes. Clóvis os venceu na batalha de Zulpique (496), e subjugou-os. Entrando eles assim em contacto com o *cristianismo*, deu-se início à sua conversão, a qual porém fez lentos progressos, já que os *francos* pouco se importavam da missão. A própria Igreja franca se achava num estado nada menos que florescente. Os antigos bispados de Augsburgo, Cur, Vindonissa, Basiléia e Strassburgo, cuja *existência* datava do antigo império romano, pouca influência exerciam. O bispado principal *tornou-se* Constança, fundado, ao que parece, na segunda metade do século VI.

31. Maiores progressos fez a conversão do povo, quando *penetraram no país* os monges estrangeiros, principalmente os irlandeses. S. Fridolino († 530?) é considerado

fundador do mosteiro de Saeckingen. No entanto a sua *Vita* (MGSS rer. Mer. 3, 354) é muito lendária para merecer fé. **S. Columbano** (AASS. O. S. B. II, 5) que, pelo ano de 590, partira do mosteiro de Bangor na Irlanda, pregou primeiro no reino dos francos. Sendo de lá expulso, escolheu para campo de sua missão as margens do lago de Zurique e Constança (610-12). A família ducal dos alemanos já então era cristã. Um pároco, de nome Wilimar, residia em Arbon. Deixando ali o seu companheiro S. Galo (†645) que, com o seu eremitério de Steinach, lançou o fundamento do célebre mosteiro, ao qual legou o seu nome, dirigiu-se Columbano para o reino dos longobardos, onde fundou o mosteiro de Bobbio. Faleceu em 615. Outros monges continuaram a sua obra. Sobre a cela de S. Trutberto († 643?) foi fundado o mosteiro a ele dedicado em Brisgóvia. **S. Pirmino** († 753; AASS Nov. II 2 ss.) fundou outro mosteiro em Reichenau (724). Obrigado a deixar o país por motivo dum levante contra o domínio dos francos, retirou-se para a Alsácia e para o Palatinado, onde fundou ou restaurou outros mosteiros da regra de S. Bento.

32. Pirmino já aparece mais como organizador da Igreja do que como missionário. De fato, a *Lex Alemannorum* (MGLL 5, 1, 35 ss.) acusa, no princípio do século VIII, uma organização determinada da Igreja. O duque Lantifredo promoveu eficazmente a vida eclesiástica. Para a extirpação completa do paganismo contribuíram muito os monges de S. Galo. Magno e Teodoro fundaram, nos meados do século VIII. os mosteiros de Fuessen e Kempten. A este tempo se reduz também a fundação do mosteiro de Ellwangen.

33 a. Os **bávaros,** descendentes dos marcomanos da Boêmia, tinham ocupado, pelo ano de 500, as regiões situadas entre o Lech e o Inn, entre os Alpes e o Danúbio, ou seja o Nóricum e a Récia. Vieram a conhecer o cristianismo por terem sido cristianizadas as regiões no tempo dos romanos, como também pelo contacto com os francos, cujo domínio, mais tarde, tiveram que reconhecer. A família ducal dos Agilulfíngios, desde a segunda metade do século VI, era católica. Teodolinda, filha do duque Garibaldi, que veio a ser rainha dos longobardos, tornou-se a grande apóstola deste povo.

b. Diversos missionários aprofundaram a vida católica na Baviera, principalmente pela fundação de numerosos mosteiros, como Chiemsee, Tegernsee, Mondsee, Kremsmünster e outros. Eustásio, discípulo de Columbano e abade de Luxeuil, pregou ali no princípio do século VII. Seguiu-lhes, mais tarde, o bispo **Ruperto** de Vormácia († 722; MGSS rer. Mer. 6, 140 ss), da família real dos merovíngios, chamado o "apóstolo da Baviera". Foi chamado pelo duque Téodo II, e fundou, nas ruínas do castelo romano de Salzburgo, o mosteiro de S. Pedro. O corepíscopo Emerano de Poitiers fundou o mosteiro de Ratisbona, que dele herdou também o nome. Morreu assassinado pelo filho do duque (715). Sua vida foi escrita por Aribo, bispo de Frisinga (764-84; Anal. Bol. 8, 211 ss). Aribo escreveu igualmente a vida de S. Corbiniano († 725; AASS Sept. 3, 281), primeiro bispo de Frisinga. S. Bonifácio organizou, nos anos de 738-39, a Igreja da Baviera, a pedido do duque Odilón, sucessor de Téodo, dividindo-a em quatro bispados, Passau, Ratisbona, Salzburgo e Frisinga. Purificou-a, ao mesmo tempo, dos elementos relaxados. A Baviera tornou-se, desta forma, ponto de partida para a missão entre os povos do oriente vizinho.

34. A **Turíngia** ou Francônia Oriental, outrora grande reino entre Saale, Harz, Tauber e Danúbio, foi subjugada pelos filhos de Clóvis (cfr. § 64). Pouco a pouco se foi introduzindo o cristianismo. Mas uma missão pròpriamente dita só começou pelo ano de 685, com a pregação do bispo irlandês S. Quiliano e de seus companheiros, o sacerdote Colonato e o diácono Totnan. O duque Gosberto, que residia em Vuerzburgo, e a maior parte do povo renunciaram ao culto dos ídolos. Tendo, porém, Quiliano repreendido o duque por causa do seu casamento ilegítimo com Gailana, sofreram os missionários, pouco depois, o martírio (Passio S. Kiliani, MGSS rer. Mer. 5, 711 ss). Sérias perturbações destruíram quase completamente a sua obra. S. Bonifácio restaurou e terminou, finalmente, a obra da cristianização e criou a jerarquia do país, sagrando como primeiro bispo de Vuerzburgo a S. Burcardo (741).

Hauck, Kirchengeschichte Deutschlands, 4 vol 3-4 ed., Leipzig 1920. — *Jonas,* Vita Columbani, MGSS rer. Mer. 4, 1 ss. — *J. Buehler,* Klosterleben im deutschen Mittelalter nach zeitgenoessischen Aufzeichnungen, Leipzig 1921.

§ 67. Vilibrordo e Bonifácio

35. A conversão entre os diversos povos germânicos havia feito bons progressos até ao século VIII. Mas carecia ainda de uniformidade e organização. Os monges irlandeses eram mais ascetas do que pastores de almas, e pouca importância ligavam à centralização jerárquica. Supriram esta falta os monges anglo-saxões com seu espírito organizador e universalista, unindo-se intimamente ao centro da Igreja, o papado. Os mais insignes entre eles são os dois santos Vilibrordo e Bonifácio, aquele apóstolo dos frisões, este apóstolo da Alemanha.

36. Os frisões habitavam as costas do Mar-Nórdico, entre o Veser e o Escalda. Grande resistência opuseram à pregação do cristianismo, porque odiavam os francos, seus inimigos nacionais, e porque receavam por sua independência. Pelos meados do século VII, tinham pregado entre eles S. Amando († 675), apóstolo dos belgas, S. Eloi, ourives de Dagoberto I (626-39) e mais tarde bispo de Noyon (660), e S. Cuniberto († 663), arcebispo de Colônia. Também S. Vilfredo de York e S. Vigberto haviam feito tentativas de convertê-los, mas sem notável sucesso.

Quando, porém, em 689, o rei Radbodo foi vencido por Pepino de Heristal e a parte sul-oeste entre Mosa e Escalda foi anexada pelos francos, entrou logo neste campo da missão o monge anglo-saxão **Vilibrordo** (AASS Nov. 3, 414 ss), discípulo de Vilfredo, com onze companheiros. O papa Sérgio I (686-701) concedeu-lhe, na primeira viagem a Roma, as necessárias faculdades e, numa segunda viagem, sagrou-o bispo de Utrecht (695). Como tal fundou Vilibrordo o mosteiro de Echternach (698), de onde se irradiou o cristianismo até à Dinamarca. Depois da morte de Vilibrordo (739), S. Bonifácio, S. Vilehardo, primeiro bispo de Bremen, S. Ludgero, primeiro bispo de Muenster, continuaram a sua obra. Carlos Magno extirpou completamente o paganismo (785).

37 a. Grande parte das tribos germânicas, pois, abraçara o cristianismo. Outras continuavam, no entanto, pagãs, e mesmo nas regiões cristãs não desapareceram de todo as superstições e os costumes do paganismo. Para remediar a falta e para organizar a Igreja em todo o reino dos francos, fora destinado, pela Providência divina, Vinfredo, chamado, mais tarde, **Bonifácio.** Nasceu ele de família fidalga de Kirton no reino de Wessex (675). Nos mosteiros beneditinos de Exeter e Nutscela obteve uma educação esmerada. Dirigiu depois com grande distinção a escola de Nutscela. Em 716, empreendeu a primeira viagem para o reino dos frisões. Mas, não podendo então realizar a sua missão, por causa da guerra entre Carlos Martelo e Radbodo, voltou à Inglaterra.

b. Eleito abade do seu mosteiro, renunciou a esta dignidade e, em 718, fez uma segunda tentativa de entrar no reino dos frisões, e esta vez com êxito. Dirigiu-se, antes de mais nada, ao papa Gregório II (715-31) para lhe pedir missão e faculdade para a sua obra (PL 89, 495). Por esta ocasião, o papa lhe deu o nome de Bonifácio. Sabendo da morte de Radbodo (719), começou a sua atividade entre os frisões (719-21), ao lado de Vilibrordo, que projetava fazê-lo seu sucessor. Não aceitando a proposta, retirou-se para a margem direita do Reno, que o papa lhe havia destinado. Na Hássia, milhares de pagãos receberam o batismo, e muitos, que haviam recaído nos erros do paganismo, voltaram ao seio da Igreja. Em Amenaburgo levantou-se a igreja e o mosteiro de S. Miguel.

38 a. Tendo Bonifácio informado o papa dos seus sucessos, chamou-o este a Roma e sagrou-o bispo regional de toda a Germânia transrenânia (722). Votou, por esta ocasião, um juramento especial, que o ligava estreitamente à Sé apostólica (Jaffé, Bibl. rer. Germ. 3, 76). Com uma coleção dos cânones e cartas de Carlos Martelo, aos bispos, à nobreza e ao povo voltou para a sua missão. Provido dum salvo-conduto de Carlos Martelo, dirigiu-se primeiro para a Hássia, onde, em 724, cortou o carvalho sagrado de Donar perto de Geismar, mostrando a impotência dos ídolos pagãos. Da madeira do carvalho construiu uma capela em honra de S. Pedro, para comemorar este acontecimento de máxima importância na história da Igreja germânica. Dirigiu-se, em seguida, para a Turíngia, onde o cristianismo se achava num deplorável estado. Pregou ali pelo espaço de dez anos, quebrando, finalmente, a resistência que o povo e o antigo clero lhe fizeram e fundando o mosteiro de Ohrdruf perto de Gotha.

b. A sua pátria o apoiou generosamente, enviando-lhe numerosos cooperadores, monges de ambos os sexos, como também clérigos seculares. Outros discípulos se lhe associaram na Germânia, como o franco Gregório, da casa real dos merovíngios, e o bávaro Estúrmio. Com o auxílio dos mesmos tratou de consolidar a obra. Fundou diversos outros mosteiros, como de Fritzlar, que confiou aos cuidados de S. Vigberto, o de Tauberbischofsheim, ao qual deu por abadessa sua parenta Lioba, o de Ochsenfurt, dirigido por Tecla, os dois mosteiros de Heidenheim, chefiados por Vunibaldo e sua irmã Valpurgis, e o de Fulda (744), ao qual deu por abade S. Estúrmio.

39. Depois de tão brilhante desenvolvimento da missão, era mister dar estabilidade à obra e organizar a jerarquia eclesiástica. Ao felicitar o papa Gregório III (731-41), por ocasião da sua elevação ao sólio pontifício, expôs-lhe Bonifácio esta necessidade, e em resposta enviou-lhe o papa o pálio arquiepiscopal (732), incumbindo-o de sagrar bispos para o extenso campo da missão (Ep. 28). Com este fato começa a sua atividade organizadora e reformadora. Depois de uma terceira viagem a Roma (737-38), tendo sido nomeado legado apostólico, organizou a Igreja da Baviera. Em seguida, criou os bispados de Buraburgo na Hássia, mais tarde unido com Paderborn, o de Erfurt e de Vürzburgo na Turíngia, e o de Eichstaett, cujo primeiro bispo foi S. Vilibaldo.

40 a. Tendo organizado a Igreja nas diversas partes da Germânia transrenânia, incumbiu-o o papa Zacarias (741-52) de velar também pelo reino ocidental, onde era necessária uma reforma radical. Carlos Martelo salvara a cultura ocidental pela vitória sobre os árabes perto de Poitiers (732), mas bem pouco se importava dos direitos e da disciplina da Igreja, servindo-se dela ùnicamente para obter os seus fins políticos.

Seus filhos, os dois mordomos Carlomano e Pepino, educados no mosteiro de S. Diniz, mostraram maior interesse pela Igreja. Celebraram-se diversos sínodos, presididos por Bonifácio, em 742, o primeiro Concilium Germanicum para a Austrásia, em 744, o sínodo de Soissons para a Nêustria, e em 745, um sínodo nacional para ambos os reinos, em lugar desconhecido. As suas disposições salutares, publicadas como leis eclesiásticas e civis (capitulária), visavam particularmente a reforma do clero, ao qual se proibiam as armas, caça, traje secular e concubinato. Todo o clero secular foi subordinado aos bispos, e aos monges se prescreveu a regra de S. Bento. Proibiram-se os costumes pagãos, redigiu-se uma fórmula de abjuração, prescreveram-se sínodos anuais, organizou-se a constituição metropolitana e ordenou-se a restituição dos bens secularizados.

b. Fortes lutas teve Bonifácio de sustentar contra os bispos hereges Adalberto, no reino ocidental, e Clemente, na Austrásia. Outras dificuldades surgiram quando pensou em introduzir a organização metropolitana. No sínodo nacional de 745, Colônia foi designada para metrópole da Austrásia e sede de Bonifácio. Mas a resolução não foi executada. Por isso, Bonifácio tomou para si a sede de Mogúncia, cujo bispo Gevilib fora deposto. Em 751, Mogúncia foi elevada a metrópole da Alemanha central.

41. Pelo fim da sua vida, o incansável octogenário resolveu dedicar-se, mais uma vez, à missão dos frisões. Nomeou, por isso, a S. Lulo para seu sucessor na sede de Mogúncia, e embarcou com 52 companheiros. Iniciou a missão com êxito esperançoso, em 753, encontrando, porém, no ano seguinte, perto de Docum, com todos os seus companheiros, a coroa do martírio. Foi sepultado, conforme desejara, em Fulda. Os pósteros lhe deram o título de "Apóstolo da Germânia," porque ele mais do que qualquer outro trabalhara, cristianizando e organizando a Igreja do reino oriental e reformando a do reino ocidental. Deu a ambos vida e unidade pela estreita união com Roma, lançando assim o fundamento para a união das nações germânicas, realizada, mais tarde, por Carlos Magno.

Eginhardi Abbatis Annales, PL 104, 367 ss. — *Alcuini* Vita S. Willibrordi, ed. Jaffé, Bibl. rer. Germ. 6, 32 ss. — Epistulæ et Vitæ S. Bonifatii, ed. Jaffé, Monumenta Moguntina, Berlin 1866. — *Williamson,* The life and times of St. Bonifatius, London 1904. — *Kurth,* S. Boniface, 4 ed. Paris, 1913; trad. it. Roma 1905. — *Funk-Bihlmeyer,* Kirchengeschichte II 6 ss. — *Hefele,* Konziliengeschichte III. — *Schnuerer,* Bonifatius, Mainz 1909.

§ 68. A conversão dos saxões e dos povos escandinávicos

42. Os **saxões** tinham a sua sede no norte da Germânia, entre o Elba e o Saale, de um lado, e o Reno, do outro lado, dividindo-se em vestfalianos, anglos, ostfalianos e nordalbíngios. No sul e oeste confinavam com os turíngios, hassos e francos. Pelas relações que tinham com seus vizinhos tiveram logo alguma notícia do cristianismo. Mas opuseram à religião cristã prolongada resistência, que só se explica pelo ódio que votavam aos francos e pelo desprezo que tinham a uma doutrina que pregava um Deus crucificado e a renúncia aos gozos do mundo.

43. As primeiras tentativas que, no século VII e no princípio do século VIII, se fizeram para convertê-los ao cristianismo, não surtiram efeito. Os dois irmãos anglo-saxões, Evaldo o Branco e Evaldo o Negro, não conseguiram senão a coroa do martírio (Beda, HE, 5, 10). Como, porém, os saxões fizessem repetidas correrias no reino dos francos, projetou Carlos Magno subjugar povo tão guerreiro e convertê-lo, ao mesmo tempo, ao cristianismo. Parecia-lhe necessária a conquista para acabar de vez com o perigo que ameaçava continuamente o seu próprio reino, e não podia prescindir da conversão, porque sem ela a conquista não seria duradoura.

44 a. Em 772, iniciou-se a guerra. Logo se rendeu a fortaleza de Eresburgo, e foi destruído o santuário nacional da Irmensul. Mas, apenas se retiraram os francos, sublevaram-se, de novo, os vencidos. E' notável particularmente a sublevação de 782. Os saxões tinham feito a Carlos Magno, na primeira dieta de Paderborn (777), protestos de fidelidade. E, não obstante, insurgiram-se, matando guerreiros e missionários. O sábio Alcuíno aconselhou a Carlos que empregasse meios mais brandos e convertesse o povo "mais pela persuasão do que pela força". Mas Carlos, julgando-se chamado para vingar as injúrias feitas à Igreja, irrompeu com violência, fazendo degolar 4.500 saxões em Verden sobre o Aller. Tal cena sanguinolenta exacerbou os saxões e esforçaram-se por recuperar a liberdade. Na batalha de Detmold (783) foram, porém, derrotados.

Carlos Magno mostrou-se então em toda a sua grandeza moral. Enviou a Vidukind um legado, convidando-o à

reconciliação. Vidukind, igualmente grande, aceitou o convite; e com plena liberdade e convição aceitou o cristianismo, juntamente com o duque Alboíno. Na segunda dieta de Paderborn (785) foi ordenado a todos abraçarem o cristianismo. O ano do batismo de Vidukind (786) é um marco na história da Alemanha e de todo o mundo medieval. O povo saxão foi destinado a colocar-se à frente dum novo império cristão.

As esperanças de Carlos não se realizaram logo completamente. O domínio estrangeiro e o dízimo eclesiástico, que foi imposto ao vencido, produziram novas revoltas. Só em 804 estava decidida a sorte do paganismo com a completa submissão dos saxões.

b. Erigiram-se logo os bispados de Muenster (Mimigernaford) e Osnabrueck para a Westfália, Minden, Paderborn, Bremen e Verden para os anglos, Halberstadt e Hildesheim para os ostfalianos. O mosteiro de Córbia sobre o Veser e outros tornaram-se centros da missão e da cultura cristã. Apesar de ser feita a conversão pela violência, o cristianismo calou profundamente no coração do povo saxão. Prova disto é a magnífica poesia "Heliand", redigida entre 822 e 840.

45. "A árvore da vida, implantada na Germânia, depressa obumbrou com os benfazejos ramos a vizinha **Escandinávia".** Carlos Magno já conquistara a região entre a foz do Elba e o Eider, a província de Nordalbíngia. Mas foi só depois da sua morte que a cristianização ali teve um efeito real. O papa Pascoal I (817-24) nomeou o arcebispo Ebbo de Reims legado apostólico dos países nórdicos (822). O rei Haraldo da Dinamarca, expulso do seu reino, refugiara-se na corte de Luís o Bonachão (814-40) e consentiu em receber o batismo em Ingelheim (826). Voltando à sua pátria, levou consigo o monge **Ansgário** de Córbia, sábio e enérgico como Bonifácio, e chamado "apóstolo do norte". A missão teve um início esperançoso. Mas, em 828, Haraldo foi expulso mais uma vez e Ansgário dirigiu então os seus passos para a Suécia. No entanto, em 831, fundou Luís o Bonachão, autorizado pelo papa Gregório IV (827-44), o arcebispado de Hamburgo para ser base de operações dos missionários. Ansgário foi nomeado arcebispo e vigário apostólico do norte.

46. Infelizmente, não teve a seu lado tão numerosos e santos cooperadores como Bonifácio, e no meio das perturbações que agitavam aquelas regiões, os resultados da sua missão foram insignificantes. Os normandos invadiram e devastaram, em 845, Hamburgo, ficando a missão completamente interrompida. Para que não ficasse abandonada a obra, o papa Nicolau I e o rei Luís, o Teutônico, uniram o bispado de Bremen com o de Hamburgo (849), podendo assim Ansgário recomeçar a sua pregação. Em meio dos penosos trabalhos morreu o zeloso missionário, em 865.

47. Seu discípulo e biógrafo Erimberto (865-88) continuou a sua obra. Mas continuaram também as dificuldades. Hamburgo foi destruída, mais uma vez. Só no século X, sendo arcebispo Adaldag (937-88), melhoraram as condições devido à proteção enérgica de Henrique I e Otão I. Foram criados três bispados, Schlesvig, Ripen e Aarhus. Embora o paganismo tornasse a levantar-se pelo fim do século X, a princípio do século seguinte, o rei Canuto Magno (1018-35), conquistador da Inglaterra, levou a cabo a cristianização do seu povo. O poderoso arcebispo Adalberto de Bremen (1043-72 projetou transformar a sua província em patriarcado nórdico. Não o conseguiu, porém, devido à resistência da cúria romana. Mais tarde, Lund foi elevada a metrópole da Igreja dinamarquesa (1103) e separada da província de Bremen.

48. Na **Suécia,** o cristianismo fez progressos muito lentos, mesmo quando, no princípio do século XI, o rei Olavo III se fez batizar (1008). O primeiro bispado foi fundado em Scara, cidade da Vestgotlândia. No reinado de Érico IX, o Santo (1155-60), foi erigido o bispado de Úpsala, elevado por Alexandre III a arcebispado (1164). Érico IX fez também uma cruzada para a Finlândia e fundou ali o bispado de Abo.

49. Na **Noruega,** a conversão começou com a subida ao trono de Hacon, o Bom (938-61), que havia sido educado na Inglaterra. Não obstante as muitas dificuldades, motivadas pelo apego do povo à antiga religião, triunfou o cristianismo no reinado de Olavo I Trygwason (995-1000). O zelo do rei pela conversão estendeu-se até às ilhas Faroer, Hébridas, Islândia e Groenlândia, descoberta já antes

de 832. O cristianismo, porém, ali não se conservou por causa duma peste que dizimou a população e pela hostilidade dos esquimaus, no século XIV. A Noruega mesma pode ser considerada, desde Olavo Haraldson, o Santo (1014-30), como país cristão, sendo desde 1152 Drontheim a metrópole.

50. Entre os **normandos,** que invadiram as diversas costas do continente, distinguiu-se o duque Rolon que, depois de ter sido, por longos anos, o terror da França, abraçou o cristianismo (912), tomando o nome de Roberto. O rei Carlos, o Simples, lhe concedeu, com a mão de sua filha Gisela, a parte do seu reino que desde então se chama Normandia. Com Roberto se converteu também grande parte do seu povo.

Odericus Vitalis, História Ecclesiástica, PL 188. — *Hauck* II — *Strunck,* Westfalia sancta, 2 vol. Paderborn 1854-55. — *Robinson,* Ansgar, London 1923. — Revel, Histoire des Normands, 2 vol. Paris 1918-19.

§ 69. A conversão dos eslavos e húngaros

51. Pela emigração dos povos germânicos esvaziaram-se as regiões estalbíngias. Numerosas tribos eslávicas estabeleceram-se nos territórios abandonados. Desde então habitavam as vastas regiões que se estendem desde o Elba e o Saale até ao Ural, e desde o Adriático até ao Báltico. As origens da sua história são desconhecidas. Aparecem pela primeira vez na história pelo encontro com os germânicos. Na maior parte das suas religiões se encontram elementos do dualismo parsa, com uma dupla linhagem de divindades, brancas e negras. Os ídolos eram venerados por numerosos sacrifícios e até por vítimas humanas. Na difícil tarefa da cristianização destes povos trabalharam missionários da Igreja romana como também da Igreja bizantina. Os ocidentais espalharam-se principalmente pela extensão do domínio dos francos. Os missionários orientais foram enviados pelos patriarcas de Constantinopla. E esta dualidade da missão deixou os seus vestígios na história daqueles povos até aos nossos dias.

52. A missão ocidental começa no sudeste, onde os **caríntios,** pelo ano de 600, ocuparam a Caríntia, a Carníola e a Estira. Aceitaram eles o cristianismo no século VIII por missionários, enviados pelos bispos de Salzburgo e Passau. Os **croatas,** que se estabeleceram na Dalmácia (640), foram catequizados, sob o duque Porga (c. 680), por sacerdotes vindos de Roma. Os **avaros,** descendentes dos hunos, abraçaram o cristianismo, quando Carlos Magno (796) os subjugou. Mas desapareceram, no século seguinte, pela fusão com os povos vizinhos.

53. Os **morávios,** tributários de Carlos Magno, foram catequizados por missionários enviados de Salzburgo e Passau. O príncipe Ratislau (846-70), porém, aliou-se a Constantinopla e pediu os missionários Cirilo e Metódio (863). Cirilo inventou a escritura eslava. Empregando, na pregação e na liturgia latina, a velha língua eslava, os missionários conseguiram, em breve, magníficos resultados. Por maquinações de alguns sacerdotes de Salzburgo, que moviam suspeitas por causa da liturgia celebrada em língua eslava, foram chamados, por Nicolau I, a Roma (867), onde Cirilo veio a falecer. Metódio, porém, defendeu-se brilhantemente e foi, por Adriano II, nomeado arcebispo e legado apostólico da Panônia e da Morávia. Numa segunda visita a Roma, João VIII não só lhe confirmou a autorização para conservar a língua eslava na liturgia, mas deu-lhe também a jurisdição sobre todo o clero da Morávia. Pelo fim do século IX, dissolveu-se o grande reino em consequência das discórdias entre os filhos de Svatopluc († 894) e da invasão dos húngaros (905). Quando torna a aparecer na história, quase um século depois, encontramo-lo nos seus limites atuais como província da Boêmia.

54. Entre os **tchecos** da Boêmia propagou-se o cristianismo, quando uma parte da nação teve de submeter-se a Carlos Magno (c. 805). Em 845, catorze dos seus príncipes vieram a Ratisbona, à corte de Luís, o Teutônico, e receberam o batismo. Spitigniew foi o primeiro duque a converter-se ao cristianismo (895). Mas, em breve, sobrevieram turbulências tristes à jovem Igreja. Ludmila, mãe de Spitigniew e primeira santa da Boêmia, foi assassinada por

Drahomira, sua nora (927), e S. Venceslau, filho de Spitigniew e Drahomira, caiu vitimado por seu irmão Boleslau I (929-67), o Cruel. Este, depois de ter assegurado o seu trono, foi obrigado por Otão I a reconhecer a supremacia alemã (950) e aceitou, ao mesmo tempo, o cristianismo. Seu filho Boleslau II (967-99) completou a obra da conversão pela criação do bispado de Praga (973). O papa João XIII deu seu consentimento com a condição, porém, que fosse adotado o rito latino (Ep. ad Boleslaum). Primeiro bispo foi o saxão Ditmar, e sucessor dele, S. Adalberto. Muito, no entanto, teve de lutar Adalberto para melhorar os costumes do povo. Ele mesmo viu-se obrigado a deixar a sua diocese. Dirigindo-se aos prussos, sofreu entre estes um glorioso martírio (997).

55. Da Boêmia passou o cristianismo para a **Polônia,** tributária, desde 963, ao imperador Otão I. O duque Mieczyslau (960-92) casou-se com Dubravca, filha de Boleslau I (963) e fez-se batizar, no ano seguinte. "O povo, em extremo dedicado ao príncipe, despedaçou por sua ordem os ídolos", chamaram-se missionários boêmios e alemães, e, antes que terminasse o século X, quase todo o povo era cristão. Pela forma latina do cristianismo, a Polônia se ligou para sempre à cultura ocidental. O primeiro bispado foi criado em Posna (968). No ano 1000, Otão III fundou, junto ao sepúlcro de S. Adalberto, o arcebispado de Gnesen. Foram-lhe subordinados os bispados de Colberg na Pomerânia, Breslau na Silésia e Cracóvia na Pequena Polônia. Boleslau I Chrobry (992-1025) aumentou consideràvelmente o país e cingiu a coroa real (1024). Depois da sua morte, moveu-se uma forte reação dos pagãos. Mas Casimiro restabeleceu, com o auxílio dos alemães, o cristianismo e a organização eclesiástica (1040). Desde então, o cristianismo calou tão profundamente no coração do povo, "que o rei Boleslau II, tendo assassinado, ao pé do altar, o bispo Estanislau de Cracóvia, que lhe censurara os crimes (1071), foi obrigado a fugir diante da indignação dos seus vassalos e morreu na miséria".

56. Os **vendos,** nome coletivo de diversos povos eslavos, fixaram as suas sedes entre o Elba e o Oder. Uma

parte penetrou até às margens do Alto Meno, e estes se converteram pelo fim do século VIII; Henrique II fundou para eles o bispado de Bamberga (1007). Os demais foram submetidos igualmente ao domínio alemão pelos reis da dinastia saxônica. Ao mesmo tempo iniciou-se a cristianização. Grande dificuldade foi o ódio de raça. No tempo de Henrique I (919-36), pregou entre eles o bispo Adalvardo de Verden. Otão I, "querendo provar, mais uma vez, como já o fizera na Dinamarca e na Boêmia, que não era um vão título o de protetor de toda a Igreja", considerava a conversão desse povo como seu dever. Foram fundados os bispados de Meissen, Havelberg, Brandenburgo, Oldenburgo, trasladado mais tarde para Luebeck, e o arcebispado de Magdeburgo (968). Uma violenta reação pagã causou enormes danos à Igreja (983). Pelos meados do século XI, Godescalco fundou um reino poderoso e converteu grande parte do seu povo, com o apoio do arcebispo Adalberto de Bremen. Mas, em 1066, o duque foi assassinado com muitos eclesiásticos e extirpado quase completamente o cristianismo.

57. Os **húngaros** ocuparam, pelo fim do século IX, o território dos avaros. Pelo espaço de meio século foram o terror dos povos vizinhos, até que a vitória de Otão I, às margens do Lech (955), pôs termo aos seus roubos. Pouco a pouco, se converteram ao cristianismo. Em 972, pregou entre eles o monge Volfgango do mosteiro de Einsiedeln, depois bispo de Ratisbona. Seguiram-no na missão outros religiosos enviados pelo bispo Pelegrino de Passau. Finalmente se fez batizar o duque Geisa (972-97), cujo filho, S. Estêvão (997-1038), casado com Gisela, irmã do imperador Henrique II, cingiu a coroa real que, como dizem, lhe fora enviada pelo papa Silvestre II, com o título de rei apostólico (1001). Na capital Gran foi erigido um arcebispado. Como a Polônia, assim também a Hungria tornou-se um baluarte da cultura ocidental contra o cisma do oriente.

58. No entanto, a maior parte dos povos eslavos foram conquistados para o cristianismo pela Igreja oriental. Dependentes, mais ou menos, de Constantinopla, caíram, mais tarde, com esta metrópole, no cisma.

Os **sérvios** estabeleceram-se, no tempo do imperador Herácio (610-41), ao sueste dos croatas. O imperador os obrigou a aceitar o batismo. Mas, separando-se do império (827), recaíram no paganismo, voltando, de novo, ao império e à religião no reinado de Basílio I (867-86).

59. Entre os **búlgaros** pregaram missionários gregos, na segunda metade do século IX. Seu duque Bógoris abraçou a fé católica, aceitando no batismo o nome de Miguel (864). Obrigou também o povo a professar a nova fé. Em breve, porém, ligou-se, para conservar a sua independência política, mais estreitamente ao ocidente. A pedido seu, enviou-lhe o papa Nicolau I dois legados (866), um dos quais foi o bispo Formoso de Porto, futuro papa. Nicolau I lhe escreveu também os célebres *Responsa ad consulta bulgarorum*. Mas, em 870, Bógoris tornou à Igreja bizantina e com ela ficou unida no futuro a Igreja búlgara. O povo perdeu, em 1018, a sua independência política, e o país ficou sendo uma província do império oriental. Como na Morávia, adotara-se na Bulgária a língua eslava na liturgia.

60. Os **russos** devem a fundação do seu Estado a Ruric, normando escandinávico da tribo de Rus, que pelo ano de 862 se estabeleceu em Novgorod. Mais tarde, Kiew ficou sendo capital. Os patriarcas de Constantinopla Fócio e Inácio esforçaram-se por converter o povo. Mas a cristianização progrediu lentamente, até que a pricesa Olga (955), e seu neto Vladimir (987) se fizeram batizar. O exemplo de Vladimir foi imitado pelo povo, que aos milhares recebeu o batismo. Jaroslau (1015-54) organizou a Igreja russa, com a metrópole em Kiew. Infelizmente, foi arrastada, mais tarde, como filha da Igreja de Constantinopla, ao grande cisma oriental.

Eginhardi Abbatis Annales, P L 104, 367 ss. — *Hauck,* III. — *Alzog,* História universal da Igreja II 98 ss. — *Funk-Bihlmeyer,* Kirchengeschichte II 14 ss. — *Meffert,* Das zarische Russland und die katholische Kirche, M.-Gladbach 1918.

CAPÍTULO II

PAPADO E IMPÉRIO ATÉ MEADOS DO SÉCULO XI

§ 70. Origens do Estado pontifício

61. Desde a mudança da capital do império romano para Constantinopla, foram crescendo, mais e mais, a autoridade e a importância dos pontífices romanos. Deviam eles a sua autoridade, principalmente, à sua dignidade espiritual, mas também aos muitos bens que possuía a Sé apostólica.

Desde muito, reunira a Igreja de Roma numerosos latifúndios na Itália e nas ilhas vizinhas, que, por circunstâncias do tempo e por motivos religiosos, lhes haviam sido oferecidos. No segundo período estenderam-se sobre quase todas as províncias do império ocidental. Eram chamados de "Patrimônio de S. Pedro". Como senhor e administrador destas imensas doações e legados, tornara-se o papa cada vez mais independente em relação aos imperadores e seus representantes, os exarcas de Ravena. Gregório II (715-31) e Gregório III (731-41) se nos deparam como verdadeiros soberanos, embora não tivessem ainda direitos de soberania.

62. Foi precisamente durante estes pontificados, que o proceder violento do imperador Leão III contra o culto das imagens causou uma agitação ameaçadora entre os italianos. Também os impostos fiscais e a corrupção dos oficiais contribuíram para alienar as simpatias da corte de Constantinopla. Os longobardos souberam aproveitar-se hàbilmente desta aversão para arrancar cidade por cidade ao domínio bizantino, chegando até a ameaçar a cidade eterna. Em vão solicitaram os romanos o auxílio de Bizâncio. Desamparados pelo imperador, volveram os olhos para o papa como chefe nato de Roma e da Itália. Já então, o ocidente se teria separado definitivamente de Bizâncio, se os papas não tivessem conservado sincera fidelidade a seus soberanos políticos.

63. No entanto, por causa da indolência e incapacidade da côrte imperial, Gregório III se viu constrangido a procurar, contra as violências dos longobardos, o auxílio de Carlos Martelo, mordomo dos francos (739). O apelo, esta vez, ainda não foi ouvido, e, por felizes negociações, conseguiu o papa Zacarias (741-52) concluir uma paz de vinte

anos com o rei Liutprando (712-44). Mas, durante o mesmo pontificado, entrelaçaram-se aquelas relações entre o papado e o reino dos francos, que para a formação do Estado pontifício e a evolução de toda a história ocidental haviam de ser de sumo alcance.

64. Carlos Martelo († 741) dividiu o reino entre seus filhos. Carlomano, mordomo da Austrásia, entregou, em 747, o governo a seu irmão Pepino o Breve, mordomo da Nêustria, para entrar no mosteiro de Montecassino. Pepino reuniu, deste modo, nas suas mãos os poderes de todo o reino dos francos. Resolveu então pôr termo ao estado desnatural em que se achava o reino, sendo um homem que de fato governava e outro o que indevidamente cingia a coroa real. Procurou conseguir para tal projeto o consentimento do papa, — tão grande já parecia aos olhos de todos o soberano poder do chefe da Igreja. — Uma legação chefiada pelo bispo Burcardo de Vuerzburgo e pelo abade Fulrado de S. Diniz apresentou o projeto ao papa que, de fato, deu o seu consentimento, preenchendo por sua suprema autoridade moral a falta de legitimidade. Em seguida, Pepino se fez eleger rei, pela assembléia dos príncipes, e S. Bonifácio o ungiu, dando à elevação ao trono um caráter solene e sagrado. Desde 769, chamavam-se os soberanos do reino "Reis por graça de Deus". Childerico III, último rei merovíngio, foi internado num mosteiro (751).

65. A Pepino se ofereceu, em breve, oportuna ocasião de mostrar ao papa a sua gratidão. Pois, no reino dos longobardos, o pacífico rei Ratquis fora obrigado, por seu irmão Aistulfo (749-56), a ceder-lhe a coroa, e entrara no mosteiro de Montecassino. O novo rei renovou a antiga política conquistadora. Tirou aos gregos o exarcado de Ravena e planejou a conquista de toda a Itália. Já marchava contra Roma, quando o papa Zacarias faleceu. Estêvão II (752-57), abandonado pelo imperador Constantino V, solicitou o auxílio dos francos. Passando em pessoa os Alpes, encontrou-se com Pepino, aos 6 de Janeiro de 754. Pepino o acolheu com honras reais, prestando-lhe até os serviços de marechal, e jurou-lhe auxílio e proteção contra os longobardos. Na igreja de S. Diniz, perto de Paris, o papa ungiu, mais uma vez, o rei, juntamente com seus filhos Carlos e Carlo-

mano, dando-lhes o título de *Patrício Romano,* que até então se reservara ao exarca de Ravena e ao duque de Roma.

66. Num documento feito em Quierzy, a célebre **Doação de Pepino,** que infelizmente não chegou até nós, o rei não só renovou o seu juramento de defender e proteger a Igreja de Roma, mas prometeu também a "restituição" à Sé apostólica dos territórios imperiais conquistados pelos longobardos, sobretudo do exarcado de Ravena. Em duas campanhas de 754-56, Pepino venceu a Aistulfo e obrigou-o a ceder o exarcado e a pentápolis ao papa. Aos legados do imperador Constantino Coprônimo, que compareceram em Pavia e reclamaram o exarcado, oferecendo preciosos donativos, respondeu Pepino: "Os francos derramaram o seu sangue não pelos gregos, mas por S. Pedro e pela salvação das almas; não há tesouro no mundo capaz de me fazer faltar à minha palavra". Um novo documento confirmou a doação, com o que politicamente ficou constituído o Estado pontifício (LP I 444 ss).

67. A "restituição" se baseava no fato de ser o papa considerado soberano, não, porém, na chamada *Doação de Constantino.* Segundo esta pretensa doação ou *Constitutum,* uma das mais célebres falsificações da história, já Constantino Magno teria cedido ao papa Silvestre e a seus sucessores as honras e insígnias imperiais, e o papa teria recebido o palácio do Latrão e o domínio de Roma e de todas as províncias ocidentais. Este documento, porém, apareceu, na sua forma completa, só pelos meados do século IX, nas decretais pseudo-isidorianas. Por quase toda a idade média se julgava autêntico. Só no século XV, veio a ser impugnado, primeiro pelo cardeal Nicolau de Cusa e depois principalmente por Lourenço Vala. Lugar, tempo e escopo da falsificação são duvidosos. Parece que foi redigido em Roma, não muito depois de 750. Mirbt (Quellen, 107) coloca-o no pontificado de Paulo I. (757-67). Visava pròvàvelmente dar um fundamento jurídico às reclamações da cúria romana a respeito do exarcado e de outros domínios bizantinos e lombárdicos na Itália. Desde meados do século XI, e principalmente no século XIII, serviu também de arma na luta da cúria contra as potências seculares.

68. As turbulências que agitaram o reino lombárdico secundaram não pouco a estabilidade do Estado pontifício. Aistulfo morreu pouco depois da sua derrota, e Ratquis quis cingir, de novo, a coroa. No entanto, foi elevado ao trono Desidério (756-74), duque de Toscana. Para vencer o seu rival, pediu o auxílio dos romanos, prometendo ceder a parte do exarcado de Ravena que ainda ficara em poder dos longobardos. Mas, uma vez seguro do trono, cumpriu sòmente em parte a sua promessa, e a Sé apostólica não esteve, por enquanto, nas condições de fazer valer os seus direitos.

69. Pois, com a morte de Paulo I (757-67), rompeu em Roma uma confusão desoladora causada pela nobreza, que se arrogava o direito da eleição pontifícia. O duque Toto de Nepi conseguiu, por meio de violências, a nomeação de seu irmão Constantino, que era leigo. Mas Constantino foi derrotado, depois de treze meses, com o auxílio dos longobardos, e estes colocaram na cátedra de S. Pedro, por meio de semelhantes violências, o monge Filipe. Finalmente, Estêvão III (768-72), legitimamente eleito, conseguiu restabelecer a ordem. Constantino e seus adeptos foram cruelmente perseguidos.

70. Para que não se renovassem, no futuro, tão tristes acontecimentos, o sínodo do Latrão de 769 (Mansi XII, 719) regulamentou a eleição pontifícia, reservando a votação passiva e ativa ao clero e permitindo ao povo ùnicamente a aclamação do eleito. Esta determinação, porém, ainda não surtiu efeito. Pois Pepino, o Breve, falecera pouco antes. Os dois filhos andavam em contínuas discórdias, e o matrimônio de Carlos com Desiderata, filha de Desidério, despertou neste a esperança de poder tranquilamente realizar os seus antigos planos de conquista. Mas de repente mudou de face a política da Itália. Carlos separou-se de Desiderata. Carlomano morreu, e Estêvão III seguiu-o, em breve, ao sepulcro. Carlos Magno assumiu as rédeas do governo em todo o reino dos francos, e Adriano I subiu ao trono pontifício.

Liber Pontificalis, ed. Duchesne, 2 vol. Paris 1886-92. — P L 127-128. — Pontificum Romanorum vitae, ed. Watterich, 2 vol. Lipsiae 1862. — *Mirbt,* Quellen zur Geschichte des Papsttums und des roemischen Katholizismus, 5. ed. Tuebingen 1934. — *Silva-Tarouca,* Fontes historiae ecclesiasticae medii aevi I, Romae 1930. — *Romano,* Le dominazioni barbariche in Italia, Milano 1909. — *Crivellucci,* Le origini dello Stato della chiesa, Pisa 1909. — *Funk-Bihlmeyer,* Kirchengeschichte II 23 ss.

§ 71. Carlos Magno e a Igreja

71. **Carlos Magno** (768-814) tornou-se para o reino dos francos franceses e alemães, e para todo o ocidente um soberano de secular importância. Igualmente grande como guerreiro e governador, criou um império que compreendia todas as tribos germânicas e a maior parte dos domínios romanos do continente ocidental, opondo, desta maneira, ao império oriental e ao califado dos mouros uma terceira grande potência mundial. Além disso, baseando-se nos fundamentos lançados por Bonifácio e Pepino, fundiu as forças nacionais dos povos germânicos com as instituições do antigo império, formando assim o poderoso império cristão.

72. A sua preocupação principal foi, desde o princípio, espalhar em toda parte o cristianismo. E não lhe bastava fundar a Igreja em todos os seus domínios, esforçou-se por organizá-la e levar o seu povo a um nível mais elevado de moralidade e de cultura.

73. Quanto às relações entre a Igreja e o Estado, é característica para o reino de Carlos a mútua compenetração das duas esferas, espiritual e material. Não era ele sòmente o "devoto defensor da santa Igreja", como ele mesmo se chamava (ST I, 339), mas era também o senhor da Igreja do seu reino. Como Constantino e Justiniano, assim também Carlos se metia nas coisas internas da Igreja e até nas controvérsias dogmáticas, nomeava bispos e abades, convocava sínodos e os presidia, dispunha dos bens da Igreja como se fossem bens da coroa, e mesmo nas relações com o papa se apresentava com autoridade decisiva.

Todavia, não convém igualar o seu procedimento ao cesaropapismo da corte bizantina. Pois os motivos que o norteavam eram apenas os sentimentos do dever e da responsabilidade. O próprio Carlos fez exceder teòricamente o poder espiritual ao poder político. O seu ideal era o Estado teocrático de S. Agostinho, sendo os livros da *Cidade de Deus* a sua leitura predileta (Eginh., c. 24).

74. Daí se explica também a sua política externa, favorável à Sé apostólica. Depois da morte de Pepino, o rei Desidério, além de não ter cumprido as promessas feitas ao papa, procurou novamente conquistar também os bens que a

Igreja possuía no exarcado de Ravena. O papa **Adriano I** (772-95), porém, solicitou o auxílio dos francos. Carlos Magno passou os Alpes, desbaratou os longobardos, prendeu o seu rei e cingiu mesmo a coroa férrea, tomando o título de "rei dos francos e dos longobardos" (774).

Por ocasião de uma visita a Roma, confirmou a doação pepiniana, aumentando-a com a concessão do resto do exarcado, particularmente das cidades de Imola, Ferrara e Bolonha, e, se podemos dar fé aos capítulos 41-43 da *Vita Hadriani* (LP I 498; cfr. p. CCXXXVI), ainda de outras partes da Itália. Desde então desaparecem todos os vestígios da dominação bizantina. Em tudo se apresenta o papa como soberano do Estado da Igreja.

75. Todavia, não era soberano de todo independente. Como antes os bizantinos, assim Carlos Magno, desde que cingia a coroa férrea e usava oficialmente o título de Patrício Romano, procurou ter maior influência no Estado pontifício. Os seus desejos se realizaram no pontificado de **Leão III** (795-816).

76. O novo papa, logo depois da sua elevação à cátedra de S. Pedro, enviou a Carlos as chaves do sepulcro do príncipe dos apóstolos e o estandarte da cidade de Roma, pedindo-lhe, ao mesmo tempo, que fizesse com que o povo romano lhe prestasse o juramento de fidelidade (Eginh., Annal. ad. an. 796). Não foi este um juramento de vassalagem, mas de simples reconhecimento dos direitos de Patrício Romano.

Vendo-se, em seguida, por ocasião da procissão de S. Marcos de 799, atacado e maltratado pelos sobrinhos de seu antecessor, o papa se dirigiu a Paderborn a fim de pedir o auxílio de Carlos. Este o fez reconduzir solenemente a Roma. E, quando ele mesmo, no ano seguinte, foi a Roma para decidir, de vez, a questão pendente entre os dois partidos, absteve-se a assembléia por ele presidida de julgar o papa, "porque a Santa Sé não pode ser julgada por ninguém" (LP II 7). O próprio papa então se justificou das graves calúnias, que lhe haviam feito, sendo, finalmente, desterrados os seus adversários.

77. Dois dias depois, Natal de 800, teve lugar aquela cena que é uma das mais memoráveis de toda a história

do papado e do império. Assistindo Carlos Magno às solenidades na basílica de S. Pedro, o papa cingiu-lhe a fronte com a coroa imperial, enquanto que o povo exclamava: "A Carlos, piíssimo Augusto por Deus coroado, magno e pacífico imperador, vida e vitória" (LP II 7). O próprio papa lhe prestou, segundo o costume bizantino, as homenagens de "adoração". E é esta a origem do **Sacro Império Romano,** como foi chamado desde o século XIII, acrescentando-se a este título, na segunda metade do século XV, as palavras "de nação germânica".

78. "O levantamento do império germânico-romano foi, não a consequência dum plano combinado, mas o resultado necessário duma série de circunstâncias providenciais. *Também não foi uma transladação* da dignidade imperial do oriente para o ocidente, porque a elevação de Carlos Magno nada tirou ao imperador grego, mas foi uma verdadeira restauração do império do ocidente" (Alzog II 52; Pagi, Critica in Annales Baronii ad an. 800, 10).

79. Fossem quais fossem os motivos do papa e os sentimentos do imperador antes da coroação (cfr. Eginh., c. 28), o fato foi de alcance universal. Carlos não obteve, é verdade, um novo "*domínio territorial,* mas uma *supremacia de honra e de autoridade*". E com a nova dignidade se ligaram dois importantes direitos, respectivamente deveres: 1) a *advocacia* da Igreja universal e da Igreja romana em particular, em virtude da qual tinha de proteger o papa e a Igreja contra os inimigos internos e externos, e da qual resultava o direito de confirmar a eleição pontifícia; 2) *a primazia sobre os príncipes do ocidente,* à qual se ligava o dever de propagar, segundo as suas forças, o reino de Deus.

80. Desta maneira, se apresentaram mais nítidas e palpáveis as idéias de S. Agostinho e de Gregório Magno, segundo as quais o papa, como chefe espiritual, e o imperador, como chefe secular, deviam, em íntima harmonia, velar pelo bem eterno e terrestre da família universal dos cristãos. Embora este ideal só raras vezes se realizasse e não faltassem graves conflitos entre os dois poderes, império e sacerdócio foram, todavia, nos séculos seguintes, os verdadeiros fatores da evolução da história medieval.

81. As relações recíprocas entre as duas autoridades foram mais exatamente determinadas pela *Constituição Romana* de Lotário I, redigida em Novembro de 824 (MQ

123-24). Atribuiu-se ao imperador, protetor da Igreja romana, a suprema jurisdição temporal, reservando-se ao papa, soberano de Roma e do Estado da Igreja, o exercício do poder judicial e administrativo. O imperador obteve, além disso, o direito de intervir na eleição do papa. O pontífice canônicamente eleito devia ser sagrado só depois de ter prestado ao imperador o juramento de fidelidade. De outro lado, não podia chamar-se legìtimamente imperador quem não fosse coroado e ungido pelo papa.

Eginhard., Vita Caroli Magni, ed. Pertz-Waitz, Hannover 1911; ed. Bachmann, Muenster 1926. — *Eginhard.,* Annales regni Francorum, ed. Pertz-Kurze, Hannover 1896. — LP ed. Duchesne II 4 ss. — PL 128, 1163 ss. — Codex Carolinus, MGEE 3, 469 ss. — *Funk-Bihlmeyer,* Kirchengeschichte II 27 ss. — *J. M. de Carvalho,* História do imperador Carlos Magno, Rio de Janeiro. — *Thijm,* Karl der Grosse, Münster 1868.

§ 72. Os papas do século IX e a decadência do império carlovíngio

82. Mal havia falecido Carlos Magno, já começou a decadência do seu poderoso império; dissolveu-se a sua unidade. **Luís I,** o Bonachão (814-40), bondoso e profundamente religioso, mas fraco, não soube conservar a herança que o pai lhe legara. As longas contendas entre ele e seus filhos Lotário, co-imperador desde 817, Pepino e Luís, o Teutônico, que teve do primeiro matrimônio, e Carlos, o Calvo, que teve do segundo, como também os conflitos entre os próprios irmãos desnaturados causaram males irreparáveis ao império e ao povo, levando, finalmente, a uma divisão, realizada no tratado de Verdun (843). A Estfrancônia ficou sendo reino de Luís, o Teutônico (843-76), Carlos, o Calvo (843-77), recebeu o reino da Oestfrancônia, e a Francônia central ou a Lorena foi a herança de Lotário I (840-55), que conservou também a dignidade imperial. No tratado de Meersen sobre a Mosa (870), Luís e Carlos dividiram entre si o reino central de Lotário II (†869), estabelecendo-se, deste modo, a separação definitiva das duas nações, a Alemanha e a França.

83. Por causa das íntimas relações entre a Igreja e o Estado, também a Igreja sentiu as consequências dos dis-

túrbios que agitavam o império. E' verdade que o papado conseguiu maior liberdade, sacudindo o patrimônio dos francos. Mas, pelo enfraquecimento do império, perdeu também a proteção que lhe era tão necessária na defesa contra os senhores territoriais da Itália que, mais e mais, procuravam ter influência na eleição pontifícia e no governo da Igreja. Agravaram-se os males com as invasões dos normandos e dos sarracenos, pelo fim do século VIII e no pricípio do século IX.

84. **Leão III** entregara-se com inteira confiança a Carlos Magno. E quanto devia à sua proteção, mostrou a sublevação que estalou contra ele, logo depois da morte do grande imperador. Também **Estêvão IV** (816-17) e **Pascoal I** (817-24) mantiveram boas relações com o imperador. A eleição de **Eugênio II** (824-27) causou, como a de seus sucessores, acres conflitos entre os partidos. Por isso, Lotário I foi chamado à Roma, e foi redigida então a *Constituição Romana* acima mencionada (§ 71).

Depois do pontificado, de um mês apenas, de Valentim, sucedeu **Gregório IV** (827-44). Chamado por Lotário, foi à Alemanha para, na sua qualidade de supremo chefe da cristandade, intervir no conflito da família imperial. Mas a sua missão não surtiu nenhum efeito, parte por causa da sua predisposição a favor de Lotário, parte pelas maquinações mentirosas do mesmo. Luís, o Bonachão, foi preso no "Campo da mentira", deposto e obrigado a uma penitência humilhante. Depois de dois anos lhe foi restituído o império. Mas o brilho, que Carlos Magno dera à autoridade imperial, apagara-se para sempre.

85. Depois da morte do infeliz imperador, continuou a luta entre os irmãos Lotário, Luís e Carlos. Foi particularmente Lotário, que se mostrou muito cioso de manter os seus direitos de imperador e protetor da Igreja. Como na eleição de **Sérgio II** (844-47), por motivo de novos distúrbios, não fossem observadas as determinações da *Constituição Romana* de 824, enviou a Roma seu filho Luís II, à frente dum exército indisciplinado. Mas em vão esperava o papa o auxílio imperial contra as invasões dos sarracenos, que fizeram correrias até Roma e profanaram os sepulcros de S. Pedro e de S. Paulo (846).

Para prevenir, no futuro, semelhantes desgraças, **Leão IV** (847-55) cercou de um muro o Vaticano, fundando assim a Cidade Leonina, e venceu, numa segunda invasão, os sarracenos, na batalha marítima de Óstia (849). Com o imperador teve o grande papa as mais amigáveis relações, e deu também a coroa imperial a seu filho Luís II (850). Depois da morte de Leão IV, o partido imperial procurou elevar ao sólio pontifício o douto mas ambicioso cardeal-presbítero Anastácio Bibliotecário, que, porém, teve de ceder ao papa legìtimamente eleito, **Benedito III** (855-58).

86. A lenda faz subir à cátedra de S. Pedro, depois da morte de Leão, uma moça de nome Joana. Oriunda de Mogúncia ou da Inglaterra, teria estudado, disfarçada como homem, em Atenas, teria governado como papa, pelo espaço de dois anos e sete meses, com o nome de João VIII. A fraude teria sido descoberta durante a solenidade de uma procissão, sendo Joana acometida pelas dores do parto, falecendo, em seguida.

E' uma frívola invenção, usada e abusada por gente ignorante ou de má fé, para lançar ultrajes contra a Igreja e o papado. Antes de tudo, falta o tempo para o pretenso pontificado de uma papisa. A Leão IV sucedeu, conforme o *Liber Pontificalis*, "imediatamente" o papa Benedito III, provàvelmente no mesmo mês de Julho em que faleceu Leão. A relação do *Liber Pontificalis* é confirmada por outras provas irrefutáveis.

Existe um diploma de Benedito III para o mosteiro de Córbia com a data de 7 de Outubro de 855. Existem também moedas com os nomes do imperador Lotário I e do papa Benedito; e sabemos que o imperador faleceu aos 28 de Setembro de 855. Além disso, o arcebispo Hincmar de Reims enviou a Roma um legado que em caminho soube da morte de Leão IV; e chegando a Roma, já encontrou o novo papa Benedito.

A prova mais apodítica é o tardio aparecimento da fábula. Nenhum contemporâneo sabe de uma papisa. Só três séculos depois aparece, pela primeira vez, na *Crônica Universal* de Metz, compilada por João de Mailly, O. P., pelo ano de 1250, e depois em diversas crônicas dos séculos XIII e XIV. Espalhou-se principalmente pela crônica de Martinho de Troppau ou Polono, O. P. As antigas relações do *Liber*

Pontificalis, de Mariano Scoto, etc., nem vestígio têm de uma papisa. Nem Martinho Polono teve a fábula na primeira edição da sua crônica. Segundo Doellinger é uma falsificação, feita entre 1278 e 1312. Em meados do século XIV, a lenda foi geralmente aceita como história, e foi tida como tal até ao século XVI. Também os centuriões de Magdeburgo e, em seguida, outros protestantes aceitaram-na como fato histórico.

Mas os verdadeiros doutos reconheceram cedo a falsificação. O primeiro a levantar dúvidas contra a fábula foi Enéias Sílvio Picolomini. Refutou-a terminantemente o teólogo reformado David Blondel (1649). Hoje em dia, sòmente espíritos cegos pelo ódio anticatólico ainda acreditam na fabulosa narrativa (Doellinger, Papstfabeln, ed. 2., Stuttgart 1890, I ss; HK II III, n. 2).

87. A **Benedito III** sucedeu o grande papa **Nicolau I** (856-67), eleito e sagrado em presença do imperador Luís II, aplaudido e amado pelo povo, clero e nobreza. Entre Gregório I e Gregório VII não há pontífice mais eminente do que ele. Era afável para com os eclesiásticos bons e zelosos, mas severo e inflexível para com os que não cumpriam os seus deveres. Chamavam-no um outro Elias, árbitro dos príncipes e dos povos (PL 132, 95). Talento administrador, erudição teológica e jurídica e energia de caráter o distinguiam de tal maneira que mereceu o título de "Magno".

A sua principal preocupação foi a perfeita liberdade da Igreja e maior autoridade da Sé apostólica. Compenetrado e convencido da sua alta dignidade de Vigário de Deus na terra, não reconhecia outra autoridade superior à sua. Mas sentia que esta dignidade era antes um peso de que uma honra, porque o papa tem de dar contas severas a Deus. E como Nicolau pensava, assim também agia. Segundo o exemplo de Leão I e Gregório I, soube centralizar o poder espiritual dentro da Igreja e firmar a sua posição política em face dos príncipes ocidentais e imperadores bizantinos, inflexível na defesa dos princípios cristãos e dos privilégios da Sé apostólica.

88 a. Esta sua concepção da autoridade papal o envolveu necessàriamente em graves conflitos dentro e fora da Igreja. Na Itália teve de lutar contra a tirania e insubmis-

são do arcebispo João de Ravena, apoiado pelo imperador Luís II (855-75). Conseguiu reduzi-lo à obediência num sínodo de Roma (861). Na França teve um conflito com o poderoso arcebispo Hincmar de Reims (845-82), que injustamente depusera o bispo Rotádio de Soissons (862). Nicolau anulou a sentença de Hincmar, firmando-se nas *Decretais pseudo-isidorianas,* de que Hincmar reconhecia a autenticidade, embora lhe negasse a autoridade (MQ 128-29).

b. Além disso o papa teve de defender a santidade do matrimônio cristão contra as pretensões de Lotário II, que de seu pai Lotário I herdara o reino da Lorena. Por motivos políticos se casara o rei com Teutberga, irmã do poderoso abade Hucberto de São Maurício. Como este matrimônio ficasse sem filhos, quis separar-se de Teutberga para casar-se com Valdrada, da qual já tinha três filhos. Alguns bispos da Lorena, sobretudo Guntero de Colônia e Tietgáudio de Treves, secundaram vergonhosamente os caprichos do rei. Mas o papa defendeu com energia a causa da infeliz rainha e a santidade do matrimônio cristão contra todas as dificuldades e, mesmo contra as violências do imperador Luís II, irmão de Lotário, depôs os arcebispos de Colônia e de Treves e ameaçou o rei com a excomunhão. Antes de pronunciá-la, faleceu o grande pontífice. As negociações continuaram ainda no pontificado de **Adriano II** (867-72), e só terminaram com a morte repentina de Lotário (869). Mais acres ainda foram as contendas que Nicolau teve de sustentar com Fócio, patriarca de Constantinopla (§ 78).

89 a. Depois do brilhante pontificado de Nicolau I, o papado perdeu ràpidamente o esplendor que o grande papa lhe dera. Adriano II, que se lhe assemelhava na bondade, não teve infelizmente a mesma firmeza de vontade. **João VIII** (872-82), igualmente digno e zeloso, não conseguiu realizar a sua principal preocupação: manter e firmar a segurança do Estado pontifício contra os seus inimigos internos e externos. Por duas vezes, teve de dar a coroa imperial. Mas não foi feliz na sua escolha. No dia de Natal de 875, coroou a Carlos II, o Calvo, apesar de o direito de Luís, o Teutônico, ser mais bem fundamentado. Carlos, porém, renunciara ao privilégio da supremacia sobre Roma e aos direitos que a *Constituição Romana* de 842 concedia ao imperador.

No entanto, as esperanças, que o papa depositara no novo "protetor da Igreja", não se realizaram.

b. Sendo Carlos, em breve, surpreendido pela morte (877), o papa viu-se novamente na difícil posição de escolher entre os muitos competidores da coroa. Deu-a finalmente a Carlos III, o Gordo (881-87), filho mais novo de Luís, o Teutônico. Pelas mortes sucessivas de seus parentes, reuniu o novo imperador, desde 885, quase todo o império de Carlos Magno nas suas mãos. Mas mostrou-se tão incapaz, aquém e além dos Alpes, que, apesar do seu grande poder, não só não conseguiu proteger o papa contra os sarracenos e as dinastias romanas, mas teve também de comprar a paz com os normandos a troco de grandes concessões. Os príncipes reuniram-se, por isso, numa assembléia de Tribur (887), onde o depuseram. O império se dividiu então em cinco reinos, Alemanha, França, Borgonha Alta, Borgonha Baixa e Itália.

90. Enquanto o império se dissolvia, começou para o papado o período mais triste da sua história. Roma, nem antes, nem depois, viu jamais um tempo tão desolador. A João VIII sucederam Marino I (882-84), Adriano III (884-85) e Estêvão V (885-91). Disputavam então entre si o domínio político da Itália o margrave Berengário de Friul e o duque Guido de Espoleto. Guido (891-94) derrotou o seu adversário e obrigou o papa Estêvão V a conceder-lhe a coroa imperial. O papa **Formoso** (891-96) teve de coroar também seu filho Lamberto (892-98).

91. Mas o domínio dos espoletanos foi tão insuportável, que Formoso chamou Arnolfo de Caríntia, rei da Alemanha, para receber a coroa imperial (896). Uma doença impediu, porém, o valoroso Arnolfo de prosseguir a sua vitória. E depois da sua morte prematura (899), não se pôde mais esperar auxílio por parte da Alemanha. Pois seu filho Luís, o Menino (900-11), último carlovíngio da Estfrancônia, tinha apenas sete anos de idade.

92. Em Roma reinava, por conseguinte, terrível confusão, que teve a sua mais clara expressão no rápido suceder dos pontífices e na contradição das suas disposições. Formoso morreu, pouco depois da partida de Arnolfo. Bonifácio VI, eleito tumultuàriamente, só governou duas semanas. Estêvão VI (896-97), criatura dos espoletanos, deixou-se levar ao crime abominável de profanar o corpo de Formoso, e, fundando-se no cân. 15 do concílio niceno, que ordenava não ser permitido passarem os bispos de uma sede para outra, declarou ilegítimo o seu pontificado e inválidas as suas ordenações. Mas Estêvão teve que pagar o seu crime com uma morte ignominiosa na prisão (PL 129, 823 ss.).

93. Foi eleito Romano, e, depois de quatro meses incompletos, Teodoro II (897), que teve a coragem de dar uma sepultura honesta ao papa Formoso e de restabelecer as suas ordenações. Depois de um pontificado de vinte dias apenas morreu Teodoro provàvelmente assassinado por um seu parente. O ambicioso Sérgio, que já conspirara contra Formoso, procurou então assegurar-se da cátedra de S. Pedro. Mas a sua tumultuosa eleição não foi reconhecida pelo imperador Lamberto, que apoiou a eleição de **João IX** (898-900), beneditino eminente e piedoso. O novo papa renovou, num sínodo de Roma (898), as determinações da *Constituição Lotariana* no tocante à eleição pontifícia, declarou inválidos os atos de Estêvão VI e procurou, segundo as suas forças, remediar os abusos e males de seu tempo tão agitado (ST I 504-06).

LP ed. Duch. II, Paris 1892. — Cartas e decretos de Nicolau I, PL 119, 769 ss. — *Regino Prumensis*, Chronicon, PL 132, 15 ss. — Invectiva in Romam, PL 129, 823 ss. — *Auxilius*, De ordinationibus a Formoso papa factis, PL 129, 1059 ss. — *Baronius*, Annales IX. — *Roy*, Saint Nicolas I, Paris 3. ed. 1899; trad. ital. Roma 1908. — *Funk-Bihlmeyer*, Kirchengeschichte II 32 ss. — *Seppelt-Loeffler*, Papstgeschichte von den Anfaengen bis zur Gegenwart, Muenchen 1933, nova ed. 1938.

§ 73. Papado e império até meados do século XI

94. As turbulências que agitavam, pelo fim do século IX, a cidade eterna e todo o ocidente, aumentaram ainda no século X. "Eis que começa o ano do Redentor de 900... e com ele um novo século, o qual, por sua aspereza e pela esterilidade do bem, costuma ser chamado o férreo, pela deformidade do mal, o plûmbeo, e pela falta de escritores, o obscuro", assim escreve não injustamente Barônio nos seus Anais (ad an. 900, 1). Este século, embora não fosse tão

obscuro, como muitos o pintam, demonstra todavia uma decadência política e cultural, que não conhece igual na história do cristianismo. Os sarracenos, normandos e húngaros saquearam e destruíram cidades e mosteiros. A nobreza apoderou-se de grande parte dos bens da Igreja. Entre o clero alto e baixo reinava deplorável indiferentismo, ignorância, avareza, dissolução de costumes e a mais abominável simonia. Até à corte pontifícia alastrou-se o mal. O papado era ludíbrio dos partidos. Só a Alemanha, chefiada pelos dignos reis saxônicos (919-1024), conseguiu ressurgir do caos e restabelecer a ordem. E o império alemão, restaurado por Otão I, salvou também o papado da sua profunda humilhação.

95. O pontificado de João IX foi muito breve, e o tempo foi muito agitado para poderem executar-se as determinações do sínodo romano de 898. Seguiu-lhe o digno **Benedito IV** (900-03), que logo se viu no meio de uma desesperadora posição. Na Alemanha reinava um menino. Na França, Carlos, o Simples (893-923), manejava o cetro. O sul da Itália era inquietado pelos correrias dos sarracenos. E em Roma, as famílias nobres continuavam a disputar entre si o poder. Benedito esperava achar auxílio e proteção junto a Luís III, rei da Borgonha Baixa, e deu-lhe a coroa imperial. Mas Luís não pode manter-se na Itália contra o violento Berengário de Friul. E o papa morreu, provàvelmente assassinado. Os berengarianos elevaram ao trono pontifício a Leão V (903). Este, depois de trinta dias, foi deposto e encarcerado por seu próprio capelão Cristovão (903-04) que, depois de alguns meses, igualmente foi encarcerado. Ambos morreram na prisão.

Sérgio III (904-11), que já em 898 procurara o pontificado, finalmente o conseguiu (PL II 236 ss), protegido pelo margrave Adalberto de Túscia e o seu poderoso partido. Desde então, três mulheres ganharam uma influência fatídica, Teodora, esposa ambiciosa do senador e consul romano Teofilato e, em seguida, do próprio margrave, Adalberto, e suas filhas Marózia e Teodora II. E' preciso, porém, notar aqui que a narrativa de Liutprando de Cremona é muito tendenciosa e que não convém designar com ele os primeiros decênios do século X "época de pornocracia".

96. Depois dos breves pontificados de Anastácio III (911-13) e de Lando, foi elevado ao sólio pontifício o arcebispo de Ravena, **João X** (914-928). Segundo Liutprando deveria a sua elevação às relações com Teodora. Mas as notícias de Liutprando não resistem à crítica da história. Outras fontes nos apresentam o papa como varão digno e bom (LP II 240; PL 132, 797 ss). Em 915, deu a Berengário de Friul a coroa imperial e formou uma aliança entre os demais príncipes da Itália contra os sarracenos, que foram derrotados na batalha de Garigliano (916). Também a política interna de João X foi eficaz e bem sucedida. Mas precisamente por isso despertou o ódio de Guido da Túscia, segundo marido de Marózia, que o lançou na prisão, onde o fez assassinar.

97. Leão VI o seguiu ao sepulcro já depois de sete meses. Também Estêvão VII só governou dois anos. Marózia, que como Senatriz e Patrícia governava com poder quase absoluto, fez então eleger seu próprio filho **João XI** (913-36), fruto do seu primeiro matrimônio com Alberico, e não de suas relações com Sérgio III como fabula Liutprando. Pretendeu assim dominar a política e também a religião.

98. A ambição desta mulher não parou aqui. Tendo enviuvado, de novo, casou-se com Hugo, neto de Valdrada e rei da Provença e da Itália (932), aspirando provàvelmente à coroa imperial. Mas seu segundo filho Alberico moveu, no mesmo dia das bodas, uma sublevação e, com o título de "Senador e Príncipe de todos os romanos", apoderou-se do governo temporal do Estado pontifício. João XI foi reduzido a completa dependência. E também aos seus quatro sucessores imediatos Leão VII (936-39), Estêvão VIII (939-41), Marino II (942-46) e Agapito II (946-55) sòmente ficou o exercício das funções espirituais. Alberico manejou o cetro com energia, e, em união com ele, os papas, varões dignos, procuraram reformar a Igreja. Infelizmente, no leito da morte, fez jurar os romanos que elevassem, na próxima sedisvacância, ao sumo pontificado seu filho Otaviano, que, depois da morte de Agapito, realmente reuniu nas suas mãos ambos os poderes, apesar de ter apenas 18 anos de idade. Tomou o nome de **João XII** (955-64), e foi esta a primeira vez que um papa mudou o seu nome. Com ele subiu um dos mais indignos papas à cátedra de S. Pedro (LP II 246; PL 133, 1011 ss).

99. Entretanto, se estava preparando uma completa mudança na política da Itália. O império alemão, depois de um período de decadência, recobrou nova força. **Henrique I** (919-36) e seu filho **Otão I Magno** (936-73) lançaram os fundamentos do novo Estado alemão, centralizando os poderes e assegurando o trono com o apoio dos bispos e abades, elevados à dignidade de príncipes imperiais. De então em diante foram eles um baluarte firme para a trono contra o particularismo dos duques e príncipes seculares. Muitos destes bispos foram varões distintos, como Bruno de Colônia († 965), irmão de Otão I, ao mesmo tempo duque da Lorena, Ulrico de Augsburgo († 973), Adalberto de Praga († 997), Viligis de Mogúncia († 1011), chanceler dos dois primeiros Otões, Bernvardo († 1022) e Godehardo († 1038) de Hildesheim e outros mais.

100. Deste modo, Otão Magno estava nas condições de restabelecer também a ordem em Roma e na Itália superior. Uma ocasião se lhe ofereceu pela morte de Lotário (947-50), rei da Itália, filho de Hugo. O margrave Berengário de Ivréia apoderou-se da coroa e, para assegurar o seu trono, procurou casar seu filho Adalberto com Adelaide, jovem e santa viuva de Lotário (PL 62, 961 ss). Esta, porém, se opôs, e, do cárcere em que Berengário a lançara, conseguiu fugir para junto do rei da Alemanha. Otão Magno passou os Alpes, fez-se coroar rei dos longobardos em Pavia e desposou Adelaide (951). Berengário recebeu a Itália como feudo imperial. Mas, por causa da sua infidelidade, Otão pôs termo ao seu senhorio, durante a segunda expedição à Itália.

101. Foi o próprio João XII que enviou uma legação a Otão, pedindo que, "pelo amor de Deus e dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo", viesse em seu auxílio contra as pretensões de Berengário. Este se lhe opusera, quando procurara restabelecer o Estado da Igreja, e chegara a ameaçar até Roma. Otão Magno aceitou o convite dos romanos, satisfazendo assim os seus próprios desejos. Antes de entrar na cidade eterna, jurou ao papa que exaltaria, com todas as suas forças, a Igreja romana e os seus pastores, prometeu-lhe segurança e proteção e lhe assegurou que jamais lavraria sentença nem promulgaria decreto que interessasse ao papa ou aos romanos, sem permissão pontifícia,

e prometeu-lhe ainda restituir à Igreja tudo quanto do Patrimônio de S. Pedro haveria de cair nas suas mãos (MQ 130; Decr. Grat., P. I, dist. 63, c. 33).

Em 2 de Fevereiro de 962, Otão foi coroado imperador, e o papa, como também os romanos lhe juraram fidelidade. Desde então, a coroa imperial ficou unida à coroa alemã. Aos 13 de Fevereiro, o imperador lavrou um documento a favor da Igreja romana, o *Pactum Ottonianum*, pelo qual confirmou e aumentou as doações de Pepino e de Carlos Magno, restabelecendo, ao mesmo tempo, a *Constituição Lotariana* de 824 (Mansi XVIII 451 ss).

102. Mas a boa harmonia entre o papa e o imperador foi, em breve, perturbada. Tendo-se retirado Otão, o papa, violando o seu juramento, aliou-se aos inimigos do imperador, Berengário e Adalberto. Otão voltou, por isso, a Roma e, num sínodo por ele convocado no Vaticano (Mansi XVIII 466; Baron., 963, 12 ss), pronunciou a deposição do papa, acusando-o de homicídio, perjúrio, sacrilégio e adultério. Foi eleito como papa Leão VIII (963-65), leigo, que num só dia recebeu todas as ordens sacras. Tal procedimento, porém, não estava de harmonia com os princípios do direito vigente, e por isso não teve universal aceitação. De fato, apenas deixou Otão a cidade de Roma, quando João XII regressou. Num sínodo, reunido igualmente no Vaticano e composto, na maioria, pelos mesmos membros do sínodo anterior, Leão VIII foi declarado usurpador. Seus adeptos foram cruelmente perseguidos.

103. No entanto João XII faleceu, pouco depois, de apoplexia, e os romanos, em vez de dar os seus votos a Leão VIII, elegeram a Benedito V (964). Otão Magno, indignado, empreendeu, por isso, uma terceira viagem à Itália para reintegrar o seu papa. Leão VIII teria, por esta ocasião, concedido ao imperador e a seus sucessores o direito de designar o seu próprio sucessor no império e de nomear os bispos de todo o império, inclusive o de Roma (Decr. Grat. P. I, dist. 63, c. 23). Mas o documento de tal concessão é uma falsificação da época das investiduras. Benedito foi desterrado para Hamburgo, onde faleceu em 966. Um ano antes falecera também Leão VIII.

104. Com prévio consentimento de Otão I foi eleito o papa **João XIII** (965-72), filho de Teodora II, que, pela severidade com que fez valer a sua autoridade contra o prefeito e a nobreza de Roma, foi aprisionado, dois meses depois da sua eleição. Teve que passar onze meses na prisão. Mas Otão, vindo novamente a Roma, restabeleceu a ordem com férrea energia. Treze cabeças da rebelião foram condenados à morte. Durante os anos seguintes, o papa pôde governar pacìficamente. Em 967 e 968, celebrou, em presença do imperador, dois sínodos, que tiveram particular importância para a Igreja da Alemanha. No primeiro prometeu dar a coroa a Otão II, o que se realizou na festa do Natal de 967. Em 972, foi coroada também a jovem esposa de Otão II, Teófano, princesa bizantina. Pouco depois faleceu o papa.

105. Na presença dos legados imperiais foi eleito **Benedito VI** (972-74). Mas, em Maio de 973, morreu Otão I, e em Roma se levantou, de novo, a oposição. À sua testa se achava Crescêncio, irmão de João XIII. O papa foi aprisionado e assassinado no cárcere. O ambicioso diácono Bonifácio Franco subiu ao trono pontifício, com o nome de Bonifácio VII (974). Mas **Otão II** (973-83) marchou contra Roma a fim de restabelecer a ordem. Bonifácio fugiu com os tesouros de S. Pedro para Constantinopla (LP II 257). **Benedito VII** (974-83), protegido por Otão, teve um pontificado mais tranquilo. Mas o projeto do jovem imperador de expulsar os sarracenos da Itália sulista e erigir ali o seu domínio fracassou, e a sua morte prematura, — morreu em Roma na idade de 28 anos, — teve funestas consequências.

106. Pouco antes da sua morte, havia sido eleito papa o bispo Pedro de Pavia, que tomara o nome de **João XIV** (983-84). Bonifácio voltou, usurpando a Sé apostólica, e metendo a João XIV no castelo de Santo Ângelo, onde morreu de fome. Onze meses depois do seu crime o usurpador caiu vítima de um motim popular.

107. Foi eleito então o papa **João XV** (985-96), provàvelmente sob a proteção do patrício Crescêncio II, que recebera de seu pai o poder temporal, sem se mostrar hostil à soberania imperial. O papa acomodou-se, a princípio, às

circunstâncias. Mas, por fim, não se pôde evitar o rompimento das relações.

Otão III (983-1002), chamado pelo papa, teve que intervir. João XV, porém, morreu, antes da chegada do imperador, jovem de 16 anos apenas. Crescêncio foi bastante prudente para oferecer ao jovem soberano a proteção de Roma e a nomeação de um novo pontífice Por nomeação de Otão III foi eleito seu próprio capelão, bisneto de Otão I, Bruno (Mansi XIX 109 ss), que tinha apenas 24 anos de idade, mas era varão ilustre e digno da suprema autoridade da Igreja. Tomou o nome de **Gregório V** (996-999). Na festa da Ascensão coroou o jovem imperador. Depois da partida de Otão, Crescêncio usurpou, de novo, o poder e opôs a Gregório um antipapa na pessoa do bispo João de Placência com o nome de João XVI (997-98). Mas Crescêncio pagou a sua audácia com a morte e João foi mutilado e encarcerado (Mansi XIX 199).

108 a. Gregório V inspirou grandes esperanças a todos quantos amavam a Igreja. Era parente e amigo íntimo do imperador. Manteve as mais felizes relações com a França. Era amável, mas forte na defesa das leis divinas e eclesiásticas. Sabia impor-se aos transgressores dos cânones, também quando estes transgressores eram príncipes. Pregava incansàvelmente em três línguas. Celebrava sínodos para reformar os costumes. Não conhecia senão a glória de quem era representante sobre a terra. Mas no meio dos seus trabalhos surpreendeu-o morte prematura.

b. Depois da morte de Gregório V, o imperador designou Gerberto de Aurilac, que tomou o nome de **Silvestre II** (999-1003), primeiro papa francês (PL 139, 85 ss; Mansi XIX 239 ss). Na Oestfrancônia se dera, pouco antes, uma mudança no trono real. Em 987, morrera o último carlovíngio, Luís V, o Preguiçoso. Fora eleito rei o conde de Paris, Hugo Capeto. E com a sua subida ao trono, o reino, desde então chamado de França, começou a ressurgir da estagnação em que o deixaram os carlovíngios. Hugo escolhera por mestre de seu filho Roberto, o Santo, a Gerberto, que venceu, por seu vasto saber, todos os contemporâneos, e de tal modo se distinguiu por seus conhecimentos filo-

sóficos, matemáticos e astronômicos, que já em vida teve a fama de nigromante (cfr. LP II 253).

c. Em 982, acompanhara Otão II à Itália e foi instituído abade de Bobbio. Tendo renunciado, foi eleito bispo de Reims. Mas o papa João XV não aprovou esta elevação. Gerberto retirou-se, por isso, a Magdeburgo para ser mestre de Otão III. Este o levou consigo à Itália (998), fê-lo arcebispo de Ravena e, finalmente, papa. Como tal teve as mais amigáveis relações com S. Estêvão, rei da Hungria, com Roberto, rei da França, e, particularmente, com o jovem imperador. Este estabeleceu a sua residência no Aventino, visando a restauração do império universal, com uma ordem cristã, e com Roma por capital. Na sua companhia se achava o escritor Tancmar, que lhe escreveu a vida, "um dos mais belos documentos da idade média e uma das melhores fontes desta época" (Wattenbach). Mas uma rebelião obrigou o imperador a deixar a cidade eterna, e uma morte prematura lhe poupou outras ilusões. No ano seguinte, o papa seguiu-o ao sepulcro. O papado, depois dum breve ressurgimento, caiu novamente nas mãos das facções romanas.

109 a. João XVII (1003), João XVIII (1003-09) e Sérgio IV (1009-12) viram-se reduzidos à administração puramente espiritual, porque todo o poder temporal se achava nas mãos de João Crescêncio III, filho do tirano executado. Depois da morte dele, o conde Alberico de Tusculum, descendente igualmente de Teofilato e Teodora, penetrou na cidade e conseguiu que a dignidade pontifícia fosse conferida sucessivamente a três membros da sua família, dois irmãos e um seu filho, todos leigos. Primeiro foi eleito Teofilato, que se chamou **Benedito VIII** (1012-24). Como se lhe opusesse outro candidato, Gregório, da família dos Crescêncios, ambos os partidos se dirigiram ao rei da Alemanha, **Henrique II** (1002-24), o Santo, que, depois da morte de Otão III, fora elevado ao trono e com o ânimo de um santo e com a energia de um guerreiro manejava o cetro. Henrique decidiu-se por Benedito, e, juntamente com sua esposa Cunegundes, recebeu dele a coroa imperial na basílica de S. Pedro (1014).

b. Embora de caráter mundano e preocupado demasiadamente com os cuidados políticos, Benedito não se esqueceu dos seus deveres eclesiásticos. Combateu com êxito os sarracenos que, no princípio do século, se haviam estabelecido nas costas da Sardenha, de onde inquietavam a Toscana, e velou também zeloso pelas leis da Igreja. Num sínodo de 1018, deu severos decretos contra os incontinentes e simonistas, decretos estes que Henrique promulgou como leis do Estado. Em 1020, visitou a Henrique em Bamberga e celebrou com ele um sínodo de reforma em Pavia (1022). De comum acordo planejaram, finalmente, reunir um concílio universal para confirmar a paz e para reformar a Igreja. Mas, em breve, faleceram ambos, o papa, em Fevereiro, o imperador em Julho de 1024.

110. A Benedito sucedeu seu irmão, Romano, com o nome de João XIX (1024-32). Também ele manteve boas relações com a Alemanha e coroou **Conrado II** (1024-39), primeiro imperador da dinastia franconiana ou sálica (1024-1125). Conrado, de caráter forte e enérgico, aumentou o seu império pela coroa da Borgonha. Mas, infelizmente, ficou indiferente no tocante às coisas da Igreja e, particularmente, aos acontecimentos tristes que se seguiram em Roma.

111. Depois da morte de João XIX, foi elevado à dignidade pontifícia, por maquinações da família tusculana, seu sobrinho Teofilato, que tomou o nome de **Benedito IX** (1032-44). Apesar de ser menino de 12 anos (?), excedeu em perversidade ao próprio João XII. Sua conduta provocou, em breve, a indignação dos romanos, que em 1036 e, mais uma vez, em 1044 moveram contra ele uma sublevação geral (Annales Romani, ed. Duch. II 331-50). Mas o **antipapa** Silvestre III teve que ceder-lhe o campo, depois de sete semanas. Não obstante, Benedito se viu obrigado, na primavera de 1045, a ceder a cátedra pontifícia ao arcepresbítero João Graciano, que se chamou **Gregório VI** (1045-46). Para livrar a Igreja de um papa criminoso, pagou-lhe este uma quantia enorme, o que tinha certa aparência de simonia, apesar de Gregório se ter deixado mover ùnicamente pelas mais puras intenções. Benedito arrependeu-se logo de ter renunciado, e, apoiado por sua família, pretendeu cingir, novamente, a tiara. Três papas disputavam, pois, entre si a cátedra de S. Pedro. Todos os olhos se volveram ao imperador, do qual se esperava a salvação do papado.

112. **Henrique III** (1039-56), um dos mais capazes e poderosos imperadores da Alemanha, passou, de fato, os Alpes, pelo fim de 1046, e celebrou um sínodo em Sutri (Mansi XIX 617 ss). Gregório VI renunciou humildemente ao pontificado, retirou-se para Colônia, aonde o acompanhou seu discípulo Hildebrando. Silvestre III foi deposto. Alguns dias depois, teve a mesma sorte Benedito IX, num sínodo de Roma. Foi eleito então, por designação de Henrique, o bispo Suidgero de Bamberga, que tomou o nome de **Clemente II** (1046-47). Concedeu logo a Henrique a coroa imperial e, embora governasse só dez meses, iniciou-se com ele uma era mais venturosa para o papado. Começou a combater severamente os abusos de simonia e concubinato, que então se alastravam por toda parte entre o clero. Seus sucessores levaram adiante a reforma e entre eles particularmente Gregório VII, com o qual já entramos no segundo período da idade média.

Baron., Annales X e XI. — *Mansi* XVIII e XIX. — LP ed. Duch. II. — *Liudprandus*, De rebus gestis Ottonis Magni, ed. Duemmler, Hannover 1877. — *Id.*, Antapadosis, ed. Migne, PL 136, 769 ss. — Flodoard., Chronicon (PL 135. — *Thietmar.*, Chron. II. 8, ed. Migne, PL 139, 1183 ss. — *Radulf.*, Hist. Franc. II. 5, ed. Migne, PL 142, 611 ss. — *Funk-Bihlmeyer*, Kirchengeschichte II 38 ss. — *Sickel*, Das Privileg Ottos I fuer die roemische Kirche vom Jahre 962, Innsbruck 1883. — *Mueller*, Das hl. Kaiserpaar Heinrich und Kunigunde, Steyl 1904. — *Giovagnoli*, Benedetto IX, Storia di un Papa romano, Milano 1900. — *Fliche*, Les Prégrégoriens, Paris 1916. — *Doellinger*, Papstfabeln.

CAPÍTULO III

CIÊNCIAS E CONTROVÉRSIAS TEOLÓGICAS HERESIAS E CISMAS

§ 74. As ciências eclesiásticas no ocidente

113. Coube à Igreja e, particularmente, aos mosteiros a missão de educar os povos da idade média primitiva. Assim é que o ensino tem um caráter essencialmente eclesiástico. O *clericalismo* domina em quase toda a idade média.

114. O método do ensino não se diferençava essencialmente do da baixa antiguidade. Depois das ciências elementares, ensinavam-se as artes liberais, tendo o primeiro lugar

o *trivio*, que compreendia a gramática, a retórica e a dialética. Seguia-o o *quatrivio*, que abrangia a aritmética, a geometria, a astronomia e a música. Com a gramática se ligava a leitura de obras clássicas e patrísticas. O ensino teológico tinha por fim principal o conhecimento da Sagrada Escritura e a aquisição dos conhecimentos mais necessários ao clero para os exercícios da sua vocação.

115. Foi na **Inglaterra** que primeiro se fez notar um certo gosto pelos estudos. E foram os missionários e, principalmente, Teodoro de Tarso, arcebispo de Cantuária (669-90), e seu companheiro, o abade romano Adriano, que deram o primeiro impulso. Desde logo se fundaram escolas distintas junto das catedrais de Cantuária e York. Outras se levantaram nos numerosos mosteiros.

No princípio do século VIII, salientaram-se no cultivo das ciências o abade Aldelmo de Malmsbury († 709), pai da poesia anglo-latina, e, principalmente, **Beda, o Venerável** (c. 673-735), cujas obras inumeráveis abrangem todos os ramos da ciência de seu tempo. "Depois de seus exercícios de piedade..., não tinha maior prazer do que aprender, ensinar e escrever". Com a sua *História eclesiástica do povo anglo-saxônico* tornou-se pai da história inglesa. Na segunda metade do século, floresceu o maior douto da Inglaterra medieval, **Alcuíno** (730-804), que, porém, pela última parte da sua vida, pertence ao reino dos francos.

116. As devastadoras invasões e conquistas dos dinamarqueses pagãos produziram, no século IX, uma profunda decadência das ciências. Mas **Alfredo Magno** (871-901), fundador da monarquia inglesa, restaurou também os estudos, restabeleceu igrejas e mosteiros, fundou escolas e ocupou-se pessoalmente em traduzir escritos de Boécio, Orósio, Gregório I, Beda, o Venerável, e outros para o anglo-saxônico

117. No **reino dos francos** começou a primavera das ciências com **Carlos Magno.** Ele formou na sua corte uma espécie de academia das ciências, reunindo em redor de si os mais notáveis cientistas do seu tempo. Na Itália adquirira ele o gosto pelas ciências e pelas artes. E de lá chamou o gramático Pedro Pisano († 799) e o longobardo **Paulo Diácono** († 799), monge de Montecassino e histori-

grafo do seu povo. Da Inglaterra lhe foi enviado **Alcuíno,** entre todos o mais distinto. Carlos o fez reitor da escola e abade do mosteiro de Tours. Foi o principal conselheiro do soberano. O poeta godo Teodulfo veio da Espanha, e recebeu, mais tarde, a sede episcopal de Orleans. O historiador e arquiteto **Eginardo** († 840) escreveu a vida de Carlos. Mais tarde, foi nomeado abade de Seligenstadt.

118. O grande soberano teve, sobretudo, um vivo interesse de elevar o nível cultural entre o clero do seu reino. Por isso ordenou, já no primeiro capitular de 769, que sacerdotes ignorantes fossem suspensos, "por não poder anunciar e pregar a lei de Deus quem a não conhecesse" (ST I 340). Nenhum clérigo podia ser admitido às ordenações, sem ter feito um exame. Também o povo devia participar dos bens da cultura. E, por isso, mandou Carlos que em todos os mosteiros e em todas as catedrais se fundassem escolas. Convidou mesmo os párocos a que instruíssem e formassem discípulos em escolas paroquiais.

Os seus esforços foram coroados de um magnífico resultado. A escola palatina e a escola de Tours tornaram-se centros principais da cultura carlovíngia e modelos de muitas outras escolas, como as de Fulda, Reichenau, São Galo, Córbia-Antiga e Córbia-Nova e outras mais. E foi no silêncio destas escolas monásticas que se desenvolveu uma grande atividade literária. Foi nelas que "se prepararam, de longe, as gerações estudiosas para os trabalhos da escolástica e da mística da idade média" (Alzog II 70).

119. Fora dos já mencionados doutos tomaram parte neste movimento literário Cláudio de Turim, Agobardo de Lião, Paulino de Aquiléia, Hincmar de Reims, Pascásio Ratberto, Ratramno e muitos outros. Um dos maiores foi **Rabano Mauro** († 856), abade de Fulda e, mais tarde, arcebispo de Mogúncia. Pelos três livros *De institutione clericorum* tornou-se mestre por excelência das escolas da Estfrancônia. Seu discípulo Valfredo Estrabão, abade de Reichenau, foi poeta, hagiógrafo e exegeta. Haimão de Halberstadt escreveu uma *História eclesiástica* muito apreciada e alguns tratados exegéticos. Anastácio Bibliotecário († c. 879), antipapa em 855, mas reconciliado com Nicolau I e seu secretário, distinguiu-se por seu vasto saber, por suas traduções de obras gregas e por hagiografias.

O mais original e o mais eminente, porém, entre os doutos do século IX foi o irlandês **João Scoto Eriúgena,** falecido depois de 877. Formado na escola augustiniana e dos gregos, foi o primeiro no ocidente e o único durante três séculos, que criou um sistema completo de filosofia e teologia, no qual professa o néo-platonismo. Purificou-o, no entanto, quanto possível, das tendências panteísticas. Infelizmente não conseguiu ficar isento de erros fatais, particularmente no tocante à doutrina eucarística.

120. O idioma da literatura era quase exclusivamente o latim. Mas fizeram-se já as primeiras tentativas de introduzir também as línguas vulgares. O *Heliand,* epopéia evangélica da época de Luís, o Bonachão, e o *Livro dos Evangelhos,* que data da segunda parte do século IX, escrito pelo monge Otfredo de Weissenburgo na Alsácia, pertencem à mais antiga literatura alemã. Os chamados "Juramentos de Estrasburgo", primeiro documento da língua francesa, datam do mesmo tempo.

121. Depois da morte de Carlos, o Calvo, que ainda mostrara grande interesse pelas ciências, começou uma sensível decadência. E o século X pode ser chamado, também no tocante às ciências, "um século obscuro". Todavia, a decadência não foi universal. Não encontrando mais asilo na corte real, nem nas catedrais dos bispos, refugiaram-se as ciências nos mosteiros de São Galo e de Reichenau, que, protegidos pela natureza, tanto contra as invasões inimigas como contra os costumes perversos do século (Alzog II 186), chegaram a ilustrar brilhantemente a Igreja. O primeiro lugar compete a São Galo, onde lecionaram Notquero Bálbulo († 912), poeta e componista de hinos e sequências, Equeardo I († 973) e Equeardo II († 990), Notquero o Físico ou Médico († 975), Notquero Lábeu ou Teutônico († 1022). Este último foi um gênio universalista e foi ele o primeiro que empregou a língua alemã para trabalhos científicos. Regino de Pruem, na Eifel († 915), foi ótimo cronista. Na Saxônia brilhou a poetisa Rosuíta († 1002), monja de Gandersheim. Widukind de Córbia-Nova escreveu, na segunda metade do século X, as *Res gestae saxonicae.*

Na França teve origem, neste tempo, o mosteiro de Cluni (910), fonte e centro de nova vida religiosa e científica. Em Reims floresceu o insigne historiador Flodoardo

e o gênio universalista Gerberto de Aurilac. Merece ainda especial menção a escola de Liège, por assim dizer um viveiro de sábios e de bispos.

A Itália estava dividida por partidos inimigos. A própria Roma se tornara teatro das lutas mais apaixonadas. E assim aconteceu que na península pouco se cultivava, nesta época, a ciência. Todavia, foi no meio do caos deste tempo que se fez notar o historiador Liutprando de Cremona († c. 970).

122. No século XI, distinguiu-se, por sua escola, particularmente, o mosteiro de Bec na Normandia. E cabe o maior mérito da sua fama ao abade Lanfranco († 1089). Granjeou grande renome também a escola de Chartres, que deve a sua fama ao douto Fulberto, discípulo de Gerberto de Aurilac. Merecem ser mencionados ainda os cronistas Rodolfo Glaber († 1056), autor da *História Francorum* (900-1040), e Lamberto de Hersfeld, que, na última parte de seus *Anais*, se elevou à altura de verdadeiro historiador. Foi um acre adversário de Henrique IV, na luta contra o papado. Pedro Damiani († 1072), finalmente, desenvolveu tão profunda e tão extensa atividade literária, que se lhe concedeu o título de doutor da Igreja.

Beda Ven., Op. ed. Migne, PL 90-95. — *Alcuin.*, Op. ed. Migne PL 100-101. — *Paulus Diac.*, Op. ed. Migne, PL 95. — *Eriugena*, Op. ed. Migne, PL 122. — *Howorth*, The golden days of the early English Church, 3 vol., London 1917. — *Plummer*, Lif and Tims of Alfred the Great, Oxfort 1902. — *Patzelt*, Die karolingische Renaissance, Wien 1914. — *Zoepfl*, Deutsche Kulturgeschichte, 2 vol., Freiburg 1931. — *Grabmann*, Die Geschichte der kath. Theologie seit dem Ausgang der Väterzeit, Freiburg 1933. — *Funk-Bihlmeyer*, Kirchengeschichte II 45 ss.

§ 75. Controvérsias teológicas no ocidente

123. A idade média primitiva foi, em geral, um tempo de fé inabalável. Heresias de maior importância e extensão, não as conhece, neste período, o ocidente. E' verdade que alguns teólogos, por uma especulação imprudente, se puseram em caminhos errados. Mas as controvérsias se travaram só entre os teólogos e terminaram relativamente depressa. São particularmente as controvérsias sobre o *Filioque*, sobre o adopcianismo, sobre a predestinação e sobre a Eucaristia.

124. O termo *Filioque* exprime a doutrina de que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho. Foi admitido no símbolo niceno-constantinopolitano, primeiro na Espanha, onde era preciso opôr ao arianismo uma doutrina mais clara da consubstancialidade das três pessoas divinas e acentuar contra os priscilianos mais claramente a perfeita divindade das mesmas. No século VIII, foi adotado também no reino dos francos. O arcebispo Paulino de Aquiléia defendeu-o num sínodo de Cividale (796; CG 3, 719). Carlos Magno mandou cantar o símbolo, com esta adição, na capela palatina. O mesmo fizeram os monges ocidentais no monte das Oliveiras em Jerusalém, e tiveram, por isso, de sofrer violenta oposição por parte dos gregos. Como estes se queixassem no ocidente, Carlos incumbiu ao bispo Teodulfo de Orleans de escrever uma resposta, que está conservada na obra *De Spiritu Sancto*. Ao mesmo tempo, um sínodo de Aquisgrana (809) se declarou igualmente pelo *Filioque*.

O papa Leão III, embora aprovasse a fórmula como tal, repreendeu, todavia, o seu uso, e pediu aos francos que a suprimissem, para não ofender mais ainda os gregos, que a cada momento estavam prontos a separar-se de Roma. Pelo mesmo motivo colocou, na basílica de S. Pedro, duas tábuas de prata, nas quais estava gravado, em latim e grego, o símbolo, sem o *Filioque* (Baron., Annal. 809, 54 ss). Mas os francos não lhe fizeram a vontade. Pelo contrário, a própria Igreja romana aceitou, em breve, o *Filioque*, sendo, porém, desconhecidos o tempo e as circunstâncias, em que isto aconteceu.

125. Pelo mesmo tempo, se agitava outra controvérsia trinitária, o **adopcianismo,** igualmente primeiro na Espanha (CG 3, 600 ss). Um tal Migécio explicara, pelo ano de 780, em sentido sabeliano, o mistério da santíssima Trindade. Movido talvez pela intenção de fazer o mistério da Encarnação mais acessível à razão dos maometanos, ensinara que Deus se manifestou por uma tríplice revelação, em David como Pai, em Cristo como Filho, em S. Paulo como Espírito Santo.

126. Contra Migécio surgiu o arcebispo **Elipando** de Toledo, distinguindo em Cristo uma pessoa divina e uma pessoa humana, num sentido nestoriano, não unindo, mas separando. O Logos, Filho de Deus segundo a natureza, é

verdadeira pessoa, distinta do Pai. O Cristo, primogênito de Maria, pessoa humana, só pode ser chamado filho adotivo de Deus. O bispo Felix de Urgel, na Marca da Espanha, adotou esta doutrina.

Mas o abade Beato de Libana e o bispo Etério de Osma combateram a heresia justamente como outra forma do nestorianismo, e encontraram apoio junto ao papa Adriano I, que a condenou numa carta a todos os bispos da Espanha (DB 299; 309-10). Como o bispado de Urgel pertencesse ao reino dos francos, o próprio Carlos Magno se sentiu autorizado a intervir, e fez com que a questão fosse tratada nos sínodos de Ratisbona (792) e de Francfort (794). Ali foi condenado o adopcianismo, e a sentença foi comunicada aos bispos da Espanha por uma epístola sinódica (DB 311-14). Em seguida escreveram diversos teólogos contra a heresia, especialmente Alcuíno. Leão III igualmente a condenou, num sínodo de Roma (798). Tendo, finalmente, Felix, vencido por Alcuíno, num sínodo de Aquisgrana, abjurado o seu erro, muitos lhe seguiram o exemplo. Só Elipando ficou obstinado. Mas, com ele a heresia desaparece da história.

127 a. Mal terminara a controvérsia do adopcianismo, quando o problema da **predestinação** começou a agitar, de novo, os espíritos. Como no período anterior, assim também neste, os escritos de S. Agostinho, mal interpretados, deram motivo às mais acaloradas discussões. **Godescalco,** filho do conde saxônico Berno, deu princípio à questão. Desde criança fora destinado, por seus pais, à vida monástica no mosteiro de Fulda. Mais tarde, negou a obrigação de seus votos contra o seu abade Rabano Mauro, que se baseava no princípio estabelecido no 4.º sínodo de Toledo de 633 (cfr. § 61): "Monachum facit aut propria professio aut paterna devotio". Godescalco teve de submeter-se, mas foi transferido para o mosteiro de Orbais, na diocese de Soissons.

b. A fim de procurar consolação, ocupou-se o infeliz monge com o estudo de S. Agostinho. Mas, meditando o tão difícil problema da predestinação, acabou por ensinar um rigoroso augustinianismo. A vontade salvífica de Deus, dizia, é puramente particular. Há, por conseguinte, uma dupla predestinação, uma para a vida, outra para a morte

eterna. O fundamento da predestinação é a presciência de Deus. Exclui-se, portanto, a predestinação ao pecado. Por isso, Godescalco não pode ser chamado herege no sentido próprio da palavra. Como, porém, não distinguisse bastante claramente entre as duas predestinações e procurasse imprudentemente espalhar uma doutrina que o povo não compreendia, não deixou de causar indignação e escândalo. Rabano Mauro, então arcebispo de Mogúncia, condenou a doutrina e, num sínodo de Mogúncia (848), decidiu que Godescalco fosse entregue a seu metropolita, Hincmar de Reims. Este reuniu outro sínodo em Quierzy (849), onde Godescalco foi condenado a ser açoitado e recluso no mosteiro de Hautvillers. Depois de vinte anos, morreu, no estado de amência, sem se ter retratado.

128. As idéias de Godescalco, porém, não desapareceram com ele. Em breve, surgiram em sua defesa varões ilustres por piedade e erudição. O modo, com que Hincmar, num libelo *Ad reclusos et simplices,* combateu a predestinação à morte eterna, não agradou a todos e deu ao monge Ratramno motivo de defendê-la. Em seguida, também o abade Servato Lupo, os bispos Prudêncio de Troyes, Remígio de Lião e outros se declararam em favor de Godescalco. Rabano se retirou, pretextando a sua idade avançada. Hincmar, porém, não recuou, e teve a seu lado o douto Scoto Eriúgena, o que, por certo, não resultou em seu favor. Em 853, reuniu um sínodo em Quierzy, onde foram estabelecidos os quatro *Capitula Carisiaca* (DB 316-19).

1º) Os homens são, pelo pecado de Adão, uma *massa perditionis.* Deus, bom e justo, escolheu uma parte, predestinando-os, pela graça, à vida eterna, em virtude da sua presciência. Os outros ficam entregues à sua sorte, igualmente segundo a presciência de Deus, que não os predestinou à pena. Mas, sendo justo, predestinou que a pena fosse eterna. Portanto, não há duas predestinações, mas uma só, cujo objeto é ou a graça ou a pena.

2º) O homem é livre para fazer o bem ou o mal. Mas, para fazer o bem, precisa da graça preveniente e concomitante.

3º) Deus quer que todos os homens se salvem, embora na realidade nem todos se salvem. Mas a salvação de uns é obra do Salvador, a condenação dos outros é culpa deles.

4º) Jesus Cristo padeceu por todos os homens. Mas não se salvam todos, porque não têm a fé que opera pela caridade (Gal 5, 6).

129. Os adversários de Hincmar, por sua vez, se reuniram nos sínodos de Valência (855) e de Langres (859), tornando-se cada vez mais acre a controvérsia. No concílio

nacional de Savonièrs (859), as doutrinas ameaçaram produzir uma verdadeira cisão entre os espíritos. Por proposta de Remígio de Lião, foi transferida a discussão. E no sínodo de Toucy (860) chegou-se, não sem dificuldades, a uma conclusão pacífica. A opinião de Hincmar ficou, no essencial, reconhecida, e, na resolução sinodal, composta por ele, foram admitidas a vontade salvífica universal de Deus e a universalidade da redenção, não se fazendo menção da predestinação à morte.

130. Finalmente, agitava os ânimos, a este tempo, a **controvérsia eucarística,** cuja evolução percorreu duas fases. Na primeira se tratava principalmente da forma da presença de Cristo no sacramento do Altar, não ainda da própria presença. Alma da controvérsia foi então **Pascásio Ratberto,** monge de Córbia-Antiga e, mais tarde, abade do mesmo mosteiro. Em 831 escreveu ele um tratado *De corpore et sanguine Domini,* e, depois de o ter corrigido, publicou-o (844), dedicando-o a Carlos, o Calvo. Foi precisamente esta obra que deu origem à controvérsia. O sábio monge ensinou, no sentido realista-metabólico de S. Ambrósio, que na Eucaristia está, debaixo das aparências de pão e vinho, inteiramente a verdadeira carne e o verdadeiro sangue de Cristo histórico: "Non alia plane (caro), quam quae nata est de Maria et passa in cruce et surrexit de sepulcro".

Esta afirmação estava em harmonia com a fé constante da Igreja. Mas, acentuando talvez demasiadamente a identidade do corpo eucarístico com o corpo de Cristo histórico, a doutrina podia ser interpretada falsamente. De fato, houve quem dissesse que a Eucaristia sofre a ação digestiva da mesma forma que os outros alimentos, opinião esta que foi designada pelo nome de *estercoranismo.* Ratberto ensinara precisamente o contrário. Mas já se vê que não foram de todo infundados os protestos, que se levantaram contra as suas explicações.

131. Rabano Mauro, numa carta ao abade Egil de Pruem, distinguiu duas formas de existência, declarando que o corpo histórico e o corpo eucarístico de Cristo são idênticos só no seu ser natural, segundo a substância, não porém segundo a forma da sua presença, só *naturaliter,* não *specialiter.* Esta diferença foi ainda mais acentuadamente expli-

cada por Ratramno, igualmente monge de Córbia-Antiga. Convidado por Carlos, o Calvo, para dar o seu parecer, expôs a sua opinião no tratado *De corpore et sanguine Domini,* seguindo a teoria dinamista-espiritualística de S. Agostinho. Falou de uma presença espiritual de Cristo na Eucaristia, de uma *figura sacramenti,* termo que pode ser tomado, e de fato foi tomado, às vezes, no sentido zvingliano. Ratramno não quis, porém, negar a presença real. Recebemos no sacramento, assim dizia, a Cristo substancialmente, não *corporaliter* ou *naturaliter,* isto é, no sentido cafarnaítico, mas *spiritualiter* e *sacramentaliter,* "sub velamento corporei panis et vini". Mais além foi o filósofo Scoto Eriúgena que, segundo Hincmar de Reims, pretendeu explicar a Eucaristia como mera "memória veri corporis et sanguinis Domini".

132 a. A controvérsia perdurou ainda depois da morte de Pascásio, lutando, de um lado, os estercoranistas e cafarnaistas, do outro, os seus adversários. Mas só no século XI é que se originou uma verdadeira heresia. O escolástico **Berengário** de Tours, discípulo predileto de Fulberto de Chartres, foi o seu autor. Seguindo a doutrina de Eriúgena, ensinava um puro simbolismo espiritualístico. Cristo, assim dizia, está presente na Eucaristia, não corporal, mas sòmente virtualmente. Não há, portanto, uma verdadeira transubstanciação do pão e do vinho. Os fiéis, e só eles, não recebem senão a virtude do verdadeiro corpo de Cristo.

b. Apesar das divergências de seus amigos, principalmente do escolástico Adelmann de Liège, manteve Berengário as suas afirmações, começou até a combater os seus adversários, especialmente o abade Lanfranco de Bec, e converteu assim em luta violenta o que, até então, não passara de uma polêmica científica. Por isso foi censurado nos sínodos de Roma e de Vercelli (1050). O sínodo de Paris (1051) ameaçou até com a pena de morte, a ele e a seus sectários. Berengário, porém, não se importou das ameaças e continuou a pregar a sua doutrina. A sua causa foi tratada, mais uma vez, no sínodo de Tours (1054), presidido pelo legado pontifício Hildebrando. Este contentou-se com a declaração de Berengário de que o pão e o vinho, depois de consagrados no altar, eram o corpo e o sangue de Cristo. No sínodo lateranense de 1059, foi obrigado também a as-

sinar a fórmula: "Verum corpus et sanguinem Domini... sensualiter, non solum in sacramento, sed etiam in veritate manibus sacerdotum tractari, frangi et fidelium **dentibus** atteri" (MQ 144).

c. Porém, mal deixara a cidade eterna, quando rejeitou de novo esta fórmula, dizendo que a admitira só por medo de morte, e acusando gravemente o sínodo, o cardeal Humberto de Silva Cândida, autor da fórmula, e os próprios papas Leão IX e Nicolau II, que o condenaram. A indignação geral contra tal perfídia agravou-se ainda, quando Berengário escreveu o livro *De Coena Domini* (1073), no qual expôs a sua dontrina de um modo ainda mais acentuado. Mas Hildebrando, já então papa Gregório VII, o chamou, de novo, a Roma, e conseguiu, com modos brandos, que, no sínodo quaresmal de 1079, se retratasse e aceitasse uma profissão de fé, que continha a doutrina de Lanfranco, primeiro a empregar a palavra *transsubstantiatio* (Mansi XX 524; DB 355). De volta à sua pátria, e curvado pelos anos e pela aflição, retirou-se Berengário para a solidão de uma ilha do Loire, e, triunfando finalmente do seu orgulho, converteu-se sinceramente. Morreu em paz com a Igreja, aos 6 de Janeiro de 1088. Mas o seu erro ainda perdurou.

Pasc. Ratbert., Op. ed. Migne, PL 130. — *Hefele*, Konziliengeschichte, 2. ed. III-V. — *Schwane*, Dogmengeschichte, III passim. — *Tixeront*, Histoire des dogmes III. — *Funk-Bihlmeyer*, Kirchengeschichte II. — *Hergenroether--Kirsch*, Handbuch der allgemeinen Kirchengeschichte, 6. ed. II.

§ 76. Ciências e seitas da Igreja oriental

133. Desde o Quinisexto, a Igreja oriental foi se afastando, cada vez mais, da do ocidente. Conservando, em geral, o estado, que, nos séculos VI e VII, se formara, no tocante ao dogma, à constituição, ao culto e à vida religiosa, não teve mais, de então em diante, progresso e desenvolvimento. A idade média da Igreja oriental outra coisa não vem a ser senão uma continuação da antiguidade. Enquanto que a Igreja do ocidente, durante a idade média, era essencialmente universal e sobrenacional, revela a Igreja bizantina um caráter nacional. O césaropapismo privou-a, não raras vezes, da sua independência e da sua dignidade. A cura d'almas, em particular, foi negligenciada, ou ficou entregue, exclusivamente, aos monges. Centro da vida religiosa foram os mistérios da liturgia.

134. Todavia, a Igreja oriental mostrou ainda certa vitalidade pelas missões entre os eslavos. E também no campo das ciências teológicas e da literatura eclesiástica fizeram-se notar alguns varões ilustres e doutos.

135 a. O maior teólogo grego deste periodo foi, sem dúvida, **S. João Damasceno** († 749), último Padre da Igreja oriental. Nasceu de uma família distinta de Damasco, na qual parece ter sido hereditário um cargo elevado junto à corte dos omiades. Retirando-se, porém, da vida pública, abraçou a vida monástica na laura de S. Sabas, perto de Jerusalém (730) e dedicou a sua vida à contemplação, à defesa da fé, sobretudo, contra os iconoclastas.

b. Dos seus escritos numerosos merecem ser mencionados particularmente os dogmáticos e polêmicos. A sua obra principal é a *Fons scientiae* (*πηγὴ γνώσεως*), que abrange uma propedêutica filosófica, uma história das heresias e uma exposição da fé ortodoxa, baseada na doutrina dos Santos Padres e dos concílios. A obra é o manual clássico da dogmática entre os gregos até aos nossos dias. No século XIII, foi traduzido para o latim, e mereceu uma apreciação justa também entre os maiores teólogos ocidentais. O seu método mostra já um certo caráter escolástico, e serve-se dos principios filosóficos de Aristóteles para explicar e defender a fé cristã.

Os mais importantes escritos polêmicos são as *Três apologias contra os iconoclastas*, nas quais defende vigorosamente o culto das imagens e repreende severamente a usurpação dos imperadores. Além disso, ocupou-se o grande escritor em todos os outros campos da teologia. Escreveu hinos, homílias e obras exegéticas, entre as quais os *Sacra Parallela* têm o primeiro lugar. São um florilégio de passagens tiradas da Sagrada Escritura e dos Santos Padres, e são a obra mais volumosa do santo doutor.

136. No princípio do século IX, lutaram contra o iconoclasmo o patriarca Nicéforo de Constantinopla, desterrado por Leão V, e o abade Teodoro Estudita († 826), que de-

fendeu corajosamente a Igreja contra o cesaropapismo bizantino.

137. O maior douto do século IX foi, no entanto, o ambicioso patriarca **Fócio** de Constantinopla († c. 897). Brilhou ele por uma erudição extraordinária e por uma maravilhosa eloquência. Fora alguns tratados dogmático-polêmicos contra os paulicianos e contra os latinos, homílias e numerosas cartas, escreveu aquela *Biblioteca* monumental e importantíssima para a história literária, que contém resumos ou extratos consideráveis de 280 obras de todos os gêneros, profanos e religiosos, de origem pagã e cristã. Os seus *Amphilochia* são uma coleção de diferentes lucubrações teológicas, principalmente exegéticas, ocasionadas pelas perguntas de seu amigo Anfilóquio de Cízico. A Fócio foi atribuída também uma coleção de cânones e leis referentes à Igreja, desde os apóstolos até ao 7° concílio ecumênico, o chamado *nomocanon,* que, no entanto, parece ser de origem anterior. Nele não se diz nem uma só palavra a favor do cisma que Fócio provocou.

138. O mais distinto hagiógrafo da Igreja bizantina foi **Simeão Metafrastes,** que morreu no primeiro quartel do século XI. Escreveu numerosas vidas e martírios dos santos. Pelas figuras retóricas comuns a este tempo, os ditos escritos têm pouco valor histórico, mas gozaram de grande simpatia na idade média. Como exegetas fizeram-se notar Aretas, arcebispo de Cesaréia na Capadócia, Teofilato, arcebispo de Acrida, e Eutímio Zigabeno, monge de Constantinopla.

139. Infelizmente, espalharam-se, neste período, também doutrinas errôneas no oriente, que por parte ainda sobreviviam da antiguidade, por parte se originaram de antigas heresias. Logo na segunda parte do século VII, aparece a seita dos **paulicianos,** assim chamados pela veneração especial que tributavam a S. Paulo. Eles mesmos se chamavam de "cristãos" ou de "Igreja católica", enquanto que chamavam os católicos de romanos. O seu fundador foi um tal Constantino de Cibossa na Armênia, que, pelos meados de século VII, reuniu os restos de antigas seitas gnósticas e lhes deu uma organização. A sua doutrina é um acentuado dualismo e docetismo. O princípio bom é o criador

do mundo celeste. O princípio do mal, o demiurgo, é o criador do mundo terrestre. Negam-se todo o Antigo Testamento e uma parte do Novo, como também os sacramentos e o sacerdócio. Como outras seitas gnósticas, assim também os paulicianos não tardaram em perder-se nas aberrações antinomistas. Os imperadores bizantinos procederam, diversas vezes, contra a seita, especialmente Leão V (813-20) e Teodora (842-56), e mandaram executar os obstinados. Uma parte dos sectários fugiram para o território dos sarracenos, de onde fizeram repetidas correrias no império. Basílio I venceu-os decisivamente em 871. Muitos foram, em seguida, transportados para as fronteiras da Trácia, onde, no século XII, desapareceram da história. Os últimos restos parecem ter-se unido aos bogomilos e cátaros.

140. Os **bogomilos** (amigos de Deus) ensinavam, como os paulicianos, o dualismo, mas numa forma um tanto mitigada. Filho primogênito de Deus Padre é Satanael, príncipe dos anjos. Expulso do céu, criou os homens. Um segundo filho de Deus, o Logos ou Miguel, nasceu aparentemente de Maria, para salvar os homens, tirando a Satanael o seu poder divino. Antes de voltar ao Pai, fez emanar o Espírito Santo, que reside na alma dos bogomilos, verdadeiros fiéis. Depois de terminada a obra da redenção, também ele volta ao Pai. Os bogomilos negavam o batismo, a eucaristia, o culto das imagens e da cruz, o matrimônio e o uso de carne. No princípio do século XII, a sua multidão atraiu as atenções do imperador Aleixo I Comneno (1081-1118), que mandou queimar o seu chefe Basílio e encarcerar os seus sectários. Mas apesar das perseguições vieram a ser uma grande potência na Bulgária e na Bósnia. E' a eles e aos paulicianos, que os cátaros da Itália e da França meridional reduzem a sua origem.

Joh. Damsc., Op. ed. Migne, PG 94-96. — *Theod. Stud.,* Op. ed. Migne, PG 114-16. — *Turchi,* La cività bizantina, Torino 1915. — *Funk-Bihlmeyer,* Kirchengeschichte II 55 ss. — *Marx,* Abriss der Patrologie, 174 ss. — *Rauschen-Altaner,* Patrologie, 418 ss. — *Seifert,* Die Weltrevolutionäre, Zürich-Wien 1931.

§ 77. O iconoclasmo e o 7º concílio ecumênico (787)

141. Mal tinha terminado, no oriente, a controvérsia do monotoletismo, quando o iconoclasmo começou a agitar a Igreja bizantina. E não foi menos veemente do que as lutas dogmáticas do período anterior. *As causas* foram, por parte, de natureza dogmática. O Antigo Testamento proibia o uso das imagens (Ex 20, 4), e a muitos parecia o seu culto uma espécie de idolatria. Muito raras foram, por isso, no primeiro período da história eclesiástica, as imagens religiosas. Não faltaram, porém, completamente. Já no Antigo Testamento houve exceções. E as catacumbas, Tertuliano (De pud. c. 7) e o sínodo de Elvira (c. 36) provam a sua existência nos três primeiros séculos do cristianismo. No segundo período, espalhou-se o uso, e com o uso também o culto por toda parte, especialmente pela atividade dos monges, guias espirituais do povo.

A oposição, no entanto, ainda perdurou. Eusébio (Ep. ad Const.), Epifânio (Ep. ad Joh. ep. Hieros.) e outros escreveram contra ele, porque nele viam uma concessão feita ao paganismo, e porque podiam aduzir abusos que, de fato, existiam. Tais abusos foram severamente censurados por Gregório Magno, numa carta ao bispo Sereno de Marselha (Reg. Greg. 11, 10, 4-10). Mas, ao mesmo tempo, permitiu Gregório o culto das imagens, fixando-lhes as normas eclesiásticas.

Outros foram os motivos práticos, e entre eles especialmente o cesaropapismo que atingiu, no século VIII, o seu auge. Alguns imperadores fizeram da oposição ao culto das imagens uma luta política, que perturbou sèriamente a Igreja e aumentou ameaçadoramente a aversão que já existia entre o oriente e o ocidente.

142. A luta teve início, em 726, com o decreto do imperador **Leão III** Isáurico (717-41), que ordenou fossem removidas as imagens religiosas. Não se conhecem bem os motivos diretos que levaram o imperador a tal medida. E' provável que o tenham influenciado certos abusos supersticiosos, como também o respeito aos sarracenos e paulicianos iconoclastas. Mas o motivo principal foi, sem dúvida, o espírito esclarecido, com que Leão III pretendeu dominar também a Igreja. E por isso, a defesa das imagens foi, ao mesmo tempo, a defesa da liberdade eclesiástica contra a tirania imperial.

143. Alguns bispos aprovaram, infelizmente, o procedimento do imperador. Mas a maioria do povo e do clero, e os monges na sua totalidade se opuseram heròicamente. O edito imperial causou, portanto, violenta agitação entre o povo. Mas o imperador não hesitou em suprimi-la à força de armas. O rival Cosme, que na Grécia foi proclamado imperador, foi derrotado. O patriarca **S. Germano** de Constantinopla preferiu renunciar a sua sede a assinar um segundo decreto iconoclasta. Sucedeu-lhe o seu sincelo Anastácio, que logo se mostrou servil instrumento do imperador. E este então publicou o novo edito (730), ordenando a destruição de todas as imagens religiosas.

144. No ocidente, a oposição foi mais enérgica e mais eficaz. O papa Gregório II exortou o imperador, com franqueza apostólica, a que revogasse os seus decretos. Gregório III até lançou o anátema contra os iconoclastas, já no ano da sua elevação ao pontificado. Também o grande João Damasceno surgiu em defesa das imagens. Logo depois do primeiro edito (726), escreveu a primeira apologia contra os iconoclastas, e, depois do segundo edito, fez seguir ainda duas outras (PG 94).

Como os papas, assim também o Damasceno declarou que não compete aos imperadores dar leis à Igreja. Com sua palavra enérgica, sábia e eloquente, o grande teólogo soube ganhar os patriarcas do oriente para a causa da ortodoxia.

O imperador, extremamente irritado pela resistência, abriu uma verdadeira perseguição religiosa. Depois do malogro de uma expedição naval contra a Itália, vingou-se do papa, tirando-lhe os patrimônios pontifícios na Itália meridional e na Sicília, e subordinando estas regiões, como também a província ilírica, ao patriarcado de Constantinopla. Mas todos estes acontecimentos desencadearam uma violenta rebelião na Itália contra o imperador, e foi um dos motivos principais que levaram à aliança entre o papado e os francos, e, por conseguinte, à extinção paulatina do domínio bizantino na península (LP, I 396 ss).

145. **Constantino V** Coprônimo (741-75) venceu ainda em crueldade a seu pai. O povo, insurgindo-se contra o déspota, quis, por isso, elevar ao trono imperial a Artabasdo, cunhado de Constantino. Mas a revolução não teve o consentimento do papa Zacarias, que apesar de ser estrênuo defensor das imagens, não hesitou em guardar fidelidade ao legítimo soberano. Constantino conseguiu, em breve, derrotar o adversário. E, por respeito ao papa e obrigado pelo perigo de novas sublevações, procedeu com maior prudência, enquanto viveu Zacarias. Depois da morte do papa, porém, não tardou em recair nos erros da sua política despótica. Em 754, convocou um sínodo para Constantinopla, a fim de impor aos bispos a sua vontade. Compareceram 338 prelados, que embora nenhum patriarca ali estivesse presente, consideraram a sua assembléia como concílio ecumênico. Nas suas resoluções sancionaram o iconoclasmo, declararam o culto das imagens obra de Satanás, e lançaram o anátema contra os seus defensores, particularmente contra S. Germano e João Damasceno.

146. As disposições do sínodo, que se encontram entre as atas do 7° concílio ecumênico (Mansi XIII 208-356), foram executadas com desumana bruteza. Todos os bispos tiveram que assiná-las. Só os monges ainda tiveram coragem de opôr-se. Por isso foram perseguidos com brutal ferocidade. Não poucos morreram mártires. Outros emigraram para o ocidente.

147. No entanto, com toda a sua crueldade, Constantino V não conseguiu extirpar o culto das imagens. Entre os patriarcas, só o de Constantinopla executou as decisões do sínodo. Mas, como se Deus o castigasse já em vida, perdeu, em seguida, os favores do imperador e teve morte violenta no exílio. Os outros patriarcas condenaram o iconoclasmo. O papa Estêvão III anatematizou, num sínodo do Latrão (769), a assembléia "execrável" de 754.

148. **Leão IV** Cházaro (775-80) mostrou-se mais tolerante, graças à influência da imperatriz Irene. Mas as leis iconoclastas ficaram em vigor. Só quando, depois da morte de Leão, **Irene** (780-90) tomou as rédeas do governo, realizou-se uma mudança decisiva. A fim de restabelecer a paz eclesiástica, projetou reunir um concílio ecumênico, e teve

para isso o apoio do excelente patriarca Tarásio de Constantinopla e o consentimento do papa Adriano I, que lhe enviou dois legados. Como o partido militar se opusesse e dissolvesse a primeira sessão, convocou Irene os prelados para Nicéia, onde foi aberto, em Setembro de 787, o *7° concílio ecumênico,* o 2° de Nicéia. Cerca de 350 conciliares estiveram presentes. Condenaram primeiro as decisões do sínodo de 754, expuseram, em seguida, os argumentos bíblicos e patrísticos do culto das imagens, e ensinaram que se deve uma piedosa veneração *(τιμητικὴ προσκύνησις)* à santa cruz e às imagens de Cristo, da Virgem santíssima, dos anjos e dos santos. Pois, esta veneração é relativa e diz respeito à pessoa apresentada. Uma verdadeira adoração *(ἀληθινὴ λατρεία),* porém, compete só a Deus (DB 302 ss). Esta resolução ficou em vigor também durante os reinados de Nicéforo I (802-11) e de Miguel I (811-13).

149. A primeira fase da luta no oriente teve as suas consequências também no ocidente. Constantino V enviou legados a Pepino, a fim de excitá-lo contra o culto das imagens. Mas Pepino negou-se redondamente a seguir os seus conselhos. Mais acaloradas se tornaram as discusões, quando, mais tarde, o papa Adriano I se esforçou por conseguir que as decisões do 7° concílio ecumênico fossem reconhecidas também no reino dos francos, e quando mandou uma tradução das atas a Carlos Magno. A tradução, infelizmente, era defeituosa e não distinguia claramente, confundia até os termos essenciais de veneração e adoração. Além disso, eram muito grandes as rivalidades políticas entre o reino dos francos e os gregos, e muito cioso era Carlos Magno de mostrar-se senhor da Igreja do seu reino para reconhecer uma resolução sinodal, em cuja formulação não colaborara nenhum dos seus teólogos.

Por isso, fez passar as atas do concílio por uma crítica rigorosa de seus teólogos palatinos, cujo produto é um volumoso memorial, redigido em 790. São os chamados *Libri Carolini* (PL 98, 990 ss). Condenaram tanto o sínodo iconoclasta de 754, como o concílio ecumênico de 787, aquele, por ter declarado ídolos as imagens dos santos, este, por lhes ter reconhecido, como pensavam, veneração e adoração. E ensinaram que só Deus deve ser adorado e que a veneração compete, segundo a tradição eclesiástica, sòmente aos santos,

às suas relíquias, à cruz de Cristo, às Sagradas Escrituras e aos vasos sagrados. As imagens não devem ser usadas, senão como ornamentos das igrejas e como lembrança de antigos fatos históricos.

Do mesmo modo, o sínodo de Francfort (794) reprovou os decretos de Nicéia. E os próprios legados pontifícios deram o seu consentimento (Mansi XIII 909). Ao papa foi enviado um resumo dos *Libri Carolini* ou, talvez, o projeto para os mesmos. Mas Adriano I defendeu, numa resposta minuciosa, o concílio de Nicéia, embora fosse muito prudente, para não perturbar as boas relações que tinha com Carlos Magno.

150. Entretanto, no oriente reacendeu-se, mais uma vez, a luta contra as imagens e contra o segundo niceno, quando **Leão V,** o Armeno (813-20), subiu ao trono imperial. Julgando que o culto das imagens fosse a causa dos contratempos que sofreram os seus predecessores na guerra contra os sarracenos, renovou, em 815, o decreto de 754. Opuseram-se-lhe corajosamente o patriarca Nicéforo de Constantinopla e o abade Teodoro Estudita com os monges. O patriarca foi deposto e desterrado. Teodoro foi flagelado e igualmente desterrado. Monges, sacerdotes, bispos e numerosos fiéis de ambos os sexos tiveram que sustentar violenta perseguição.

A luta se prolongou durante os reinados de Miguel II, o Tartamudo (820-29), e Teófilo (829-42). Mas quando, depois da morte de Teófilo, sua viúva Teodora assumiu a regência, durante a menoridade de seu filho Miguel III — singular analogia com a primeira fase da luta, — ela abriu imediatamente as prisões dos encarcerados, chamou do exílio os desterrados e fez com que, num sínodo de Constantinopla, fossem confirmadas as decisões do concílio niceno (842). Desde então desapareceu a oposição. E, em memória deste fato, foi instituída a festa da ortodoxia a celebrar-se no primeiro domingo da quaresma, festa que até hoje se tem conservado na Igreja oriental.

151. A renovação do iconoclasmo no oriente acarretou novas discussões também no ocidente. Pretendendo Miguel II justificar o seu procedimento, enviou legados ao papa Pascoal I e ao imperador Luís, o Bonachão. Este reuniu, com o consentimento do papa, um sínodo em Paris (825), onde os teólogos francos, mais uma vez, interpretaram mal as atas do 2.° niceno e confirmaram as disposições de Francfort. O bispo Cláudio de Turim chegou até a reprovar, de todo, o culto das imagens. Mas encontrou enérgicos adversários no bispo Jonas de Orleans (PL 106, 306 ss) e no monge Dungal de São Diniz (PL 105, 447 ss).

Mansi XII-XIX. — *Hefele*, Konziliengeschichte III-IV. — *Bréhier*, La querelle des images, Paris 1904. — *Funk-Bihlmeyer*, Kirchengeschichte II 59 ss. — *Tixeront*, Histoire des dogmes III 435 ss.

§ 78. O patriarca Fócio e o 8º concílio ecumênico (869-70)

152. Apenas terminaram os distúrbios do iconoclasmo, quando se prepararam, na Igreja oriental, novas e graves perturbações, que, por sua vez, vieram a ser um prelúdio da separação definitiva entre oriente e ocidente. Ocasião da nova luta foi a provisão ilegítima da sede patriarcal de Constantinopla.

O piedoso patriarca Inácio, filho do imperador Miguel I, tinha uma posição extremamente difícil. De um lado, tinha de lutar contra bispos e monges recalcitrantes, do outro, teve de opor-se aos desregramentos da corte imperial. Miguel III, maiorene em 856, ficou completamente influenciado por Bardas, seu tio e tutor. Este homem ambicioso e devasso dava escândalo público pelas relações incestuosas com sua nora. Depois de lhe ter feito inúteis advertências, Inácio lhe recusou, na Epifania de 857, a comunhão. Negou-se também a aprovar o plano de Bardas de internar a imperatriz Teodora e sua filha num mosteiro. Por isso, foi perseguido por vis intrigas, deposto e desterrado.

Sucedeu-lhe Fócio, então comandante da guarda imperial. Leigo ainda, dentro de cinco dias recebeu todas as ordens sacras. Como, porém, Inácio não renunciasse e muitos monges lhe ficassem fiéis, houve um cisma doloroso no próprio seio da Igreja bizantina. Vários bispos, a cuja testa se achava Metrófanes de Esmirna, combateram o intruso e o anatematizaram. Fócio, por seu turno, excomungou os adversários e renovou a deposição de Inácio.

153. De comum acordo, esforçaram-se o imperador e o seu patriarca por obter o reconhecimento do papa Nicolau I. A ele apelou também Inácio. O papa negou-se a reconhecer a elevação de Fócio, porque havia graves razões contra a sua legitimidade. Antes de mais nada, não fora observado o decreto de Sárdica, que proibia a eleição de um leigo. Fora ilegítima também a deposição de Inácio. E, finalmente, Fócio fora sagrado pelo bispo Gregório Asbesta de Siracusa, excomungado por Inácio. Os dois legados pontifícios, enviados por Nicolau ao oriente, infelizmente, não perceberam os ardís que Fócio lhes armou, e, excedendo os seus poderes, consentiram, num sínodo de Constantinopla (861), na deposição de Inácio. Mas o papa fez com que lhe fossem entregues as atas da assembléia, e num sínodo de Roma (863), decretou a deposição de Fócio e dos seus sectários, e ameaçou-lhes a excomunhão.

154. Os gregos não fizeram, no entanto, caso da sentença. Quando o papa, em seguida, convidou ambos os partidos para Roma, a fim de terminar o conflito, recebeu de Miguel III uma resposta injuriosa. Nicolau respondeu com dignidade, passando sob silêncio as ofensas pessoais, refutando as injúrias feitas à Sé apostólica e exortando o imperador a não confundir os dois poderes por Deus estabelecidos, e a pensar nas contas que teria de dar a Deus. Mas, ainda assim, os focianos não quiseram ouvir a voz do papa.

Como, ao mesmo tempo, a Igreja búlgara passasse para a jurisdição patriarcal de Roma (866), acentuou-se mais ainda a aversão dos gregos. Fócio abriu luta aberta contra Roma. Numa carta encíclica aos outros patriarcas do oriente, cheia de acusações ridículas contra a disciplina e a fé dos ocidentais, convidou-os a um sínodo a realizar-se em Constantinopla (867). Acusou os latinos de jejuarem no sábado, de permitir o uso de lacticínios na primeira semana da quaresma, de terem sancionado o celibato dos sacerdotes e de não reconhecerem a crisma que os sacerdotes orientais administravam. Principalmente os acusava de terem falsificado a fé dos apóstolos pela doutrina do *Filioque*. Finalmente, chegou a afirmar que, com a mudança da corte imperial para Constantinopla, também o primado passara para a nova capital. O sínodo realizou-se em presença da corte imperial, e os sinodais não se envergonharam de pronunciar o anátema contra o papa, completando assim o cisma.

155. Mas a justiça divina não deixou impune tão desmesurado orgulho. Em 866, Bardas teve de afastar-se do governo, e **Basílio I,** o Macedônio (867-86), apoderou-se do trono, depois de ter assassinado a Miguel III. A mudança política teve por consequência também a mudança religiosa. Alguns dias depois da sua coroação, o novo imperador privou a Fócio da sua dignidade e internou-o num mosteiro. Inácio voltou, de novo, à sua sede.

156. A fim de restabelecer a ordem e remediar os males do cisma, tratou de celebrar um concílio ecumênico. A embaixada, que Basílio enviou a Roma para pedir o consentimento do papa, encontrou no trono pontifício o sucessor de Nicolau I, Adriano II. Este anuiu, e enviou os seus legados para presidirem ao 8º **concílio ecumênico** (869-70), que foi aberto na basílica de Hágia Sofia. Os padres sinodais sancionaram os atos de Nicolau I e Adriano II, para os quais olhavam como para "órgãos do Espírito Santo", condenaram o "latrocínio" de 867, ordenaram que as suas atas fossem lançadas ao fogo, anatematizaram a Fócio como "novo Dióscoro", declararam depostos também os outros membros daquela assembléia e ameaçaram-lhes a excomunhão, no caso que não voltassem arrependidos à união com Roma (Baron., 869 e 870; CG IV 384 ss).

157. Contudo, nem assim houve paz na Igreja bizantina. Fócio e a maioria dos seus sectários negaram qualquer submissão. A readmissão da Igreja búlgara ao patriarcado de Constantinopla causou nova aversão entre oriente e ocidente. Os legados pontifícios protestaram inùtilmente. E inútil foi também a reclamação que João VIII dirigiu a Inácio de restituir-lhe a Bulgária.

No meio do conflito com Roma, Fócio conseguira, de novo, os favores do imperador. E, depois da morte de Inácio (878), foi reintegrado na sede patriarcal, reconhecido, desde então, também pelos outros patriarcas orientais. O próprio papa João VIII, enganado pelo hábil impostor, e forçado pelas circunstâncias — invasões dos sarracenos e impotência dos imperadores e reis do ocidente, — estava pronto para reconhecê-lo, com a condição, porém, de que se

mostrasse arrependido e renunciasse à jurisdição sobre a Igreja búlgara. Mas, num novo sínodo de Constantinopla (879-80), Fócio soube enganar novamente os legados pontifícios, e conseguiu assim ser reconhecido incondicionalmente. O concílio de 869-70 foi reprovado, e chegou-se ao ponto de negar o primado universal do papa, limitando-o à Igreja ocidental. Em duas sessões posteriores foi condenada qualquer adição ao símbolo e, por conseguinte especialmente o *Filioque*. O papa protestou; mas em vão. João VIII pronunciou, por isso, o anátema contra Fócio. Este, por sua vez, renovou a sua polêmica aberta contra os ocidentais.

158. Mas, no apogeu da sua glória, sobreveio-lhe uma segunda queda, mais trágica que a primeira. O imperador Leão VI, o Sábio (886-911), cheio de rancor e indignação para com Fócio, seu antigo professor (PG 107, 659 ss), logo depois da sua subida ao trono, privou-o da sua dignidade patriarcal e internou-o num mosteiro. Estêvão, jovem irmão do imperador, que contava apenas 16 anos de idade, seguiu-lhe na sede de Constantinopla. E como falecesse prematuramente († 893), foi eleito patriarca o abade Antônio Cauleas, bispo digno e santo. Fócio morreu em 891. Os gregos o consideraram como um dos seus mais ilustres doutos e o veneraram, desde fins do século X, como mestre ecumênico, apostólico e santo. Na realidade, é ele um representante típico do bizantinismo e contribuiu, mais do que qualquer outro, para a separação entre oriente e ocidente.

Mansi XV-XVII. — *Hefele,* Konziliengeschichte IV 228 ss. — *Hergenroether,* Photius, 3 vol., Regensburg 1867-69. — *Jugie,* Photius et la primauté de S. Pierre e du pape, Rome 1921 — *Roy,* San Nicola I, Roma 1908.

§ 79. O cisma oriental (1054)

159. Não sarou mais a ferida que Fócio infligira à Igreja. A aversão entre gregos e latinos era muito antiga e profunda, para permitir a esperança de uma união harmoniosa entre as duas Igrejas. Também a diversidade da língua, o caráter nacional, e a diferença no tocante à constituição eclesiástica, disciplina, liturgia e doutrina contribuíram para que se afastassem, cada vez mais, uns dos outros. Algumas particularidades da Igreja ocidental eram consideradas pelos bizantinos como apostasia da Igreja apostólica. À oposição eclesiástica e cultural acresceram ainda as diferenças políticas, a perda do domínio bizantino na Itália central e setentrional, a aliança dos papas com os francos e a renovação do império ocidental. Profundamente irritados pela política italiana dos Otões, os bizantinos não tinham mais nenhum interesse pela união com o ocidente. Qualquer infeliz coincidência, por mais insignificante que fosse, bastava para romper abertamente o cisma, que latente já existia.

160. Depois duma paz aparente de um século, agravou-se, de novo, a situação, quando os patriarcas Sisínio (996-99) e Sérgio II (999-1019) renovaram as declarações exaltadas de Fócio, e riscaram dos seus dípticos o nome do pontífice romano. Eustácio (1019-25) reatou as relações com Roma. Mas, quando pretendeu aproveitar-se da amizade para ser reconhecido como patriarca ecumênico na sua dição, como o bispo de Roma o era na Igreja universal, o papa se viu obrigado a resistir-lhe.

Seu segundo sucessor, **Miguel Cerulário** (1043-58), político violento e demagogo, deu, finalmente, o passo fatal. De acordo com ele, abriu o arcebispo Leão de Ácrida uma luta literária contra os latinos. Numa carta ao bispo João de Trani (Baron., 1053, 22), renovou todas as acusações e censuras, que Fócio lhes fizera: o jejum nos sábados da Quaresma, a omissão do *aleluia* na Quaresma e o celibato; e acrescentou ainda a de usarem, na celebração da eucaristia, os ázimos, à maneira dos judeus.

161. A carta acusatória foi entregue ao cardeal Humberto de Silva Cândida, que, por sua vez, a traduziu e entregou ao papa Leão IX (1048-54). Por ordem do papa, refutou Humberto, no seu *Dialogus*, uma por uma, as acusações. Não foi, porém, feliz nas suas expressões, quando, em seguida, passou a acusar os próprios orientais. Declarou heresia nicolaítica o matrimônio dos sacerdotes e chamou de macedônios todos os gregos por não aceitarem o *Filioque*.

162. E' claro que em tais condições já não era possível chegar-se a um acordo. A pedido do imperador Constantino X Monômaco (1042-54), que desejava a paz, enviou

o papa três legados a Constantinopla, os cardiais Humberto de Silva Cândida e Frederico da Lorena e o arcebispo Pedro de Amalfi (1054), que, apesar da melhor vontade do imperador, não conseguiram nenhum resultado. Finalmente, aos 16 de Julho de 1054, depositaram no altar da basílica de Hágia Sofia, em presença do povo e do clero, uma bula de excomunhão, na qual acusaram o patriarca de diversas heresias e abusos (Baron., Annal. 1054, 19-43. MQ 139-40), esperando que se convertesse, ou então caísse em descrédito.

Mas o patriarca, cego pelo orgulho, excitou o povo contra os latinos e contra o próprio imperador. Um sínodo, por ele convocado, renovou o manifesto de Fócio e pronunciou o anátema contra os latinos. O patriarca Pedro de Antioquia aconselhou-o a que se impusesse moderação e restabelecesse a união eclesiástica; mas em vão. O orgulho de Cerulário não conhecia mais limites. Começou até a usar as insígnias imperiais e já não fazia mais distinção entre a sua dignidade e a do imperador. O fraco Constantino não ousou mais contrariá-lo. Miguel VI foi até deposto. Mas Isaac Comneno, em breve, o fez meter na prisão, onde, um ano depois, morreu sem ter renunciado.

O espírito cismático, no entanto, perdurou. Os demais patriarcas orientais seguiram, aos poucos, o exemplo de Constantinopla, e perpetuou-se assim o rompimento. Também os povos cristianizados pelos bizantinos foram arrastados ao cisma.

Hefele, Konziliengeschichte IV. — *Hergenroether-Kirsch,* Handbuch der allgemeinen Kirchengeschichte II 274 ss. — *Id.,* Photius 710 ss. — *Bréhier,* Le schisme oriental du XIe siècle, Paris 1899. — *Martin,* San Leone IX, Roma 1908.

CAPÍTULO IV

CONSTITUIÇÃO DA IGREJA, CULTO E DISCIPLINA

§ 80. Clero e administração das dioceses. — Decretais pseudo-isidorianas

163. À medida que o oriente se ia separando de Roma, o ocidente estreitou as relações com este centro espiritual da cristandade. Claramente se mostra esta tendência na cristianização e organização eclesiástica dos povos germânicos. Os

missionários e os príncipes mantinham contínuo contacto com a Sé apostólica, particularmente quando se tratava de erigir novas dioceses e criar novas províncias eclesiásticas. Este fato teve a sua mais clara expressão na *Charta verae atque orthodoxae professionis et catholicae unitatis* do segundo concílio geral do reino franco (747?; MQ 107).

164. Como as **dioceses** tivessem, entre os povos néo-convertidos, maior extensão do que no antigo império romano, os bispos precisavam de auxiliares. Aparece, de novo, a instituição dos **corepíscopos.** Não é, porém, possível demonstrar um conexo real entre eles e os corepíscopos da antiguidade. Eles tinham de visitar os diversos distritos da diocese, de instruir os eclesiásticos e de dirigir a diocese no tempo da sedisvacância. Mas, não raras vezes, excederam os seus poderes, causando rivalidades. Por isso, foram substituídos, desde meados do século IX, por arcediagos, que, geralmente, eram simples sacerdotes, embora fossem chamados, de vez em quando, de corepíscopos.

165. A visita anual, que os bispos costumavam fazer à sua diocese, em diversas partes, já no período anterior, foi prescrita, repetidas vezes, neste período. Assim no tempo de Pepino e, mais decididamente, no capitulário de Carlos Magno, em 769 (ST 339), e em outros posteriores. Carlos Magno deu ao bispo um protetor e companheiro na pessoa de um conde de cantão. Para facilitar a visita escolheram-se desde o século IX, em cada comunidade alguns varões de confiança, geralmente sete, que tinham de indicar os crimes e abusos a serem corrigidos. Chamavam-se eles *testes synodales.* Toda a instituição era chamada *Send* (= sínodo). Os **sínodos** diocesanos se celebravam uma vez por ano. Os sínodos provinciais eram menos frequentes. Importância especial tinham os sínodos nacionais ou imperiais, em que tomavam parte também os príncipes seculares, e cujas resoluções, chamadas *capitularia,* eram promulgadas também como leis do Estado.

166. Muitos senhores seculares fundaram, nesta época, igrejas nos seus territórios. E como estas igrejas, segundo o direito germânico, eram consideradas como propriedades particulares, aqueles senhores podiam dispor das mesmas, como também instituir e depor capelães, a seu bel prazer.

Depois da morte do capelão, o proprietário se apoderava de uma parte, ou mesmo de todos os bens que deixava, direito que, mais tarde, se chamou *jus spolii*. Durante a sedisvacância colhia, além disso, uma parte das rendas, dando assim origem ao chamado *direito de regalias*. Esta instituição das igrejas privadas não correspondia ao sentimento da Igreja romana, universalista, e tornou-se fonte de muitos abusos. Todavia, se manteve por séculos inteiros. E só no século XII conseguiu Alexandre III aboli-la ou reduzi-la a um simples direito de proteção ou de representação.

167. A vida religiosa dos clérigos passara, no tempo dos merovíngios, por um período de triste relaxamento. No século VIII, foi iniciada uma feliz reforma, introduzindo-se novamente a vida comum. Crodegango de Metz († 766) é considerado como seu restaurador. Os clérigos que trabalhavam em determinada igreja, escreviam o seu nome numa lista (cânon) e observavam uma regra comum (cânon), pelo que eram chamados de *clerici canonici*. A casa destes canonici era chamada *domus* ou *monasterium*. Nas reuniões diárias se lia um capítulo da Sagrada Escritura, e daí o lugar da reunião recebeu o nome de *capítulo*. Este modo de viver era adotado não só nas sedes episcopais, mas também nas igrejas paroquiais, formando-se desta forma, ao lado das catedrais canônicas, as igrejas colegiadas.

No entanto, a reforma, que produziu tão esperançosa regeneração moral e científica do clero, não durou, e não podia durar muito, porque a propriedade particular, concedida aos cônegos, constituía uma desigualdade numa sociedade de iguais, o que naturalmente acarretou muitas outras inconveniências. Só pelos meados do século XI é que começou uma nova e verdadeira restauração.

168. A influência crescente da Igreja manifesta-se também nos diversos **privilégios,** que foram concedidos ao clero. No reino dos francos, os bispos estiveram sempre isentos da jurisdição dos seculares. Neste período, também os clérigos inferiores gozavam, mais e mais, deste *privilegium fori*. Para tal mudança contribuiu, particularmente, o princípio da *Lex Ripuaria* (cfr. 23), que declarava: "Ecclesia vivit lege Romana", e cada um pode viver segundo o seu direito. Mais tarde, influíram também as reclamações, muitas vezes repetidas, das *Decretais pseudo-isidorianas,* que ensinavam que um clérigo só devia ser julgado por outro clérigo. A mudança, porém, operou-se lentamente. E o *privilegium fori* não foi universalmente reconhecido, senão na alta idade média.

169. A mútua compenetração de Igreja e Estado teve por natural consequência que os prelados, bispos e abades receberam ainda maiores direitos e atribuições políticas. Já desde meados do século VII, aparecem os bispos do reino franco, juntamente com os senhores seculares, como conselheiros do soberano. Deviam esta posição tanto à sua dignidade eclesiástica, como também aos extensos domínios de que eram dotadas as suas Igrejas. Os reis merovíngios concederam, além disso, a algumas igrejas e mosteiros o *privilégio da imunidade,* isto é, a isenção de impostos e serviços públicos. No século IX, esta imunidade foi concedida a quase todas as igrejas e mosteiros imperiais.

170. Aos privilégios do foro e da imunidade acresceram ainda as regalias de aduana, mercadoria e cunhagem de moeda. Finalmente, receberam os prelados a dignidade e os direitos de condes. Foi Carlos III quem primeiro os concedeu ao bispo de Langres (887). Henrique I deu-os, quarenta anos depois, ao bispo de Tours. Mais frequentemente os distribuiu seu filho e sucessor Otão I e, mais tarde, Henrique II. Na França, os bispos tiveram, em seguida, de ceder novamente as suas regalias ao rei, a fim de firmar o poder da coroa contra os senhores seculares. Mas no império continuou o desenvolvimento, terminando, essencialmente, com as cartas de privilégio de Frederico II (1215-50).

171. A condição privilegiada do clero teve, de um lado, grandes vantagens para a Igreja. Revestida de tão grande autoridade e poder, podia mais fàcilmente desempenhar a sua missão de mestra e guia das nações. Mas, de outro lado, não faltaram consequências dolorosas. Enquanto que muitos bispos conscienciosos se esforçavam por serem bons pastores espirituais, muitos outros negligenciavam os seus deveres mais sagrados, sendo antes príncipes seculares do que prelados da Igreja. Foi então que "se lançaram as sementes da longa e deplorável luta do trono e do altar, do

sacerdócio e do império". Pois, quanto maior era a importância política dos altos cargos eclesiásticos, tanto mais se esforçaram os príncipes por alcançarem influência na sua provisão. A eleição dos bispos, que ainda se costumava fazer pelo clero e pelo povo, mas, já no período anterior, tinha sido reduzida, não raras vezes, a uma simples aparência, foi substituída, mais e mais, pela nomeação real. Só de um modo transitório é que alguns príncipes concederam à Igreja o direito da eleição, Luís, o Bonachão, de um modo geral, outros príncipes, em determinadas dioceses. Mas sempre se reservavam o direito da confirmação.

172. A colação de uma prelatura é chamada, desde princípios do século XI, **investidura.** Esta se fazia, de vez em quando, já no tempo dos merovíngios, pela entrega de anel e báculo. E foi esta a regra desde o reinado de Otão I. Depois da morte do prelado, as insígnias deviam ser devolvidas ao soberano. Bispos e abades, assim investidos, tinham de jurar fidelidade ao príncipe e confessar-se seus vassalos.

173. Compreende-se que tal investidura leiga estava em aberta oposição ao ofício espiritual e que tinha por consequências naturais grandes inconveniências. Os altos cargos eclesiásticos pareciam ser propriedade do príncipe, e formava-se até a idéia de que a dignidade eclesiástica emanava do poder real. Além disso, os soberanos visavam, muitas vezes, só os seus interesses políticos, sem darem conta à dignidade e capacidade dos que escolhiam para dirigir os destinos da Igreja. Carlos Martelo, principalmente, dispôs dos benefícios eclesiásticos, como se fossem feudos. Distribuía-os a leigos, parentes e favoritos, incapazes e indignos, e mesmo a meninos. Outros soberanos imitaram-lhe o exemplo. No século X, aparecem, na França, muitas sedes episcopais como propriedades de famílias nobres. Não raras vezes, as fontes também falam de simonia. Sendo feudatários do Estado, os prelados tinham mesmo de pegar em armas, apesar das leis contrárias da Igreja.

174. E' verdade que alguns príncipes, como Carlos Magno, Otão I, Henrique II e Henrique III, se norteavam segundo os seus sentimentos eclesiásticos ao nomearem os

prelados. Todavia, a reforma, que, no século XI, se fizera necessária, não podia deixar de visar principalmente a abolição da investidura leiga. Como Hincmar de Reims, no século IX, clamara contra os abusos, assim, mais tarde, levantaram a sua voz o cardeal Humberto da Silva Cândida, Pedro Damiani, o papa Nicolau II, no sínodo do Latrão (1059), e muitos outros. Mas só uma luta titânica entre a Igreja e o Estado teve, finalmente, por resultado a liberdade da Igreja. E esta luta foi iniciada corajosamente por Gregório VII.

175. Uma das armas mais poderosas empregadas nesta luta são as chamadas **Decretais pseudo-isidorianas.** Até meados do século IX, já existiam diversas coleções de cânones. Entre elas tinha maior autoridade a *Collectio canonum Hispana,* mais tarde atribuída a Isidoro de Sevilha. E' nela que se baseia uma coleção, que tem a sua origem na França, provàvelmente em Reims, e cujo autor desconhecido se apresenta com o nome de Isidoro Mercator. Pela primeira vez, se fez notícia dela num sínodo de Reims, em 852. O primeiro papa a aplicá-la foi talvez Nicolau I (858-67) num conflito que teve com Hincmar de Reims (MQ 128). A coleção divide-se em três partes. A primeira contém os 50 decretos apostólicos, 59 pretensas cartas pontifícias, desde Clemente I até Melcíades, e a chamada Doação Constantiniana. A segunda parte contém os decretos dos antigos concílios. A terceira compreende, entre outras, 45 decretais espúrias, desde Silvestre I até Gregório II.

176. O escopo do autor foi "canonum sententias colligere et uno in volumine redigere", a fim de iniciar uma reforma entre os prelados e o povo. Visava firmar a posição dos bispos contra o "igrejismo" dos senhores seculares e contra os metropolitas. E, para consegui-lo, acentuava o primado do papa, ao qual atribui o direito de confirmar os sínodos, como também de decidir as *causas maiores.*

177. A coleção foi, em geral, tida por autêntica durante toda a idade média. As primeiras dúvidas foram movidas pelos cardeais Nicolau de Cusa e João de Torquemada O. P., no século **XV**. Defendeu-a, ainda no século XVI, o jesuíta

Francisco Torres (1572), contra os centuriões de Magdeburgo. Mas os seus argumentos foram refutados definitivamente pelo teólogo reformado David Blondel (1628).

Stutz, Geschichte des kirchlichen Benefizialwesens von Anfang bis Alexander III., Berlin 1895. — *Genestal,* Le Privilegium fori en France, 2 vol., Paris 1921-25. — *Lesne,* La hiérarchie épiscopal jusqu'à la mort d'Hincmar, Paris 1905. — *Fournier,* Études sur les fausses décrétales, Lauvain 1907. — *Funk-Bihlmeyer,* Kirchengeschichte II 70 ss. — *Buchberger,* Lexikon fuer Theologie und Kirche (passim).

§ 81. Culto e disciplina

178. Embora quase todo os povos ocidentais fossem cristianizados, ao menos indiretamente, pela Igreja romana, houve, todavia, no segundo período da antiguidade, grande diversidade de liturgias. Na idade média primitiva, porém, nota-se a tendência de obter, pouco a pouco, uniformidade. Como entre os católicos do oriente grego a liturgia constantinopolitana chegou a predominar, assim no ocidente foi-se generalizando a liturgia romana.

S. Agostinho e seus companheiros, primeiros missionários da Inglaterra, implantaram-na naquela heptarquia. O sínodo de Cloveshove (747) prescreveu-a a todas as Igrejas da Inglaterra (ST 261). Vilibrordo, Bonifácio e outros missionários a transplantaram para o continente. Protegida por Pepino e promovida especialmente por Carlos Magno, não só foi introduzida também no reino dos francos, mas suplantou até a liturgia galicana, ficando, porém, desta algumas particularidades.

Na Espanha esforçaram-se os monges de Cluni por introduzir a liturgia romana. A sua propagação foi mormente apoiada pelos papas Alexandre II e Gregório VII. A liturgia visigótica ou moçárabe desapareceu completamente. Só pelo ano de 1500, é que o cardeal Ximenes a reintroduziu em algumas igrejas de Toledo, onde ainda persiste. Pelo fim deste período, a liturgia romana achava-se, pois, espalhada quase em todo o ocidente.

Nos últimos decênios do século XI, a rainha Margarida (1069-93) fez adotá-la também na Escócia, e o arcebispo Malaquias de Armagh († 1148) introduziu-a na Irlanda.

Carlos Magno e os papas, particularmente Nicolau II, quiseram introduzí-la igualmente em Milão. Mas a constância, com que os milaneses se negaram a renunciar ao rito ambrosiano, frustrou todos os seus esforços.

179. Uma vez adotada, tornou-se a liturgia romana objeto de muitos estudos. Entre os escritores liturgistas distinguiram-se Valfredo Estrabão, Amalário de Metz, Rabano Mauro, Guido de Arezzo, Pedro Damiani e outros mais.

180. Em geral conservou-se a praxe de celebrar a liturgia na presença da comunidade e em união com ela, comungando regularmente clérigos e leigos debaixo de ambas as espécies. Mas, já a partir do século VII, celebrou-se, de vez em quando, a missa privada, para a qual, em lugar das oblações, se ofereciam estipêndios em dinheiro. Pela multiplicação do sacrifício tornaram-se necessários os altares laterais. Alguns sacerdotes chegaram até a celebrar a missa sem assistência alguma, o que logo foi proibido, exigindo-se, pelo menos, a presença de um ministro, como representante da comunidade. Assim o sínodo de Mogúncia de 813 (c. 43). Outros sacerdotes celebravam a missa diversas vezes por dia. Alguns sínodos prescreveram, para o tempo da Quaresma e outros dias de jejum, a tríplice celebração diária. Houve até quem fosse mais além. Como este costume vinha, às vezes, acompanhado por detestáveis abusos, proibiu o sínodo de Seligenstadt (1022), que os sacerdotes celebrassem mais de três missas por dia.

181. Os paramentos sacros receberam, neste periodo, a sua forma definitiva (cfr. § 62).

182. Ao passo que a celebração da missa se tornava mais frequente entre os eclesiásticos, diminuía a participação dos leigos na comunhão eucarística. Exigia-se, ao menos, a recepção nas festas de Natal, Pentecostes e Páscoa. E não foi fácil obter-se o cumprimento desta prescrição. Mesmo entre os piedosos não era grande o interesse pela recepção da Eucaristia. Desde o século VII, foi adotado, no ocidente, o uso de ázimo, o que deu motivo aos gregos a graves censuras e a declarar inválida a Eucaristia dos ocidentais. Para se evitarem profanações, foi introduzido, em vez do pão que se partia, o uso de pequenas hóstias, que, pelo mesmo motivo, não se colocavam mais nas mãos dos

fiéis, e sim na boca. Na Igreja grega molhavam-se as hóstias em vinho consagrado ou não consagrado.

183. Parte importante do culto divino consistia, como na antiguidade, na pregação. O dever de anunciar a palavra de Deus foi inculcado, diversas vezes, por bispos e por concílios. Mas foi particularmente Carlos Magno quem recomendou com instância aos eclesiásticos, bispos e párocos, que cumprissem conscienciosamente este seu dever.

Para pôr em condições de cumpri-lo, mesmo os mais incapazes, faziam-se coleções de sermões, entre as quais tiveram maior autoridade as homílias de Beda, o Venerável, e o *Homiliário* que, por ordem de Carlos Magno, Paulo Diácono tirara das obras dos Santos Padres. Estas obras foram escritas em latim, mas pregava-se na língua vulgar. E não se pode duvidar que, na maior parte das igrejas, se pregava frequentemente. Entre os melhores pregadores deste período são mencionados Rabano Mauro, Haimão de Halberstadt, Volfgango de Ratisbona, Salomão de Constança e outros.

184. Com a liturgia romana foi adotado, no reino dos francos, também o **canto eclesiástico** dos romanos, chamado canto gregoriano. Carlos Magno pediu que se lhe mandassem cantores, e fundou escolas de canto em Metz e Soissons. Também os mosteiros de Fulda, Hirsau e, mais do que todos, o de São Galo se distinguiram por seu zelo em cultivar esta arte.

Mas nem sempre dominava o canto gregoriano. Pelo ano de 900, foi introduzida a polifonia, a princípio só de duas vozes. O monge Hucbaldo de Flandres († 930) é tido por seu inventor. Guido de Arezzo († 1050) e, um século mais tarde, o presbítero Franco de Colônia deram grande impulso à música polifônica, aquele pela invenção da pauta de quatro linhas, este pelo modo de fixar a duração dos tons mediante a teoria dos tempos musicais. Data desde então a distinção entre o canto coral e figurado.

185. Para acompanhar o canto eclesiástico, introduziu-se, neste período, o **órgão,** embora fosse, nos seus princípios, um instrumento muito imperfeito. Parece que os presentes de dois instrumentos, que Pepino e Carlos Magno receberam da corte bizantina e que foram colocados nas

igrejas de Compiègne e Aquisgrana, deram origem a esta inovação (Eginh., Annal. ad an. 757).

Os **sinos** (signa) têm a sua origem talvez no oriente ou, segundo outros, na Campânia (campanae), e, mais determinadamente, em Nola (nolae), como opina Valfredo Estrabão (De exord. c. 9). Os irlandeses os introduziram no reino dos francos (chlog, irl.; chlochon-tocar, aal.; cloccae).

186. A **disciplina da penitência** tinha, no princípio da idade média, as mesmas formas como na antiguidade. Aos delitos públicos aplicava-se ainda a penitência pública. Mas quando se tratava dos pecados ocultos, só se fazia a penitência privada. Foi esta a praxe comum nos reinos da Bretanha. Pelos missionários anglo-saxônicos foi introduzida universalmente também no continente. De outro lado, estendeu-se a penitência pública não sòmente à apostasia, ao homicídio e ao adultério, mas a muitos outros pecados, como rapto de donzelas e viúvas, usura, perjúrio, falso testemunho, roubo, incêndio, feitiçaria e outros mais. E não era mais simplesmente facultativa, mas imposta pela autoridade eclesiástica, e mesmo com auxílio do braço secular.

As obras de penitência consistiam em jejum, esmola, desterro, peregrinação, flagelação, entrada num mosteiro, etc. Até meados do século IX era proibido aos penitentes contrair matrimônio. Esta disposição, porém, foi abolida pelo sínodo de Vormácia de 868. O tempo da penitência era, geralmente, a Quaresma. A quarta-feira de Cinzas era o dia em que era decretada, e a Quinta-Feira Santa, o dia em que se lhe concedia a absolvição.

187. Os **Livros Penitenciais** regulavam, ainda neste período, a administração da penitência. O mais célebre tem o nome de Teodoro de Cantuária, em cujas máximas se baseava. Um outro reduz a sua origem a S. Columbano. Mas, em consequência da quantidade e diversidade, houve, em princípios do século IX, uma forte oposição contra estes livros. Não foi, no entanto, possível suprimí-los até à alta idade média, quando os papas e os concílios tornaram à antiga disciplina.

188. Uma inovação importante foi introduzida, na segunda parte do século VII, pela chamada redenção, que

consistia na mudança das penas canônicas em outras obras, como orações, esmolas, etc. Os Livros Penitenciais, desde o século VIII, fixaram determinadas somas para os vários prazos de jejum, somas que deviam ser pagas para fins piedosos. Assim, por exemplo, S. Pedro Damiani, legado pontifício, nos conta na sua relação do ano de 1059 ao arcediago Hildebrando (Mansi XIX 887 ss), que o próprio arcebispo simonístico de Milão se impôs uma penitência de 100 anos, que podia resgatar, ano por ano, por determinada quantia em dinheiro, que se empregava em proveito da Igreja e dos pobres. Mas com semelhante inovação deu-se ocasião a diversos abusos. O mesmo Pedro Damiani pronunciou-se, às vezes, contra as redenções. O sínodo de Ruão (1048) viu-se obrigado a proibir que se agravasse ou aliviasse a penitência por motivo de avareza. Desde o século XI, aparece, ao lado da redenção, a indulgência, que, mais e mais, a suplantou.

189. Ao passo que se relaxava a disciplina da penitência, crescia o poder coercitivo da Igreja. Os castigos aplicados eram a **excomunhão** e o **interdito.** Aquela consistia numa exclusão parcial (minor) ou completa (maior) da comunhão eclesiástica. Como a excomunhão nem sempre conseguisse que se respeitassem as leis da Igreja, aplicava-se o interdito, proibição de todo o culto divino num determinado distrito. As origens desta instituição datam do século VI. Mas, como meio penitencial pròpriamente dito aparece só no século IX.

Como fosse introduzido pelos bispos e sínodos particulares, praticava-se de vários modos. Algumas vezes, se proibiam todos os atos do culto público, outras vezes, eram permitidos, ao menos, os atos mais necessários, como batismo, sacramentos dos moribundos e celebração da missa a portas fechadas. A Igreja mostrou-se, ao mesmo tempo, mãe benigna e mestra severa. Queria ela, como o apóstolo (1 Cor 5, 5), que o pecador fosse entregue a Satanás, a fim de que a sua alma fosse salva no dia do juízo (Alzog II 181).

190. As **festas litúrgicas** multiplicaram-se, neste período, consideràvelmente. Foram geralmente adotadas as festas de todos os apóstolos e evangelistas, mencionados já por Crodegango na sua *Regula canonicorum,* pelo ano de 760. As festas de Páscoa e Pentecostes, que por determinação do sínodo de Mogúncia de 831 (can. 36) ainda se prolongavam por toda a oitava, foram reduzidas, em seguida, aos três primeiros dias da semana. Na realidade, porém, esta medida teve por consequência uma solenidade mais intensiva. Outras festas, generalizadas neste período, são as dos santos Inocentes, de Todos os Santos, e de S. Martinho. Também a festa do Padroeiro e da Congregação das igrejas era celebrada universalmente, mas nos dias convenientes. Em muitos lugares, acresceram ainda as festas da Invenção da Cruz, de S. Lourenço e de S. Miguel. A Comemoração dos Finados, introduzida pelo abade Odilón (994-1048) no mosteiro e na congregação de Cluni, espalhou-se, pelo fim do século X, também em outras partes.

191. A **veneração dos santos** tomou cada vez maiores proporções. Os seus sepulcros, especialmente os de S. Pedro e S. Paulo em Roma, de S. Tiago em Compostela e de S. Martinho em Tours tornaram-se pontos de numerosas romarias.

Mas, não raras vezes, misturaram-se abusos com o entusiasmo do povo, particularmente no tocante à veneração das relíquias, pelo que Carlos Magno ordenou que não se venerassem novos santos sem aprovação dos bispos. Para ser introduzido numa região mais vasta, o culto devia ser aprovado pelos bispos vizinhos ou por todos os bispos da província reunidos em sínodo. E para dar-lhe um caráter mais solene, pedia-se a canonização pontifícia. O primeiro caso de semelhante canonização foi a de Santo Ulrico, bispo de Augsburgo, falecido em 973 e canonizado pelo papa João XV, no sínodo lateranense de 993 (Mansi XIV 169). Alexandre III reservou qualquer canonização à Santa Sé (1170).

192. Com as festas do ano litúrgico desenvolveu-se também a **disciplina do jejum** (cfr. § 62). A ordem do jejum quaresmal, formada já no fim da antiguidade e adotada em Roma no século VI, foi-se generalizando neste período. Só na Igreja de Milão não foi possível introduzi-la. A cerimônia das Cinzas foi prescrita universalmente por Urbano II, no sínodo de Benevento (1091). Igualmente desde o século VI, encontramos em Roma as domingas de Quinquagésima, Sexagésima e Setuagésima, como preparação ao jejum da

Quaresma. Amalário, e com ele outros liturgistas da idade média, viram nesta instituição uma imitação dos 70 anos do cativeiro babilônico. Na Igreja oriental ajuntou-se ainda uma semana oitava durante a qual só era proibido comer carne. Mas, aqui, os domingos e sábados não eram considerados como dias de jejum. E, todavia, também nestes dias os cristãos tinham de abster-se de carnes, ovos e lacticínios, durante toda a Quaresma. Só uma refeição era permitida; e esta não se devia fazer antes da hora nona. Ilícitos eram igualmente o uso do matrimônio, as bodas, as sessões judiciais e as diversões, especialmente a caça.

193. Aos três jejuns anuais da semana de Pentecostes, de Setembro e de Dezembro, acresceu outro que, no entanto, coincide com a Quaresma. Pelas ordenações que se administravam nestes dias tinham o nome de "jejum das ordenações". Este *jejum dos quatro tempos* é mencionado já pelo sínodo de Mogúncia em 813 (cân. 34). Jejuava-se, além disso, nas vigílias, que se multiplicavam e serviam de preparação às festas mais solenes, como Natal, Epifania, e as festas dos apóstolos. Do mesmo modo, se ordenou o jejum nos três dias de Rogações, que entraram na liturgia romana durante o pontificado de Leão III (795-816).

Chrodegang., Regula canonicorum, ed. Migne, PL 89, 1097 ss. — *Walafr. Strabo*, De exordiis et incrementis quarundam in ecclesiasticis rerum, ed Migne, PL 114, 919 ss. — *Duchesne*, Origines du culte chrétien, 3. ed Paris 1902. — *Eisenhofer*, Handbuch der katholischen Liturgik, 2 vol., Freiburg 1932-33. — *Id.*, Kathol. Liturgik, Freiburg 1924. — *Reus*, Curso de Liturgia, Petrópolis 1939. — *Funk-Bihlmeyer*, Kirchengeschichte II 78 ss. — *Kurtscheid*, Das Beichtsiegel und seine geschichtliche Entwicklung, Freiburg 1912. — *Goeller*, Papsttum und Bussgewalt in spaetroemischer und fruehmittelalterlicher Zeit, Freiburg 1933. — *Kellner*, Heortologie, 3. ed. Freiburg 1911. — *Buchberger*, Lexikon fuer Theologie und Kirche, Freiburg 1930 ss (passim).

§ 82. O monacato — Estado religioso-moral de clero e povo no ocidente

194. Ao monacato devem-se, no fim da antiguidade e no princípio da idade média, os serviços mais valiosos. A conversão dos povos germânicos e a sua educação é, em grande parte, sua obra. Mas a riqueza excessiva e o mal das comendas causaram, no tempo dos últimos merovíngios,

um relaxamento desolador. A riqueza prejudicou a disciplina nos mosteiros e despertou a cobiça dos príncipes. As comendas ou a instituição de abades leigos, feita principalmente por Carlos Martelo, que dispunha dos mosteiros ricos, como se fossem feudos da coroa, transformou em bulício mundano o silêncio dos claustros.

195. A partir da reforma bonifaciana e da obra reformadora de Carlos Magno, realizou-se um notável melhoramento. Os esforços de S. Pirmino e S. Benedito, abade de Aniane, foram coroados igualmente de magníficos sucessos. E a reforma do sínodo de Aquisgrana (817), por ele dirigido, ordenou que todos os mosteiros aceitassem a regra beneditina, melhorada e completada.

196. Mas durante as lutas intestinas do reino franco e no meio das turbulências que se seguiram, no fim do século IX e no princípio do século X, ordem e disciplina tornaram a relaxar-se. Na Inglaterra, os dinamarqueses devastaram igrejas e mosteiros. No sul da Alemanha, na Itália e Espanha, os húngaros e sarracenos perpetraram crueldades e devastações sem conta. Também os normandos saquearam e destruíram muitos mosteiros. Outros ficaram reservados aos membros da nobreza. Predominaram novamente os abades leigos, e o sínodo de Trosly (909) lamenta que os tais abades habitavam nos mosteiros com filhos e mulheres, cães e soldados, enquanto que os monges vagavam pelo país e davam-se à boa vida.

197. No meio da decadência universal, o piedoso duque Guilherme da Aquitânia fundou o mosteiro de **Cluni** na diocese de Mâcon (910). Para povoá-lo chamou o abade Bernon de Beaume, oriundo da família dos condes da Borgonha. Veio ele acompanhado de doze monges, dispostos a renovar o antigo ideal monástico de S. Bento. Como norma de vida adotou o capitulário aguisgranense de 817, lançando pela vida de silêncio, de oração e de trabalho os fundamentos de uma vasta reforma. Cinco abades santos e ilustres completaram a sua obra no correr de dois séculos: Odón (927-42), Aimar, Májolo (954-94), Odilón (994-1048), chamado "o arcanjo dos monges", e Hugo Magno (1049-1109). Logo em seguida, dois monges de Cluni subiram ao trono de S. Pedro, Urbano II e Pascoal II. Sob a direção do abade

de Cluni formaram-se ou reformaram-se outros mosteiros, abadias e priorados, unidos todos numa congregação que, no princípio do século XII, contava mais de 2.000 mosteiros espalhados na França, Itália, Alemanha, Inglaterra, e até na Espanha e na Polônia.

198. Cluni tornou-se fonte de uma vasta renovação espiritual. Foi ali que se preparou a liberdade e a reforma da Igreja. Intimamente unidos com o papado, os monges lutaram contra simonia, concubinato dos clérigos e outros abusos. Fazendo suas as normas de Pseudo-Isidoro, foram o baluarte principal do papado no conflito com o poder civil, na época da luta pela investidura. Pelo espaço de três séculos, desenvolveram a sua atividade abençoada.

199. Na Itália, o monacato teve igualmente um forte impulso para melhor. O célebre mosteiro de **Montecassino** conservara a sua disciplina no meio de mil tempestades. Não conseguiu, porém, a importância de Cluni. Grande número de mosteiros uniram-se, por isso, à congregação cluniacense. No entanto, muitos varões piedosos, aborrecidos pelo espírito do tempo, retiraram-se para a solidão, a fim de renovar a vida anacorética. Entre eles granjeou grande reputação S. Nilo († 1005), fundador do célebre mosteiro de Grottaferrata, perto de Frascati.

200 a. Também **S. Romualdo** († 1027) passou grande parte da sua vida no silêncio das florestas e montanhas. Nasceu da família dueal de Ravena e foi amigo paternal de Otão III. A sua penitência rigorosa e suas pregações lhe atraíram os corações. Numerosos discípulos se lhe associaram. Em 1018, fundou o eremitério de Camáldoli perto de Arezzo, que deu origem à congregação dos camaldulenses, aprovada, em 1072, pelo papa Alexandre II.

b. Pouco depois da morte de Romualdo, fundou **S. João Gualberto** († 1073), fidalgo florentino, o eremitério de Valombrosa, nas cercanias de Florença (1036). Mais tarde, deu à sua ordem uma constituição cenobítica.

c. Na Alemanha, tornou-se centro de reforma o mosteiro de **Hirsau** na Suábia. Fundado em 838, foi, depois de um período de completo abandono, restaurado por monges de Einsiedeln, e reformado pelo abade S. Guilherme (1071-91). Outros mosteiros se lhe associaram.

201. Nos mosteiros reformados foi **introduzida, desde o século X, separação** mais rigorosa entre clérigos e leigos. Na antiguidade, a maior parte dos monges eram leigos. Nesta época, porém, crescia, mais e mais, o número dos sacerdotes. Fora das funções espirituais, ocupavam-se com o ensino nas escolas monásticas e com trabalhos literários, enquanto que os trabalhos manuais ficavam reservados aos monges leigos ou conversos.

202. Outra inovação foi a **isenção.** O concílio de Calcedônia (can. 4) submetera os monges à jurisdição dos bispos. Sínodos posteriores confirmaram esta disposição. Para facilitar a sua atividade e seu desenvolvimento, como também para evitar contendas escandalosas, muitos mosteiros eximiram-se, em nosso período, do poder episcopal, submetendo-se imediatamente à Sé apostólica. O primeiro exemplo é Bobbio, fundação de S. Columbano (826). A pedido de S. Bonifácio, o mosteiro de Fulda recebeu o mesmo privilégio. Desde a reforma de Cluni, a isenção foi-se generalizando, mais e mais.

203. Como a vida monástica, assim também a vida religiosa e moral do clero secular e do povo oferece aspectos diferentes, conforme os tempos e os lugares. A conversão dos povos ocidentais realizou-se muito depressa e em circunstâncias, às vezes, pouco favoráveis para ser perfeita. Em muitos casos, não era muito mais do que uma mudança externa da crença. Ficaram as idéias gentílicas e as superstições. Os esforços, que Carlos Magno fizera para elevar o nível religioso do seu povo, foram frustrados pelas guerras e pelas invasões do "século obscuro". Em vão, se reuniram os vários sínodos. Os seus cânones eram pouco atendidos. Algumas superstições revestiram-se até de formas cristãs.

As *sortes sanctorum sc. bibliorum* consistiam em abrir-se, ao acaso, uma passagem da Sagrada Escritura, a fim de conhecer a vontade de Deus e o futuro. Os *ordálios* (anglos. ordal, al. Urteil) remontam aos tempos primitivos da história germânica e se baseiam na crença duma intervenção divina para manifestar a culpa dum verdadeiro ou pretenso criminoso. Na idade média espalharam-se sob diversas formas, como prova de ferro em brasa, de água a ferver, de duelo, etc. Na credulidade ingênua da época encontraram terreno muito favorável.

As poucas vozes que contra eles se levantaram não foram atendidas. A própria Igreja mostrou-se, a princípio, bastante favorável aos ordálios e revestiu-os de formas litúrgicas, fazendo-lhes preceder, às vezes, o sacrifício da missa. São muito conhecidos os ordálios de S. Cunegundes. Inocêncio III, finalmente, os condenou, no 4.º concílio do Latrão (c. 18), e proibiu a bênção dos objetos que neles se empregavam. Todavia, encontravam-se ainda, de vez em quando, e o duelo ainda hoje é um resto destas antigas tradições.

204. Juntamente com superstição, reinava toda sorte de rapacidade, vingança, crueldade e sensualidade. Muito difícil era à Igreja fazer valer a santidade do matrimônio. O direito, que os príncipes possuíam, de fazer guerras privadas, deu ocasião frequente a horrendas violências. A Igreja procurou reduzí-las aos limites mais estreitos. Os seus esforços tiveram por resultado a *Trégua de Deus,* primeiro no sul da França e na Borgonha (1040). Segundo um decreto de 1042, deviam cessar as guerras privadas desde o Advento até à oitava da Epifania, desde o princípio da Quaresma até à oitava da Páscoa, e desde a semana das Rogações até à oitava de Pentecostes, e, finalmente, em cada semana desde a tarde de quarta-feira até à manhã de segunda-feira.

205. A Igreja serviu-se também de outros meios para combater as paixões humanas. A instituição da disciplina penitenciária, as pregações, as visitas canônicas e os *Sends* foram coroados de magníficos resultados. E é por isso que a nossa época ostenta, ao lado de grandes abusos, também não poucos pontos luminosos: verdadeiro espírito de penitência, piedade ingênua e grande espírito de sacrifício. A idade média primitiva é um período de trânsito, cheio de contrastes, e a preparação para o mais belo desenvolvimento da cultura cristã.

206. Importância particular teve a vida religioso-moral do clero. A época belicosa de Carlos Martelo não podia deixar de prejudicá-la de um modo lamentável. No reinado de Carlos Magno, melhorou consideràvelmente. Mas, em seguida, decaiu novamente, na França e na Itália. Na Alemanha, governada pelos imperadores saxônicos e sálicos, a decadência foi menos sensível, e houve até muitos exemplos de santidade e virtude.

207. Em geral, porém, foi triste o estado da moralidade. S. Pedro Damiani pintou-o, no seu *Livro Gomorrheano* (PL 145, 159-90), com cores talvez um tanto demasiadamente tétricas. Foi particularmente o preceito do celibato que oferecia muitas dificuldades. Na Espanha, o rei Vitiza suprimiu-o. Mais tarde, o clero espanhol geralmente se conservou na altura de seu estado, graças à luta contra os sarracenos. Mas, na França, na Alemanha e na Itália, particularmente na Lombardia, este mal alastrou-se assustadoramente. Na Lombárdia, justificavam-se os clérigos incontinentes, apelando à liberdade ambrosiana. A esta "heresia nicolaítica" juntavà-se o mal da simonia, que, por seu turno, acarretava muitos outros males.

208. No entanto, nunca faltaram zelosos defensores da disciplina eclesiástica. Na Inglaterra, S. Dunstan, arcebispo de Cantuária (959-88), levantou poderosamente a sua voz. Na França, na Alemanha e na Itália, os mosteiros reformados exerceram benéfico influxo também sobre o clero secular. E, desde meados do século XI, a Sé apostólica saiu abertamente em defesa dos cânones da Igreja. A alma da reforma veio a ser o grande papa Gregório VII.

Marrier, Bibliotheca Cluniacensis, Paris 1614; nova impr. Mâcon 1915. — *Heimbucher,* Die Orden und Kongregationen I. — *Buehler,* Klosterleben im deutschen Mittelalter, Leipzig 1921. — *Arrufat,* A ordem beneditina, trad. port. por De Luna, Rio de Janeiro 1933.

SEGUNDA ÉPOCA

A ALTA IDADE MÉDIA

FLORESCIMENTO DA IGREJA MEDIEVAL. — DESDE GREGÓRIO VII ATE' BONIFACIO VIII (1073-1303)

CAPITULO I

Vista Geral

209. Depois do esplendor e da poderosa prepotência imperial, nos tempos dos primeiros carlovíngios e dos imperadores saxônicos e sálicos, seguiu-se um império dilacerado pelas lutas intestinas, causadas pelo egoísmo dos príncipes, que não desejavam a mão forte de um rei poderoso, e pela luta dolorosa entre o império e o papado.

Depois da escravização da Igreja, seguiu-se a sua liberdade. O papado atingiu um poder interno e um predomínio externo nunca visto até então. Esta liberdade teve de ser conquistada, no século XI, e defendida, duas vezes, nos séculos XII e XIII. Foi conquistada e defendida, por meio de uma luta renhida contra a investidura leiga, entre Gregório VII e Henrique IV e seus respectivos sucessores, luta esta, que podia ser vitoriosa para a Igreja só em virtude de uma reforma interior, já preparada pelos monges de Cluni.

210. A primeira consequência da luta foi um nefasto partidarismo em Roma, que dominou desde a primeira fase do conflito até ao começo da segunda. Mas, de outro lado, a vitória da Igreja teve os seus bons resultados. O papa tornou-se chefe de quase todas as empresas internacionais, particularmente das cruzadas. Estas, por sua vez, são a ex-

pressão mais nítida da piedade medieval, que, além disto, se manifestou na vida monástica, nas ciências escolásticas e místicas, na arte românica e gótica e na poesia, que em Dante atingiu o mais alto grau do esplendor.

A Igreja, afinal, foi, neste período, guia segura em todos os campos da cultura. Política, ciência e arte, toda a vida cultural ficou impregnada do espírito cristão. E toda esta maravilhosa harmonia deve-se ao papado que, na luta contra os adversários, provou brilhantemente a sua existência divina e a divina força da sua moral. Apesar de muitos pontos obscuros, a Igreja como S. Agostinho a concebera celebrou os seus mais belos triunfos.

I CAPÍTULO

HISTÓRIA DO PAPADO

§ 83. Gregório VII e a sua reforma

211. Os últimos dois séculos da idade média primitiva designam um período de universal relaxamento. Uma das causas foi a irregularidade na eleição dos pontífices romanos. O decreto eleitoral de 769 não surtira efeito. O papado se tornara joguete nas mãos dos partidos. Os imperadores, que deviam ser seus defensores, não raras vezes tinham sido seus opressores. Este mal formara, juntamente com a investidura leiga, o fundamento do predomínio imperial sobre a Igreja.

A investidura, enfeudação dum benefício eclesiástico por um príncipe secular, fazia-se, desde os tempos de Otão I, universalmente pela entrega de anel e báculo, insígnias da dignidade eclesiástica, e, em virtude dela, tornaram-se os prelados, ao mesmo tempo, príncipes seculares ou feudais. O investido pagava uma certa quantia pela investidura, e, deste modo, unia-se à investidura leiga um terceiro mal, a simonia, tráfico criminoso de dignidades e benefícios eclesiásticos. Quem mais dava, recebia a dignidade. "Todos os ministérios eclesiásticos, escreve Rodolfo Glaber, eram venais, naquele tempo, como no mercado as mercadorias" (PL 147, 698). A consequência disto foi um episcopado e

um clero vil e indigno e, muitas vezes, cismático. E, por isso, não causa admiração que grande parte do clero estava contaminado pelo veneno da incontinência.

212. Para remediar estes males tornara-se necessária uma reforma radical. Movimentos reformadores, porém, crescem lentamente, e sempre têm início nos trabalhos silenciosos, mas incansáveis, de pequenos círculos. Hirsau na Floresta Negra, os mosteiros da Lorena ocidental, as fundações de S. Nilo no sul da Itália, de S. Romualdo e de S. João Gualberto na Itália central são outros tantos centros da renovação religiosa. Mas o centro principal foi o mosteiro de Cluni.

213. O exemplo, que os monges cluniacenses davam de verdadeira piedade, de abnegação heróica, de fidelidade inquebrantável, influenciou também outros mosteiros, antigos e novos, que vieram a formar a congregação cluniacense. E não parou aqui o movimento renovador. Bispos e sacerdotes cooperaram. Formou-se o poderoso partido dos "amigos da reforma". Pedro Damiani, Hildebrando, Anselmo de Luca, Hugo Magno e muitos outros lhe aderiram.

A influência de Cluni fez-se notar até nos sentimentos e na atividade dos imperadores Otão III e Henrique III (PL 142, 697 ss). Este último chegou a nomear cinco papas, todos varões ilustres, zelosos por remediar os males da Igreja. Clemente II e Dâmaso II tiveram pontificado muito breve para realizar os seus planos. Com **Leão IX** (1048-54), o espírito cluniacense subiu ao sólio pontifício (Mansi XIX 633). No seu caminho para Roma levou consigo o monge Hildebrando. E este deu, finalmente, ao programa da reforma uma nota universal. Mas uma reforma da Igreja universal não foi possível sem liberdade, como a liberdade não foi possível sem reforma. Ninguém o via tão claramente como Hildebrando. E, por isso, veio a ser a sua alma. Preparou, organizou e realizou a luta, cujo último escopo foi abolir a investidura leiga.

214. **Hildebrando,** filho dum carpinteiro de Suana na Toscana, de origem longobarda, nasceu pelo ano de 1020. Parece que não pode haver dúvida de que, jovem, vestiu a cogula beneditina. Estudou na escola do Latrão, onde teve por mestre o arcediago João Graciano, mais tarde papa

Gregório VI. Quando este foi injustamente desterrado, acompanhou-o Hildebrando para Colônia, e tendo falecido o pontífice, retirou-se ao mosteiro de Cluni. Repetidas vezes teve de sair do claustro para intervir nos negócios da corte imperial, tendo assim ocasião de conhecer o estado da deplorável decadência, em que se achava a disciplina eclesiástica. Foi neste tempo que travou relações com outro beneditino, o excelente bispo Bruno de Toul. Quando este acabava de ser nomeado papa, com o nome de Leão IX, por seu primo Henrique III, Hildebrando, encontrando-se com ele em Vormácia, o fez ciente de que não era papa legítimo e insistiu para que fosse a Roma, a fim de ali ser ratificada a eleição. O novo papa concordou, levou consigo o próprio Hildebrando (PL 150, 821) e instituiu-o abade do grande mosteiro de S. Paulo fora dos muros e fê-lo, em seguida, cardeal.

215. A influência de Hildebrando aumentou ainda consideràvelmente nos seguintes pontificados de Vitor II (1055-57) e Estêvão IX (1057-58). Este último, pressentindo a sua morte prematura, ordenou que não se fizesse a eleição do seu sucessor até à volta de Hildebrando, que se achava em legação na Alemanha; e os romanos lhe juraram obediência. Todavia, a nobreza, chefiada por Gregório de Túsculum, irmão de Benedito IX, elegeu tumultuàriamente o bispo João de Velletri com o nome de Benedito X. Hildebrando, porém, não o reconheceu e conseguiu que também não fosse reconhecido pela corte imperial. Numa reunião dos cardeais em Sena foi eleito então **Nicolau II** (1058-61).

216. Para excluir, no futuro, a influência da nobreza romana e do imperador, foi convocado, para o ano de 1059, um sínodo no Latrão, onde a eleição do papa foi regulada pelo célebre **Decreto eleitoral** (Grat., Decr. P. I. dist. 23. c. 1; MQ 140), em virtude do qual a eleição pontifícia foi reservada aos cardeais. Ao clero e ao povo romano foi concedido sòmente um formal consentimento, e ao imperador, um *debitus honor et reverentia*, isto é, talvez o privilégio da confirmação.

217. Era de prever que nem a nobreza romana, nem a corte imperial se contentariam com semelhantes disposições. A fim de defender-se contra prováveis hostilidades, o papa fez uma aliança com Roberto Guiscardo, duque dos normandos, que se estabeleceram no sul da Itália, concedendo-lhe a Apúlia, a Calábria e a Sicília como feudo da Igreja, enquanto que Roberto prestou ao papa o juramento de fidelidade (Baron., Annal. 1059; MQ 143-44).

218. O decreto eleitoral foi posto logo em prática na eleição de Anselmo de Luca, que tomou o nome de **Alexandre II** (1061-73). E' verdade que o novo papa não foi reconhecido pela corte imperial. Mas o antipapa Honório II (1061-71), teve finalmente de ceder, quando o arcebispo Ano de Colônia se apoderou do jovem imperador Henrique IV, detendo-o na ilha de Kaiserswerth (1062). Apenas na Itália setentrional soube Honório II manter uma sombra de autoridade até à sua morte.

219. Até então conseguira Hildebrando declinar as honras do sumo pontificado. Mas, quando presidia às exéquias de Alexandre II, exclamaram, de repente, as multidões que assistiam: "Hildebrando bispo!" (PL 150, 836; Baron., Annal. 1073, 20 ss). Em seguida, o levaram à basílica de S. Pedro in vinculis, a fim de realizar a eleição formal (PL 148, 283). "Hildebrando, cuja posição em Roma e cujas frequentes viagens políticas lhe revelaram todas as dificuldades que no governo da Igreja havia de encontrar um papa consciencioso, resistiu, sem fingida humildade, à sua elevação à cadeira de S. Pedro. Como "bispo eleito de Roma" pediu ao rei Henrique IV que não confirmasse a sua eleição, e até o ameaçou, dizendo que, se a confirmasse, não ficariam impunes os vícios e crimes do príncipe. O rei, apesar disso, ratificou a eleição, e foi esta a última confirmação dum papa pelo poder temporal" (Alzog II 217).

220. **Gregório VII** (1073-85), — como o novo papa se chamou, talvez pela semelhança da sua eleição com a de Gregório I e também pela afeição que votava a Gregório VI, — uma vez eleito legìtimamente e confirmado segundo as disposições de 1059, dedicou-se aos trabalhos de Vigário de Cristo com forças quase sobre-humanas. A sua pessoa e a sua obra representam o programa de toda a alta idade média. Era pequeno e fraco de aparência. Mas neste corpo habitava um espírito gigantesco. Foi o ideal dum monge pela piedade ascética e pelo espírito de abnegação, e foi o

ideal dum papa pela sábia energia com que se impôs às autoridades políticas e eclesiásticas. Nasceu para governar. Era de caráter colérico, duro mesmo, de sorte que Pedro Damiani lhe deu o apelido de "santo satanás", "áspero como o vento do norte".

221. O seu pontificado foi uma luta contínua por um só ideal: a teocracia universal. Esta deve abranger todos os reinos cristãos. Seu representante é o pontífice romano. Ele não sòmente possui o supremo poder espiritual, mas compete-lhe também a soberania secular, exercendo-a, porém, mediante um príncipe auxiliar, o imperador. O príncipe tem de reconhecer necessàriamente a soberania suprema de Deus, de quem recebe o poder. Não o fazendo, deve ser excluído da aliança teocrática. Tais são as idéias que Gregório desenvolve no seu *Dictatus papae* (Reg. II, ep. 55a; PL 148, 407-08; MQ 146), de cuja autenticidade, depois dos estudos de Peitz, os historiadores não mais duvidam. E' justo, de certo, este programa. Mas foi um rompimento total com as antigas tradições, embora a idéia não fosse inteiramente nova. S. Agostinho já a proclamara, como também Gregório Magno e Nicolau I.

222. Antes de mais nada, continuou Gregório a obra reformadora, empreendida nos pontificados anteriores. No sínodo quaresmal de 1074, ordenou a deposição de quem por simonia tivesse adquirido uma ordenação ou um benefício eclesiástico, como também a suspensão de todos os clérigos incontinentes e a proibição para o povo de assistir às funções exercidas por um maiorista incontinente (PL 148, 758; Grat., Decr. P. I. dist. 81. c. 15). Logo surgiu contra este decreto uma ruidosa oposição por parte dos clérigos simoníacos e incontinentes. Acusaram o papa de maniqueísmo por ter proibido o matrimônio. Alguns bispos, zelosos em executar as disposições do papa, correram perigo de morte. Um sínodo de Paris (1074) não hesitou em declarar os decretos de Gregório *importabilia ideoque irrationabilia*. Até entre os mais altos dignitários eclesiásticos não faltaram adversários vis de Gregório e da sua reforma.

223. O papa, porém, não deixou de prosseguir no seu caminho. No sínodo quaresmal de 1075, deu um segundo golpe, renovando os decretos de 1074 e acrescentando a proibição da investidura leiga, fonte de todos os males. Serão depostos os que aceitarem a investidura, e excomungados os príncipes que a concederem (Mansi XX 403-04). Inflamado dum zelo supremo, e disposto a submeter à Sé apostólica também os príncipes, reis e imperadores, o papa ameaçou, no mesmo sínodo, com a excomunhão o rei da França. Anatematizou, de fato, o duque Roberto Guiscardo. Exigiu igualmente de Henrique IV o reconhecimento dos seus decretos.

224. Mas, enquanto que a disposição de 1074 encontrara a aprovação, não dos culpados, mas da consciência cristã, surgiu contra os novos decretos violenta contradição, principalmente no império ítalo-alemão. Revoltou-se não só o egoísmo dos príncipes, mas pareciam estar em perigo os próprios interesses vitais do império. Pois os bispos possuíam a maior parte dos domínios imperiais e neles se baseavam particularmente o poder real. O rei julgava, portanto, não poder renunciar completamente à sua influência na eleição dos bispos. No entanto, teria sido possível solução pacífica, se com a investidura não se unisse a simonia e, em consequência dela, a instituição de prelados indignos, e se não houvesse a má vontade do rei **Henrique IV** (1056-1106).

225. Se Gregório VII foi um dos mais geniais papas da história, Henrique foi uma das figuras mais trágicas no trono da Alemanha, em nada igual a Gregório. Menino ainda, quando faleceu seu pai, e educado no meio das lutas de senhores e prelados, que disputavam entre si o governo, tinha sido tratado, na idade crítica, com extrema indulgência, por seu tutor, Adalberto de Bremen. Por isso, carecia não só de firmeza de caráter, mas de todas as qualidades morais, necessárias a um príncipe, de sorte que, quando tomou a direção do governo, já era objeto de aversão para muitos. Na Saxônia, teatro principal dos seus abusos, trataram de tirar-lhe a coroa. (1073).

226. Nesta condição crítica, não se mostrou insensível, quando Gregório, no princípio do seu pontificado, procurou atraí-lo aos seus planos de reforma e concluir com ele uma espécie de concordata (PL 148, 291). Numa carta dirigida ao papa confessou os seus abusos e prometeu emendar-se (PL 148, 312).

Mas o arrependimento de Henrique não foi sincero. Apenas vencera os saxões às margens do rio Unstrut (1075), tornou a conferir simonìsticamente a investidura a diversos bispos, nomeou um arcebispo para Milão, embora aquela sede não estivesse vacante, e entabolou amizade com Guiberto de Ravena, o mais encarniçado inimigo de Gregório.

227. O papa não deixou de esforçar-se para chegar a um acordo amistoso. A proibição da investidura não lhe era escopo definitivo. Era-lhe só um meio para obter a eleição canônica dos bispos. Obtida esta, estaria pronto a conceder ao rei parte na provisão das dioceses.

Henrique, porém, não correspondeu à gentileza do papa. Antes pelo contrário, havendo-lhe Gregório dirigido novas advertências e ameaçado oralmente excomunhão e deposição, longe de obedecer, reuniu imediatamente um conciliábulo em Vormácia, no qual todos os bispos, de boa vontade ou não, proclamaram a deposição de Gregório. O próprio Henrique dirigiu um escrito insultuoso a "Hildebrando, não papa, mas falso monge", ordenando-lhe que deixasse, quanto antes, a cadeira de S. Pedro (Mansi 471). Num sínodo de Placência aderiram os bispos da Lombardia à sentença de Vormácia.

228. O procedimento indigno do rei teve gravíssimas consequências, frustrando todas as negociações pacíficas. Começou a luta, devolvendo-se golpe contra golpe. O papa teve a seu lado, além das melhores forças morais e espirituais do tempo, também poderosos aliados políticos, como a marqueza Matilde da Toscana, a Pataria de Milão e os normandos da Itália meridional.

229. A carta de Henrique chegou a Roma precisamente, quando aqui se celebrava o sínodo quaresmal de 1076 (CG 5, 56 ss). Na primeira sessão, se apresentou o enviado real Rolando que, com inaudito atrevimento, exigiu se cumprissem as disposições de seu senhor (PL 148, 71). Mas teria pago com a morte a sua audácia, se o próprio papa não o tivesse tomado sob sua proteção. No dia seguinte, Gregório excomungou solenemente a Henrique e declarou os seus súditos desligados do juramento de fidelidade (MQ 147).

230. O fim desta medida não foi pròpriamente destronar o rei, mas fazer com que ele aceitasse os planos da reforma. O efeito foi, porém, de muito maior alcance. A inesperada atitude do papa causou, diz Bonizo, na Europa, o efeito de um raio, fazendo tremer o império romano. A opinião pública estava do lado de Gregório. O rei, aos poucos, se viu abandonado de muitos partidários, e, em Outubro de 1076, a assembléia dos príncipes, reunidos em Tribur, resolveu depô-lo, se dentro de um ano não fosse absolvido da excomunhão. Durante este tempo teria de abster-se da administração do império. Para desmanchar definitivamente as diferenças o papa seria convidado a uma dieta a realizar-se em Augsburgo, aos 2 de Fevereiro de 1077. Henrique, sempre desanimado e pusilânime nas adversidades, aceitou estas condições e prometeu obediência ao papa.

231. No entanto, receoso de perder a coroa, o rei não quis esperar até à sentença de Augsburgo. Às escondidas, deixou a cidade de Espira e passou os Alpes, a fim de falar em pessoa com o papa. Com termos comoventes descreve Lamberto de Hersfeld a viagem (PL 146, 1235). Gregório, já em caminho a Augsburgo, retirou-se a Canossa, castelo de Matilde de Toscana. E foi ali que Henrique o encontrou. Descalço, em pleno inverno, trajando a veste dos penitentes, ficou, por três dias seguidos, à porta do castelo, solicitando perdão. Gregório, surpreendido e obrigado a renunciar ao papel de homem político, para fazer o de sacerdote, concedeu, finalmente, a absolvição e a comunhão eclesiástica, mas com as seguintes condições: 1) que Henrique se apresentasse à dieta de Augsburgo e ali respondesse às acusações que lhe seriam feitas; 2) que, até ao julgamento da sua causa, se abstivesse da administração do reino e desse todas as satisfações que lhe seriam impostas (Reg. IV 12; PL 148, 466; MQ 147-49).

232. Foi isto, de certo, um triunfo do papa sobre o rei, ou seja, do sacerdócio sobre o império. E é prodigiosa a grande mudança das relações entre o papado e o império, realizada desde os dias de Sutri (1046) até aos de Canossa, separados apenas por três decênios. Mas nem por isso deixou de ser uma vitória política de Henrique, que assim evitou, realmente, a dieta de Augsburgo. Foi ainda uma gran-

de humilhação de Henrique. Mas, segundo o espírito do tempo, não foi nada de indigno, nem fora imposta pelo papa.

233. Infelizmente, a reconciliação não foi duradoura. Seduzido pela atitude orgulhosa dos senhores e bispos da Lombardia, Henrique esqueceu-se de todas as suas promessas. Por isso, os príncipes alemães, já indignados pela resolução de Canossa, o declararam deposto, na assembléia de Forchheim, e elevaram ao trono o duque Rodolfo da Suábia (1077). Este, porém, não foi universalmente reconhecido, e, por isso, uma violenta guerra civil perturbou, por três anos, toda a Alemanha.

Gregório não aprovou o procedimento dos príncipes e hesitou em reconhecer a Rodolfo. Mas, quando Henrique, depois da batalha vitoriosa de Flarchheim (1080), enviou legados a Roma que, como escreve Bonizo, cheios de inaudita soberba exigiam a excomunhão de Rodolfo e ameaçavam com a eleição de um antipapa (PL 150, 848), concedeu a coroa real a Rodolfo, lançou contra Henrique a sentença definitiva da excomunhão e da deposição, e desligou para sempre os seus súditos do juramento de fidelidade (PL 148, 816-18; Mansi XX 534).

234. Esta segunda excomunhão não teve, porém, o mesmo efeito como a primeira. Muitos bispos estavam ao lado de Henrique, que se entregava a excessos cada vez mais abomináveis. Nos sínodos de Mogúncia e de Brixen fez renovar a deposição de Gregório e eleger um antipapa na pessoa do arcebispo Guiberto de Ravena, que tomou o nome de Clemente III (1080-1100). E tendo Rodolfo, pouco depois, caído mortalmente ferido, numa batalha travada às margens do Elster, Henrique marchou sobre Roma. Só depois de quatro anos, conseguiu penetrar na cidade. Foi entronizado então o antipapa, que, por seu turno, deu a coroa imperial a seu poderoso protetor.

Gregório, refugiado no castelo de Sant'Ângelo, parecia próximo a cair nas mãos de Henrique, quando o duque Roberto Guiscardo, reconciliado com a Igreja (PL 148, 574 ss), veio em seu socorro. Mas Roma já não podia abrigá-lo dentro de seus muros. Conflitos entre os soldados de Guiscardo e os romanos causaram o saque da cidade. Roma não vira, desde os dias dos godos e vândalos, cenas tão desumanas (PL 148, 128). A crueldade dos normandos irritou os ânimos contra o papa, que chamara tão perniciosos aliados.

Por isso, Gregório retirou-se para Montecassino e depois para Salerno, onde faleceu, aos 25 de Maio de 1085. As suas últimas palavras foram: "Amei a justiça e odiei a iniquidade. Por isso morro no exílio" (Bernried, Vita Greg. c. 108), exprimindo assim ainda na morte a convicção que tinha da justiça da sua causa. Sucumbiu aparentemente. Mas as suas idéias não sucumbiram. Gregório XIII escreveu o nome do grande papa no martirológio romano "como mais resoluto propugnador e defensor das liberdades da Igreja".

235. Causa realmente admiração, que, não obstante esta luta com o imperador, Gregório pudesse ainda tratar, com toda a solicitude, dos interesses da Igreja da Inglaterra, da França, da Espanha e de outras nações, chegando mesmo a alimentar a idéia de uma cruzada para a Terra Santa.

Na **Inglaterra** morreu, em 1066, Eduardo III, o Confessor, sem deixar filhos. Haroldo II, seu cunhado, foi eleito pelo Witan inglês. Mas, enquanto Haroldo defendeu os seus direitos contra o rei da Noruega, que aportara à costa de Nortúmbria, para reclamar a coroa da Inglaterra, desembarcou na praia de Pevensey o duque da Normandia, Guilherme, o Conquistador. Haroldo perdeu, na batalha de Hastings (1066), coroa e vida.

Sem grande dificuldade substituiu **Guilherme I** (1066-87), pouco a pouco, a nobreza anglo-saxônica por seus cavaleiros normandos, os bispos antigos por outros normandos. Os antigos bispos, em grande parte simoníacos, e o clero inglês, ignorante e licencioso, já não eram respeitados pelo próprio povo. O novo rei, aconselhado pelo excelente arcebispo Lanfranco de Cantuária, que ele chamara da Normandia, procurou prudentemente remediar os abusos e escolher prelados dignos.

"Gregório VII insistia para que Lanfranco fizesse respeitar o celibato dos padres, para que o direito de investir os bispos fosse deixado ao papa e para que o rei da Inglaterra, que lhe devia o trono, lhe rendesse homenagem... Lanfranco não permitiu a celebração de novos casamentos de padres; proibiu que os bispos e cônegos tivessem mulheres, mas autorizou os padres de paróquia já casados a conservarem os seus lares. Reconheceu que sòmente Roma po-

dia depor os bispos, manteve, porém, o princípio da eleição e o da investidura para a coroa... Por fim, o rei, em carta firme e respeitosa, recusou considerar-se vassalo do papa. Toda essa negociação é assinalada por uma grande deferência da parte do rei, por benevolência e cortesia da parte do papa, mas sente-se o despontar de inevitáveis pendências entre o papado e o poder civil" (Maurois 73).

236. Na **França,** as coisas eram muito diversas. Filipe I (1060-1108) deu aos seus súditos o exemplo de todos os vícios e crimes, e fazia um tráfico vergonhoso dos bispados e das abadias. Gregório lhe dirigiu primeiro paternais repreensões; e como o rei persistisse nas suas desordens, ameaçou-o com a pena de excomunhão, deposição e interdito (PL 148, 348; 362). Esta vez, a sentença não foi pronunciada. Filipe e os outros príncipes renunciaram, em seguida, à investidura por anel e báculo. O conflito durou, porém, nos seguintes pontificados.

237. Ótimas foram as relações que Gregório teve com os príncipes cristãos da Espanha. Durante o século XI, tiveram estes de lutar contra os sarracenos, e, para assegurarem as conquistas, declararam-nas feudos da Igreja. Além disso, o papa manteve relações com Miguel VIII, imperador bizantino (PL 148, 329; 390), com o rei da Mauritânia, com Demétrio, duque da Dalmácia, com Boleslau duque da Polônia, com os reis da Hungria, da Dinamarca, da Suécia e com outros mais.

238. Gregório foi, realmente, um papa universalista. Titânica fora a luta sustentada para libertar a Igreja. Encontrara-a envilecida por dentro e escravizada por fora, e soube purificá-la e, ao mesmo tempo, libertá-la. Pela luta, iniciada com seus decretos e dirigida, ainda depois de sua morte, por seu espírito, a instituição dos bispos, verdadeira base do governo eclesiástico, deixou de se confundir com a investidura leiga. Graças a ele, ficou garantida para sempre, sobretudo, a eleição canônica do papa, anulada durante dois séculos pela usurpação dos senhores seculares (Montalembert, Os monges do ocidente VII 49).

Liber Pontificalis, ed. Duchesne II, Paris 1892. — Pontificum Romanorum Vitae (872-1198), ed. Watterich, Leipzig 1862. — Regesta Pontificum Romanorum (1198-1304), ed. Potthast, 2 vol. 1874-75. —*Baron.*, Annales XI. — *Mirbt*, Quellen zur Geschichte des Papsttums und des roemischen Katholizismus, Tuebingen 1934. — *Seppelt-Loeffler*, Papstgeschichte von den Anfaengen bis zur Gegenwart, Muenchen 1933. — MG, Libelli de lite imperatorum et pontificum saec. XI et XII conscripti, I-III, 1891-97. — *Gfroerer*, Papst Gregor VII und sein Zeitalter, 7 vol., Schaffhausen 1859-64. — *Martin*, Saint Léon IX, Paris 1904; trad. ital. Roma 1908. — *Fliche*, Les Prégrégoriens, Paris 1916. — *Id.*, Saint Grégoire VII, Paris 3. ed. 1920. — *Id.*, La réforme grégorienne, 2 vol. Louvain-Paris 1924-25. *Id.*, Le règne de Philippe I, Paris 1912. — *Maurois*, História da Inglaterra, 57 ss. — *Funk-Bihlmeyer* II 100 ss.

§ 84. Continuação da luta pela investidura até à concordata de Vormácia

239. O cisma, com que terminou o pontificado de Gregório VII, prolongou-se, depois da sua morte, e o perigo da situação patenteou-se, sobretudo, na dificuldade de dar-lhe um sucessor. Depois de onze meses, finalmente, foi elevado ao sólio pontifício o abade Desidério de Montecassino, com o nome de Vitor III. Mas, depois de um pontificado quase insignificante, decorreram mais seis meses até à elevação do cardeal-bispo Odon de Óstia, que tomou o nome de **Urbano II** (1088-99).

O novo papa se achava em condições dificílimas, porque a maioria dos romanos reconheceram, até 1089, a Clemente III. Também a Itália central e setentrional estava nas mãos dos guibertistas. Só Matilde de Toscana ficou fiel ao papa legítimo. Urbano teve de refugiar-se na Baixa Itália, onde o conde Rogério I (1061-1101), feudatário de seu irmão Roberto Guiscardo, arrancara, numa guerra de trinta anos, a Sicília aos sarracenos. O papa lhe recompensou os merecimentos que teve pela restauração do cristianismo e pela organização da Igreja, concedendo-lhe consideráveis privilégios, mais determinadamente os direitos de legado pontifício. Estes privilégios, designados com o nome de *Monarquia Sicula* (Mansi 20, 659), haviam de ser, nos séculos seguintes, motivo de lutas dolorosas entre os reis da Sicília e o papado.

240. No entanto, todas as dificuldades não conseguiram mover o papa a abandonar os planos do seu grande antecessor. No sínodo de Amalfi (1089) declarou inválido o matrimônio dum maiorista (cc. 2, 3, 12), sancionando assim

o celibato católico no ocidente. Nos sínodos de Placência e de Clermont (1095) renovou os decretos contra simonia, clerogamia e investidura, e, no de Clermont, proibiu ainda o juramento de vassalagem feito por eclesiásticos a um leigo (CG V 215 ss).

Com a mesma energia como Gregório, soube também defender a santidade do matrimônio cristão em face do rei da França, que no sínodo de Clermont, no seio do seu próprio reino, foi fulminado pelo anátema por motivo de seu concubinato com Bertrada, que raptara ao conde Fulco de Anjou. Filipe I se submeteu, definitivamente, em 1104, e foi reconciliado com a Igreja.

241. Henrique IV, porém, não abandonou as suas pretensões, e, quando Germano de Luetzelburgo (1081-88), sucessor de Rodolfo da Suábia, renunciou à coroa, empreendeu a segunda viagem à Itália. Mas, apesar de um início esperançoso, não lhe foi possível vencer os seus adversários, porque não conseguiu derrotar a poderosa marquesa Matilde. Além disso, seu filho Conrado passou para o lado do papa, e Praxedes, segunda esposa de Henrique, revelou, no sínodo de Placência, as infames torpezas de seu marido, que se tornava, cada vez mais, odioso e desprezível.

Quanto mais se ofuscava o brilho da realeza, tanto mais crescia o prestígio de Urbano. E, quando as cruzadas começavam a entusiasmar o mundo cristão, o papa se lhe apresentava como chefe e centro espiritual do ocidente, precisamente pelo fato de ter ele promovido este movimento internacional.

242. A Urbano II sucedeu **Pascoal II** (1099-1118), animado pelo mesmo espírito dos seus antecessores, embora menos firme e menos conhecedor do mundo. Em breve, se preparou a solução do cisma. Clemente III faleceu em 1100. Os sucessores Teodorico (1100) e Alberto (1102), que lhe deram os guibertistas, foram presos e encarcerados. Silvestre IV (1105-11) não teve nenhuma autoridade.

243. Continuou, porém, a luta com Henrique IV. Nos sínodos de Roma (1102), Guastalla (1106) e outros, repetiu Pascoal os decretos contra a investidura leiga e renovou, no sínodo lateranense de 1102, o anátema contra Henrique IV. Este, finalmente, numa revolta de seu filho Henrique V,

caiu nas mãos dos seus adversários, e morreu tràgicamente e arrependido, em 1106. **Henrique V** (1105-25) foi então universalmente reconhecido como rei da Alemanha (PL 154, 991).

Mas, por mais submisso que se tivesse mostrado à Igreja, enquanto vivia o pai, logo que se viu seguro no seu trono, manteve obstinadamente as mesmas pretensões. E como Pascoal, com igual resolução, proibisse a investidura leiga, o conflito estava bem longe da solução, quando Henrique, com poderoso exército, se pôs em caminho para a Itália, a fim de obter a coroa imperial.

244. No **tratado de Sutri** (1111) pareceu haver-se encontrado um expediente. Henrique renunciou às investiduras e permitiu a eleição canônica. O papa, por seu turno, ordenaria aos prelados a restituição das regalias (Annales Romani, MGSS 5, 468-80; Mansi 20, 723; 1007). Pascoal antes quis ver a Igreja pobre e livre do que rica e escravizada. Os sacerdotes deviam ser antes ministros do altar do que senhores mundanos.

Mas o tratado produziu ainda maiores complicações, quando devia ser ratificado, por ocasião da coroação, na basílica de S. Pedro. Os bispos alemães quase unânimemente se opuseram. Henrique julgou-se, por isso, autorizado a revogar as suas concessões. Como, por conseguinte, se lhe negasse a coroa imperial, procurou alcançá-la pela violência e sem condição alguma. Na própria basílica de S. Pedro fez aprisionar o papa com treze cardeais, e, tendo-se já travado sangrento combate entre romanos e alemães, Pascoal decidiu-se a ceder *"pro Ecclesiae liberatione"*. Coroou, pois, o imperador e concedeu-lhe as investiduras, com a condição de que ficasse garantida a eleição canônica dos prelados, e jurou não molestar a Henrique pelos acontecimentos anteriores.

245. Henrique viu satisfeitas as suas pretensões. Mas, contra o privilégio, conseguido só por meio de violências, levantou-se logo uma forte reação do partido eclesiástico. Bruno de Segni, abade de Montecassino, criticou-o severamente. Um sínodo de Viena (1112), presidido pelo arcebispo Guido, chegou até a declarar herética a investidura leiga e pronunciou o anátema contra o imperador. No mesmo ano, o próprio papa teve que revogar, no sínodo do Latrão, ao

menos indiretamente, o *pravilégio,* renovando solenemente os decretos de Gregório VII e de Urbano II.

Nestas condições, Henrique resolveu entabular novas negociações, e passou, pela segunda vez, os Alpes (1116). Mas, o papa recordando os maus tratos de que tinha sido vítima, evitou uma entrevista com o imperador e fugiu para Benevento.

Depois da sua morte, chegou-se a um rompimento formal. Henrique exigiu que se renovasse o tratado de Sutri, e como **Gelásio II** (1118-19) não lhe fizesse a vontade, fez eleger um antipapa, na pessoa do arcebispo Maurício (Burdino) de Braga, que se chamou Gregório VIII (1118-21). Gelásio respondeu com a excomunhão do antipapa e do imperador. Retirou-se então para a França e morreu em Cluni.

246. Sucedeu-lhe o arcebispo Guido de Viena com o nome de **Calixto II** (1119-24). Pertencia ele à alta nobreza da Borgonha e era parente do imperador. Embora fosse adversário do tratado de Sutri, reatou contudo as negociações. De ambas as partes desejava-se a paz. Não era já possível condenar tão radicalmente as investiduras como Gregório VII o fizera. Pouco a pouco, os publicistas e canonistas, entre eles sobretudo Ivo de Chartres, chegaram a distinguir as coisas espirituais dos bens temporais, o bispo do feudatário.

Nesta base foi concluída a **concordata de Vormácia** ou *pactum Calixtinum* (1122). O imperador renunciou à investidura pelo anel e pelo báculo e concedeu a eleição canônica **e a livre sagração,** em todas as Igrejas do império. O papa, por sua vez, concedeu ao imperador o direito de assistir às eleições eclesiásticas na Alemanha, mas sem simonia e sem violência, de dar, em caso de cisão, apoio ao melhor partido, segundo a opinião do metropolita e dos demais bispos da província, e de conceder ao eleito as regalias pela entrega do cetro, na Alemanha, antes da sagração, na Itália e na Borgonha dentro de seis meses depois da mesma (Mansi 21, 274 ss; PL 163, 1359; MQ 161-62).

247. A fim de confirmar solenemente a concordata e tratar de outros pontos da reforma, convocou o papa, para o ano seguinte, o **1º concílio do Latrão,** o 9º ecumênico (DB 165-67; MQ 162-63). Assim terminou o conflito, depois de uma luta de quase meio século, pela prudente condescendência das duas partes, com a vitória essencial da Igreja, mas

dando-se também ao Estado o que lhe pertence. O contentamento foi tão grande, que cronistas contemporâneos marcaram o ano de 1122 como início duma nova era.

Fontes como § 83. — Além disso: *Paulot,* Un pape français, Urbain II, Paris 1903. — *Kratz,* Der Armutsgedanke im Entaeusserungsplane des P. Paschalis II, Fulda 1933. — *Funk-Bihlmeyer,* Kirchengeschichte II 107 ss. — *Nobel,* Deutsche Geschichte bis zum Weltkrieg, Bonn 1935. — CG V.

§ 85. A época de S. Bernardo de Claraval — Consequências do conflito das investiduras

248. A concordata de Vormácia foi uma vitória da Igreja. Mas a luta teve também consequências funestas para ela. Os esforços que fizeram os imperadores para aumentar a sua autoridade em Roma fomentaram o partidarismo entre as famílias poderosas dos Pierleoni e dos Frangipani. Estas, por sua vez, procuravam os seus próprios interesses nas eleições do papa e no governo da Igreja. Daí resultaram cisões e um longo cisma. Enfim, os romanos, desejosos da independência e lembrando-se do esplendor da antiga república, projetaram estabelecer um governo republicano com senadores e cônsules. São estes os acontecimentos que preenchem o tempo desde a concordata de Vormácia até à segunda fase do conflito das investiduras: o cisma de Anacleto II e o 2.º concílio do Latrão, a república romana e as agitações de Arnoldo de Bréscia.

249. Calixto II e Henrique V, último sálico no trono da Alemanha, morreram pouco depois da concordata. Com o apoio do partido eclesiástico, cingiu a coroa real Lotário II de Suplinburgo (1125-37), duque da Saxônia. A sua eleição foi uma nova prova evidente de que também na Alemanha triunfaram as idéias gregorianas. Infelizmente, deu motivo a uma luta secular entre os Hohenstaufen, herdeiros de Henrique V, e os Guelfos, herdeiros de Lotário.

No trono pontifício sucedeu, apoiado principalmente pela família dos Frangipani, o cardeal-bispo Lamberto de Óstia com o nome de **Honório II** (1124-30). Pois, embora fosse antes legìtimamente eleito o cardeal Teobaldo, teve este de renunciar à tiara, evitando-se desta vez o cisma.

250. Não assim, depois da morte de Honório II. Compelidos pelos manejos do indigno e ambicioso Pierleoni, dezesseis cardeais elegeram, a toda pressa, o cardeal Gregório, que tomou o nome de Inocêncio II (1130-43; PL 179, 26 ss). Mas a maioria dos cardeais deu, três horas depois, os seus votos a Pierleoni, que se chamou Anacleto II (1130-38); e quase toda a cidade, ganha pelo dinheiro, o reconheceu.

Inocêncio teve de deixar a cidade e fugiu para a França. O rei Luís VI confiou, no sínodo de Etampes (1130), a decisão a S. Bernardo, figura mais eminente do seu tempo. O santo pronunciou-se a favor de Inocêncio por ser este mais digno, por ser anterior a sua eleição e por ser feita pela pars sânior dos cardeais. Julgava, finalmente, que na eleição de Inocêncio se tivessem observado melhor os cânones, o que, no entanto, não se pode sustentar. Movidos por S. Bernardo e S. Norberto, os reis da França, da Inglaterra e da Alemanha declararam-se, dentro de um ano, por Inocêncio, enquanto que a obediência de Anacleto se limitava à Escócia e à Itália inferior com a Sicília, onde Rogério II (1101-54), estadista genial, organizou um reino poderoso, e de Anacleto recebeu o título de rei.

251. Inocêncio II pôde, pois, em 1133, acompanhado por Lotário, voltar a Roma, onde deu a seu protetor a coroa imperial, na basílica do Latrão. O Vaticano ainda se achava nas mãos de Anacleto. Por ocasião da coroação foi resolvida a questão dos domínios de Matilde da Toscana. A marquesa entregara os vastos domínios da sua família à Santa Sé, "pela salvação da sua alma" (Baron., Annal. 1102, 20). Henrique V, porém, os reclamara para si como feudo do império. Lotário reconheceu o domínio alto da cúria pontifícia, recebeu-os, porém, como feudo do papa, passando-os, por sua vez, ao guelfo Henrique, o Soberbo, da Baviera, que assim se tornou vassalo da Santa Sé. Como, no entanto, na cúria romana se concebia a condição do imperador, bem o mostrou um quadro no palácio do Latrão, que apresentava Lotário ajoelhado diante de Inocêncio. A inscrição ao pé do quadro chamou-o *homo papae*, vassalo do papa.

Depois da retirada do imperador, Inocêncio foi, de novo, expulso da cidade. Reconduzido, mais uma vez, por Lotário (1136), só teve paz, quando Anacleto foi surpreendido pela morte. Os Pierleoni elegeram um novo antipapa, Vitor IV, que porém, dois meses após, se submeteu. Mais do que as tropas do imperador valeram ao papa as palavras inflamadoras de S. Bernardo.

252. Para remediar os males do cisma, convocou Inocêncio o **10° concílio ecumênico,** o 2° lateranense (1139). Compareceram cerca de mil prelados. Os eclesiásticos ordenados e instituídos por Anacleto foram depostos. Rogério II, o sustentáculo principal do cisma, foi excomungado. Mas, depois de uma guerra infeliz, o próprio papa foi preso, e teve de absolver Rogério, de reconhecê-lo como rei e de dar-lhe, de novo, a Sicília e a Apúlia como feudos. Trinta cânones visaram a reforma da disciplina. E como, pela agitação de Arnoldo de Bréscia, muitos eclesiásticos fossem maltratados, foi publicado, em particular, o *privilegium canonis* (Mansi 21, 523 ss; CG V 438 ss).

253. **Arnoldo de Bréscia,** discípulo de Abelardo e cônego regular de S. Agostinho, de caráter inquieto, asceta e eloquente, julgava-se chamado para reformar o clero e extirpar os seus abusos. Apresentava a Igreja apostólica como modelo único para todos os tempos, pregava contra o domínio secular e condenava a propriedade dos eclesiásticos, chegando mesmo a dizer que não podia salvar-se um clérigo, que possuísse regalias. O concílio do Latrão lhe impôs silêncio. Arnoldo retirou-se então para a França, onde, juntamente com Abelardo, lutou contra S. Bernardo. Eugênio III, a quem prometeu obediência, lhe permitiu voltar a Roma.

254. Entretanto, continuando a sua obra revolucionária, pôs-se à frente do movimento democrático-nacionalista, que precisamente então começara a agitar a Itália. Já em vida de Inocêncio II, os romanos tinham proclamado a república (1143), porque o papa lhes negara a destruição de Tívoli, que se levantara contra eles. E como **Conrado III** (1138-52), primeiro Hohenstaufen no trono da Alemanha, não se resolvesse a passar os Alpes, detido pela oposição dos Guelfos, os papas seguintes viram-se obrigados a residir muito tempo fora da cidade.

255. Celestino II (1143-44) reinou apenas cinco meses, e Lúcio II (1144-45) morreu de uma ferida que recebeu na luta contra os romanos. Sucedeu-lhe **Eugênio III** (1145-53), discípulo de S. Bernardo, que lhe foi um fiel conselheiro tam-

bém durante o pontificado e escreveu para ele os célebres cinco livros *De consideratione.* Mas também Eugênio teve de deixar, diversas vezes, a cidade eterna, apesar de dois acordos que concluiu com os romanos. Finalmente, no tratado de Constança (1153), prometeu-lhe Frederico I obrigar os romanos a reconhecer o seu senhorio. Mas a sua morte prematura não lhe permitiu ver realizada a promessa. Seu sucessor Anastácio IV (1153-54), já depois de 16 meses lhe seguiu na morte. E, pelo conflito que rompeu, em breve, entre o império e o papado, o tratado de Constança não chegou a realizar-se.

Funk-Bihlmeyer II 113 ss. — *Seppelt-Loeffler,* Papstgeschichte 155 ss. — *Caspar,* Roger II und die Gruendung der norm.-sizil. Monarchie 1904. — *A. di Stefano,* Arnoldo de Bréscia, Roma 1921.

§ 86. O segundo conflito entre o papado e o império

256. Conrado III recomendara aos príncipes a eleição de seu sobrinho **Frederico I Barbarroxa** (1152-90), que, de fato, subiu ao trono imperial. Foi ele uma das figuras mais brilhantes entre os imperadores alemães. Caráter nobre e espírito religioso, mas, ao mesmo tempo, compenetrado mais do que convinha da dignidade imperial, decidiu-se a repelir tudo quanto pudesse, de qualquer modo, prejudicar os seus direitos legítimos ou pretensos. Como Carlos Magno, não se contentou em ser chefe do Estado, mas quis também dominar a Igreja do império. Apoiado pelos juristas de Bolonha, chegou, no decorrer dos anos, a ver na autoridade imperial a fonte de todos os direitos, negando à Igreja a qualidade de sociedade perfeita e autônoma e ao papa a de chefe supremo dela.

257. Mas Barbarroxa veio tarde. Já não podia reclamar para si o papel dum Carlos Magno ou dum Otão I ou dum Henrique III. Pois a Igreja não queria, nem podia então renunciar à sua liberdade reconquistada, nem à superioridade, ganha sobre os príncipes. Precisava desta para defender aquela.

Além disso, o ocidente não era mais uma unidade política, como o fora nos tempos de Carlos Magno. A formação das diversas nacionalidades já era uma realidade. A França, em particular, se tornara um reino poderoso. Também as cidades do império, principalmente as da Lombardia, alcançaram uma liberdade e independência, que estava em pleno contraste com a idéia que Frederico formara da dignidade imperial. Foi, pois, prova dum completo desconhecimento do tempo, se o chanceler de Barbarroxa, Rainaldo de Dassel, proclamou, que, ao lado do seu senhor, os outros reis da Europa não eram senão reis provinciais e que o imperador podia dispor do papado, como dispunha dos bispados; e se o próprio Frederico dizia: "Ego quidem mundi dominus". Os acontecimentos provam as nossas asserções.

258. As desarmonias de vistas e projetos fizeram-se logo notar na primeira viagem de Frederico a Roma (1154-55). O seu escopo foi obter das mãos de Anastácio IV a coroa imperial e sujeitar as cidades da Itália. Mas, antes da sua chegada a Roma, morreu o papa, e Nicolau Breakspeare, único papa inglês, subiu ao trono pontifício, com o nome de Adriano IV (1154-59).

O novo papa revelou, desde logo, uma energia pouco comum. Os romanos, incitados pelo gênio demagógico de Arnoldo de Bréscia, em vão procuraram movê-lo a renunciar ao poder político. Adriano lançou contra a cidade o interdito, primeira vez na história, e este ato vigoroso e inesperado surtiu efeito. O povo se submeteu. Arnoldo foi condenado à morte, o seu corpo queimado e as cinzas lançadas ao Tibre (1155).

Quando, pouco depois, papa e rei, pela primeira vez, se encontraram em Sutri, Frederico se negou a prestar a Adriano os serviços de marechal. Só depois de os seus velhos conselheiros lhe terem explicado que não era isto um serviço de vassalo, mas um sinal de veneração, costume sancionado desde os dias de Pepino, dignou-se a render ao papa esta homenagem, e recebeu, em seguida, a coroa imperial, na basílica de S. Pedro (Baron., 1155; 26).

259. Não obstante, preparou-se a luta, ocasionada pela morte de Rogério II da Sicília. Seu filho Guilherme I (1154-66) apoderou-se do trono, sem esperar a autorização do papa. E como também começasse a hostilizar o Estado da Igreja, foi excomungado por Adriano. Tendo, porém, o imperador voltado para a Alemanha, sem ter prestado ao papa o auxílio contra os normandos, prometido já em Constança,

Adriano se viu obrigado a concluir um acordo com o rei, reconhecendo-o feudatário da Santa Sé (Baron., Annal. 1156, 4-9).

260. O imperador queixou-se injustamente de ter o papa infringido o tratado de Constança. Adriano, por sua vez, se irritou contra o imperador, porque este não respeitava a concordata de Vormácia, e porque o arcebispo Esquil de Lund fora preso por certos cavalheiros da Borgonha, sem que o imperador se tivesse interessado pela sua libertação. Numa carta, que fez entregar a Frederico, na dieta de Besançon (1157), pelo cardeal legado Rolando Bandinelli, lhe fez as suas legítimas advertências (Mansi 21, 790; MQ 168-69), recordando-lhe também os benefícios que lhe fizera.

Como Rainaldo de Dassel, que por boa parte determinou a política desastrosa de Frederico, traduzisse a palavra *beneficium* por *feudo*, chegou-se a violentas explicações. Rolando, em vez de explicar o sentido da palavra, confirmou a suspeita, dizendo: "De quem, pois, tem o imperador a sua dignidade, senão do papa?" A tal resposta Otão de Wittelsbach empunhou a espada para matar o corajoso legado. Frederico o impediu, mas ordenou a Rolando retirar-se, quanto antes, do território imperial e publicou um rescrito a todos os seus súditos, dizendo que só de Deus é que depende o reino e o império, pela eleição dos príncipes, e que se opõe à ordem estabelecida por Deus e à doutrina de S. Pedro aquele que pretende ser a coroa imperial um benefício do papa (MQ 169). O próprio papa fez então uma explicação da sua carta, tranquilizando os ânimos (Mansi 21, 793).

261. Mas, na segunda viagem de Frederico à Itália (1158-62), a sua arrogância produziu um novo conflito. Numa **dieta de Roncaglia** foi redigido um novo código, que pretendia restabelecer "os direitos imperiais", violando igualmente a liberdade das cidades e da Igreja (Baron., Annal. 1158; 11 ss). Em seguida, o imperador tratou os Estados da Igreja como se fossem feudos imperiais. E, não obstante a concordata de Vormácia, nomeou o seu chanceler Rainaldo de Dassel arcebispo de Colônia e a Guido, arcebispo de Ravena. O papa, porém, não reconheceu as disposições do imperador. Não podendo, por isso, ficar em

Roma, retirou-se para Anagni, e já estava disposto a excomungar a Frederico, quando uma morte imprevista o surpreendeu.

262. O conflito entre as duas supremas autoridades se fez sentir tristemente na eleição do novo papa. A grande maioria dos cardeais elevou à dignidade pontifícia o cardeal Rolando Bandinelli com o nome de **Alexandre III** (1159-81), célebre jurista, caráter forte e compenetrado dos princípios eclesiásticos. Uma minoria elegeu o cardeal Otaviano Maledetti, que tomou o nome de Vitor IV (1159-64). Os muitos relatórios que tratam desta eleição (PL 200, 59 ss) provam evidentemente que o direito estava do lado de Alexandre III. Mas a dupla eleição deu pretexto ao imperador de convocar, na qualidade de *Advocatus Ecclesiae,* o sínodo de Pávia (1160), para decidir a questão. Os sinodais, influenciados por Rainaldo de Dassel, declararam-se a favor de Vitor IV. Alexandre, que não comparecera, foi excomungado (CG V 579 ss).

263. Tal sentença não foi aceita, senão nos domínios do imperador. E mesmo dentro dos seus Estados não teve universal aceitação. Alexandre, por sua vez, lançou o anátema contra o antipapa e contra o imperador, e desligou os súditos do juramento de fidelidade. Assim começou a segunda fase da luta das investiduras. De um lado vemos o vigário de Cristo, digno, moderado, abnegado, quando se tratava da sua pessoa, mas forte, inflexível, quando se tratava dos direitos da Igreja; de outro lado, o imperador, ou antes o chanceler Rainaldo, precipitado, apaixonado, violento.

Em toda parte, os cistercienses e os cartuxos trabalharam em favor do papa. Na Alemanha, defendeu os seus direitos o arcebispo Everardo de Salzburgo, aliás fiel a Frederico. Os reis Luís VII da França e Henrique II da Inglaterra pronunciaram-se, no sínodo de Tolosa (1160), igualmente a favor de Alexandre. A Espanha, a Hungria, a Irlanda e a Noruega seguiram-lhe o exemplo. Em 1161, Alexandre pode voltar a Roma. Mas foi obrigado a fugir de novo, e retirou-se, esta vez, para a França (1162-65).

264. Foi isto de suma importância para o desenvolvimento histórico dos séculos seguintes. Pois, na França não só se achava o berço da nova vida religiosa e das idéias

gregorianas; ali nasceu, ao mesmo tempo, um novo sentimento nacional. E foram precisamente estas as razões que moveram os papas a passar-se, mais e mais, para o lado da França, onde, por enquanto, encontraram proteção. Mais tarde, resultariam dela despotismo, exílio e cisma. Já estamos entrevendo as grandes linhas históricas da alta e da baixa idade média.

265. E' verdade que Luís VII se mostrou, por algum tempo, vacilante. Mas o convênio, realizado na ponte do Saône entre Dijon e Dôle, confirmou-o na obediência a Alexandre, graças à arrogância do imperador e do seu chanceler. Frederico, porém, não desanimou. Em Maio de 1162, destruiu Milão que, de novo, lhe fechara as portas, e, em fins do mesmo ano, desceu, pela terceira vez, à Itália. Reconheceu, depois da morte de Vitor IV, o novo antipapa Pascoal III (1164-68) e, de volta na Alemanha, procurou, na dieta de Wuerzburgo (1165), atrair para ele o mundo católico. Com os bispos e com os nobres alemães fez um solene juramento de separar-se "para sempre do cismático Rolando". Mas, de entre os príncipes estrangeiros, só Henrique II da Inglaterra simpatizava com Pascoal III, por motivo da luta com Tomás Becket; e como o episcopado inglês unânimemente lhe resistisse, não teve valor real a atitude do rei. Todavia, considerava Frederico a dieta de Wuerzburgo como uma vitória, e, para lhe dar maior brilho, fez com que Rainaldo de Dassel, por autorização do antipapa, canonizasse a Carlos Magno. Mas a pomposa solenidade, realizada aos 29 de Dezembro de 1165, não fez grande impressão. Roma não a reconheceu. Mais tarde, permitiu a veneração particular do b. Carlos em Aquisgrana.

266. Ao papa se uniram, entretanto, amigos poderosos. Em 1165, os romanos o chamaram para fixar, de novo, entre eles, a sua residência. Em toda a Itália, especialmente na Lombardia, houve uma grande agitação contra o imperador. Já em 1164, algumas cidades organizaram contra ele a chamada Liga de Verona, que, em 1167, se transformou em Liga Lombarda. Também Guilherme I da Sicília uniu-se com o papa (1165). Morreu, porém, no ano seguinte, deixando o trono a seu filho minorene Guilherme II (1166-89).

Tudo isto foi, para o imperador, motivo de empreender

a sua quarta expedição à Itália. O seu escopo foi humilhar a Lombardia, conquistar a Sicília e conduzir a Roma o seu antipapa. A cidade eterna foi tomada à força de armas (1167), e Alexandre teve de fugir para Benevento, disfarçado em peregrino. Frederico fez-se coroar, mais uma vez, na basílica de S. Pedro, juntamente com sua esposa Beatriz.

267. Mas a providência divina velou visìvelmente pela Igreja. Ao maior triunfo de Frederico seguiu uma queda inesperada e rápida. No dia seguinte ao da coroação declarou-se a peste no exército vitorioso. Milhares de cavaleiros e soldados foram ceifados pelo anjo do extermínio, entre eles o próprio chanceler. Pascoal III faleceu igualmente, no ano seguinte. Os seus partidários deram-lhe por sucessor Calisto III (1168-78) que, reconhecido pelo imperador, não teve nenhuma autoridade no resto do mundo cristão.

268. Esta mudança despertou a coragem de muitos inimigos de Frederico. A Liga Lombarda construiu a fortaleza de Alessândria. E quando Barbarroxa tratou de passar, pela quinta vez, à Itália, o mais poderoso dos príncipes imperiais, Henrique o Leão, duque da Baviera e da Saxônia, negou-lhe os deveres de vassalo. Em consequência disso, encontrou, às portas de Alessândria, uma resistência inquebrantável, e foi, finalmente, derrotado na batalha de Legnano (1176).

Deste modo, se viu obrigado a ceder. Papa e imperador se encontraram em Veneza (1177) para concluir a paz (Baron., Annal. 1177, 31; Mansi 22, 178 ss; MQ 170-71). Frederico, o *christianissimus imperator*, lançou-se aos pés do papa e prometeu restituir os bens e os direitos da Igreja. O papa deu-lhe o ósculo da paz e o povo entoou, de improviso, o *Te Deum*. Foi completa a vitória do papado. Pouco depois, submeteu-se também Calisto III. Os cismáticos elegeram ainda outro antipapa, Inocêncio III, que, porém, foi preso e internado num mosteiro.

269. Para confirmar a paz e para remediar os males do longo cisma, convocou o papa o **11° concílio ecumênico,** o 3° do Latrão (1179), cujo principal resultado foi o 1° cânon, que visava evitar, no futuro, os acontecimentos de 1159. Decretou que pela Igreja universal deve ser reconhecido papa quem for eleito e aceito por dois terços dos eleitores. Do

privilégio do imperador nem mais se fala (Mansi 22, 209 ss; MQ 171-72).

270. Frederico, de então em diante, conservou amizade e estima ao papa. Mas humilhou severamente a Henrique o Leão, que lhe negara obediência. Dividiu os seus domínios, dando a Baviera a Otão de Wittelsbach. Em 1183, concluiu também a paz de Constança com as cidades da Lombardia. E, em 1186, uniu a Sicília à casa dos Hohenstaufen pelo casamento de seu filho Henrique com Constança, tia e herdeira de Guilherme II. "Foi isto para o império uma felicidade e uma desgraça. A dinastia hohenstaufiana pereceria no seio da sua esplêndida conquista".

271. Alexandre não sobreviveu muito à paz. Tendo sido obrigado a retirar-se, mais uma vez, de Roma, morreu em Cività Castellana. Foi, sem dúvida, um dos maiores papas da idade média. Na lápide sepulcral lêem-se estas palavras: Lux cleri, decus ecclesiae, pater urbis et orbis.

272. a. Infelizmente, continuaram as turbulências em Roma, depois da morte de Alexandre. Lúcio III (1181-85) só pouco tempo pôde residir na cidade. Urbano III (1185-87) e Gregório VIII (1187) passaram todo o seu pontificado no estrangeiro. Mais afortunado foi Clemente III (1187-91) que, finalmente, conseguiu concluir um tratado com os romanos.

b. Além disso, renovou-se o conflito entre o império e o papado, principalmente por causa da política imperial no sul da Itália. O matrimônio de Henrique VI com Constança não podia deixar de desgostar a cúria romana, porque com este enlace o Estado da Igreja ficava à mercê dos Hohenstaufen.

c. Apesar de diversas outras desinteligências, a paz não foi perturbada ainda sèriamente no pontificado de Lúcio III. Antes, pelo contrário, papa e imperador publicaram, no sínodo de Verona, de comum acordo, um decreto contra os hereges, com o qual deram início à Inquisição (PL 201, 1297). Mas Urbano III, milanês de nascimento, censurou severamente o imperador por ter usurpado, novamente, direitos eclesiásticos. E estava para excomungá-lo, quando foi surpreendido pela morte. Gregório VIII e Clemente III, mais pacíficos, mudaram de política, movidos particularmente pela

queda de Jerusalém. Clemente esforçou-se por organizar uma cruzada entre os príncipes, e o próprio Frederico tomou a cruz. Mas, no caminho para a Terra Santa, o nobre príncipe encontrou uma morte trágica (cfr. § 92).

273. Já antes falecera também Guilherme II (1189). **Henrique VI** (1190-97), jovem de 25 anos de idade, de grande talento e compenetrado das idéias de seu pai, mas sem possuir a nobreza do seu caráter, quis logo tomar posse das Sicílias, primeiro passo para realizar a monarquia universal. Mas os sicilianos, não desejando a dominação estrangeira, ofereceram a coroa a Tancredo, filho natural de Rogério II e irmão de Constança. Clemente III lhe deu a investidura. Alguns fidalgos, porém, chamaram a Henrique que, logo depois da morte de seu pai, tratou com o papa para receber a coroa imperial. Ao chegar a Roma, já não encontrou Clemente entre os vivos, e a coroação efetuou-se pelas mãos do velho e fraco Celestino III (1191-98).

Logo em seguida, Henrique apressou-se a conquistar o reino das Sicílias. Mas só depois da morte de Tancredo (1194) conseguiu apoderar-se da herança de sua esposa. Cingiu a coroa dos normandos sem prestar o juramento de vassalagem ao papa, e, como encontrasse ainda resistência, cometeu as mais atrozes crueldades.

274. Do resto da Europa só a Inglaterra e a França ainda puderam fazer frente aos seus planos de dominar o mundo. A própria Inglaterra, neste mesmo tempo, fez-se tributária à Alemanha. Ricardo Coração de Leão, cunhado de Henrique, o Leão, foi preso pelo duque Leopoldo VI da Áustria, quando regressou da Terra Santa, e, entregue ao imperador, teve de pagar um resgate enorme e de prestar juramento de vassalagem para obter a liberdade.

275. Tudo isto deu a Celestino motivos de desgostos. Pelo espaço de dois anos, as relações entre papa e imperador ficaram completamente interrompidas. Em 1195, tomou Henrique a cruz, para, por meio duma cruzada, dar um novo passo para a conquista do império universal. O zelo que "mostrava pelas coisas da Terra Santa" melhorou as relações com o papa. Quando, porém, estava em Messina prestes a partir para o oriente, morreu de improviso, tendo apenas 32 anos de idade. Fora o mais capaz, mas

também o mais perigoso entre os Hohenstaufen. No ano seguinte faleceu também Celestino III. A morte de ambos acarretou uma completa mudança política. Verdadeiro sucessor do papa e do imperador foi Inocêncio III (Ranke).

Baron., Annal. XII. — PL 188; 200-202; 204; 206. — LP ed. Duchesne II 351 ss. — *Seppelt-Loeffler*, Papstgeschichte 162 ss. — *Raumer*, Geschichte der Hohenstaufen, 6 vol., 5. ed. Leipzig 1878. — *Almedingen*, The English Pope, Adrian IV, London 1925. — *Nobel*, Deutsche Geschichte 174 ss.

§ 87. A questão das investiduras na Inglaterra

276. Guilherme, o Conquistador, morreu em 1087, e foi sepultado em Santo Estêvão de Caen na Normandia. Destinara seu filho primogênito Roberto para duque da Normandia e **Guilherme II** (1087-1100), seu filho predileto, para rei da Inglaterra. Guilherme partiu logo com uma carta a Lanfranco de Cantuária, que lhe cingiu a coroa em Westminster. Não houve mais eleição. "Os barões receberam o seu rei do arcebispo. Era um sinal do poder crescente da Igreja" (Maurois 83).

277. No entanto, Guilherme, "este rapaz corpulento, bastante mal feito, brutal, tartamudo, sarcástico, que não estimava no mundo senão os guerreiros", não tinha vontade de suportar a grande influência da Igreja. O prestígio de Lanfranco manteve ainda o equilíbrio. Mas depois da sua morte (1089), começou o rei por deixar vacante a sede arquiepiscopal, como também outras sedes do seu reino, a fim de espoliar sistemàticamente a Igreja.

Adoecendo gravemente e arrependido dos seus abusos, nomeou Anselmo arcebispo de Cantuária. No entanto, tendo recuperado a saúde, exigiu dele uma quantia enorme pelo arcebispado. Anselmo resistiu com a firmeza de um santo aos planos simoníacos do rei e opôs-se-lhe também na questão do cisma entre Urbano II e o antipapa. Infelizmente, se viu abandonado pelos outros prelados da Inglaterra e teve de tomar o caminho do desterro, embora os barões tomassem a si a defesa do intrépido arcebispo. Anselmo se refugiou na França e depois na Itália, a fim de resignar nas mãos de Urbano. O papa, porém, não aceitou a resignação.

E Guilherme recebeu, por ocasião de uma caçada, uma flecha em pleno coração.

278. **Henrique I** (1100-35), terceiro filho do Conquistador, arrogou-se o trono contra os direitos de Roberto. Por ocasião de sua coroação, feita pelo bispo de Londres, prometeu respeitar as leis de Eduardo, o Confessor, abolir os maus costumes introduzidos por seu irmão e não deixar vacantes as sedes episcopais e abaciais. Chamou também do exílio o santo arcebispo-confessor, e inspirou em tudo confiança. Pelo casamento com Edite, descendente da real família inglesa, tornou tão sólida a sua posição, que os amigos de Roberto debalde se levantaram. Em 1106, conquistou até a Normandia, destronando seu irmão.

279. Uma vez seguro no seu trono, não quis, no tocante às investiduras, renunciar aos direitos que seu irmão e seu pai tinham exercido. Por isso, exigiu também de Anselmo que lhe prestasse homenagem e aceitasse a investidura das suas mãos pela entrega de anel e báculo. Anselmo, entretanto, negou-se a um e outro e teve, por isso, de deixar, pela segunda vez, a sua sede. Para evitar a excomunhão, que o primaz estava prestes a pronunciar, renunciou, finalmente, Henrique à investidura. Em compensação, foi-lhe concedida a homenagem, antes da sagração dos bispos. Desde então, Anselmo gozou de grande autoridade junto ao rei, que até o instituiu vigário do reino (1108).

280. Desde a reconciliação com a Igreja, o reinado de Henrique foi bastante pacífico. Tendo falecido seu único filho, designou para herdeira da coroa sua filha Matilde, viúva do imperador Henrique V. Mas, depois da morte do rei, seu sobrinho Estêvão de Blois (1135-54) pretendeu subir ao trono. Por toda parte alastrou-se a desordem. A religião era o único refúgio. Nunca os homens tinham rezado tanto. "A Inglaterra tinha a impressão de que Deus e todos os seus anjos dormiam e que era preciso despertá-los por um redobramento de fervor" (Maurois 91-92).

Finalmente, Henrique, filho de Matilde, que, em segundo matrimônio, se casara com Godofredo de Anjou, foi, graças à intervenção do arcebispo Teobaldo, adotado por Estêvão e declarado herdeiro. Pouco depois morreu Estêvão, e **Henrique II Plantageneta** (1154-89) foi reconhecido rei.

Sendo, por herança de sua mãe e de sua esposa Eleonora, um príncipe francês, mais poderoso do que o próprio rei da França, e sendo de língua e de gostos inteiramente francês, foi, não obstante, um dos maiores reis ingleses. Com facilidade restabeleceu a ordem política. Deveu, em grande parte, os seus sucessos ao jovem e hábil chanceler Tomás Becket. Mas foi precisamente este homem da Providência quem veio a provocar uma nova luta entre o Estado e a Igreja da Inglaterra.

281. Idéias absolutistas levaram a Henrique a restabelecer o sistema césaro-papista de Guilherme I. Para conseguir mais fàcilmente os seus planos, elevou à dignidade de arcebispo de Cantuária e primaz da Inglaterra a **Tomás Becket,** até então seu fiel servidor, mesmo na oposição contra a Igreja. Mas com esta elevação deu-se uma completa mudança no espirito de Becket. De clérigo mundano e elegante cortesão virou em asceta austero, de ministro dum rei cesaro-papista, em estrênuo defensor dos princípios da Igreja.

282. Logo depois da sua elevação, reclamou que se devolvessem os bens da Igreja de Cantuária que se achavam nas mãos de alguns fidalgos. O rei não quis ofender o seu antigo chanceler e não atendeu as queixas que se levantaram contra o novo primaz.

Mas, em breve, surgiram desinteligências com o próprio rei que pretendia limitar o *privilegium fori.* As suas pretensões não careciam de fundamento, porque, pela indulgência do tribunal eclesiástico, os abusos entre o clero se multiplicavam assustadoramente. Henrique convocou a dieta de Westminster (1163), para desmanchar as diferenças, e obteve, pelo servilismo dos prelados, que nos julgamentos eclesiásticos estivesse presente um legado real. Queria também que se lhe reconhecessem as *consuetudines avitae,* 16 artigos que encerravam direitos que os reis da Inglaterra tinham exercido, no decurso dos tempos, sobre a Igreja. Os prelados consentiram também neste ponto, acrescentando, porém, por reclamações de Becket, a cláusula: *salvo ordine nostro et honore Dei et sanctae Ecclesiae.*

O rei, irritado, procurou atrair a seu lado, um por um, os bispos, e a dieta de Clarendon (1164) secundou prontamente os seus desejos (Mansi 21, 1187; Baron., Annal. 1164). Depois de longa resistência, também Tomás deu o seu consentimento. Tendo, porém, o papa repelido os dezesseis artigos da dieta, o primaz retirou imediatamente a sua aprovação, provocando de tal modo a cólera do rei, que este o acusou, numa dieta de Northampton, de alta traição e de diversas outras infidelidades. Tomás teve que procurar asilo na França, onde então se encontrava Alexandre III, perseguido por Barbarroxa. Henrique pediu ao papa a deposição do arcebispo, e, como Alexandre não atendesse aos seus desejos, ameaçou passar ao lado do antipapa (cfr. § 86). Depois de longas negociações, Becket pôde, finalmente, voltar à sua sede. Mas logo os seus inimigos levantaram novas queixas, e, a certas expressões do rei irritado, assassinaram-no dentro da sua catedral, aos 29 de Dezembro de 1170.

283. Becket morreu pela causa que defendera. O seu martírio despertou a indignação de todos. O povo logo começou a venerá-lo como santo, e o papa elevou-o às honras dos altares. O rei, achando-se em sérias dificuldades, teve de retirar os seus decretos anti eclesiásticos e humilhou-se a ponto de fazer uma peregrinação ao sepulcro do santo, submetendo-se à penitência da flagelação. Assim terminou o conflito, como no império, com a humilhação do rei e com o triunfo da Igreja, embora as disposições de Clarendon, no essencial, ficassem de pé. E' verdade que Henrique, também nos anos seguintes, continuou a sua política de má fé. Mas é verdade também que ele não teve paz. Morreu maldizendo o dia do seu nascimento.

Stephens, The English Church (1066-1272), nova impr., London 1916. — *Morris,* Life and Martyrdom of St. Thomas Becket, 2. ed., London 1886. — *Maurois,* História da Inglaterra, trad. port. por C. Domingues, Rio de Janeiro. — *Weiss,* Weltgeschichte IV-V.

§ 88. Inocêncio III, árbitro do ocidente cristão — O 12° concílio ecumênico (1215)

284. Frederico I não conseguira realizar as suas idéias da onipotência imperial, e Henrique VI morreu muito cedo para fazer triunfar o seu césaro-papismo. Triunfaram, pelo contrário, as idéias de Gregório VII. E o seu programa foi

realizado, do modo mais brilhante, pelo papa, cujo pontificado designa o apogeu da Igreja medieval, **Inocêncio III** (1198-1216).

285. Lotário — foi este o seu nome batismal, — filho da ilustre família dos condes de Segni, nasceu em Anagni, pelo ano de 1160. Fez brilhantes estudos de filosofia, teologia e direito em Roma, Bolonha e Paris, onde os laços de íntima amizade o uniram com seus mestres e condiscípulos. Clemente III, seu tio, elevou-o à dignidade cardinalícia, e confiou-lhe os negócios mais difíceis. Celestino III afastou-o da cúria. Lotário obedeceu humildemente, e dedicou-se aos estudos. As duas preciosas obras *De contemptu mundi* e *De sacro altaris mysterio* saíram, neste tempo, da sua pena (PL 217; 701 ss).

Mas, no mesmo dia do sepultamento de Celestino, foi eleito unânimemente para seu sucessor, "propter honestatem morum et scientiam literarum". Foi o mais novo dos cardeais, e tinha apenas 37 anos de idade. Walter von der Vogelweide lamentava a sua eleição ("Owê, der babest ist ze june, hilf, hêrre, diner Kristenheit"). O próprio Lotário chorava e não quis aceitar a dignidade. Todavia, cedeu, finalmente, às instâncias dos cardeais, e, desde logo, se mostrou "verdadeiro Augusto do papado" (Gregorovius), senhor e dominador nascido. O que Gregório estabelecera no *Tractatus papae*, realizou-o Inocêncio.

286. Depois de ter reformado a cúria segundo as máximas da simplicidade e da justiça, a primeira preocupação do novo papa foi restabelecer o seu senhorio em Roma e no Estado pontifício, que tanto sofrera, no século XII, pelo movimento revolucionário dos romanos e pelas pretensões dos Hohenstaufen. Convencido de que a independência temporal da Igreja era condição indispensável para a sua liberdade espiritual, fez com que, no dia mesmo da sua coroação, o prefeito de Roma, até então representante do imperador, lhe jurasse fidelidade. Na Marca de Ancona reinava então Marcvaldo de Anweiler, na Úmbria governava Conrado de Urslingen, e a Toscana era governada por Felipe de Suábia, irmão de Henrique VI. Todos tiveram de devolver os seus domínios.

287. Ao mesmo tempo, preocupavam ao papa os negócios da Sicília. E conseguiu realizar também ali o que

visava: separar aquele reino do império alemão. Executando o testamento de Henrique VI, concedeu a Constança e a seu filho Frederico o reino como feudo da Santa Sé, limitou os direitos da coroa sobre a Igreja, e, depois da morte de Constança (1198), tomou ele mesmo, como tutor de Frederico, a direção do governo. Pelo espaço de dez anos defendeu a herança de seu pupilo contra Marcvaldo de Anweiler, que almejava a coroa da Sicília, e contra a nobreza rebelde, restabeleceu a ordem e administrou o reino de modo todo desinteressado. Quando Frederico completou catorze anos de idade, Inocêncio o declarou maiorene (1208) e rei das Sicílias e deu-lhe por esposa Constança, irmã de Pedro II de Aragão (PL 215, 1142).

288. Uma terceira preocupação de Inocêncio foi fazer valer a sua autoridade em frente dos príncipes seculares. Primeira ocasião lhe foi a luta pelo trono imperial. Henrique VI fizera com que os príncipes da Alemanha prometessem a coroa a seu filho Frederico. Mas, depois da sua morte prematura, a maioria dos príncipes, não querendo, em circunstâncias tão difíceis, um menino no trono imperial, elegeram a **Filipe II** da Suábia (1198-1208). Contra ele se declarou uma minoria, chefiada pelos arcebispos de Colônia e de Treves, que elegeram o guelfo **Otão IV** de Brunswick (1198-1212), filho de Henrique, o Leão. A consequência foi uma prolongada e desastrosa guerra fratricida.

Inocêncio exortou os dois rivais a que pacificamente resolvessem a questão. Senão teria ele, o papa, de decidir. Finalmente, depois de três anos, se declarou em favor de Otão, porque Filipe fora excomungado pelo papa Celestino. Na decretal *Venerabilem fratrem* de 1202, motivou a sua decisão, dizendo que o rei da Alemanha é eleito livremente pelos príncipes, mas pertence ao papa aprovar e decidir a eleição do futuro imperador (Decr. Greg. IX. Lib. I. tit. VI. de elect. 34). No entanto, a escolha não foi feliz, nem surtiu o desejado efeito. Filipe manteve os seus direitos, e, reconciliado já com o papa, estava próximo do seu triunfo, quando foi assassinado por Otão de Wittelsbach (1208).

289. Otão IV, agora universalmente reconhecido, tomou por esposa a filha de Filipe, reconciliando-se, deste modo, com a família dos guelfos. Na primavera de 1209, renovou também as promessas feitas ao papa: obediência, indepen-

dência e proteção dos bens da Igreja, renúncia ao *jus spolii* e liberdade das eleições eclesiásticas e das apelações para a Santa Sé.

Mas, como ele concebia tais promessas, bem depressa o revelou. Apenas terminara a solenidade da sua coroação em Roma, aos 4 de Outubro de 1209, quando, pretextando a sua obrigação de zelar pelos direitos do império, ocupou grande parte dos Estados da Igreja e apressou-se a conquistar também a Sicília, sem atender, de modo algum, às advertências do pontífice. Inocêncio lhe lançou, por isso, a excomunhão (1210).

Daí resultou que muitos príncipes da Alemanha o abandonaram e, numa dieta de Nuremberg (1211), o declararam deposto. Deram a coroa a Frederico, jovem rei da Sicília. O papa consentiu, depois de Frederico lhe ter prometido não unir a coroa da Sicília com a do império e de ter coroado a seu filho Henrique rei da Sicília. A coroação de Frederico teve lugar em Mogúncia (1212). Na assembléia dos príncipes em Eger (1213), o novo imperador fez, pela *bula de ouro* (MQ 185), as mesmas promessas que antes fizera Otão IV.

A guerra entre os dois partidos terminou na batalha de Bouvines (1214), onde Otão, aliado de seu tio João sem Terra, foi derrotado por Filipe II Augusto, rei da França. Frederico, mais uma vez coroado em Aquisgrana (1215), renovou as suas promessas e acrescentou ainda a de empreender uma cruzada. Mas não cumpriu nem esta, nem outra promessa alguma.

290. Também na Inglaterra teve o grande papa de intervir, por motivo da eleição do arcebispo de Cantuária (1205). Ao cruel e insolente Ricardo Coração de Leão (1189-99) seguira seu irmão João sem Terra (1199-1216), igualmente um verdadeiro Plantageneta pela crueldade, traidor de seu pai e de seus irmãos, odiado por todos. Na luta com Filipe II Augusto da França perdeu grande parte dos seus domínios franceses. E, não sabendo respeitar os direitos da Igreja, esteve prestes a perder também a sua coroa real na luta com a papa.

291. João negou-se a reconhecer o arcebispo Estêvão Langton, eleito pelo cabido, a recomendações do papa. Baldadas foram todas as advertências de Inocêncio que, por

isso, lançou o interdito ao país (1208). O rei respondeu com as mais cruéis atrocidades contra a Igreja e contra o clero. Por isso, pronunciou Inocêncio contra ele a excomunhão (1209) e, finalmente, a deposição (1212). O rei da França foi incumbido de executar a sentença. E já estavam os exércitos franceses dispostos para a luta, quando João se submeteu, não confiando na fidelidade do seu povo (1213). Não só reconheceu o arcebispo Estêvão, mas permitiu também que os demais clérigos e leigos desterrados voltassem à sua pátria, indenizou-os dos prejuízos sofridos e aceitou a sua coroa como feudo das mãos do papa, prometendo um censo anual.

292. Sentindo-se, no entanto, novamente mais seguro, procurou organizar uma aliança contra Filipe Augusto. Mas os próprios barões negaram-lhe obediência, e os seus aliados continentais, o conde de Flandres e Otão de Brunswick, foram derrotados na batalha de Bouvines (1214). Esta derrota foi prelúdio das liberdades inglesas. Pois, contra o rei enfraquecido e odiado levantaram-se clérigos e barões e obrigaram-no a assinar a *Magna Charta Libertatum* (1215), fundamento da constituição inglesa. O rei pensou logo em desembaraçar-se dela, e, voltando à sua política pérfida, pediu ao papa que o dispensasse do juramento. Inocêncio indignou-se, de fato, com a revolta armada contra o rei. Não consentiu, porém, anular a Magna Charta. Uma morte imprevista libertou João sem Terra de outros desgostos. No reinado de Henrique III (1216-72) foram desmanchadas, finalmente, as diferenças, pela confirmação da Magna Charta.

293. Inocêncio III teve também um sério conflito com Filipe II da França, contra o qual teve de defender a santidade e indissolubilidade do matrimônio cristão. Pouco depois das suas bodas com Ingeborga, princesa dinamarquesa, o rei abandonara a sua esposa, e com o consentimento dos bispos cortesãos de Chartres e de Beauvais, unira-se com Inês de Merânia, indigna irmã de S. Hedviges. O papa lhe fez sinceras advertências. Mas nem exortações, nem ameaças foram capazes de quebrar a pertinácia do rei. Finalmente, Inocêncio excomungou-o e lançou o interdito sobre o reino (1200). Filipe se viu, deste modo, obrigado a submeter-se e prometeu reabilitar a sua legítima esposa.

Não cumpriu, porém, logo a sua promessa, senão em 1213, depois da morte de Inês e de novas infrutíferas tentativas de dissolver o matrimônio.

294. Da mesma forma, defendeu o papa a santidade do vínculo matrimonial contra as pretensões de Afonso IX, rei de Leão, e de Pedro II, rei de Aragão. Este viera, em 1204, a Roma, a fim de receber a coroa das mãos do papa, pagando-lhe um tributo anual, e intencionando inclinar Inocêncio a dissolver o seu matrimônio. Mas falharam os seus cálculos pela incorruptível inteireza do papa. Afonso IX tivera primeiro relações incestuosas com uma princesa de Portugal, e, em seguida, se casara com a própria sobrinha, Berengária de Castela. Inocêncio o obrigou pelo interdito a romper a união ilegítima.

295. Enfim, todos os Estados da Europa sentiram a influência do grande papa. Como a Inglaterra e o Aragão, assim também Portugal, a Hungria e a Bulgária tornaram-se feudos da Sé apostólica. Até ao oriente se estenderam as suas preocupações. Com a fundação do império latino (cfr. § 93) foi erigido um patriarcado latino na própria capital do império.

Inocêncio foi, na realidade, um chefe universalista da Igreja universal. Mas, de outro lado, não devemos nos esquecer de que foi também um príncipe nacional italiano. E este nacionalismo se tornará, bem depressa, princípio de todas as tendências italianas, que, mais tarde, hão de influir, dum modo decisivo, na vida interna e externa da Igreja. Já se entrevêem os inícios da renascença.

296. O fim e a coroação do pontificado mais brilhante da idade média e a mais poderosa expressão do universalismo político e eclesiástico do papado foi o **12° concílio ecumênico,** o 4° do Latrão (Mansi 22, 953 ss). Mais de 1200 príncipes eclesiásticos e seculares reuniram-se ali em redor do papa. Até os patriarcas do oriente enviaram os seus legados. Nunca se realizara tão magnificamente a *Civitas Dei* no ocidente.

No dia marcado, 1° de Novembro de 1215, o papa inaugurou a assembléia com estas palavras: "Desidério desideravi manducare hoc pascha vobiscum antequam moriar" (PL 217, 673), indicando então os escopos do concílio: 1.°) a libertação da Terra Santa, 2.°) a reforma da Igreja, e 3°) a extinção das heresias.

297. O próprio papa, como verdadeiro imperador, cogitava meter-se à frente duma cruzada. Só a sua morte prematura não lhe permitiu realizar o projeto. A reforma da Igreja já começara. Pois, em 1210, Francisco de Assis apresentara-se, pela primeira vez, ao papa para se desempenhar da sua missão que recebera do próprio divino Redentor: restaurar a casa do Senhor, que, apesar do seu esplendor externo, ameaçava ruínas. S. Domingos igualmente já iniciara a sua pregação. Para promover eficazmente a reforma, foram redigidos setenta cânones disciplinares, que prescreviam a visitação das dioceses, a celebração de capítulos gerais das ordens religiosas a realizar-se todos os triênios, a confissão e a comunhão eucarística anual dos fiéis, etc. Outros diziam respeito à proibição de novas ordens religiosas (can. 13), a reforma do clero, em particular, a sua educação, o culto divino, etc. Finalmente, se tratou dos erros de Joaquim de Fiore, das heresias dos albigenses e dos valdenses e, particularmente, da doutrina sobre a Eucaristia. Pela primeira vez, foi aprovada autênticamente a palavra de *transsubstantiatio*, em oposição à heresia de Berengário.

298. Pouco depois do concílio, morreu Inocêncio III, um dos maiores pontífices de todos os séculos. Já os seus contemporâneos o chamaram "assombro e luz do mundo". Deixou aos seus sucessores a direção de todos os grandes acontecimentos do ocidente, para o espaço de quase um século.

Reg. de Inocêncio III e obras em PL 214-17. — Outras fontes como § 83. — Além disso: *Raynald.*, Annales XIII. — *Hurter*, Geschichte Papst Innozenz III. und seiner Zeitgenossen, 4 vol. Hamburg 1834-42. — *Luchaire*, Innocent III, 6 vol., Paris 1904-1908. — *Maurois*, História da Inglaterra 104 ss. — *Funk-Bihlmeyer* II 181 ss. — CG V 768 ss.

§ 89. Última fase do conflito das investiduras

299. A Igreja conservou, nos pontificados seguintes, o seu predomínio, mas não o brilho que lhe dera Inocêncio III, porque precisamente Frederico II, "que devia à Santa Sé tudo o que possuia", não realizou as esperanças que nele

se tinham depositado. Tornou-se, pelo contrário, o mais encarniçado inimigo do papado. Religiosamente indiferente, não conhecia aquela harmonia entre as duas primeiras autoridades da cristandade, que caracteriza os melhores tempos da idade média. As idéias que o dominavam eram, de um lado, o despotismo esclarecido e o césaro-papismo, de outro lado, o nacionalismo moderno. Renunciou espontâneamente ao universalismo imperial.

300. Sendo, por inclinação e educação, mais italiano do que alemão e, de certo modo, já precursor da renascença, residia, de preferência, no reino da Sicília, deixando a Alemanha à mercê dos tutores de seu filho Henrique. S. Engelberto, arcebispo de Colônia, a quem nomeara administrador da Alemanha e tutor de Henrique, caiu infelizmente vítima de uma conjuração da nobreza (1225). Os príncipes souberam aproveitar-se da ocasião para obter importantes direitos da coroa, pelo que o particularismo das províncias, tanto eclesiásticas como seculares, começou a dissolver, mais e mais, a unidade do império. Com o poder político dos príncipes eclesiásticos cresceu entre eles também o espírito mundano. Um e outro vieram a preparar o tempo moderno e a ser uma das causas do grande sucesso da pseudo-reforma do século XVI.

301. A Sicília, maravilhosamente organizada e administrada, tornou-se o primeiro Estado modernamente absolutista. Mas o indiferentismo religioso de Frederico lançou também nesta "terra santa das religiões misturadas" a semente da dissolução espiritual, religiosa e moral. Graças às circunstâncias do tempo, a cizânia não pôde ainda desabrochar. Foi o tempo, em que o ocidente cristão celebrava os seus mais belos triunfos em todos os campos da cultura. A má semente, porém, lá estava, e o iníquo semeador havia de forçosamente tornar-se inimigo da Igreja e de seu chefe supremo, o papa.

302. A Inocêncio III sucedeu o cardeal Cêncio Savelli com o nome de **Honório III** (1216-27), ancião de extrema bondade. Quando Frederico, contra a sua promessa feita a Inocêncio, e ameaçando os interesses vitais da cúria romana, fez eleger a seu filho Henrique rei da Alemanha, unindo assim a Sicília ao império, o papa não protestou. Concedeu

até a Frederico a coroa imperial, esperando que, em breve, realizasse a cruzada prometida. Foi a última coroação imperial para o espaço de quase cem anos. Mas o imperador, pretextando os seus cuidados pela Sicília, adiou a cruzada de ano para ano, e, quando o papa finalmente, no tratado de San Germano (1225), por inspirações do cardeal Hugolino, tomou uma atitude mais enérgica, obrigando a Frederico, sob pena de excomunhão, a cumprir a sua promessa dentro de dois anos, veio surpreendê-lo a morte, antes que se realizasse a cruzada.

303. Sucedeu-lhe o próprio Hugolino com o nome de **Gregório IX** (1227-41). Grande jurista como seu tio Inocêncio III e dotado duma vontade inflexível, o novo papa estava, ao mesmo tempo, compenetrado duma profunda religiosidade. Frederico sentiu que já não podia continuar a sua política anterior, e apressou-se em cumprir a sua promessa. Em Setembro de 1227, a frota zarpou do porto de Brindisi. Infelizmente uma febre se declarou entre os cruzados, atacando o próprio imperador, pelo que, decorridos apenas três dias, desembarcou novamente em Otranto. O papa, desconfiado, executou logo o tratado de San Germano, excomungando o imperador. Frederico respondeu, sublevando os romanos e apoderando-se de uma parte dos Estados pontifícios, que considerava como feudo do império. O papa se viu obrigado a deixar a cidade eterna, retirou-se para Rieti, Perúgia e Assis e canonizou, nesta ocasião, a seu amigo S. Francisco (1228). A fim de provar a sua sinceridade, empreendeu Frederico, embora excomungado, em meados de 1228, a cruzada e, por meio da sua hábil diplomacia, conseguiu uma paz equívoca de dez anos (Rayn., ad an. 1229, 1 ss).

304. Durante a sua ausência, o seu vigário Rainaldo de Spoleto continuou as hostilidades contra o papa, que então fez invadir o reino da Sicília pelas tropas pontifícias. Frederico, porém, voltando à Itália, expulsou sem dificuldade os soldados do papa e concluiu com ele, por intervenção de Germano de Salza, grão-mestre da ordem teutônica, a paz de San Germano (1230). Frederico foi absolvido da excomunhão. Teve, porém, de prometer a indenização da cúria e fazer concessões no tocante à liberdade eclesiástica no reino da Sicília (Rayn., ad an. 1230, 3 ss).

305. O imperador foi obrigado a tais concessões, ao menos em parte, pelos negócios da Alemanha, aonde o chamava a rebelião de seu filho Henrique. Depois de ter vencido o rebelde (1235), declarou guerra aos lombardos, que na defesa da sua liberdade se tinham aliado com Henrique. Frederico os derrotou decisivamente na batalha de Cortenuova (1237), e instituiu, para governá-los, o despótico Ezelino. Mas os lombardos encontraram no papa um poderoso aliado.

306. Frederico esqueceu-se novamente de todas as promessas e abusou, por diversas vezes, do seu poder, violando os direitos da Igreja na Lombardia e na Sicília. Já em 1231, o douto Pedro da Vinha compilara, por ordem imperial, a *Coleção das leis da Sicília,* que desconhece completamente os direitos eclesiásticos e proclama por fonte única de todo poder a autoridade régia. Gregório contentou-se então com combater os princípios de Frederico pelos cinco livros das *Decretais.*

Mas para Frederico já não havia outra norma de agir senão o despotismo e a violência. Instituiu rei da Sardenha seu filho natural Enzio, embora aquela ilha fosse feudo da Igreja, ameaçou até violar a independência do Estado pontifício pela união sistemática e orgânica da Alta e Baixa Itália, e obrigou assim o papa a combatê-lo por todos os meios. Gregório formou realmente uma liga com Veneza e Gênova e lançou contra Frederico, pela segunda vez, a excomunhão (1239), desligando os súditos do juramento de fidelidade. Esta medida teve por consequência uma guerra, que excedeu em violência a todas as lutas anteriores entre papado e império, e não terminou senão com a extinção da dinastia dos Hohenstaufen e com um fatal enfraquecimento do papado.

307. Desde logo, os dois partidos fizeram-se mùtuamente as mais veementes recriminações. O imperador foi acusado de incredulidade por ter chamado impostores a Moisés, a Cristo e a Maomé, expressão que, se não pode ser provada, está todavia muito em harmonia com os sentimentos de Frederico (Mansi 23, 79 ss). Este, por seu turno, acusou o papa de o ter excomungado ùnicamente por motivos políticos e de manter relações com os hereges da Lombardia. E não parou aqui a luta. Frederico invadiu

os Estados pontifícios e, quando o papa quis reunir um concílio ecumênico (1241), antes desejado pelo próprio imperador, Frederico fez atacar a esquadra e aprisionar os prelados que nela vinham. E já estava com os seus exércitos diante das portas da cidade eterna, quando Gregório faleceu de pesar e de febre.

308. Depois dum pontificado de apenas dezessete dias de Celestino IV, — cuja eleição foi a primeira a fazer-se num conclave — e passada uma sedisvacância de vinte meses, causada pelas intrigas do senador romano Mateus Orsini e pelo imperador, foi eleito o cardeal Sinibaldo Fieschi, de Gênova, com o nome de **Inocêncio IV** (1243-54). Com esta eleição parecia ter chegado o fim da luta, porque a família do papa vivera, até então, em relações amistosas com Frederico. Este mesmo se regozijava da eleição. No entanto, depois de algumas vãs negociações, percebeu que, se "Fieschi fora seu amigo, Inocêncio seria seu inimigo".

309. De fato, a luta tomou, em breve, formas decisivas. O novo papa, evitando uma entrevista, desejada pelo imperador, fugiu desconfiado para Lião, que só de nome ainda pertencia ao império. Ali ficou pelo espaço de mais de seis anos e convocou, para o ano de 1245, o **13.° concílio ecumênico,** o 1.° de Lião (Mansi 23, 605 ss). Ele mesmo inaugurou a assembléia com um sermão sobre as cinco chagas da cristandade: a relaxação do alto e do baixo clero, a nova queda de Jerusalém, a condição apertada do império bizantino, a invasão dos mongóis e a luta entre a Igreja e o império ocidental.

Esta última foi o principal objeto das deliberações. Frederico foi acusado de perjúrio repetido, de sacrilégio, de suspeita de heresia e de felonia. Em consideração destes delitos, o concílio pronunciou a excomunhão e a privação de todas as honras e dignidades. Os súditos foram desligados do juramento de fidelidade. Proibiu-se-lhes até a obediência sob pena de excomunhão. Os príncipes foram convidados a procederem a uma nova eleição na Alemanha, reservando-se o papa o direito de dispor da coroa siciliana (MQ 196-97).

310. Frederico, segundo era de prever-se, não se submeteu à sentença e negou ao papa o direito de depor os príncipes e de decidir as causas seculares. Fazendo, além disso, suas as idéias de Arnoldo de Bréscia, proclamou a necessidade de reformar a Igreja. Exigiu que a Igreja fosse reduzida à esfera puramente religiosa e que os clérigos voltassem à pobreza apostólica. O exemplo de Frederico seria imitado durante o resto da idade média, por outros príncipes.

311. Inocêncio, pelo contrário, baseando-se na pretensa Doação de Constantino, defendeu a teoria dos dois gládios e a supremacia do poder espiritual também nas coisas seculares.

A luta tanto mais era de lastimar-se, quanto precisamente neste tempo Constantinopla e a Palestina reclamavam novo auxílio e os mongóis ameaçavam o oriente da Europa. Em vão procurou Luís IX, rei da França, fazer-se mediador no interesse da cruzada que projetava. As sortes estavam lançadas, e não houve meio de acalmar os espíritos.

312. O papa fez pregar, em toda parte, a cruzada contra Frederico, pelo que, de então em diante, também a Alemanha foi tocada mais sensìvelmente pela guerra. Poderosos aliados estavam ao lado de Inocêncio. As novas ordens mendicantes, franciscanos e dominicanos, contrabalançavam eficazmente a influência dos trovadores, muitas vezes aduladores do poder civil. Uma parte dos príncipes alemães, obedientes às ordens de Inocêncio, elegeram para rei o landgrave Henrique Raspe da Turíngia (1246-47) e, depois da morte prematura dele, o conde Guilherme da Holanda (1247- 56). Mas não conseguiram derrotar o rei Conrado IV, filho de Frederico.

313. O imperador, por seu lado, fez na Itália sentir a seus adversários a sua vingança do modo mais atroz. E' verdade que no fim da sua vida teve de sofrer inesperadas decepções. O seu exército foi batido às portas de Parma. O seu mais estimado ministro, Pedro da Vinha, lhe voltou as costas. Seu filho predileto, Énzio, foi preso pelos bolonheses. Todavia a guerra continuou a dilacerar a Itália. Guelfos e gibelinos se fizeram uma guerra de extermínio.

Quando, finalmente, Frederico morreu em Fiorentino na Apúlia, arrependido e absolvido pelo arcebispo de Palermo

(1250), **Conrado IV** (1250-54), ajudado por seu irmão Manfredo, continuou a guerra e fez valer os seus direitos na Itália. O papa declarou-se disposto a reconhecê-los a favor de Conradino, quando Conrado lhe pediu fosse tutor de seu filho (Rayn., 1254, 46). Manfredo se submeteu e foi instituído vigário do reino, na menoridade de Conradino. Mas, quando Inocêncio quis tomar posse do reino, sublevou-se Manfredo novamente. Fracassaram igualmente as negociações entre **Alexandre IV** (1254-61) e o regente.

314. A sorte da guerra, no entanto, tornou-se tão favorável a Manfredo, que os grandes do reino lhe ofereceram a coroa (1258), quando se propagou o rumor da morte de Conradino. Mas **Urbano IV** (1261-64), francês de nascimento, opôs-lhe um adversário poderoso na pessoa de Carlos de Anjou, irmão indigno de S. Luís IX (1263). Foi um passo muito fatal para a Igreja, que levou, nas suas conseqüências, ao exílio de Avinhão.

A luta se decidiu, no pontificado de **Clemente IV** (1265-68), com as batalhas de Benevento (1266), em que Manfredo perdeu coroa e vida, e de Tagliacozzo (1268), em que foi derrotado Conradino, vindo da Alemanha a convite dos gibelinos para tomar posse do trono de seus pais. O jovem príncipe foi preso traiçoeiramente na fuga e bàrbaramente executado em Nápoles. O papa não inspirou, nem aprovou tal crueldade (Rayn., 1268, 34). Com a morte de Conradino extinguiu-se a nobre dinastia dos Hohenstaufen, cuja desmedida ambição foi causa principal do seu trágico fim.

315. Na Alemanha começou, com a dupla eleição de Ricardo de Cornwal e de Afonso de Castela, um longo interregno (1256-73); pois, nem Afonso viu jamais o seu novo reino, nem Ricardo se demorou ali por muito tempo. Perdeu-se, mais e mais, a idéia do império, que se dissolveu numa série de Estados particulares. Em toda parte reinava a desordem, a anarquia, a injustiça, o roubo, a miséria. E, todavia, surgiram no meio deste caos as mais belas obras do gênio religioso e artístico. Varões ilustres de primeira grandeza, como Alberto Magno, Alexandre de Ales, Tomás de Aquino, Boaventura, Bertoldo de Ratisbona e muitos outros franciscanos e dominicanos desenvolveram, neste período, a sua benéfica atividade.

Reg. Honorii III., ed. Pressutti, 2 vol., Romae 1888-96. — Reg. de Grégoire IX., ed. Auvray, Paris 1890 ss. — Reg. d'Innocent IV, ed. Berger, Paris 1884 ss. — *Hefele,* Konziliengeschichte V 1105 ss. — *Seppelt-Loeffler,* Papstgeschichte 180 ss. — *Funk-Bihlmeyer* II 186 ss. — *Caes. Heisterb.,* Vita, passio et miracula S. Engelberti, AASS, Nov. III 623-84. — *Presser,* Das Buch De tribus impostoribus, Amsterdam 1926. — *A. de Stefano,* L'ideale imperiale de Frederico II, Firenze 1927. — *Podestà,* Papa Innocenzo IV, Milano 1928.

§ 90. Os últimos papas do século XIII — O 14° concílio ecumênico

316. Da luta bicentenária entre a Igreja e império saiu vencedor o papa. "Imperador romano" foi, de então em diante, um puro título sem importância real. Mas a vitória do papa foi, ao mesmo tempo, um enfraquecimento fatal da Igreja. Pela ambição utópica dos Hohenstaufen de estabelecer a potência central da sua dinastia na Sicília e unir as duas coroas do reino e do império, como também pela idéia pagã que tinham do poder imperial, diametralmente oposta aos interesses da cúria romana, viram-se os papas obrigados a ligar-se, mais e mais, à França que, no longo reinado de Luís IX (1226-70), se tornara primeira potência nacional da Europa. Mas, se o império, ao menos por princípio, servira ao cristianismo universal, os sucessores de S. Luís não procuraram senão os próprios interesses nacionais. O nacionalismo começou a dissolver a unidade do ocidente. A idade média aproximou-se do seu fim.

317. Representante da política francesa na Itália foi **Carlos I** (1265-85), novo rei das duas Sicílias. Mais perigoso para a Igreja do que os próprios Hohenstaufen, logrou formar um partido poderoso no seio do colégio sacro. Daí resultou, depois da morte de Clemente IV, uma sedisvacância de quase três anos. Depois de pertinazes divisões, foi eleito, finalmente, Teobaldo Visconti, arcediago de Liège, que se chamou **Gregório X** (1271-76). Foi um dos melhores papas do século XIII, venerado como bem-aventurado.

318. Três grandes projetos preocuparam o novo papa: a reforma da Igreja, a união com os gregos e a libertação da Terra Santa. A fim de resolver os três problemas, convocou, para o ano de 1274, o **14° concílio ecumênico,** o 2° de

Lião (Mansi 24, 38 ss; CG VI 125 ss). Os seus esforços para socorrer a Terra Santa não tiveram nenhum resultado. Melhor sucedidos foram os seus negócios com os gregos.

Em 1261, Constantinopla havia sido reconquistada pelos bizantinos. **Miguel VIII** Paleólogo (1261-82) resolveu pôr termo ao cisma, a fim de parar os ataques que Carlos de Anjou estava preparando. As negociações tornaram-se bastante difíceis devido à aversão que os gregos alimentavam contra os latinos. Todavia, a união se realizou, sobretudo pelos esforços do grande franciscano, o cardeal-bispo S. Boaventura. Os gregos aceitaram o *Filioque,* reconheceram o primado do papa e permitiram as apelações para a Sé apóstolica (DB 460 ss). O papa, por sua vez, lhes concedeu a conservação do rito e do símbolo antigos.

Quanto a reforma da disciplina foram publicados 31 decretos, entre os quais tem especial importância o segundo, *Ubi periculum* (Mansi 24, 81-86; MQ 205-07), que prescreveu o conclave para a eleição pontifícia, ordenou aos cardeais se reunissem dez dias depois da morte do papa, e dispôs que, em caso de prolongação do conclave, se lhes diminuísse o sustento. Fim da constituição foi apressar a eleição do novo papa.

319. Em Lião compareceu também o chanceler do novo rei da Alemanha. Ricardo de Cornwal falecera em 1272. Afonso de Castela manteve ainda as suas pretensões. Mas, por desejos de Gregório X, os príncipes eleitores reuniram-se, em 1° de Outubro de 1273, para dar à Alemanha um rei que fosse digno e capaz de manejar o cetro. A eleição caiu sobre o nobre conde **Rodolfo de Habsburgo** (1273-91), cujas medianas possessões não inspiravam aos eleitores o menor receio de que pudesse tirar-lhes a quase independência, enquanto que os seus nobres sentimentos, o seu valor provado e a sua superior inteligência prometiam realizar as mais belas esperanças: levantar o trono do abatimento e restabelecer a união entre papado e império.

320. Rodolfo não desiludiu os príncipes. Antes de mais nada, reprimiu eficazmente as ameaçadoras pretensões do violento rei Otocar da Boêmia (1253-78), que havia reunido à sua coroa, já por meio de convenções, já por herança, já

pela espada, a Áustria, a Morávia, a Estíria, a Caríntia e a Carníola, e ambicionava a própria coroa imperial. Rodolfo, apoiado pelo burgrave de Nuremberg, Frederico de Hohenzollern, e outros príncipes, humilhou o rei, obrigando-o a entregar ao império todos os domínios ao sul do Danúbio e a solicitar de joelhos a investidura da Boêmia e da Morávia. Numa segunda rebelião, Otocar perdeu trono e vida. Rodolfo deu a Áustria, a Estíria e a Carníola a seus próprios filhos, lançando assim os fundamentos da casa Habsburgo-Áustria.

321. Numa entrevista que teve com Gregório X em Lausana (Rayn. 1275, 36), o nobre príncipe, já antes nomeado pelo pontífice rei dos romanos (MQ 205), estreitou os laços de amizade com o papado. Renovou as concessões já feitas por seu legado, em particular, de nunca atacar o Estado da Igreja e não unir com o império a Sicília. O papa o convidou, em seguida, a receber em Roma a coroa imperial. Mas Gregório faleceu no caminho para a cidade eterna, em Janeiro de 1276, e Rodolfo ficou preocupado com os negócios da Alemanha, que lhe deve a restauração da paz interna.

322. Graças ao decreto eleitoral "Ubi periculum" subiu, no primeiro dia do conclave, ao sólio pontifício o douto dominicano Pedro de Tarentaise com o nome de Inocêncio V (1276). Infelizmente, morreu já depois de cinco meses. Sucedeu-lhe Adriano V (1276). Morto também este, depois de um mês apenas, foi eleito o muito erudito Pedro Hispano, arcebispo de Braga, que tomou o nome de João XXI (1276-77).

323. Já Adriano V suspendera o decreto eleitoral de Gregório X. João XXI aboliu-o completamente. Por isso, houve novamente dissenções na eleição seguinte, da qual saiu, ao cabo de seis meses, o nome do cardeal João Caetani, da família poderosa dos Orsini. Chamou-se **Nicolau III** (1277-80), e foi papa eminente, digno de um Inocêncio III (Mansi 24, 191).

Logo fez sentir a sua energia ao rei da Sicília. Este havia conseguido, apesar de um compromisso contrário, a dignidade de senador romano. Nicolau o obrigou a renunciar a esta dignidade, como também ao cargo de vigário imperial da Toscana. Conseguiu, igualmente, que Rodolfo de

Habsburgo renunciasse aos direitos imperiais à Romanha e se entendesse com Carlos de Anjou que, por esta ocasião, recebeu a Provença como feudo imperial. Infelizmente, maculou o grande papa o seu pontificado pelo nepotismo, justificado talvez, de certo modo, porque julgava poder confiar melhor nos seus parentes.

324. Pela morte prematura de Nicolau, os seus grandes sucessos não perduraram. **Martinho IV** (1281-85), francês e completamente influenciado por Carlos de Anjou, entregou a este novamente a dignidade de senador romano, nem se opôs à sua política antibizantina, ocasionando assim o rompimento das relações com o oriente. A união de 1274 tinha sido, por parte dos gregos, uma obra puramente política, e não pôde ter vitalidade. Quando Nicolau III exigiu que o *Filioque* fosse incluído no símbolo, os bizantinos já se desgostaram muito. Martinho IV, movido talvez por Carlos, que se dispunha a fazer a guerra aos gregos, pronunciou o anátema contra Miguel VIII. Este respondeu, cancelando o nome do papa, e seu filho Andronico (1282-1328) renovou o cisma formalmente.

325. Quão intimamente já se achavam entrelaçados os interesses da cúria romana e a política francesa, mostram também os acontecimentos da Sicília, que vieram pôr termo às ambições de Carlos. O despotismo imprudente do rei excitou extremamente os sentimentos nacionais dos sicilianos e levou, finalmente, ao horrível morticínio dos franceses nas chamadas *Vésperas Sicilianas* (Rayn. 1282, 11-12). Pedro III de Aragão, que se casara com Constança, filha de Manfredo, e a quem Conradino instituíra herdeiro de seus direitos a Nápoles e Sicília, foi proclamado rei da ilha. De nada valeu contra ele a sentença de Martinho IV a favor dos angevinos, com cujo auxílio projetava latinizar o oriente. Nada valeram também as sentenças de Honório IV (1285-87) e de Nicolau IV (1288-92), primeiro papa franciscano. Pedro III e seu filho Jaime se mantiveram contra as pretensões de Carlos I e de seu filho Carlos II (1285-1308). A Sicília pertenceu desde então até 1700 à monarquia espanhola. E foi um desígnio da Providência; pois o predomínio dos angevinos teria produzido a contínua escravização da cúria romana.

326. Depois da morte de Nicolau IV passaram dois anos e três meses, sem que se lhe desse um sucessor, porque o colégio cardinalício estava dividido pelas rivalidades dos Orsini e dos Colona, e porque Carlos II procurava influenciar as eleições, a fim de conseguir uma solução favorável do problema siciliano. Foi eleito, finalmente, por inspiração de Carlos, um varão recomendável pela santidade (AASS, mens. maii, IV 485), mas que não possuía as qualidades necessárias para tão elevado cargo: o eremita Pedro de Murrone. Só depois de grande resistência, aceitou a tiara, chamando-se **Celestino V** (1294). Não tendo conhecimento do mundo, nem dos homens, nem dos negócios da cúria, ficou sendo completamente dominado por seus conselheiros e, principalmente, por Carlos II. Este príncipe conseguiu movê-lo até a transferir a sua residência para Nápoles e a nomear, de uma vez, entre doze cardeais sete franceses e três napolitanos. Mas, reconhecendo ele mesmo a sua incapacidade e movido por sua consciência, renunciou à tiara, num consistório aos 13 de Dezembro de 1294 (Rayn., 1294, 19-20).

Greg. X Epp., Mansi 24, 27 ss. — Reg. de Greg X e de João XXI, ed. Guiraud e Cadier, Paris 1892 ss. — Reg. de Honor. IV, ed. Prou, Paris 1888. — Reg. de Nicolau IV, ed. Langlois, 2 vol. Paris 1893. — *Hefele,* Konziliengeschichte IV 119 ss. — *Funk-Bihlmeyer* II, 194 ss. — *Seppelt-Loeffler* 191 ss. — *Oliger,* P. J. Olivi De renuntiatione P. Coelestini V (AFH 11, 309-73). — *Finke,* Aus den Tagen Bonif. VIII, Muenster 1902.

§ 91. Bonifácio VIII e sua luta com Filipe IV o Belo

327. No conclave, reunido aos 24 de Dezembro de 1294, foi eleito, no mesmo dia da abertura, Benedito Caetani, o mais capaz dos cardeais, que se chamou **Bonifácio VIII** (1294-1303). O seu pontificado designa uma crise na história do papado. Começa com ele a decadência do poder papal.

Querendo acentuar mais ainda do que o fizeram os seus antecessores, sobretudo Inocêncio III, o universalismo e o predomínio da Igreja, não tomou em consideração a grande mudança que se realizara desde os tempos de Inocêncio. Por isso, os seus planos tiveram de fracassar tràgicamente. Devido a seu caráter brusco e altivo, e ao seu nepotismo desmesurado, surgiram, em breve, não poucos inimigos contra

ele, não por último todos os inimigos de Celestino V. Receando que estes pudessem abusar do papa-monge, fê-lo guardar num honesto cativeiro até a morte (1296). Mas a luta mais dolorosa, que preenche quase todo o pontificado de Bonifácio, é a que teve com Filipe IV o Belo, rei da França.

328. Quase em toda parte reinavam então discórdias e confusão. A Itália se agitava em guerras fratricidas. Os guelfos e os gibelinos faziam-se uma guerra de extermínio. Veneza e Gênova lutavam pela primazia. Pisa e Florença se guerreavam igualmente. Em Milão apoderara-se do poder Mateus Visconti que, fazendo-se nomear vigário imperial da Lombardia, projetava conquistar todo o país. Na Sicília e em Nápoles rivalizavam ainda as dinastias de Aragão e de Anjou. Mas o que mais afligia o ocidente cristão era a guerra entre a França e a Inglaterra, cujo principal objeto eram os domínios que esta última possuía no continente.

329. A fim de unir, de novo, os povos debaixo do domínio da Igreja e de organizar assim mais fàcilmente uma cruzada para a Terra Santa, o papa se esforçou por estabelecer a paz entre os príncipes cristãos. Como os seus conselhos encontrassem ouvidos surdos e como os reis da Inglaterra e da França, por motivos bélicos, até exigissem impostos sobre os bens da Igreja, publicou, em Fevereiro de 1296, a bula *Clericis laicos* (MQ 208), proibindo, sob pena de excomunhão, ao clero conceder e aos leigos exigir qualquer imposto sem permissão do papa. Tal disposição, sem dúvida exagerada, não era nova, em seu princípio. Constava das ordenações de Alexandre III, de Inocêncio III e de Alexandre IV. Mas, de um lado, a introdução da bula foi infeliz e todo o documento ia muito além das exigências dos papas anteriores, e, do outro, o espírito do tempo já não era o mesmo, pelo que a bula encontrou grande oposição na Inglaterra e mais ainda na França.

330. Eduardo I (1272-1307) da Inglaterra soube dominar-se a si mesmo, e, embora houvesse uma pendência séria, restabeleceu-se, em breve, a paz. Mas **Filipe IV** (1285-1314), pretextando o seu zelo pela pátria, respondeu à medida do papa com a proibição de exportar prata e ou-

tros objetos de valor sem permissão do rei, tornando assim impossível a atividade dos coletores pontifícios.

Mais ainda. Filipe soube despertar o patriotismo de toda a nação e tinha, além disso, a seu lado um número considerável de doutos políticos, os chamados *legistas*, em cuja opinião o Estado era tudo, a Igreja nada. Serão eles, nos decênios seguintes, os representantes da oposição nacionalista contra o papado universalista. Com tal oposição não contara Bonifácio. Teve, pois, de retirar-se. Por diversos decretos anulou as determinações da bula *Clericis laicos*. A paz firmou-se pela canonização de Luís IX, avô de Filipe (1297).

331. Apenas terminada esta primeira luta com Filipe IV, Bonifácio achou-se envolvido num conflito com a poderosa família dos Colona. Os dois cardeais Pedro e Tiago Colona, já irritados contra o papa por causa duma resolução que este tomara a respeito dos bens da família, mantiveram relações com Frederico da Sicília e com os gibelinos, adversários de Bonifácio. Em breve, se viram rodeados de certos círculos infensos ao papa. A seu lado se achava também uma parte dos espiritualistas franciscanos, sobretudo o poeta do *Stabat Mater*, Jacopone da Todi.

332. Bastava, pois, uma ocasião para produzir uma luta aberta. Deu-a o conde Estêvão Colona pelo roubo dum tesouro pontifício. Quando, em seguida, o papa chamou a seu tribunal os dois cardeais, estes lhe negaram a obediência. Ousaram até negar a legitimidade da sua eleição, e apelaram para um concílio geral. Bonifácio, por sua vez, os declarou privados de todas as dignidades e haveres, fez pregar contra eles a guerra santa e mandou arrasar Palestrina, sua fortaleza principal (1298). Os dois cardeais fugiram a Filipe IV, onde continuaram as suas maquinações contra o papa.

333. Assim, ao menos o ano de 1300 foi um ano de paz, e Bonifácio pôde, com toda a magnificência, celebrar o primeiro jubileu, que atraiu a Roma multidões imensas de peregrinos (MQ 209; Rayn. 1300, 1 ss). O papado brilhava, uma vez ainda, no apogeu do seu esplendor.

334. Mas um novo conflito com Filipe IV lhe acarretou uma grave e rápida derrota. Considerando as muitas tira-

nias que o rei não cessava de praticar contra a Igreja, o papa convocou um sínodo para Roma a celebrar-se em 1302, a fim de deliberar "sobre a defesa da liberdade eclesiástica, a reforma do reino e do rei e a abolição dos excessos cometidos". Pela bula *Ausculta fili* (Rayn. 1301, 31-32), o próprio Filipe foi chamado a comparecer para dar contas do seu proceder.

Na verdade, o rei tinha dado bastante motivo para chamá-lo a seu tribunal um papa da idade média, convencido da supremacia do poder espiritual. Mas Filipe não pensou em justificar-se em presença do papa, tanto menos quanto estava seguro das simpatias do povo. Repeliu, pois, o emprazamento como um atentado contra a independência e honra da nação francesa. A bula *Ausculta fili* foi queimada e substituída por outra falsa, *Deum time*, cuja principal proposição dizia: "Scire te volumus quod in spiritualibus et temporalibus nobis subes". E fez-se circular também a atrevida resposta: "Sciat maxima tua fatuitas, in temporalibus nos alicui non subesse".

335. Para prevenir-se contra o sínodo de Roma, o rei convocou, pela primeira vez, os três estados, clero, nobreza e burguesia, para servir-se deles contra o papa, como mais tarde hão de servir contra a realeza. O clero dirigiu então uma carta ao papa, pedindo que mostrasse maior condescendência para com a França, filha primogênita da Igreja romana. Mas o papa, defendendo a sua atitude, respondeu-lhe pela bula *Verba delirantis filiae* (Rayn., 1302, 12). Os nobres e a burguesia escreveram aos cardeais, e estes lhes responderam que se tratava sòmente duma superioridade indireta do papa, ou seja *ratione peccati*.

336. No entanto, apesar da proibição do rei, compareceram cerca de 40 prelados franceses em Roma. E resumindo as conclusões da assembléia na bula *Unam sanctam*, o papa defendeu o conceito que tinha da supremacia eclesiástica, ensinando claramente a doutrina de seus grandes predecessores Gregório VII e Inocêncio III: Uma só é a Igreja santa, católica e apostólica. Fora dela não há salvação. Esta Igreja possui os dois gládios, espiritual e secular. Aquele é manejado pela Igreja, este pelos príncipes por anuência do papa. O poder espiritual tem de instituir e de

julgar o secular. Só esta ordem corresponde à vontade divina. Termina a bula com a célebre proposição dogmática: *Porro subesse Romano pontifici omni humanae creaturae declaramus... omnino esse de necessitate salutis*". (DB 468-69).

337. Filipe, extremamente irritado, de então em diante, não pensou senão em derrotar completamente o papa. Em Junho de 1303, uma nova assembléia dos notáveis em Paris, baseando-se em materiais ministrados pelos Colona, fez a Bonifácio as mais graves e ridículas recriminações. Acusaram-no de fomentar a heresia, de ter um demônio familiar, de ter assassinado o seu predecessor, de ser simonista e de ter cometido muitos outros crimes. Finalmente apelaram para um concílio geral, onde os cardeais elegessem um novo papa. Bonifácio desmentiu todas as acusações por juramento e projetava fulminar o rei com a excomunhão, aos 8 de Agosto de 1303, quando, um dia antes, foi surpreendido em Anagni pelo chanceler da França, Guilherme de Nogaret, ajudado pelo vingativo Sciarra Colona. E embora Bonifácio fosse libertado, três dias depois, e no seu regresso fosse solenemente recebido pelos romanos, aquela violência e os desgostos apressaram a sua morte.

338. Aos 11 de Outubro de 1303, o papa foi apresentar-se ao tribunal do supremo juiz, cuja sentença, de certo, tem sido mais justa do que a dos homens. A sinceridade das intenções de Bonifácio não pode ser posta em dúvida. Cumpre, todavia, confessar que o seu caráter não foi o de um santo, que ele, muitas vezes, não conhecia outra diretriz do seu agir senão o rigoroso direito, e não via que o direito mais bem fundado pode, por vezes, degenerar em insuportável tirania.

Mas, de outro lado, é preciso considerar também o caráter pouco leal dos seus adversários. Igualmente muito fatal era para ele o ter entre os seus adversários os dois maiores poetas do tempo, Jacopone da Todi e Dante. Com muita razão diz Papini que foi aos versos desses poetas que Bonifácio deve, em grande parte, a sua infâmia (Dante vivo 83). Finalmente, quanto é raro, na aurora duma nova época, compreender perfeitamente todos os sintomas e apreciar devidamente todas as suas exigências (Alzog II 278) !

Considerando todo o conjunto dos acontecimentos e dos caracteres, não resta dúvida que Bonifácio foi um dos maiores papas da idade média. Morto ele, a decisão do conflito ficou reservada aos seus sucessores, e a luta teve um êxito bem diferente do que sonhara Bonifácio. O predomínio do papado já terminara. O laicismo começou a triunfar.

Reg. de Bonif. VIII, ed. Digard, Faucon e Thomas, Paris 1844 ss. — *Mansi* 24, 1131 ss; 25, 1 ss. — *Rayn.*, ad an. 1294-1303. — *Du Puy*, Histoire du différend d'entre le pape Boniface VIII et Philippe le Bel, Paris 1655. — *Seppelt-Loeffler* 119 ss. — *Funk-Bihlmeyer* II 248 ss. — *Tosti*, Storia di Bonifacio VIII e dei suoi tempi, 2 vol., Monte Cassino 1846. — *Finke*, Aus den Tagen Bonifaz VIII, Muenster 1092. — *Funk*, Abh. und Untersuch. I 483-489. — *Fedele*, Per la storia dell'attentato di Anagni, Bolletino del Istituto storico Italiano 41, 1921. — Curley, The Conflict between Pope Boniface VIII and King Philip IV the Fair, Washington 1927. — *Papini*, Dante vivo, Porto Alegre 1935. — *Dante*, Inferno, Cant. 27, 85; 19, 52.

CAPÍTULO II

CRUZADAS E MISSÕES

§ 92. Cruzadas dos séculos XI e XII

339. Cluni havia despertado um novo espírito religioso e eclesiástico. A reforma cluniacense-gregoriana produzira uma primavera espiritual. Uma maravilhosa harmonia se fez notar na vida religiosa, cultual e cultural. O sentimento católico, universalista, penetrou nos corações. E a mais bela e viva expressão deste universalismo são as cruzadas.

340. Desde a antiguidade cristã se manifestara a piedade religiosa dos ocidentais, dum modo particular, no interesse pela Terra Santa. Jerusalém tinha sido, desde o século IV, o destino de numerosas peregrinações. Provam-no as relações de Etéria e de Jerônimo (Ep. 46). Este interesse dos fiéis não diminuiu, quando a Palestina caiu nas mãos do califa Omar (637), que por sua brandura fez com que os cristãos não sentissem logo toda a tristeza da sua condição.

Quando, porém, a dinastia dos fatimitas ocupou a Palestina (969), os cristãos sofreram muitos vexames e perseguições. Por isso, o papa Silvestre II incitou os povos do ocidente a se unirem para libertar a Terra Santa. Os seus

planos não se realizaram. Tornando-se mais opressor ainda o jugo dos infiéis pelo domínio dos seldjúcidas (1073) e dos turcos (1086), Gregório VII levantou a sua voz, e já se viu mentalmente à frente dum exército para arrancar a Palestina das mãos dos infiéis (Greg. Epp. II 31). Mas também os esforços de Gregório não surtiram efeito por causa da luta com Henrique IV.

341. Quando, porém, o papa Urbano II, nos sínodos de Placência e de Clermont (1095), dirigiu as suas palavras inflamadoras às numerosas assembléias, foi interrompido pela voz entusiasmada dos ouvintes: "Deos lo volt". E este grito tornou-se divisa dos cruzados; uma cruz vermelha na espádua direita, símbolo da obra. Pedro de Amiens e outros pregadores foram enviados a pregar a cruzada. Milhares de guerreiros obedeceram à voz do grande papa, alma de todo o movimento. Ele lhe deu um caráter expiatório e universal, concedendo aos cruzados uma indulgência plenária (Sin. de Clerm. c. 2) e apontando aos povos e príncipes cristãos um fim e um adversário comum. Todos estavam animados pelo sentimento religioso, embora cá e lá influíssem também interesses subalternos. O maior numero dos que tomaram parte nesta **primeira cruzada** eram franceses, aos quais se juntaram normandos da baixa Itália e alemães loreneses, chefiados pelo valoroso duque Godofredo de Bulhão.

342. A expedição devia realizar-se no verão de 1096, e os exércitos deviam reunir-se em Constantinopla. No entanto, pequenos grupos, já na primavera, depois de terem massacrado cruelmente, às margens do Reno, multidões de judeus, moveram-se, sem ordem e disciplina, através da Hungria e da Bulgária. A maior parte deles pereceram, vítimas da sua própria indisciplina. Só poucos restos chegaram à Ásia Menor, onde foram quase inteiramente destroçados pelos sarracenos, perto de Nicéia. Também o exército principal perdeu milhares de guerreiros, em combates violentos, antes de chegar à Terra Santa.

Em Edessa e em Antioquia, onde acharam a sagrada lança (?), os cruzados fundaram principados latinos, sendo nomeado Balduíno de Bulhão, irmão de Godofredo, príncipe de Edessa, Boemundo de Tarento, filho de Roberto Guiscardo, príncipe de Antioquia. Marcharam depois contra Jerusalém e a tomaram, aos 15 de Julho de 1099. Tendo o poderoso conde Raimundo de Tolosa recusado a coroa real de Jerusalém, aceitou-a Godofredo de Bulhão, sem tomar porém o título de rei. Chamou-se sòmente Protetor do Santo Sepulcro. Depois da sua morte prematura (1100), sucedeu-lhe seu irmão **Balduíno I** (1100-18). Com o domínio dos "francos" foram constituídos os patriarcados latinos de Jerusalém e de Antioquia com numerosos bispados.

343. A notícia destes sucessos despertou ainda mais o entusiasmo cristão no ocidente. Pascoal II cuidou de enviar logo (1101) outros cruzados, que deveriam conquistar Bagdá e acabar de vez com o domínio dos sarracenos. Mas a maior parte deles morreu na Ásia Menor de fome e de peste e pelo gládio dos turcos. Só pequena parte chegou a Jerusalém. Outros exércitos seguiram. E com o seu auxílio conseguiram os primeiros reis de Jerusalém, Balduíno I e seu sobrinho **Balduíno II** (1118-31), confirmar e aumentar o seu reino, pela fundação do condado de Trípolis. Não pouco contribuíram também as ordens militares que, neste período, foram fundadas com o fim particular de defender a Terra Santa.

344. Todavia, a condição dos cruzados, já no reinado do ativo **Fulco** (1131-43), tornou-se, de dia para dia, mais difícil. Tinham eles como adversários, de um lado, os sarracenos, e do outro, os gregos que reclamavam para si todas as conquistas. E, em vez de se unirem contra o inimigo comum, os próprios cruzados se enfraqueciam por moleza e contínuas rivalidades. Pois, se nem os companheiros de Godofredo haviam sido inspirados ùnicamente pelo interesse da Terra Santa, entre os seus descendentes e sucessores se manifestaram, de mais a mais, os baixos egoísmos e desregramentos.

345. Nestas circunstâncias não causa maravilha a perda sucessiva das terras conquistadas. Já um ano depois da morte de Fulco, quando Melisinda governava por seu filho minorene **Balduíno III** (1143-62), Edessa caiu nas mãos de Zenki, sultão de Mossul. Esse acontecimento produziu, em toda parte, grande emoção e deu motivo a uma nova cruzada.

346. A pedidos de Eugênio III e à palavra convincente de S. Bernardo de Claraval, a quem o papa nomeara pre-

gador da **segunda cruzada,** Luís VII da França e Conrado III da Alemanha tomaram a cruz. Em 1147, os dois exércitos poderosos, chefiados por seus soberanos, puseram-se a caminho.

Mas o êxito não correspondeu aos sacrifícios. Pelo contrário, a empresa malogrou completamente devido às intrigas dos gregos, às armas dos turcos e, não por último, à deslealdade dos cristãos da Palestina e às discórdias dos próprios cruzados. Luís e Conrado voltaram com poucos restos dos seus tão soberbos exércitos. S. Bernardo, alvo de amargas censuras por parte dos que julgavam ser por ele enganados, protestou, declarando "que os cruzados se haviam tornado indignos da sua missão e das promessas divinas pela sua temerária confiança em si e por seus vergonhosos desvarios".

O único resultado duradouro desta cruzada foi a conquista de Lisboa por Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, que com o auxílio de cruzados alemães, holandeses, franceses e ingleses quebrou, finalmente, a resistência dos mouros (1147; cfr § 94).

347. O malogro da segunda cruzada animou os inimigos. Norredino, filho de Zenki, atacou os cristãos ao norte. Balduíno III e seu irmão Amalrico (1162-73) defenderam-se com grande custo, e o seu reino se manteve ainda durante o decênio seguinte, embora a coroa passasse ao minorene Balduíno IV (1173-84) e a Balduíno V (1184-86), mais criança ainda, e embora a morte deste último désse lugar a contendas vergonhosas entre Guido de Lusignan (1186-94) e Raimundo de Trípolis. Disputavam estes entre si a coroa de Jerusalém, quando Saladino, sultão do Egito desde 1171, preparou um golpe decisivo. Em 1174, conquistara ele o sultanado de Damasco. Venceu, em 1187, a Guido na grande batalha de Hattin perto de Tiberíades, e, aos 3 de Outubro do mesmo ano, entrou em Jerusalém. E deve-se ùnicamente a novas intervenções dos ocidentais o não se ter ainda destruído de todo a obra de Godofredo de Bulhão.

348. Três grandes exércitos formaram-se aos gritos alarmantes de Gregório VIII e de Clemente III (Mansi 22, 527 ss). Eram compostos principalmente por alemães, franceses e ingleses, e dirigidos pelos respectivos monarcas Frederico I, Filipe II, Augusto e Ricardo Coração de Leão. Mas também esta **terceira cruzada (1189-92)** não teve o êxito desejado.

Os alemães dirigiram-se por terra à Ásia Menor, onde, iludidos pela deslealdade dos gregos, foram dizimados pelos contínuos combates com os turcos e pela fome. O próprio imperador encontrou uma morte trágica nas águas do Calicadno. Dos vinte mil cruzados que havim deixado a pátria apenas dois mil (?), chefiados por Frederico da Suábia, filho de Barbarroxa, chegaram a São João d'Arcre (Accon), onde os exércitos inimigos se encontraram para ferir uma batalha decisiva. Às portas da cidade também ele faleceu, vitimado pela peste.

Ali chegaram, em breve, também os franceses e os ingleses que se tinham embarcado na Sicília. Depois de violento combate, os cruzados conseguiram finalmente ocupar a cidade. Mas esta conquista e a tomada de Chipre, efetuada por Ricardo, foram os únicos resultados da grande empresa.

349. As invejas e as discórdias entre reis e príncipes cristãos causaram o malogro de todos os esforços. Filipe II regressou, indignado pela arrogância desmesurada de Ricardo, para preparar a guerra contra o seu rival. Voltou também Leopoldo VI da Áustria que, depois da tomada de São João d'Acre, igualmente tinha sido gravemente ofendido pelas injúrias do orgulhoso rei da Inglaterra. Ricardo ficou na Síria até 1192, fazendo-se odiar pela insolência e pela crueldade. A sublevação de seu irmão João e as hostilidades de Filipe II, finalmente, o chamaram à pátria. Antes de partir, concluiu um tratado com Saladino, que prometeu respeitar as possessões que os cristãos ainda tinham ao longo do Mediterrâneo desde Joppe até Tiro, e concedeu a livre peregrinação a Jerusalém e uma trégua de três anos: realmente um triste resultado desta mais poderosa e brilhante de todas as cruzadas.

350. A morte de Saladino (1193), a divisão dos seus domínios e a cruzada de Henrique VI, que se apoderara da Sicília e projetara ocupar também o oriente para erigir a monarquia universal, fizeram com que se conservassem e aumentassem um tanto as conquistas. Conrado de Wittelsbach, chefe desta **cruzada alemã,** sitiou e tomou a cidade de Berito. Mas, recebendo a notícia da morte prematura de Henrique, abandonou imediatamente a empresa.

Gesta Dei per Francos, ed. Bongars, 2 vol. Hannoviae 1611. — *Guilhelmi Tyr.,* Historia rerum in partibus transmarinis gestarum,

ed. Migne, PL 201. — *Alb. Aquensis,* Chronicon Hieros. de bello sacro, ed. Migne, PL 166. — *Michaud,* Histoire des croisades, 6 vol., 6. ed., Paris 1841. — *Bréhier,* L'Église e l'Orient au moyen âge. Les croisades, Paris 5. ed. 1928. — Numerosa literatura se acha indicada em Hergenroether-Kirsch II 438 ss e Funk-Bihlmeyer II 129 ss.

§ 93. As cruzadas do século XIII

351. Inocêncio III e seus sucessores se esforçaram por manter vivo o movimento das cruzadas. No entanto, as expedições que ainda se fizeram, nos decênios seguintes, não têm mais o caráter universal das anteriores, sinal evidente da dissolução progressiva da sociedade medieval.

352. Verdade é que Inocêncio conseguiu organizar uma **quarta cruzada** (1202-04), composta na maioria por franceses debaixo do comando de Balduíno de Flandres e de Bonifácio de Montferrato. Mas a obra falhou completamente, quanto a seu verdadeiro fim, pelo indigno procedimento do doge Dándalo de Veneza, em cujos navios devia fazer-se o trajeto. Apesar das ameaças e representações do papa, aproveitou-se o astucioso chefe da poderosa república das armas dos cruzados para conquistar a cidade de Zara na Dalmácia. Em seguida, se dirigiu o exército para Constantinopla, aonde o chamou o imperador Isaac Ângelo contra seu irmão Aleixo. Mas acabaram finalmente por fundar um império latino. Balduíno de Flandres cingiu a coroa imperial (1204), enquanto que Bonifácio se fez rei da Grécia. Foi erigido também um patriarcado latino de Constantinopla. Mas não se realizou a união eclesiástica dos gregos que se esperava.

353. A pedidos do rei titular de Jerusalém, João de Briena, Inocêncio III, mais uma vez, convidou os príncipes a uma cruzada; mas a sua voz encontrou ouvidos surdos. Todavia, não desapareceu ainda de todo a idéia que tão profundamente movimentara a cristandade ocidental. Prova-o a **cruzada das crianças** (1212). O que não conseguiram os poderosos exércitos dos reis e imperadores, Deus o efetuaria por meio das crianças. Estêvão Vendôme, menino de doze anos, dizia ter recebido a missão divina de lutar contra os sarracenos, e trinta mil meninos seguiram as suas bandeiras. Nenhum deles tornou a ver seus pais. Os que escaparam às ondas do Mediterrâneo, foram reduzidos à escravidão na

África, ou vendidos ao califa de Bagdá (Weiss V 504). Ao mesmo tempo, vinte mil crianças alemãs, comandadas por Nicolau de Colônia, menino de dez anos apenas, tomaram o caminho da Palestina. Mas quase todas sucumbiram às fadigas e aos rigores da viagem. Passaram os Alpes, chegaram até Gênova, os últimos até Brindisi, de onde o bispo os reenviou para a pátria.

354. Inocêncio III não desanimou. No 4º concílio do Latrão, declarou que todos os clérigos, pelo espaço dum triênio, dessem a vigésima parte de suas rendas, enquanto que ele mesmo e os cardeais dariam a décima parte (Mansi 22, 1062-63). A morte prematura do papa poupou-lhe o desgosto de ver o pouco fervor que mostravam os príncipes cristãos.

355. Honório III continuou os preparativos. E, nos anos seguintes, marcharam, de fato, alguns exércitos para o oriente, provenientes em grande número do Baixo Reno e da Frísia. O rei André da Hungria e o duque Leopoldo VI da Áustria eram os seus chefes. André II, porém, voltou já em 1218, indignado com as eternas discórdias dos cristãos. Leopoldo ainda ficou, e com o legado pontifício Pelágio e com o rei João de Briena empreendeu uma expedição contra o Egito, onde se apoderou de Damieta, chave daquele país (1219).

356. Durante o cerco dessa praça forte, S. Francisco de Assís pregou, em vão, ao sultão Málik el Kámil. Em vão, também, pregou aos próprios cruzados que, sob o ponto de vista moral, se achavam no mais deplorável estado. Horrorizado por seus excessos, predisse-lhes a derrota e retirou-se do seu acampamento (2 Cel. 2, 4).

357. A queda de Damieta moveu o sultão a encetar negociações de paz. Prometeu reintegrar o reino de Jerusalém, se lhe fosse devolvida aquela praça. Mas não foi aceita a proposta. Pelágio insistiu em que fosse destroçado completamente o domínio dos sarracenos, e os cruzados seguiram adiante. De repente, porém, mudou a sorte das armas. Os egípcios abriram os diques do Nilo, e os cruzados estiveram em perigo de completo aniquilamento. Tiveram, pois, de abandonar precipitadamente Damieta e o Egito (1221).

358. Grande foi a consternação no ocidente. Muitos acusaram a Frederico II de ter causado o malogro, porque não cumpria os seus votos. Apesar de se ter casado com Iolanda, filha e herdeira de João de Briena, e não obstante já ter tomado o título de rei de Jerusalém, adiara, de ano para ano, a realização da cruzada prometida (cfr § 89). Marcou-se-lhe, finalmente, o prazo para o ano de 1227. Ao chegar o tempo marcado, juntaram-se em Brindisi consideráveis tropas. No entanto, Frederico não compareceu a tempo; e, tendo-se, por isso, adiado o embarque, milhares de guerreiros sucumbiram à peste e ao calor excessivo. Outros voltaram à pátria.

Só no ano seguinte é que Frederico, à frente de um exército muito reduzido, levou a efeito a **quinta cruzada.** Foi uma cruzada aparente. Por meio da sua diplomacia, o imperador obteve de Málik el Kámil a restituição de Jerusalém e de outras cidades, principalmente no caminho dos peregrinos desde Accon até Jerusalém. Mas prometeu, por sua vez, ao sultão auxiliá-lo contra os seus inimigos e negar socorro aos príncipes cristãos ao norte da Síria. Foi uma paz equívoca, contra a qual murmuravam quase todos os cristãos da Palestina. Dez anos havia de durar.

359. Decorridos este prazo, e frustradas as tentativas de cruzados franceses (1239) e ingleses (1240), comandados respectivamente por Teobaldo de Navarra e Ricardo de Cornwal, a batalha renhida de Gaza (1244) decidiu para sempre a sorte de Jerusalém. Debalde convidou Inocêncio IV, no concílio de Lião (1245), de novo, os príncipes a libertar a Terra Santa. Esfriara o primitivo entusiasmo. E, além disso, a luta tão deplorável entre papado e império impossibilitou uma ação universal.

360. Só Luís IX da França correspondeu ao apelo de Inocêncio. Em 1248, empreendeu a **sexta cruzada** e, no ano seguinte, tomou a cidade de Damieta. Mas, pela imprudência do conde de Artois, o nobre rei caiu com seu exército nas mãos do inimigo (1250), e teve de solver um enorme resgate pela liberdade. Ficou ainda, pelo espaço de quatro anos, na Palestina, donde o chamou, em 1254, a morte de sua mãe Blanca.

Para a Terra Santa não houve mais esperança. Em 1260, o mameluco Bibar apoderou-se do Egito e da Síria e,

depois de várias incursões devastadoras, pôs fim também ao principado de Antioquia. Luís IX pôs-se, mais uma vez, à frente dum exército. Mas esta **última cruzada** (1270) foi menos feliz ainda do que a anterior. Por conselhos de Carlos de Anjou, que lhe prometeu auxílio, foi à Tunísia, onde, em breve, a peste se declarou no exército. Luís morreu defronte de Tunis, aos 25 de Agosto. Carlos de Anjou continuou ainda a luta. Mas, depois de dois meses, concluiu uma paz favorável de dez anos com o sultão da Tunísia.

361. Gregório X, legado da Terra Santa ao ser eleito papa, empregou todos os esforços para salvar a Terra Santa, especialmente no 2º concílio de Lião (1274). Mas em vão. Em 1291, Accon, último baluarte dos cristãos, caiu nas mãos dos sarracenos. Terminada estava a época das cruzadas. Não alcançaram o seu principal e imediato objetivo. Os santos lugares ficaram definitivamente no poder dos muçulmanos.

362. Todavia, as expedições não foram uma aberração fantástica da Igreja, como pretende uma historiografia racionalista de séculos idos. Foram, pelo contrário, a expressão mais nítida do espírito medieval, essencialmente religioso, eclesiástico, universalista. E está nisto a sua primeira importância.

Também não foram motivadas pela ambição dos papas e pelo fanatismo dos cristãos. Só quem desconhece completamente a psicologia e os fatos, poderá repetir estas velhas acusações. Pois, como é possível pôr-se em caminho para terras longínquas exércitos numerosos de diversas nacionalidades, levados ùnicamente pela ambição e pelo despotismo? E isto pelo espaço de dois séculos!

Só a força dum ideal religioso pode explicar tal movimento que, de fato, desfaleceu quando se ia esmorecendo o entusiasmo religioso, e na medida com que escopos políticos e nacionalistas iam dissolvendo a sociedade. Não, as cruzadas não foram o fruto da ambição dos papas. Estes, pelo contrário, não fizeram senão cumprir o seu dever. Tratava-se de uma legítima defesa da cristandade e da civilização sèriamente ameaçadas (Salim). E se os cruzados, de fato, cometeram excessos, não foi, de certo, culpa dos papas, que os condenavam severamente.

363. A importância das cruzadas está também nas boas **consequências** que tiveram para o ocidente em quase todos os campos da vida, pelo contacto com a cultura dos gregos e dos árabes. No campo religioso deram vigor e alento à piedade de um S. Bernardo e de um S. Francisco. Muitos orientais, particularmente maronitas e armênios, voltaram ao seio da Igreja. Avivaram-se a fé e a caridade. A indústria e o comércio desenvolveram-se dum modo inesperado, especialmente na Itália, na França e às margens do Reno, onde com a riqueza nasceu a chamada cultura das cidades. Floresceram também as ciências e as artes. Finalmente, é pelas cruzadas que foi adiado, para séculos, o perigo do islamismo, foi libertada a península ibérica do jugo dos mouros e salvada a cultura grego-romana no ocidente.

364. Mas, ao lado de bons efeitos, fizeram-se sentir também más consequências. A grande riqueza acendeu a cobiça das classes inferiores. Nasceu o novo problema social. Além disso, a cultura oriental, não sendo cristã, não podia deixar de exercer uma influência perniciosa sobre a cultura do ocidente, que lhe era inferior. Nasceu o indiferentismo, e o espírito esclarecido começou a envenenar a sociedade cristã. Frederico II é um clássico exemplo. E este espírito, que submete à sua crítica a Igreja e as suas instituições, prepara o terreno às muitas heresias. Finalmente, a crueldade, a avareza e as rivalidades de muitos cruzados fizeram com que a aversão dos orientais aumentasse ainda e se firmasse assim o cisma oriental. A união de 1274 já desde a sua origem estava condenada à morte.

Gesta Innocentii III, ed Migne, PL 214. — *Nicetas Acomin.*, Byzantina historia, ed. Migne, PG 139-40. — *Michaud*, Histoire des croisades. — *Sepet*, St Louis, 4. ed. Paris 1902. — *Schlumberger*, La fin de la domination franque en Syrie, Paris 1914. — *Hergenroether-Kirsch* II 506 ss; 747 ss. — *Funk-Bihlmeyer* II 198 ss — *Weiss*, Weltgeschichte V.

§ 94. A luta contra o islamismo na Europa

365. Embora fracassassem as cruzadas no oriente quanto ao seu principal objetivo e os sarracenos conservassem as suas conquistas, perderam todavia as que possuíam no ocidente. E foram justamente as cruzadas que facilitaram não pouco a sua expulsão.

Na **Sicília** se haviam estabelecido desde 831, e também no continente tinham firmado o seu pé. Mas, a partir de 1019, começaram a recuar. Foi então que os normandos fixaram as suas sedes na Apúlia e na Calábria. Com eles se uniram o governador grego da Baixa Itália e o duque de Benevento, e, sob o comando de Guilherme, Braço de Ferro, filho do conde Tancredo de Hauteville, combateram os árabes com feliz sucesso. Enganados pelos gregos, chamaram outros compatriotas, ávidos de viagens e combates. As narrações que faziam das formosas costas de Salerno e da constante primavera do país, atraíram grande número de cavaleiros. E, em breve, se apoderaram da maior parte da Baixa Itália.

Roberto Guiscardo, irmão de Guilherme, tomou o título de duque da Apúlia e da Calábria. O papa Nicolau II o reconheceu, concedendo-lhe aquelas províncias como feudo da Igreja (1059). Seu irmão Rogério I logrou, numa guerra de trinta anos (1061-91), conquistar também a ilha da Sicília. Rogério II (1101-54) uniu ambos os Estados e adquiriu o título de rei, alargando os seus domínios na Itália com a conquista de Nápoles (1139), e fez tributário até o sultão da Tunísia. Ainda hoje, as ruínas enegrecidas das antigas torres e de velhos castelos, que se elevam num céu azul, nas margens do golfo encantador de Sorrento e de Salerno, recordam a época romântica dos normandos (Weber).

366. Na **Espanha,** depois da batalha de Xeres de la Frontera (711), os visigodos cristãos se tinham refugiado nas serranias das Astúrias, onde se sustentaram em contínuas lutas com os árabes. Carlos Magno fundara nos Pirineus a Marca da Espanha, berço do futuro reino de Navarra e dos condados de Aragão e de Catalunha. Dali estenderam os cristãos, embora lentamente, os seus domínios. Maiores resultados obtiveram, quando o califado de Córdova se dissolveu em uma série de pequenos emirados (1031) e a raça dos omíades deixou de existir (1037). Começou então uma época de maravilhoso heroísmo em toda a península.

Formaram-se os reinos de Aragão e de Leão-Castela, que logo se firmaram pela reforma de Cluni e por uma união mais estreita com o centro do cristianismo. **Fernando I**

Magno (1036-65), rei de Leão-Castela, atacou valorosamente os muçulmanos e alargou muito os seus domínios para o sul. Conquistou Viseu (1057), Lamego, Tarouca e, em 1064, Coimbra.

Afonso VI (1065-1109) prometeu introduzir em seus domínios a reforma de Gregório VII, e obteve deste papa um apoio eficaz contra os mouros. Auxiliado por cruzados franceses e alemães, estendeu ainda mais as fronteiras do seu reino. Toledo tornou a ser capital (1085). Em 1093, também Santarém, Lisboa e Cintra caíram nas suas mãos. Afonso cumpriu a sua promessa, determinando-se no sínodo de Burgos (1080) a introdução da reforma gregoriana: liberdade das eleições episcopais, liturgia romana e execução dos decretos contra simonia e concubinato.

367. Nas condições apertadas em que se achavam, os mouros da península chamaram em seu auxílio os almorávides e os almoades da África, que detiveram, por algum tempo, a marcha vitoriosa da reconquista. O célebre Rodrigo Dias de Vivar, Cid (= senhor) el Campeador, conquistou ainda Valência. Mas, para dizer a verdade, não recuou diante de traições. Depois da sua morte, as suas conquistas caíram novamente nas mãos do inimigo. E, durante o século XII, os reinos cristãos gastaram, infelizmente, as suas melhores forças em guerras intestinas.

368. Foi nesta época que se formou o reino de **Portugal.** O conde Dom Henrique, príncipe capetíngio de Borgonha, passara à Espanha para, ao que parece, lutar contra os mouros, nos serviços do rei de Leão-Castela. Por seus feitos heróicos obteve, com a mão de D. Teresa, filha bastarda de Afonso VI, o condado de Portugal, pequena província do atual reino. Em 1097, já lhe obedecia todo o território português desde o Minho até ao Tejo. Residia em Coimbra. Depois da morte de Dom Afonso VI, envolveu-se nas lutas políticas que afligiam a monarquia leonesa. Os mouros aproveitaram-se do momento para avançar de novo. Retomaram Lisboa e Cintra e, em 1111, também Santarém lhes caiu nas mãos.

369. Pouco depois faleceu o conde de Portugal, deixando um filho de dois ou três anos apenas, Dom **Afonso I** Henriques (1114-85). Este, mal chegado aos anos da puberdade, levantou-se contra sua própria mãe e arrancou-lhe as rédeas do governo. Depois de renhidos combates com os leoneses, desbaratou os muçulmanos na batalha de Ourique e assumiu então o título de rei (1139). Afonso VII de Leão-Castela o reconheceu na paz de Samara (1143). Para se assegurar do que possuía, ofereceu o seu reino ao papa, declarando-se vassalo da Santa Sé. Mas foi só em 1179 que o papa Alexandre III lhe reconheceu o título de rei.

370. Enquanto Dom Afonso I organizava o seu reino, os muçulmanos se dilaceravam em cruentas guerras civis. O momento era propício para os cristãos, e Dom Afonso soube aproveitá-lo. Apoderou-se de Santarém, em Março de 1147. Três meses depois, entrou no Tejo uma armada de 200 navios, que conduzia para a Terra Santa cerca de 13.000 cruzados (cfr. § 92). O rei concluiu com eles um acordo sobre a colaboração na guerra contra os mouros. Já em Outubro de 1147, entrou na cidade de Lisboa. Pouco depois, também Cintra se lhe entregou. Outras conquistas se seguiram no Alentejo até Évora e Beja.

371. Dom Afonso I faleceu em Dezembro de 1185, depois dum longo e glorioso reinado. Sancho I (1185-1211) continuou a obra de seu pai. Os portugueses, ao passarem pela Igreja de Santa Cruz em Coimbra, saúdam as cinzas de Afonso, "sem o qual não existiria hoje a nação portuguesa e, porventura, nem sequer o nome de Portugal" (Herculano I 441).

372. No entanto, continuou a guerra contra os muçulmanos também no resto da península. Nesta luta prestaram os maiores serviços as ordens militares que para este fim foram instituídas. São, em particular, as ordens de Santiago, de Calatrava e de Alcântara.

Afonso VIII de Leão-Castela reuniu com o seu exército as tropas auxiliares vindas de Portugal, de Aragão e também de outros países da Europa. Em Julho de 1212, deu-se o encontro com quase meio milhão de mouros no sítio denominado Navas de Tolosa. Foi decisiva a derrota do inimigo, e fez com que, no espaço de 25 anos, Fernando III de Castela (1217-52) e Jaime I de Aragão (1213-76) reconquistassem a maior parte da Espanha meridional com Córdova e Sevilha, enquanto que Dom Afonso III de Portugal (1245-79)

acrescentou à sua coroa de Portugal também a de Algarves. Só no extremo sul da Espanha, onde o emir Maomé Aben Alamar fundara o reino de Granada (1238), manteve-se o poder dos árabes até 1492, quando foram expulsos definitivamente pelos reis católicos Fernando II de Aragão e Isabel de Castela.

Herculano, História de Portugal, I, 2. ed. Lisboa 1853. — *Fort. de Almeida,* História de Portugal I, Coimbra 1922. — *Gams,* Die Kirchengeschichte von Spanien II, 2, Regensburg. — *Laurentie,* Saint Ferdinand de Castille, Paris 1910. — *Oliveira,* História eclesiástica de Portugal, Lisboa 1940.

§ 95. A luta contra o paganismo — As missões

373. As lutas político-eclesiásticas e as cruzadas contra os sarracenos do oriente e da Europa consumiram as melhores energias da Igreja. Por isso, a propagação do cristianismo não teve, neste período, tão belos resultados como nas épocas anteriores. E, todavia, não faltam tentativas eficazes na Europa e no oriente.

374. Na **Europa,** o cristianismo espalhara-se, no período anterior, até à Escandinávia, Hungria, Boêmia e Rússia. Pagãos ainda existiam no nordeste da Alemanha e nos países bálticos. Os vendos, pomerânios, prussos e outros deviam ser primeiro subjugados pelos alemães, porque à força de armas resistiam à conversão. E mesmo assim tornaram-se verdadeiros cristãos sòmente depois de se terem fundado entre eles numerosos mosteiros, centros da cristianização e da civilização. Os monges cistercienses e premonstratenses tornaram-se os maiores benfeitores destes povos. No século XIII, se lhes associaram os dominicanos e os franciscanos.

375. Entre os **vendos,** submetidos por Henrique I, já Otão I fundara os primeiros bispados, sufragâneos de Magdeburgo (968). Mas o país ficou essencialmente pagão até princípios do século XII, quando Henrique, filho de Godescalco, conseguiu restabelecer o senhorio de seu pai. As maiores dificuldades foram a aversão e o ódio dos vendos contra os cristãos, seus adversários políticos, como também a falta e a incapacidade do clero alemão daquele tempo.

Só poucos tiveram algum sucesso como o bispo Beno de Meissen († 1106) e Vizelino de Oldenburgo. Com **Norberto de Xanten,** fundador da ordem premonstratense e arcebispo de Magdeburgo, e com a atividade de Alberto, o Urso, de Brandenburgo e do duque Henrique, o Leão, começou uma nova era. Estabeleceram-se então entre os vendos muitos colonos alemães; e deste modo germanizaram-se e cristianizaram-se ao mesmo tempo aquelas regiões. Muito célebres se tornaram os mosteiros cistercienses de Lehnin (1180) e Chorin (1269) em Brandenburgo. Pelos meados do século XIII, a obra da cristianização estava terminada.

376. Os **pomerânios** abraçaram o cristianismo, quando o duque Boleslau III da Polônia os obrigou a reconhecer a sua soberania (1120). Um missionário espanhol de nome Bernardo foi enviado para pregar entre eles o evangelho. Fracassou, porém, a sua missão, porque a pobreza, com que se apresentou, só lhe atraiu o desprezo do povo, que não compreendia como o Senhor do mundo havia de enviar um mendigo por seu mensageiro. Por isso, o bispo Otão de Bamberga, começando em 1124 a sua missão, apresentou-se ao povo com grande pompa, e pôde, em breve, batizar milhares de pomerânios. A sua aparência principesca, a sua condescendência, seus modos afáveis, seu zelo desinteressado conquistaram-lhe os corações. Ao mesmo tempo, o país foi germanizado por imigrantes saxões. A ilha de Rugen foi conquistada e cristianizada por Valdemar I, rei da Dinamarca (1168).

377. No século XIII, o paganismo começou a recuar também na **Prussia,** regada pelo sangue de S. Adalberto (997) e de S. Bruno de Querfurt e seus 18 companheiros (1009). Em 1209, o papa Inocêncio III enviou o monge cisterciense Cristiano, mais tarde bispo, que, a princípio, conseguiu fazer muitas conversões. Como, porém, os gentios destruíssem, de novo, a sua messe, chamou ele, de acordo com o duque Conrado de Masóvia, os cavaleiros teutônicos que chefiados pelo grão-mestre Germano de Salza, pelo ano de 1230, começaram a sua obra. O imperador Frederico II e o papa Honório III deram o seu consentimento. Com o apoio de alguns exércitos cruzados, e aliados com os gladíferos (1237), lograram, por fim, submeter o povo ao seu senhorio e ao cristianismo. O país foi dividido em quatro

bispados, Culm, Pomesânia, Ermland e Samland, que, em 1255, foram subordinados ao arcebispo de Riga. Formou-se assim o Estado da ordem teutônica, cujo grão-mestre gozava dos direitos de príncipe imperial.

378. Pouco a pouco, se converteram também os **livônios,** principalmente pela obra de Alberto de Buxhoevden, que fundou a cidade de Riga (1201) e estabeleceu ali a sua séde episcopal. Sua obra é também a ordem dos gladíferos (1202), que, apoiada por cruzados alemães, submeteram à Igreja igualmente a Estônia, a Sengália e a Curlândia.

A **Lituânia** aceitou definitivamente o cristianismo, quando o grão-príncipe Jaguelão se casou com a rainha Hedviges da Polônia (1386), recebendo então o batismo e declarando, na dieta de Vilna, o cristianismo religião do Estado. Sob o nome de Ladislau II (1386-1434) governou o reino unido. Na Finlândia e na Lapônia, a soberania sueca (1153-1279) preparou o caminho à pregação do Evangelho.

379. **No oriente,** os nestorianos, que sempre se distinguiram por seu zelo nas missões, obtiveram excelentes resultados até nas Índias e na China. Nos princípios do século XI, converteram o Owang-Khan, príncipe do povo tartárico Keraít, que habitava ao sul do lago Baical. Com o nome de João correram sobre este "sacerdote-rei", no ocidente, as mais estranhas notícias.

380. Em princípios do século XIII, o terrível Gengis-Khan (1206-27), à frente de suas hordas mongólicas, invadiu quase toda a Ásia e o sul da Rússia, chegando até à Hungria e à Alemanha. Só a batalha de Liegnitz (1241) e lutas internas puseram, finalmente, termo às conquistas dos mongóis.

O grande perigo da sua invasão fez com que as atenções dos ocidentais se dirigissem mais concentradamente à missão do oriente. Inocêncio IV enviou repetidas vezes franciscanos e dominicanos como legados e missionários, a fim de atar relações com vários príncipes mongólicos. Os franciscanos João de Piano del Carpino (1245-47) e Guilherme de Rubruc (1253-55) penetraram até à residência do grão-cão, Caracorum, deixando-nos preciosas relações etnográficas sobre estas suas viagens.

381. Logo que também os venezianos Poli, especialmente Marco Polo, deram mais exatas e preciosas notícias sobre o império, **João de Montecorvino** conseguiu desenvolver uma atividade muito eficaz (1291-1328) entre os budistas e nestorianos. Fundaram-se igrejas em Cambaluc (Pekim) e outros lugares. Clemente V o nomeou arcebispo de Cambaluc (1307) e enviou-lhe sete bispos sufragâneos da sua ordem, dos quais apenas três chegaram a seu destino. Também os papas seguintes mostraram grande interesse pela empresa, e, aos poucos, se levantaram cinquenta residências franciscanas no império. Mas, com a queda do império mongólico, derrubado pela dinastia Ming, foi destruída toda a missão (1368).

382. Também entre os **maometanos** fizeram-se tentativas de missão, mas quase sem resultado. S. Francisco de Assís pregou diante do sultão Málik el Kámil (1219). Os seus cinco irmãos, enviados a Marrocos, sofreram ali o martírio. Outros os seguiram. Na Tunísia trabalhou o douto Raimundo Lulo, terceiro franciscano, que na ilha de Maiorca fundou um colégio para as missões franciscanas. Foi também por sua iniciativa que o concílio de Viena (1312) ordenou se erigissem duas cadeiras para línguas orientais em cinco universidades. O zeloso missionário foi apedrejado em 1316.

383. Na **Palestina,** a missão franciscana, iniciada por S. Francisco, interrompida pela queda de Accon, só em 1336 pôde ser recomeçada por um tratado de Roberto II, rei de Nápoles e de sua esposa Sancha com o sultão, que lhes concedeu o cenáculo, duas capelas no monte de Sião e a permissão de celebrar os sagrados mistérios na igreja do Santo Sepulcro. Desde então, ficaram os franciscanos os guardas fiéis da Terra Santa.

Lemmens, Die Heidenmissionen des Spaetmittelalters, Muenster 1919. — *Id.,* Geschichte der Franziskanermissionen, Muenster 1929. — *Altaner,* Die Dominikanermissionen des 13. Jahrhunderts, Habelschwerdt 1924. — *M. Polus,* De regionibus orientalibus, Coloniae 1671. — *Schlager,* Die Mongolenfahrten der Franziskaner im 13. Jahrhundert, Trier 1911. — *Marcellino da Civezza,* Storia universale delle missioni francescane, 8 vol. Roma-Prato-Florença 1857-95. — Sinica Franciscana I. Itinera et relationes Fratrum Minorum saec. XIII et XIV, ed. A. van den Wyngaert, Quaracchi 1929. — *Wyngaert,* Jean de Mont Corvin, Lille 1924. — *Golubovich,* Biblioteca bio-bibliografica della Terra Santa e dell'Oriente Francescano, 5 vol. Quaracchi 1906-27; Nova série, 5 vol. 1923-25; terza serie, 2 vol. 1928.

CAPITULO III

CLERO E MONACATO

§ 96. Constituição e administração da Igreja

384. O **primado** da Igreja romana atingiu, neste período, o seu apogeu. O que ideara Gregório I, e o que, no século IX, o papa Nicolau I visara, conseguiram-no os papas da alta idade média. O papa é a autoridade suprema e ilimitada da Igreja universal. Como supremo legislador, juiz e administrador, compete-lhe a **plenitudo potestatis** sobre todos os membros, clérigos e leigos. Esta idéia e a sua realização correspondiam também às necessidades e às circunstâncias do tempo, embora cá e lá não deixassem de mostrar-se algumas consequências menos felizes.

Os pontos essenciais desta *plenitudo potestatis* estão delineados no *Dictatus papae* de Gregório VII. Ele inculca o princípio de Pseudo-Isidoro: as *causae maiores* devem ser apresentadas à Sé apostólica; só o pontífice romano tem o direito de se chamar *episcopus universalis*, só ele pode depor e reintegrar outros bispos e convocar sínodos universais. Só a sua definição é imutável e definitiva. Ele julga a todos, mas não pode ser julgado por ninguém (PL 148, 407-08. MQ 146).

385. Baseando-se nestes princípios de Gregório VII, os maiores papas dos séculos seguintes desenvolveram, com lógica consequência, a legislação e a administração da Igreja. Desde Inocêncio III, a Igreja foi considerada como monarquia universal e absolutista, legítima herdeira do império romano, Estado ideal, a *Civitas Dei* na terra (FB II 136).

386. Em particular, se manifestavam a autoridade do papado e a centralização da administração eclesiástica nos pontos seguintes:

1) O nome de papa, embora empregado já nos séculos anteriores, obteve, neste período, a sua significação definitiva. Gregório VII declara, no Dict. 11: Quod hoc unicum est nomen in mundo. Como símbolo do seu poder, o sumo pontífice cingiu a tiara (= regnum) que tem a sua origem num barrete semelhante a um elmo, como os papas o usavam desde o século VII ou VIII. Entre os séculos IX e XI, ornava-se de uma coroa, enfeitada de diamantes. No pontificado de Bonifácio VIII ajuntou-se uma segunda coroa e, pouco depois, talvez no pontificado de Bento XI ou Clemente V, uma terceira (= triregnum).

2) Confirmou-se, neste período, a doutrina antiga da infalibilidade da Igreja romana. Gregório VII diz, no Dict. 22: Quod romana ecclesia nunquam erravit nec imperpetuum scriptura testante errabit. Tomás de Aquino pronuncia claramente a infalibilidade do Vigário de Cristo (S. Th. 2, 2, d. 1, 10).

3) A canonização dos santos é reservada ao papa, desde Alexandre III. E desde o século XII, os papas se reservaram ainda outros casos de maior importância. Para absolver estes "casos reservados", foi instituída a Penitenciaria apostólica.

4) Os sínodos universais são convocados, presididos e sancionados ùnicamente pelo papa. Gregório VII declara, no Dict. 16: Quod nulla synodos absque praecepto eius debet generalis vocari. As tentativas de Frederico I de reclamar para si os antigos direitos fracassaram.

5) Para despachar os muitos negócios, serviu-se o papa dum número considerável de oficiais, que formavam a Cúria romana. Maior importância tinha a chancelaria para redação dos documentos, a câmera apostólica para as finanças e para a administração, a penitenciaria para dispensações e absolvições, e a rota romana para processos eclesiásticos.

6) Os primeiros auxiliares do papa são os cardeais, cuja importância, já no período anterior, começou a crescer consideràvelmente. Pertenciam, primitivamente, ao seu colégio todos os sacerdotes da cidade de Roma. Desde o século VI, eram sòmente os presbíteros das 25 igrejas titulares. Estes eram chamados cardeais presbíteros (cardo-gonzo). Além disso havia, igualmente, na idade média primitiva, 7 cardeais diáconos, que administravam as obras de caridade nas 7 regiões da cidade. Finalmente, contavam-se, entre os cardeais, os 7 bispos suburbicários. No século XI, havia 53 cardeais, diminuindo, em seguida, o seu número.

Competia-lhes a administração da Igreja durante a sedisvacância e a eleição do novo papa. Tomaram também parte no governo pontifício, especialmente por meio dos consistórios. De entre eles eram escolhidos os legados pontifícios. E como estes legados eram investidos da jurisdição vicária do papa, chamavam-se eles *legati a latere*. Os cardeais tinham precedência sobre os arcebispos e procuravam até obter uma certa independência ao lado do papa. Inocêncio IV lhes concedeu o chapéu vermelho, e Bonifácio VIII ou talvez Paulo II (1464), a capa vermelha. Presidente do sacro colégio era o cardeal-bispo de Ostia.

7) Muitos direitos exercidos até então pelos arcebispos e pelos sínodos provinciais foram reservados ao papa. Este exigiu que a eleição episcopal não se fizesse sem o seu consentimento. Os arcebispos tinham de pedir o pálio, desde o século IX, dentro de três meses depois da sagração, e, desde meados do século XI, tinham de pedi-lo pessoalmente em Roma. Os metropolitas tinham de fazer um juramento de obediência ao papa e deviam obrigar-se a uma periódica *visitatio ad limina apostolorum*, o que, mais tarde, se prescreveu também aos bispos diocesanos.

8) Devido ao aumento dos negócios e do número dos curiais era necessário aumentar também as receitas. As suas principais fontes eram o censo ou as rendas dos bens da Igreja romana, a quantia que tinham de pagar os arcebispos ao receber o pálio, os bispos e abades, ao serem nomeados e confirmados, e por ocasião da *visitatio ad limina apostolorum*, as chamadas provisões, expecta-

tivas e reservações, e, finalmente, os impostos dos mosteiros isentos e dos príncipes feudais do papa.

9) Com a uniformização e centralização do governo da Igreja fez-se sentir a necessidade de aperfeiçoar também o código canônico. No tempo da luta pela investidura, fizeram-se diversas coleções, como a de Anselmo de Luca, do cardeal Deusdedit e do bispo Ivo de Chartres. Mas todas elas não corresponderam às necessidades. Mais tarde, o monge camaldulense Graciano transformou o código, tratando-o pelo método dialético e fazendo do direito canônico uma ciência à parte. E' a célebre *Concordia discordantium canonum,* mais tarde geralmente chamada *Decretum Gratiani.* No pontificado de Gregório IX, Raimundo de Peñaforte redigiu o Liber extra sc. decretum Gratiani ou as *Decretais de Gregório IX,* divididas em cinco livros (1234). Bonifácio VIII acrescentou o *Liber sextus* (1298) e Clemente V, as Clementinas ou Constituições (1314). Mais tarde ainda se ajuntaram as coleções *Extravagantes* de João XXII e as *Extravagantes communes.* Todas estas coleções foram reunidas, pelo jurista francês João Chapuis, de Paris, no chamado *Corpus juris canonici* (1500).

387. As relações entre o papado e o império, entre Igreja e Estado sofreram, no curso dos séculos, muitas mudanças. Já na antiguidade, as duas autoridades eram comparadas com a alma e o corpo, dando-se a primazia à Igreja. Mas esta comparação não tinha senão uma importância ideal-estética. Na realidade, eram consideradas como duas autoridades coordenadas, a sua cooperação recíproca, como princípio de salvação e prosperidade do gênero humano.

388. No entanto, devido às circunstâncias do tempo, ora predominava uma, ora a outra. No primeiro milênio, foi o poder secular que mantinha zelosamente o predomínio, não só no oriente, mas também no ocidente. Este predomínio se manifestava principalmente na confirmação do papa pelos imperadores bizantinos e pelos reis ostrogodos e, mais tarde, pelos imperadores ocidentais, até à época de Gregório VII. A reforma gregoriana produziu uma mudança decisiva. Os papas Alexandre III, Inocêncio III, Gregório IX, Inocêncio IV e Bonifácio VIII defenderam, teórica e pràticamente, as idéias gregorianas. A relação entre as duas autoridades lhes é a que existe entre o sol e a lua. Desde Bernardo de Claraval, se desenvolve a teoria dos dois gládios, pronunciada oficialmente por Bonifácio VIII, na bula *Unam Sanctam.* Como, porém, esta teoria, quanto ao modo pelo qual se defendia, estava fundamentada só na história e não na essência da Igreja, teve de ceder, com a dissolução da idade média,

a outras opiniões, que se formaram sobre as relações entre as duas autoridades.

389. O poder de que os bispos eram revestidos na qualidade de príncipes seculares aumentou ainda, neste período, limitando-se, porém, do outro lado, a sua autoridade eclesiástica à medida que se acentuava a jurisdição papal e o influxo crescente dos cabidos. Restabelecida a eleição canônica pela reforma gregoriana, ficava ela confiada aos cônegos. Foi esta a regra ao tempo do 4° concílio do Latrão (c. 24). Os cônegos eram igualmente os únicos conselheiros do bispo e conseguiram o direito de certa cooperação na administração da diocese. Em certos negócios, o bispo tinha de procurar o seu consentimento ou, ao menos, o seu conselho. Desde o princípio do século XIII, o candidato à sede episcopal teve de fazer-lhes, não raras vezes, certas concessões pela chamada *capitulação eleitoral.* Muitos cabidos eram reservados exclusivamente à nobreza, o que tinha péssimas consequências para a vida religiosa.

390. Como os bispos, por causa dos muitos negócios seculares, não podiam cumprir os seus deveres eclesiásticos, cresceu a autoridade dos arcediagos, que chegaram a reclamar para si jurisdição própria. Porém, desde fins do século XII, perderam, de novo, a sua importância. Os bispos começaram a instituir delegados, oficiais ou vigários gerais. Nas grandes dioceses foram instituídos, além disso, bispos titulares ou auxiliares.

Saegmuller, Taetigkeit und Stellung der Kardinaele bis Bonifaz VIII, Freiburg 1896. — *J. C. de Macedo Soares,* El Cardenalato, São Paulo 1931. — *Ivo de Chartres,* ed Migne, PL 161. — Corpus iuris canonici, ed. Venetiis, 3 vol. 1584. — *Smith,* Church and State in the Midle Ages, Oxford 1913. — *Richard,* La monarchie pontificale jusqu'au concile de Trente, RHE 20 (1924), 413 ss. — *Fliche,* La réforme grégorienne, 2 vol. Louvain-Paris 1924-25. — *Funk-Bihlmeyer,* II 97; 136 ss. — *Hergenroether-Kirsch* II 634 ss.

§ 97. A vida monástica — Hirsau — Cistercienses e cartuxos

391. A reforma de Cluni havia despertado nova vida religiosa. Os povos do ocidente começaram a penetrar mais espontâneamente no espírito do Evangelho. A piedade tornou-se mais ativa e, portanto, mais individual. Mas este in-

dividualismo religioso norteava-se pelas normas invariáveis da revelação divina. A harmonia entre a doutrina objetiva da Igreja e a sua aceitação individual, verdadeira solução do problema religioso-espiritual, atingiu, na alta idade média, a sua clássica perfeição. O primeiro ponto culminante é S. Bernardo de Claraval, o segundo, S. Francisco de Assís.

392. Este espírito harmonioso do homem medieval achava nos mosteiros um terreno singularmente favorável. Pela difusão imensa que daí resultou, o monaquismo alcançou uma influência nunca dantes vista. A reforma gregoriana apoiou-se principalmente na congregação cluniacense, que atingiu o mais alto fastígio no tempo do abade Hugo Magno (1049-1109), contando então mais de 2.000 mosteiros. Quando no século XII, por causa da riqueza, se fizeram sentir sintomas de decadência, entraram em seu lugar as novas ordens dos cistercienses e dos premonstratenses. No século XIII, as ordens mendicantes dos franciscanos e dos dominicanos prestaram ao papado serviços talvez ainda maiores. "Os séculos XII e XIII são a época heróica do monaquismo medieval" (Hauck, em Funk-Bihlm. II 151).

393. No tocante à sua constituição, as primeiras fundações desta época acomodaram-se à regra beneditina. Com a chamada regra de S. Agostinho aparece outra forma de vida regular, a dos cônegos regulares, que, como os cistercienses, demonstram uma tendência mais acentuada para a centralização do governo. Neste caminho fizeram um passo mais avante as ordens militantes, cujo fim reclamava uma organização mais centralística e monárquica. As ordens mendicantes, finalmente, deram a esta centralização o último remate e introduziram, além disso, com a sua vida ativa e com os seus Terceiros, outra notável inovação. Trataremos, pois, em particular, das reformas beneditinas, dos cônegos regulares, das ordens militantes e das ordens mendicantes.

394. Graças aos esforços de **Pedro, o Venerável,** 3.° sucessor de Hugo Magno, Cluni pôde conservar ainda por algum tempo a hegemonia espiritual. Porém desde o mundanismo do indigno abade Pôncio (1109-22) lá estavam os germes da decadência. Era visível a necessidade da reforma. Esta se realizou pelos próprios membros da ordem.

Hirsau é um desses fenômenos de prodigiosa fecundidade do anoso tronco beneditino. O antigo mosteiro da Floresta Negra, fundado no século IX, foi reformado, por iniciativa do papa Leão IX, pelos monges de Einsiedeln. O segundo abade, o b. **Guilherme** (1071-91), introduziu as usanças cluniacenses, um tanto modificadas, e, desde então, o mosteiro exerceu uma benéfica influência, tornando-se uma "coluna" da reforma gregoriana na Alemanha sul-oeste. Muitos outros mosteiros, como Zwiefalten e Blaubeuern, lhe devem a sua origem, sem que, no entanto, formassem uma congregação. Nos meados do século XII, começa a decadência desta reforma.

395. Mas já surgira outra reforma mais poderosa e mais vital. O abade **Roberto de Molesmes** abandonou com vinte companheiros o seu mosteiro, porque os seus monges não viviam conforme desejava, e dirigiu-se para Cister, perto de Dijon (1098). Fundou ali um novo mosteiro com rigorosa observância da regra beneditina. Em oposição a Cluni, distingue-se a sua reforma por maior pobreza, também nas igrejas, pela submissão à jurisdição episcopal e pela renúncia aos trabalhos na cura d'almas, que tão frequentemente causavam discórdias entre o clero regular e secular.

396. Já havia passado um ano, quando os monges de Molesmes acabaram de obter do papa Urbano II um mandato, pelo qual lhes foi devolvido o seu abade. Roberto obedeceu e retomou o governo de Molesmes. A comunidade de Cister elegeu então a S. Alberico (1099-1109) como prior do novo mosteiro. Foi ele que deu a seus monges em lugar da cogula preta o hábito branco. Sucedeu-lhe Estêvão Harding, inglês de nascimento, que deu à nova ordem os estatutos, a chamada *Charta caritatis* (1118). E' este o primeiro exemplo de uma constituição monástica. Prescreve a visita canônica pelo abade da abadia-mãe e o capítulo geral com poder legislativo.

397. Mas a austeridade com que viviam os monges de Cister e certas calamidades que afligiam o país dificultaram grandemente o progresso da comunidade. Estêvão já receava pela existência da reforma, quando entrou nela **S. Bernardo** (1090-1153), filho duma família nobre de Fontaines, com trinta companheiros que ele colhera de entre os seus parentes e amigos. Com a sua entrada no mosteiro (1112) come-

çou um florescimento tão vital e duradouro, que com justeza é chamado segundo fundador da ordem. Ao cabo de trinta anos, a congregação de Cister contava 77 abadias e, pelo ano de 1300, mais de 700 abadias, 900 mosteiros de monjas e 14 priorados, espalhados desde Portugal até à Síria, desde a Noruega até à Sicília. O próprio Bernardo foi incumbido de fundar o mosteiro de Claraval (1115), um dos cinco troncos da ordem, e dirigiu-o com sábia energia até à morte (1153).

398. Mas a vida e a atividade deste maior corifeu do espírito do século XII têm também uma importância extraordinária e, às vezes, decisiva para a história do seu tempo. Foi um homem providencial que sob todos os aspectos derramou as luzes do seu vasto saber e das suas virtudes, já como doutor, místico e orador, já como árbitro dos reis e dos príncipes, já como flagelo das heresias e defensor da Igreja e do papado.

399. Como doutor representa ele a antiga escola tradicional, como místico abriu novos caminhos. E tão grande se mostrou em ambos estes campos, que os maiores escritores do tempo se ufanavam de ter bebido na inesgotável fonte da sua mística e da sua doutrina sã. Os seus tratados *De diligendo Deo* e *De gratia et libero arbitrio*, assim como a sua teoria sobre a glorificação e comunhão dos santos lhe valeram as honras de doutor da Igreja (Doctor Melifluus) e de encerrar a lista dos escritores eclesiásticos como derradeiro no elenco dos Santos Padres. A sua mística é alimentada sempre duma ternura especial para com o Bom Jesus e a Virgem Santíssima. E admiráveis são o entusiasmo e a inspiração com que cantava, santo e poeta ao mesmo tempo, as glórias de Maria.

400. Mais ainda se impôs Bernardo à sociedade da época por sua palavra viva, atraindo irresistìvelmente as multidões. Quando Eugênio III lhe conferiu a missão de pregar a segunda cruzada, estava ele no apogeu da glória. Toda a Europa o venerava como apóstolo e profeta. Além disso, empregava todo o ardor da sua palavra e o calor de seus escritos na luta contra os hereges. Em vários concílios, em que a sua voz imperiosa se fez ouvir, hereges e heresias fo-

ram condenados. Contra quem mais implacável se mostrou, foi Abelardo.

401. A maior solicitude de Bernardo, entretanto, foi salvaguardar os direitos do papado, durante o cisma de Anacleto II. A Eugênio III, seu discípulo, escreveu, finalmente, o seu célebre tratado *De consideratione*, normas de conduta nos múltiplos e complicados assuntos próprios ao papa. O santo critica severamente os abusos da Igreja e do clero. Mas ele o faz de um modo justo, para corrigir e melhorar, não para acusar e ofender.

402. Assim se nos depara S. Bernardo como um dos maiores heróis da história eclesiástica. O segredo dos seus grandes sucessos foi o seu amor ardente, a sua fé, o seu heroísmo no serviço da Igreja. Como Gregório VII antes e como S. Francisco depois, fugiu do mundo, retirou-se à solidão do claustro. E, todavia, é ele o "soberano não coroado da Europa" (Hampe), um homem católico por excelência (Lortz).

403. Ao lado de S. Bernardo e dos cistercienses, e já antes deles apareceu outra ordem e outro santo, os **cartuxos** e seu fundador **S. Bruno** de Colônia (1035-1101), escolástico e chanceler de Reims (AASS. Oct. III 491 ss). Movido pela conduta pouco cristã e pelo desastroso fim do arcebispo Manassés de Reims, retirou-se do mundo e estabeleceu-se, com seis companheiros, num lugar solitário perto de Grenoble (1084), que se chamava Chartreuse (Cartusium-Cartuxa). O lugar deu à nova ordem o seu nome.

404. E' de todas as ordens a mais austera. Os pontos mais importantes da sua regra, cujo fundamento é a de S. Bento, foram formulados por Quigo († 1137), quinto prior de Chartreuse, e prescrevem um quase completo silêncio, completa abstinência de carnes, distribuição do tempo entre trabalho e oração, dedicando-se os monges principalmente à cultura das suas hortas, os clérigos e padres, ao estudo e à transcrição de autores antigos e de documentos importantes, pelo que se asseguraram justos títulos ao reconhecimento da posteridade. Muitos cartuxos têm nome célebre no mundo científico, como Dionísio de Rickel e Lourenço Surius.

O hábito (cilício) dos monges é branco; as celas cos-

tumam constar de pequenas casas algum tanto afastadas umas das outras, unindo os monges a vida eremítica com a vida cenobítica, como já o fizeram os camaldulenses. O espírito profundamente religioso e eclesiástico que sempre distinguiu os cartuxos granjeou-lhes uma alta importância durante a luta das investiduras. Mas, devido à sua austeridade, nunca tiveram a expansão dos cistercienses e de outras grandes ordens, tendo no tempo do seu maior florescimento, no século XIV, 3000 monges e algumas casas de monjas. Entre todas as ordens é ela a única que jamais precisou ser reformada.

Heimbucher, Die Orden und Kongregationen der katholischen Kirche, 2 vol., Paderborn 1896-97; 2. ed. 3 vol. 1907-08. — Buehler, Klosterleben im deutschen Mittelalter nach zeitgenoessischen Aufzeichnungen, Leipzig 1921. — *Arrufat,* A ordem beneditina, Rio de Janeiro 1933. — *Witten,* Der sel. Wilhelm, Abt von Hirsau, Bonn 1890. — Exordium ordinis Cistercien., ed Migne, PL 166, 1501 ss. — S. Bernardi opera, ed. Migne PL 182-85. — S. Bernardi vitae, PL 185. — *Vacandard,* Vie de S. Bernard. 2 vol., 4. ed. Paris 1910. — Schwamborn, Kirchengeschichte in Quellen und Texten I 125 ss. — *Alzog,* História universal da Igreja II 305 ss.

§ 98. Os cônegos regulares — Os premonstratenses — Outras congregações

405. O impulso espiritual, que, neste período, deu origem a tantas instituições monásticas, fez-se sentir também entre o clero secular. A vida comum dos clérigos das catedrais e de outras grandes igrejas paroquiais, esquecida quase completamente antes da reforma gregoriana, foi novamente introduzida. Os sínodos do Latrão de 1059 (c. 4) e de 1063 (c. 4), julgando não ser a posse de propriedade privada compatível com a idéia da vida canônica, deram instruções aos clérigos para terem seus bens em comum e passarem uma vida apostólica. O papa Nicolau II inculcou as determinações do sínodo de 1059 na sua encíclica *Vigilantia universalis* (MQ 143). Numerosos clérigos seguiram, de fato, estas normas. Em muitas casas canônicas prescreveram-se, além disso, os votos religiosos, com o que, ao lado dos *cônegos seculares,* apareceram os *cônegos regulares* (cfr. § 82).

406. Estes adotaram, na maioria, a regra de S. Agostinho, normas extraídas das obras do grande bispo de Hipona, sobretudo da Ep 211 e de dois sermões *De moribus clericorum* e reunidas para instrução ascética, nos séculos VII e VIII. Os cônegos que professavam esta regra eram chamados cônegos de S. Agostinho ou agostinhos. Não tendo, no princípio, relações entre si, vieram, em seguida, a formar, ou pela reforma de casas ou por novas fundações, diversas congregações.

407. A mais importante de todas elas foi a dos **premonstratenses** ou **norbertinos,** que deve a sua fundação a **S. Norberto** de Xanten. Norberto (AASS. Jun. I 804 ss), filho do conde de Gennep, perto de Xanten, capelão do imperador Henrique V e cônego de S. Vitor na cidade natal, converteu-se, em 1115, da sua vida mundana. Pregou, em seguida, às margens do Baixo Reno e na França e fundou, em 1120, o mosteiro de Prémontré, perto de Laon. Como, em 1126, o imperador Lotário II o chamasse à sede arquiepiscopal de Magdeburgo, espalharam-se seus filhos também na Alemanha. A grande difusão que atingiram deu à sua congregação a importância e o caráter de ordem pròpriamente dita. Rivalizaram, por sua influência, com os próprios cistercienses. Os premonstratenses têm o hábito branco e seguem a regra de S. Agostinho, sendo, porém, modificada pelos estatutos dos cistercienses e pelos costumes de Cluni e de Hirsau. Em oposição às antigas ordens, dedicaram-se, desde o princípio, à cura das almas.

408. Outras congregações augustinianas são a dos cônegos regulares do Latrão em Roma, a congregação de S. Rufo em Avinhão, os cônegos do Santo Sepulcro em Jerusalém, os de S. Vitor em Paris, fundação de Guilherme de Champeaux (1108), a congregação de S. Cruz em Coimbra (1132), os estelíferos na Boêmia e na Silésia, favorecidos particularmente pela b. Inês de Praga, filha do rei Otocar I e religiosa da segunda ordem de S. Francisco (AFH 1914, 185-97), e outros mais.

409. Ao lado das reformas beneditinas e das congregações augustinianas, surgiram, neste período, muitas outras ordens e congregações de maior ou menor importância, todas com um fim particular.

Com o fim de promover o culto da Virgem Santíssima

foi fundada a Ordem dos *Carmelitas*. Deu-lhe origem um nobre cruzado, S. Bertoldo de Calábria, pelo ano de 1155. Com dez companheiros estabeleceu-se numa gruta do monte Carmelo, santificada pela estada do profeta Elias. Eram eremitas e levavam uma vida contemplativa.

Segundo tradição carmelitana, a comunidade de S. Bertoldo foi apenas a continuação da família de eremitas e profetas que nas grutas do Carmelo teriam existido, desde os tempos de Elias, e há quem queira reduzir a origem da Ordem ao próprio profeta. Tal tradição foi impugnada, sobretudo, pelo bolandista Papebroch, S. J. Em nossos dias negaram-na o carmelita descalço Benedito Zimmermann e, mais recentemente, o prof. Clemente Kopp. Este último chegou à conclusão de que a tradição teve origem depois da queda de S. João d'Acre. S. Elias e as antigas escolas de profetas não têm relação material com o monaquismo cristão. Podemos, porém, conceder uma relação moral; e neste sentido os carmelitas podem bem chamar-se filhos de S. Elias (cfr. REB. 1949, 131 ss).

O B. Alberto, patriarca de Jerusalém, deu ao sucessor de Bertoldo, S. Brocardo, em 1209, uma regra breve e rigorosa de eremitas, e Honório III a confirmou (1226). Os monges trajam um hábito pardo-escuro com um escapulário da Virgem Santíssima.

410. Cedendo às conquistas dos sarracenos e aos contínuos vexames que tiveram de sofrer, os eremitas abandonaram, pelo ano de 1240, o monte Carmelo. Alguns estabeleceram-se em Chipre, outros passaram para a Itália, França e Inglaterra, mudando também a forma de vida eremítica em cenobítica. No capítulo de Aylesford (1245), no condado de Kent, foi eleito o primeiro superior geral no ocidente, S. Simão Stock (1245-65), que com sábia prudência soube espalhar a ordem no oeste e no centro da Europa.

411. O novo geral enviou logo dois monges ao papa Inocêncio IV, que se achava no concílio de Lião. E foi então que o papa lhes deu o nome de Ordo B. M. V. de Monte Carmelo, concedeu-lhes algumas modificações e mitigações, necessárias pela mudança de clima e de vida monástica, e os alistou entre os mendicantes (1247). O grande cisma ocidental causou uma cisão e motivou outras mitigações, aprovadas, em parte, por Eugênio IV. Mas nem todos os carmelitas aceitaram estas concessões e preferiram observar a regra aprovada por Inocêncio IV. Desta forma, a ordem dividiu-se em observantes ou descalços e conventuais. Pelos meados do século XV, foi fundada também a família feminina de carmelitas. Os papas Nicolau V (1452) e Sixto

IV (1476) permitiram aos superiores da ordem a faculdade de conceder o seu hábito também a seculares de ambos os sexos, e assim teve origem a ordem terceira de N. Senhora do Carmo.

412. Os carmelitas, como certos outros religiosos, beneditinos, dominicanos, usam sobre o hábito uma tira de pano, chamado escapulário (scapulare). Uma forma pequena é usada por associações e terceiros anexos às respectivas ordens. O mais conhecido é o escapulário de N. S. do Carmo, cuja origem coere com a especial veneração que os carmelitas sempre votaram à Mãe de Deus. Foi provàvelmente no século XV que se formou a tradição, segundo a qual S. Simão Stock o teria recebido, numa visão, de Nossa Senhora, como penhor da salvação. Com a tradição relaciona-se, mais tarde, o chamado privilégio sabatino, contido na bula sabatina que teria o papa João XXII como autor (1322). Baseando-se numa promessa de Nossa Senhora, concede logo (súbito) ou para o sábado seguinte à morte a visão beatífica aos fiéis membros da Ordem e associados. Antes de 1461, porém, não há vestígio desta bula.

Com isto nada perde o valor religioso do escapulário. Desde o século XVI, numerosos papas permitiram falar da visão e da promessa como "fé piedosa". Ainda Pio XI confirmou os privilégios dos carmelitas, em particular as "indulgências sabatinas" (AASS Apr. I 774 ss; LThK IX 51-52; 617; FB II 217; HK II 664; Todesco, Storia della Chiesa, III, 4ª ed. 1943, 608-609; *De Jong*, Handboek der Kerkgeschiedenis, 2. ed. I, 500-501. — *Frei Inácio Maria Ferreira da Costa*, A Origem da Ordem Carmelitana, em REB, vol. 9 (1949), págs. 131 ss e continuações).

413. O mesmo culto de Nossa Senhora é também o fim particular dos **servitas,** Servi B. M. V. A sua ordem foi fundada por sete comerciantes ricos de Florença (1233). Desde 1240, viviam segundo a regra de S. Agostinho. Desde 1424, pertencem também eles às ordens mendicantes, sofrendo com eles a sorte da divisão em uma família mais austera e outra mais moderada. Fundaram-se também casas para mulheres, Servas de Maria, e uma ordem terceira. S. Juliana Falconieri († 1341), primeira terceira, é considerada como fundadora.

414. Diversas associações tiveram o fim da cura dos enfermos. Os **antonitas** ou hospitaleiros de S. Antônio (AASS. Jan. II 160), fundados como associação de irmãos leigos em St. Didier de la Mothe no Delfinado, devem a sua origem ao fidalgo Gastão e a seu filho Guérin (1095). Mais tarde, a associação transformou-se em congregação de clérigos regulares (1298), com o que se apartou do

seu primitivo destino. Unidos, em 1774, com os maltesianos, desapareceram com eles na revolução francesa.

415. Guido de Montpellier fundou os **hospitaleiros do Espírito Santo** (1198). Inocêncio III lhes concedeu o grande hospital do Santo Espírito in Sassia, hoje ainda sede principal dos hospitaleiros.

416. As **beguinas** foram uma associação de donzelas e de viúvas, que se ocupavam principalmente do ensino de moças e da cura de enfermos, sem se obrigarem por votos religiosos. O seu nome é atribuido por alguns a Lamberto le Bègue de Liège. No entanto, a origem do nome como a da própria fundação é incerta. Uma imitação desta associação é a dos **begardos** que, mais tarde, degenerou e provocou uma rigorosa perseguição, acarretando a sua ruína, ainda antes do fim da idade média.

417. Com o fim de libertar os cristãos escravos das mãos dos sarracenos fundaram-se as ordens dos **trinitários** e dos **mercedários.** A primeira, fundada por **S. João de Mata** († 1213) e S. Félix de Valois († 1212), espalhou-se principalmente na França, na Espanha e na Itália, e foi aprovada por Inocêncio III. O seu hábito é branco, tendo no peito uma cruz de cor vermelha e azul.

418. Os **mercedários** ou *Fratres O. B. M. de Mercede redemptionis captivorum* têm como fundadores o rei Jaime I de Aragão e os santos Pedro Nolasco e Raimundo de Penaforte (1218). Honório III deu o seu consentimento. Pelo ano de 1235, Gregório IX a aprovou como ordem militar. Barcelona foi berço da ordem. Logo se espalhou na Espanha e na Itália. Hoje encontramos mercedários também na França, em Portugal, no norte da África e nas Américas central e meridional.

419. Os **humilhados,** segundo a sua regra primitiva, formaram uma irmandade de leigos operários, especialmente de tecelões de Milão. Grande parte deles se associaram, infelizmente, aos valdenses e foram excomungados por Lúcio III (1184). Os membros fiéis reuniram-se em comunidades religiosas e foram reconhecidos por Inocêncio III (1201) como ordem religiosa e divididos em três classes: cônegos regulares e irmãs coristas, irmãos e irmãs religiosos, e terceiros de ambos os sexos. No século XVI degeneraram, e Pio V os suprimiu, em consequência de um atentado contra a vida de S. Carlos Borromeu, que os quis reformar.

Funk-Bihlmeyer II 158 ss. — *Heimbucher,* Die Orden und Kongregationen. — *Buehler,* Klosterleben im deutschen Mittelalter. — *Hugo,* Annales Ord. Praemonstraten., 2 vol., Nancy 1734-36. — *Petit,* L'ordre de Prémontré, 2. ed. Paris 1927. — *Ant. de l'Assomption,* Les origines de l'ordre de la Très S. Trinité, Rome 1925. — *Perez,* San P. Nolasco, Barcelona 1915. — *Zanoni,* Gli Umiliati nei loro rapporti con l'eresia, Milano 1911. — *Buchberger,* Lexikon fuer Theologie und Kirche (passim).

§ 99. As ordens militares

420. A prova mais evidente de que, na alta idade média, a Igreja compenetrava toda a vida da sociedade e de que outrossim se servia de todos os órgãos da sociedade para realizar os seus planos, são as ordens militares, criadas por ocasião das cruzadas. São elas uma maravilhosa combinação da cavalaria medieval e do monaquismo. O seu fim particular era o de proteger os peregrinos da Terra Santa contra os inimigos e de ampará-los nas doenças e de defender, em geral, os lugares santos contra os maometanos. A constituição destas ordens era rigorosamente centralística, tendo por chefe supremo um grão-mestre, cuja autoridade era limitada ùnicamente pelo capítulo geral. A ordem se dividia em províncias, e estas, em priorados, conturas e comendas. Os seus membros eram cavaleiros, clérigos e irmãos serventes.

421. A ordem dos **templários,** a primeira das ordens militares pròpriamente ditas, teve origem em 1119. Oito cavaleiros franceses reuniram-se, sob a direção de Hugo de Payens, e, depois de terem professado os três costumados votos religiosos, se obrigaram, por um quarto voto, a defender a Terra Santa e os peregrinos. O seu nome se explica pelo fato de terem, a princípio, habitado no palácio real de Jerusalém que, segundo a opinião contemporânea, se erguia no lugar do antigo templo de Salomão. Na fundação da ordem teve grande parte S. Bernardo de Claraval, que lhe deu a regra e lhe procurou o reconheci-

mento eclesiástico no sínodo de Troyes (1128). Foi, então, que os cavaleiros adotaram a capa branca dos cistercienses, acrescentando, no pontificado de Eugênio III, como distintivo uma cruz vermelha.

422. Pelas recomendações do santo e pelos relevantes serviços que prestaram à Terra Santa, conseguiram muitos privilégios, grande influxo e riquezas enormes. Mas as suas exageradas aspirações, o modo parcial com que tratavam dos seus interesses particulares e a acumulação de riquezas, principalmente na França, onde o Templo de Paris se tornou, por assim dizer, o centro do tráfico financeiro da Europa, fizeram com que, mais de uma vez, causassem notáveis danos à causa cristã no oriente. A sua grande riqueza foi, finalmente, um dos motivos da sua supressão pelo rei Filipe IV da França (cfr. § 108).

423. Os **joanitas,** ou hospitaleiros de S. João ou cavaleiros de Rodes (1310) ou de Malta (1530), têm a sua origem num hospital de S. João Batista em Jerusalém, fundado por comerciantes de Amalfi (1048), para acolher os peregrinos da Terra Santa. Pela conquista de Jerusalém, em 1099, cresceu consideràvelmente a importância do hospital. Desde então se acentuava, de mais a mais, o seu caráter militar, chegando a ser uma verdadeira potência militar, no tempo do segundo grão-mestre, Raimundo de Puy (1120-60), que deu à ordem a regra e a organização em cavaleiros, sacerdotes e irmãos serventes. Os cavaleiros usavam em casa uma capa negra com cruz branca. Na guerra trajavam uma veste vermelha.

424. A ordem dos **cavaleiros teutônicos** reduz a sua origem a uma irmandade, fundada por alguns comerciantes de Luebeck e de Bremen e pelo duque Frederico da Suábia. Defronte a São João d'Acre levantaram um hospital militar (1190); oito anos depois, príncipes e prelados, que se achavam na Terra Santa, deram ao hospital uma regra, que, quanto ao serviço dos enfermos, seguia a regra dos joanitas, quanto ao regime dos clérigos, cavaleiros e irmãos serventes, a dos templários. Deste modo, o instituto se converteu em ordem militar, chamando-se os seus membros de cavaleiros teutônicos ou marianos (1198). Trajavam uma capa branca com uma cruz preta. A ordem foi logo aprovada pelo papa Clemente III.

425. Tendo, sob o governo de seu excelente grão-mestre Germano de Salza (1210-39), empreendido a conquista e a conversão da Prússia pagã (1230), mudaram a sua residência principal, depois da queda de Accon, para Veneza (1291) e, mais tarde, para Marienburgo (1309), às margens do Nogat. A fundação das cidades de Thorn, Culm, Koenigsberg e outras é também obra destes cavaleiros. Em 1237, reuniram-se com a ordem dos gladíferos.

426. Na Espanha e em Portugal tiveram origem algumas ordens militares de importância nacional. São, em particular, as ordens de Calatrava, de Alcântara, de Santiago e de Évora ou Aviz.

A **ordem de Calatrava** foi fundada por religiosos cistercienses. Sancho III de Castela lhe deu a cidade de Calatrava com o encargo de a defender contra os mouros. Os cavaleiros prestaram relevantes serviços à Espanha e adquiriram numerosas comendas e grandes riquezas. Mas profundas dissenções dilaceraram a ordem, que teve grão-mestres até 1489, época em que foi incorporada à coroa real. Hoje, o título de cavaleiro de Calatrava é puramente honorífico.

427. A **ordem de Alcântara** foi fundada em 1156, com o nome de ordem de S. Julião, e aprovada pelo papa Alexandre III (1177). Foi só em 1221, que adotou o nome de ordem de Alcântara.

428. A mais célebre das ordens militares da Espanha foi a de **Santiago,** fundada em 1164, com o fim de prestar assistência aos pobres, de defender os peregrinos e de fazer guerra aos mouros. Em 1476, o grão-mestrado passou à coroa real. Ao que parece, separaram-se desta ordem, pelo fim do século XIII, os cavaleiros portugueses, sendo expedida a bula da separação definitiva por João XXII.

429. No reinado de Dom Afonso Henriques, uniram-se alguns fidalgos portugueses, talvez membros da ordem de Calatrava, para combater os mouros de Portugal. Estabeleceram-se em Évora e chamaram-se, por isso, freires

de Évora. Dom Afonso II lhes deu Aviz no Alentejo (1211), e desde então tomaram o nome de ordem de Aviz. Em 1550, passou também o seu grão-mestrado à coroa real.

430. Já antes de todas estas ordens, se estabeleceram em Portugal os templários. D. Teresa lhes concedeu as terras entre Coimbra e Leiria (1128), ainda em poder dos mouros. Alguns decênios depois, edificaram um grande mosteiro às margens do rio Tomar, que seria a cabeça da ordem em Portugal. Suprimida a ordem, no reinado de Dom Diniz, foi substituída pela ordem de Cristo.

Funk-Bihlmeyer II 162 ss. — *Buehler*, Ordensritter und Kirchenfuersten nach zeitgenoessischen Quellen, 1927. — *Buchberger*, *Lexikon* fuer Theologie und Kirche (passim). — Encyclopedia e Diccionario Internacional, Rio de Janeiro (passim). — *Delaville le Roulx*, Les Hospitaliers em Terre Sainte et à Chypre, Paris 1904. — *Oehler*, Geschichte des Deutschen Ritterordens, 2 vol. Elbing 1909-12. — *Fortunato de Almeida*, História de Portugal I, Coimbra 1922. — *Id.*, História da Igreja em Portugal I.

§ 100. As duas grandes Ordens Mendicantes

431. O que nos séculos XI e XII foram os cluniacenses e os cistercienses para a missão interna, e as ordens militares, para a defesa da Igreja contra os inimigos externos, foram, no século XIII, as duas grandes ordens mendicantes dos franciscanos e dos dominicanos, "espécie de cavalaria puramente espiritual, ainda mais heróica do que a primeira, e que, única na história, desempenhou da maneira mais admirável a mais difícil das missões" (Alzog II 318). A rápida difusão, que tiveram, apesar de o 4.° concílio do Latrão (1215) ter proibido a fundação de novas ordens, é a prova mais evidente de que correspondiam perfeitamente ao espírito ascético e às necessidades do tempo.

No meio dos perigos da Igreja, ameaçada apesar de seus triunfos, num tempo em que grande parte do clero secular se ocupava, por demais, das coisas do mundo, enquanto que o povo desejava com ardor pastores animados pelo espírito apostólico, numa época em que a heresia se levantava ameaçadora na sociedade ocidental, as ordens mendicantes foram chamadas pela Providência divina para

reavivar o ideal da imitação de Jesus Cristo, em íntima união com a Igreja. Com o maior zelo possível se dedicavam à cura das almas negligenciada e procuravam solucionar, de certo modo, o problema social.

432. Aos fins que visavam as ordens mendicantes correspondia também a sua constituição centralística. Chefiadas por um *Minister* ou *Magister generalis*, dividiam-se em províncias, governadas por *Ministros* ou *Priores* que se reuniam, de tempo a tempo, no capítulo geral. A este compete o poder legislativo. Pela completa renúncia à propriedade, particular e comum, introduziram uma notável inovação na vida monástica. Confiavam ùnicamente na caridade dos fiéis, aos quais procuravam servir pelas missões e pelo ministério pastoral. Por isso, não se estabeleciam, como as ordens monásticas, em lugares retirados das cidades, nem faziam como elas o voto de estabilidade.

433. Outra particularidade das ordens mendicantes são as **ordens terceiras,** que, na sua forma perfeita, reduzem a sua origem a S. Francisco de Assis e têm o fim de dar ocasião aos casados de participar da vida monástica. No entanto, desde fins do século XIII, também solteiros de ambos os sexos adotaram a regra terceira, formando as congregações regulares.

434. A primeira e a mais importante das duas ordens foi a dos **frades menores** ou franciscanos, fundada por **S. Francisco** de Assis. Foi nesta pequena cidade da Úmbria, situada pitorescamente numa saliência do monte Subásio, que o santo fundador nasceu, em fins de 1181 ou em princípios de 1182. Seu pai era Pedro Bernardone, rico comerciante de fazendas. Pica, sua mãe, era oriunda da nobre família provençal dos Bourlemont (?). No batismo lhe deram o nome de João Batista. Assim o quis a piedosa mãe. Mas o pai, de volta duma viagem que fizera à França, deu-lhe o nome de Francisco, porque, no dizer de S. Boaventura, não quis um Batista vestido de pelo de camelo, mas sim um hábil francesinho.

Tendo passado a sua mocidade no meio de todos os prazeres que a riqueza de seu pai e a nobreza da sua alma inocente lhe permitiam, aspirava a ser admitido na alta ca-

valaria e sonhava com feitos heróicos e com grandezas e glórias humanas.

Mas doenças e angústias espirituais o arrancaram à vida mundana. "Convertido", pelo ano de 1206, começou a levar uma vida de oração e de penitência, serviu os pobres e os leprosos e restabeleceu três capelas arruinadas de Assis. O pai, irritado com esta mudança de vida, deserdou-o perante o bispo Guido II de Assis. Pobreza e cruz deviam ser, de então em diante, a sua partilha. Trajava a veste dos eremitas, sem pertencer a uma congregação de eremitas. Francisco se tornou cavaleiro de Cristo.

435. Quando, aos 24 de Fevereiro de 1208 ou 1209, assistindo à santa missa na capela de Santa Maria dos Anjos, ouviu ao Evangelho as palavras, pelas quais Jesus Cristo enviou os seus apóstolos a pregar (Mt 10, 7 ss), ficou convencido de que esta era a sua missão: imitar a Jesus e os apóstolos pela perfeita pobreza e pela pregação da penitência. O eremita se transformou em minorita.

436. Em breve, se lhe associaram os primeiros companheiros, o rico comerciante Bernardo de Quintavalle e Pedro Catani, cônego e doutor em direito. Outros os seguiram. Todos trajavam a veste dos pobres. Francisco os chamava de *frades menores*, e deu-lhes uma regra brevíssima, que não chegou até nós. Inocêncio III a aprovou oralmente, em 1209 ou 1210, e concedeu a Francisco e a seus companheiros a licença de pregar a penitência, ficando assim jurìdicamente fundada a ordem dos frades menores. Foi, segundo antiga tradição, no dia 16 de Abril.

437. Crescendo, de dia para dia, o número dos companheiros, Francisco os enviou, dois a dois, para todas as regiões. Ele mesmo projetou iniciar a missão na Síria (1212). Mas um vento contrário levou o navio à costa da Dalmácia. Francisco caiu gravemente doente e voltou à Itália. Na primavera seguinte, pôs-se a caminho da Espanha e de Marrocos. Mas, chegando à Espanha, uma nova doença não lhe permitiu continuar a viagem. Teve de voltar à Itália.

Foi provàvelmente no concílio do Latrão de 1215, que o santo se encontrou, pela primeira vez, com S. Domingos, fundador da ordem dos pregadores. A amizade dos dois santos passou aos seus discípulos. E embora, no decorrer dos séculos, houvesse algumas dissenções e mesquinhas rivalidades, as ordens como tais conservaram a antiga amizade até aos nossos dias.

438. Pouco depois daquele concílio, faleceu o papa Inocêncio III, em Perúsia. Honório III lhe sucedeu. Francisco, que acabava de obter de Deus a indulgência da Porciúncula, foi pedir ao novo papa a sua aprovação, e o papa lha concedeu, em Julho de 1216. Verdade é que os primeiros biógrafos não nos dizem nada a respeito, e o primeiro documento data de 1279. Mas, até hoje, ninguém conseguiu abalar a antiga tradição (AFH I (1908) 31 ss; FS 1916, 205 ss; 290 ss).

439. Em 1217, Francisco dividiu a sua ordem em províncias, enviando seus irmãos a diversos países. Escolheu para si a França como campo de atividade. Mas foi retido pelo cardeal Hugolino. Só em 1219 conseguiu realizar o seu antigo plano de ir às missões, e à frente de doze companheiros se pôs a caminho da Síria e do Egito, onde pregou em presença do sultão Málik el Kámil, sem no entanto obter nem a conversão do sultão, nem a coroa do martírio, que ele tão ardentemente desejava. Sabendo, então, que seus irmãos da Itália tinham introduzido alguns abusos, voltou para restabelecer o seu ideal.

440. O movimento franciscano tomava, entretanto, cada vez maiores proporções. Em 1212 teve origem a **segunda ordem** de S. Francisco, junto à capela de S. Damião. **S. Clara,** da família dos Sciffi (?), de Assis, movida pela virtude e pela pregação do santo, seguiu-lhe o exemplo, despediu-se, às escondidas, do mundo e recebeu o véu religioso das mãos de Francisco. Depois de 16 dias, se lhe associou sua irmã Inês (AF III 173), e, mais tarde, outra irmã Beatriz e a própria mãe Ortolana.

As religiosas se chamavam clarissas ou *pauperes dominae de S. Damiano*. Francisco lhes redigiu uma *forma vivendi*, que prescreveu, em poucas palavras, a vida segundo o Evangelho. Clara presidiu ao primitivo mosteiro pelo espaço de 41 anos, conservando fielmente o *privilegium paupertatis*, herança mais preciosa do fundador. Finalmente, foi Francisco obrigado a fundar a **ordem terceira** da penitência (1221) para todos aqueles que, vivendo no

mundo, desejavam imitar-lhe o exemplo e viver uma vida religiosa.

441. No entanto, para a comunidade dos irmãos, que cresceu tão inesperadamente, neste primeiro decênio da sua existência, não bastava mais a regra primitiva. Por isso, Francisco redigiu uma segunda, mais extensa (1221), e, aconselhado pelo cardeal Hugolino, seu mais fiel amigo, deu-lhe em seguida a forma definitiva. Honório III aprovou-a solenemente, em 1223.

442. Nos últimos anos da sua vida, o santo teve de suportar muitos sofrimentos, corporais e espirituais. Sempre o fez em perfeita conformidade com Deus e com a Igreja. O apogeu dos seus sofrimentos e, ao mesmo tempo, das suas alegrias, foi aquela cena admirável do monte Alverne, em que lhe foram impressos os estigmas de Nosso Senhor, em Setembro de 1224. O acontecimento, muitas vezes posto em dúvida, é no entanto tão bem fundado nas fontes antigas, que hoje não há mais nenhuma incerteza (AFH III 393 ss; FS 1919, 67 ss).

443. Mas, ainda no leito das dores, não descansou este coração ardente de zelo apostólico. Uma série de cartas saíram, neste tempo, da sua pena. Quando, finalmente, o médico o avisou de que a morte estava próxima, acrescentou ao admirável *Cântico do Sol* os últimos versos, saudando a morte como sua irmã. Pediu então que o levassem para Assis, onde ditou o seu *Testamento,* e, com as palavras do salmista: "Voce mea ad Dominum clamavi" (Sl 141), entregou a sua alma ao Senhor. Foi na tarde do dia 3 de Outubro de 1226.

444. Francisco foi, como todos os historiadores reconhecem, uma das figuras mais nobres da idade média, "o mais amável de todos os monges" (Harnack), "a flor mais pura da época das cruzadas", um homem católico e todo apostólico, — e não um precursor do subjetivismo religioso, da religião dos sentimentos, como julgaram Renan, Sabatier e outros espíritos modernos.

445. A ordem de S. Francisco espalhou-se, em breve, em quase toda a Europa e prestou à Igreja os mais relevantes serviços tanto na cura das almas e nas missões, como nas ciências eclesiásticas.

Infelizmente, começou, logo depois da morte do santo fundador, uma luta dolorosa no tocante à pobreza. Frei **Elias de Cortona,** vigário da ordem (1221-27) e ministro geral (1232-39), introduziu diversas mitigações da regra e pediu privilégios para a ordem, contrariando abertamente as intenções de S. Francisco. Ele mesmo levava uma vida pouco edificante. Contra ele e seu partido surgiram os rigoristas, enquanto que S. Antônio († 1231) se fez advogado da observância moderada. S. Boaventura conseguiu, na qualidade de ministro geral (1257-74), manter ainda a unidade. Mas, depois da sua morte, renovou-se mais violentamente a luta entre os "espirituais" rigoristas e a comunidade relaxada, luta esta que durou até ao século XIV.

446. **S. Domingos** de Guzmão (1170-1221), o grande amigo de Francisco, e cantado como este por Dante (Paraíso 11, 37-39), nasceu na "fortunata Callaroga" (Calaruega), pequena aldeia de Castela. Embora oriundo de pais fidalgos, aliados a famílias reais, nunca se sentiu afeito às coisas do mundo. Aos quinze anos de idade, matriculou-se na universidade de Palência, onde em breve sobrepujou todos os seus condiscípulos por sua aguda inteligência. Ao cabo de dez anos de estudos, deixou a universidade, sendo nomeado por seu bispo Diego vice-prior de um mosteiro de cônegos regulares em Osma.

447. Numa viagem que fez em companhia do bispo Diego, pelo sul da França, resolveu iniciar a luta contra a heresia dos albigenses, que se alastrava a rédeas soltas por aquelas regiões. Os legados pontifícios Arnoldo, abade de Cister, e Pedro de Castelnau em vão se esforçaram por fazer frente ao conde de Tolosa, chefe dos hereges. Os prelados da Igreja, ou por falta de zelo ou por míngua de coragem, não os apoiavam. O catolicismo perdia terreno, de dia para dia. "O pastor degenerou em mercenário, escreveu o papa a seus legados, foge diante da perversidade que podia destruir e protege-a com a sua traição. Quase todos desertaram a causa de Deus; os que a não desertaram tornaram-se inúteis". E, enquanto que os hereges iscavam adeptos por sua enganosa modéstia e

santidade, muitos eclesiásticos viviam no meio do luxo e de comodidades. Era preciso combater o exemplo com o exemplo, contrapor à falsa doutrina a doutrina verdadeira, pregar Jesus crucificado como o fizeram os apóstolos, humildes e penitentes, e, para triunfar do luxo, viver na mais esplêndida miséria (Guimarães Filho).

448. Domingos pôs mãos à obra. Em companhia de seu bispo e de alguns outros pregadores, iniciou uma vida apostólica nas regiões dos albigenses, pregando nas igrejas, nos lares, nas ruas da cidade e nos campos. Vendo que muitas famílias entregavam seus filhos a mestres heréticos, fundou um mosteiro de religiosas para educação de crianças, em Prouille, nas fraldas dos Pirineus (1206).

Uma vitória dos cruzados abriu-lhe, em 1215, as portas de Tolosa, centro da heresia. E foi ali que então reuniu em redor de si os seus primeiros seis companheiros, estabelecendo uma associação de pregadores, primeiro indício da ordem dominicana. O papa Inocêncio III dignou-se de conceder-lhe o seu beneplácito, desde que a associação fosse instituída de acordo com alguma das antigas regras monásticas. Domingos escolheu a de S. Agostinho, ajuntando as constituições dos premonstratenses. Em Dezembro de 1216, Honório III aprovou a ordem na forma de clérigos regulares, chamando na bula de aprovação os frades pregadores de "campeões da fé e verdadeiras luzes do mundo". A bula tem a data de 26 de Janeiro de 1217. Mas, já no primeiro capítulo geral, celebrado em Bolonha (1220), Domingos transformou o seu instituto em ordem mendicante. O santo fundador faleceu no ano seguinte, e foi canonizado por Gregório IX, em 1234.

449. Durante o generalado do seu primeiro sucessor, o b. Jordão da Saxônia (1222-37), a ordem se espalhou em todos os países da Europa, gozando de quase igual influência como a dos frades menores. S. Raimundo de Peñafort, e os bb. João Teutônico, Umberto de Romanis e João de Vercelli levaram a ordem ao apogeu do seu brilho. S. Tomás de Aquino foi seu maior mestre de teologia. Seu amigo Pedro de Tarantaise subiu ao trono de S. Pedro (1276), com o nome de Inocêncio V. Também a segunda ordem de S. Domingos teve extraordinária difusão.

Na Alemanha venceu até em número de mosteiros a primeira. Para conservação e defesa dos bens da Igreja contra os albigenses, Domingos fundou ainda a chamada *militia Christi* (?, 1220), da qual, mais tarde, se desenvolveu a **ordem terceira** dos irmãos da penitência de S. Domingos, aprovada por Inocêncio VII, em 1405.

Heimbucher, Orden und Kongregationen. — *Wadding,* Annales Minorum, 3. ed., Quaracchi 1931 ss. — *Holzapfel,* Handbuch der Geschichte des Franziskanerordens, Freiburg 1909. — Archivum Franciscanum Historicum (AFH), Quaracchi 1908 ss. — Analecta Franciscana (AF), Quaracchi 1885 ss. — Opera S. Francisci, Quaracchi 1904. — *Joergensen,* São Francisco de Assis, versão por S. d'Azevedo, 2 ed. Petrópolis 1925. — *Gratien,* Histoire de la fondation et de l'évolution de l'ordre des Frères Mineurs au XIIIe siècle, Paris 1928. — *Fr. Gerardi de Fracheto* O. P., Vitae fratrum, rec. Bened. M. Reichert, em Monum. ord. Praed. I, Lovanii 1896. — *Barker,* The Dominican Order during the 13. century, Oxford 1913. — Numerosa literatura em Hergenroether-Kirsch II 647-51.

CAPITULO IV

CIÊNCIAS ECLESIÁSTICAS E ABERRAÇÕES DOUTRINAIS

CULTO E DISCIPLINA

§ 101. Princípios da escolástica e causas das heresias

450. Como a vida religiosa e monástica, assim também as ciências eclesiásticas receberam, na alta idade média, o primeiro impulso pela reforma cluniacense-gregoriana. Nos períodos anteriores houve, no ocidente, só uma escola teológica, a *tradicional,* que simplesmente colhia e transmitia os conhecimentos teológicos dos Santos Padres. Neste período, pelo contrário, surgiu novamente o problema teológico, que tão grandemente excitara os espíritos da antiguidade, o problema da relação entre a fé e a revelação, de um lado, e a razão e a ciência, do outro. Solucionar este problema foi o que visou a ciência *escolástica.*

451. Os primeiros tratados que se fizeram neste sentido basearam-se necessàriamente nos trabalhos que os Santos Padres haviam redigido conforme às necessidades

do tempo, por diferentes motivos e em circunstâncias diferentes, e os quais nem sempre concordavam em todas as particularidades. Um sistema perfeito de teologia ainda não existia.

452. Como, porém, o princípio característico da vida medieval fosse o universalismo e a centralização, a sua tendência mais acentuada foi, no campo doutrinal, harmonizar as diversas opiniões teológicas anteriores aparentemente opostas, e sistematizar, unir num corpo orgânico todas as sentenças filosófico-teológicas. Foi este o *fim da escolástica*.

453. Para realizá-lo, baseava-se na fé e na razão. São estes os seus elementos constitutivos. Realizou-se, de fato, pelo método dialético e sistemático, formando claras distinções e conceitos nítidos e precisos das verdades reveladas, seguindo nas suas conclusões sempre os ditames da lógica mais rigorosa. Todo o conjunto é reunido nas chamadas *sentenças* ou *sumas*, que, pela grandiosa harmonia e finalidade, justamente foram comparadas com as magníficas catedrais góticas do tempo. O objeto da nova teologia não foi, portanto, outra coisa senão a doutrina dos Santos Padres, mas a sua forma foi a filosofia, especialmente a de Aristóteles, grandemente apreciada pelos teólogos da alta idade média como verdadeira *ancilla theologiae*.

454. O nome de escolástica indica que a nova ciência foi um fruto das escolas de então. As escolas mais importantes foram, ainda no tempo de S. Bernardo, as que se erguiam junto aos mosteiros e às grandes catedrais. A Igreja ainda era única mestra e protetora das ciências. No entanto, como muitas destas antigas escolas se achavam no caminho da decadência, no século XI, se formaram novas em redor de doutores particulares. Berengário de Tours e Lanfranco de Bec foram os mais celebrados. No século XII, se tornaram mais importantes as escolas de Paris e de Bolonha.

455. Paris veio a ser centro intelectual de todo o ocidente e conservou a hegemonia no campo teológico durante toda a idade média. Pelo ano de 1200, os lentes das quatro disciplinas principais, teologia, direito, medicina e filosofia, se uniram para proteger os seus interesses, elaboraram uma constituição e obtiveram do rei e do papa importantes privilégios. Assim formaram o primeiro *studium generale*, modelo de todos os outros. Desde o século XIV são chamados *universidades*.

456. Os dominicanos e franciscanos obtiveram, desde logo, cadeiras de teologia na universidade de Paris, estes em 1231, aqueles em 1229. E foram precisamente os mendicantes que deram ao instituto os mestres mais ilustres. E' verdade que, desde 1252, uma parte dos lentes seculares os combatia. Guilherme de Saint-Amour escreveu contra eles um tratado apaixonado *De periculis novissimorum temporum*. Mas os mendicantes, chefiados por Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnorea, mantiveram-se vitoriosamente.

457. Por longo tempo, a universidade de Paris era tida por terceira grande potência, ao lado do papado e do império. E, de fato, teve, não raras vezes, um papel decisivo nas questões políticas do ocidente. A fim de preservar os estudantes dos muitos perigos a que estavam expostos na capital, e para apoiar os estudantes pobres, foram fundados diversos colégios, dos quais o mais importante foi o instituto de Roberto de Sorbon, capelão de Luís IX, e daí chamado de *Sorbonne*. Tal foi a sua importância que, no século XVI, toda a faculdade teológica adotou o nome de Sorbonne.

458. Se Paris era a cidade dos teólogos e dos filósofos, Bolonha granjeou grande renome pelo estudo da jurisprudência. Infelizmente, os *legistas* se foram afastando, cada vez mais, dos sentimentos eclesiásticos, formando, pelo estudo do antigo direito romano, um conceito anticristão e anti-eclesiástico do Estado, fator poderoso de dissolução da cultura medieval. As consequências fizeram-se sentir, do modo mais doloroso, na luta que o papado teve de sustentar contra os Hohenstaufen da Alemanha e contra Filipe, o Belo, da França.

459. De fato, o novo método das escolas tinha os seus perigos para a verdade. Sentiu-o perfeitamente S. Bernardo. Observava ele que na seita dos cátaros e nas obras de Abelardo renascia o livre pensamento, que necessàriamente havia de conduzir a novos erros e heresias. Por isso, Bernar-

do previne os seus contemporâneos do perigo que se escondia num interesse demasiado grande pela filosofia de Platão e de Aristóteles. Não despreza a filosofia, mas é e permanece representante do tradicionalismo crente.

460. E, de certo modo, tinha ele razão. Até àquela época, a idade média só conhecia heréticos isolados. Não havia seitas. Com o novo movimento das ciências, porém, começaram eles a pulular na Igreja como a cizânia no meio do trigo. Todavia, muito se enganaria quem quisesse comparar estas heresias da idade média com as da antiguidade. Tais heresias dogmáticas só eram possíveis num ambiente helênico onde a filosofia era propriedade de quase todo o povo, enquanto que ela, no ocidente medieval, estava reservada a relativamente poucos espíritos.

461. As causas decisivas das heresias medievais não devem, portanto, ser procuradas na escolástica, mas sobretudo na vida prática e social. Uma das causas principais foi o mundanismo, o luxo, a riqueza de muitos clérigos, que provocavam o espírito da crítica. "Como sempre, o povo fazia recair as faltas dos padres sobre o corpo sacerdotal inteiro e sobre todo o estado eclesiástico. Os cátaros e valdenses afirmavam positivamente que todo o padre em estado de pecado mortal perdia os poderes do sacerdócio" (Felder). Daí resultou a idéia de uma Igreja espiritualística, que não conhece sacramentos, nem sacerdócio. Acrescem ainda o espírito democrático da burguesia, o contacto com a cultura liberal e com o laxismo moral do oriente e, finalmente as idéias maniqueístas e panteístas, que tiveram a sua origem em períodos anteriores. Da concatenação de todos estes fatores resultaram as heresias medievais, movimentos religioso-democráticos, diametralmente opostos aos princípios fundamentais da idade média: universalismo, objetivismo e clericalismo. Por conseguinte, manifestaram-se nelas, já muito antes de chegar a idade média a seu apogeu, as origens da sua dissolução (Lortz).

Gilson et Théry, Archives d'histoire doctrinale et litéraire du moyen âge, Paris 1926 ss. — *Wulf*, Histoire de la philosophie médiévale, Louvain 5. ed. 2. vol. 1924-25. — *Denifle-Chatelain*, Chartularium Univers. Paris, 4 vol. Paris 1889-97. — *Bonnerot*, La Sorbonne, sa vie, son rôle, ses oeuvres, Paris 1927. — *Bierbaum*, Bettelorden und Weltgeistlichkeit an der Universität Paris. Münster 1920. — *Zaccagnini*, La vita dei maestri e degli scolari nello studio di Bologna nei secoli XIII e XIV, Genova 1927. — *Funk-Bihlmeyer* II 172 ss; 232 ss.

§ 102. Os cátaros e os valdenses — Outras heresias

462. A seita mais importante deste período foi a dos **cátaros** (= puros), herança dos erros gnóstico-maniqueus da antiguidade. E' provàvelmente pelos paulicianos e bogomilos que aqueles erros foram transmitidos do oriente. Pelos caminhos dos cruzados e dos comerciantes penetraram no ocidente. Aqui se uniram com elementos antieclesiásticos, reavivando, ao mesmo tempo, os restos do maniqueísmo que ainda existiam, cá e lá. Da sua origem oriental são indícios também os nomes de cátaros, como eles se chamavam a si mesmos, e de búlgaros, bugres, paulicianos, publicanos, como eram chamados por seus adversários.

463. Encontram-se vestígios da seita já no século XI; e tornou-se perigo ameaçador, no século XII, espalhando-se por toda a Europa central. Tinham a sede principal em Albi, no sul da França, onde se chamavam albigenses, e no norte da Itália, onde eram chamados de gazzari ou patareni.

464. Dividiram-se, bem cedo, em dois ramos. Uns, principalmente na França, professavam, como os paulicianos, um dualismo absoluto, admitindo dois princípios eternos. O princípio mau, criador do mundo material, é Jeová, autor do Antigo Testamento. O bom princípio é o autor do Novo Testamento, criador das almas. O espírito mau seduziu algumas almas a unirem-se com a matéria. Para libertá-las, o bom Deus enviou Jesus, criatura mais nobre, que com corpo etérico entrou em Maria, que era um anjo, em forma de mulher. A cristologia dos albigenses é, portanto, um puro docetismo. A redenção consiste na doutrina sobre o modo pelo qual as almas podem libertar-se da matéria.

465. Daí resulta o princípio moral da abstinência de tudo o que é material, como matrimônio, uso de carnes

e longos e rigorosos jejuns. Professavam também a metempsicose, e por isso se abstinham de matar animais, da guerra e da sentença de morte. Negavam, além disso, o juramento, a autoridade civil, os sacramentos e todo culto exterior. Tinham, todavia, um certo culto próprio com pregação e orações, um rito de admissão e própria jerarquia com diáconos, bispos e um papa (?).

466. No entanto, a tudo isso estavam obrigados só os *perfeitos* ou *apóstolos*, que tinham recebido o batismo espiritual, que eles chamavam de *consolamentum*. Era este o único sacramento que reconheciam e que administravam depois de uma espécie de catecumenato, mediante certas fórmulas, como a recitação do Padre Nosso e a imposição das mãos e do livro dos Evangelhos. Julgavam ser este sacramento de necessidade absoluta para a salvação, e renovavam-no quando tinham pecado. Os simples fiéis, os *crentes* ou *auditores*, só eram obrigados a receber o *consolamentum* antes da morte.

467a. Os que predominavam na Itália professavam, no essencial, as mesmas idéias. Só se diferençavam por um outro conceito do princípio mau. Como os bogomilos, opinavam ser ele o espírito rebelde, Satanás, a quem confundiam com o autor do Antigo Testamento.

b. Partindo da Itália, a seita se espalhou, por Lião, até Flandres, especialmente entre os tecedores. E de Flandres se irradiou para a Renânia, onde Colônia e Strassburgo foram os seus centros.

A heresia dos cátaros causou, nos seus vários ramos, imenso mal à sociedade. Mas, embora inconsciente e negativamente, causou também um grande bem. Despertou as consciências e provocou uma reforma na Igreja, que teve a sua expressão mais nítida na fundação das ordens mendicantes, dominicanos no sul da França, franciscanos na Itália, e beguinas e begardos em Flandres.

468. A riqueza da Igreja e a avareza de muitos clérigos foram a causa de outra seita, a dos **valdenses.** Como S. Norberto de Xanten, S. Francisco e outros varões ilustres, compenetrados do espírito apostólico, surgiram contra o luxo exagerado e contra os males que dele resultavam, assim o fizeram, a princípio, também Pedro (?) Valdes e seus companheiros. Valdes de Lião, tendo-se enriquecido por um comércio, nem sempre justo, mas arrependido de suas injustiças, e movido pela leitura da Escritura Sagrada e pelo exemplo de S. Aleixo, entregou a maior parte das suas fortunas a sua mulher, distribuindo o resto entre os pobres (1176).

469. Em seguida, começou a pregar a penitência, projetando renovar a vida apostólica que, a seu ver, consistia na pobreza e na pregação popular. Sua pregação não careceu de êxito. Em breve, se lhe associaram muitos sectários, os valdenses ou *pobres de Lião*, que percorriam, dois a dois, o país, pregando. Espalharam-se logo também em outras regiões, principalmente na Lombardia, onde se lhes associaram alguns grupos de humilhados.

470. Como não tivessem a necessária autorização da Igreja e tomassem uma atitude cada vez mais arrogante, o arcebispo de Lião lhes proibiu a pregação. Da sentença do arcebispo apelaram para o papa, que estava inclinado a conceder-lhes a simples pregação moral. Mas eles estavam longe de submeter-se a esta restrição; e, por isso, Lúcio III os declarou heréticos e os excomungou, no sínodo de Verona, em 1184 (DB 402).

471. Não podendo, por isso, continuar pùblicamente a sua pregação, fizeram-no às escondidas, iscando prosélitos, *amigos* ou *crentes*, que lhes davam o sustento. Eles mesmos, os *perfeitos*, renunciavam a toda propriedade e ao trabalho manual. Faziam voto de pobreza, de castidade e de obediência. Mas obedeciam só a seus próprios superiores, Valdes, enviado de Deus, e sacerdotes e diáconos por ele ordenados. Pouco a pouco, a sua doutrina misturou-se com muitas outras heresias, condenadas por Inocêncio III (DB 420 ss). Chegaram até a negar a jerarquia eclesiástica, o sacerdócio, os sacramentos, o purgatório, e condenavam o serviço militar e a pena de morte.

472. Mas, no princípio do século XIII, a seita dividiu-se em dois ramos. Pois os lombardos aspiravam a maior liberdade e não queriam renunciar aos frutos dos seus trabalhos. A separação produziu outras diferenças. Os franceses procuravam reatar suas relações com a Igreja e to-

mar parte no culto católico, enquanto que os italianos formaram um próprio culto com próprios bispos, sacerdotes e diáconos. Estes desenvolveram uma prodigiosa atividade e espalharam-se não só no norte e sul da Itália, mas também no sul e leste da Alemanha, na Boêmia, na Polônia e na Hungria. No século XVI, fundiu-se uma parte da seita com os protestantes. Na Itália, ainda hoje em dia, existem uns trinta mil valdenses.

473. Fora das grandes seitas dos cátaros e dos valdenses, apareceram numerosas outras de menor importância. Umas tinham pontos de contacto com os cátaros, outros com os valdenses, embora externamente não tivessem relações nem com estes, nem com aqueles. As demais são aberrações mais ou menos exquisitas por seu modo panteístico-racionalista de considerar o mundo, ou pelos excessos do antinomismo.

Uma destas seitas tem por fundador a **Tanquelmo,** leigo dos Países Baixos. Atacou, pelo princípio do século XII, furiosamente os eclesiásticos, declarando, como os donatistas, que por seus pecados eram inválidos os sacramentos que administravam. Entregava-se, porém, ele mesmo, a uma vida opulenta e licenciosa. Fazia-se passar por filho de Deus e chegou a casar-se, na sua loucura religiosa, pùblicamente com uma imagem de Nossa Senhora. Foi assassinado, afinal, por um sacerdote. Contra ele e seus adeptos pregaram S. Norberto e seus filhos espirituais (Vita Norb. c. 34).

474. Espírito semelhante a Tanquelmo e extremamente fanático foi **Eon** ou **Eudo de Stella,** natural da Bretanha. Dizia ser juiz dos vivos e dos mortos, referindo a si as palavras da oração litúrgica: per eum qui venturus est judicare vivos et mortuos. O sínodo de Reims (1148) tratou-o de anormal e o fez internar, pelo chanceler Suger, num mosteiro, onde, pouco depois, veio a falecer. Alguns dos seus sectários, obstinados, foram condenados à morte.

475. Os **pedrobrusianos** têm por fundador Pedro de Bruys, sacerdote suspenso, que pregou igualmente no princípio do século XII, no sul da França. Pedro, o Venerável, afirma que foi um dos mais perigosos hereges do tempo (PL 189, 719 ss). Negava o batismo das crianças, a eucaristia e a missa, a veneração das imagens, as orações e as esmolas pelos defuntos e, em geral, todo o cristianismo exterior. Desprezava, também, como os maniqueus, o Antigo Testamento. Quando um dia, numa praça de S. Gilles, tinha preparado uma fogueira para nela queimar quantos crucifixos podia achar, o povo agitado atirou-o no fogo. Sua obra foi continuada por um monge apóstata de Cluni, Henrique "de Lausana" (Henricianos), que já antes inquietara, por suas pregações fanáticas, a Igreja de Le Mans. No ano de 1148, foi citado pelo sínodo de Reims e condenado ao cárcere, onde no ano seguinte morreu. O maior adversário da seita foi S. Bernardo de Claraval.

476. Os **luciferianos,** seita dualista-antinomista, veneravam a Lúcifer, pretendendo que houvesse sido injustamente arrojado do céu. Ensinavam a futura reintegração de Satanás em seus direitos de primogênito de Deus e a condenação de Miguel e de seus anjos. Os membros da seita se entregavam, nas suas reuniões, às mais vergonhosas devassidões (MQ 194-95). Combateu-os principalmente Conrado de Marburgo, sacerdote secular, inquisidor eclesiástico nas regiões do Reno e confessor mais que severo de S. Isabel. Gregório IX lhe concedeu poderes extraordinários. Mas os seus excessivos rigores causaram-lhe a ruína. Alguns cavaleiros o assassinaram perto de Marburgo (1233).

477. Os **irmãos apostólicos** reduzem a sua origem a Geraldo Segarelli de Parma, que adotou as idéias de Arnoldo de Bréscia. Não sendo admitido na ordem franciscana, resolveu renovar assim mesmo a vida apostólica por meio da pobreza e da pregação (1260). A pregação lhe foi proibida pelos papas Honório IV (1286) e Nicolau IV (1290). Mas nem ele, nem os seus sectários obedeceram. A sua desobediência e os seus extravios lhes acarretaram a perseguição e a Segarelli mesmo a morte na fogueira (1300).

Seguiu-lhe como chefe da seita Fra Dulcino, que, vagueando com certa Margarida pela Itália, anunciava uma era do Espírito Santo. Atacava a Igreja ainda mais violentamente do que o fizera Segarelli, chamava-a de prostituta babilônica e profetizava-lhe iminente castigo. Quan-

do, no princípio do século XIV, cometia, com os seus quase dois mil sectários, numerosos latrocínios nas vizinhanças de Vercelli, foi derrotado, finalmente, por um exército de cruzados (1307). Dulcino foi supliciado e também Margarida foi metida numa fogueira (Oliger, em LThK III 372).

478. Pela volta do século XII, os ânimos ficaram excitados, não pouco, pelas profecias do abade cisterciense **Joaquim de Fiore** na Calábria († 1202). Em três livros principais, *Concordia Novi et Veteris Testamenti, Expositio in Apocalipsim* e *Psalterium decem chordarum,* desenvolvera o venerável asceta as suas opiniões sobre a história mundial e eclesiástica e as suas idéias místicas e apocalípticas. Admitia três idades correspondentes às três pessoas divinas. A idade precristã é a época de Deus Padre, da letra do Antigo Testamento, época dos casados e dos leigos. A idade cristã é a época de Cristo, da letra do Novo Testamento e dos clérigos. Quarenta e duas gerações seguem-se umas às outras, de trinta anos cada uma (cfr. Mt 1, 17). Em 1260, começará a época do Espírito Santo e dos monges. Dominará o Evangelho eterno (cfr. Apoc 14, 6), pregado por uma nova ordem de monges. A Igreja material será substituída por uma Igreja espiritual.

479. Joaquim quis ser sincero filho da Igreja. Mas a sua doutrina, diametralmente oposta à idéia da *Civitas Dei* na terra, devia necessàriamente alterar o conceito da Igreja e da sua jerarquia. E, todavia, encontrou eco em largas camadas da sociedade. Com especial simpatia foi acolhida pelos espiritualistas da ordem franciscana. O próprio ministro geral da ordem, João de Parma, simpatizava com ela, embora não fosse o autor do livro *Evangelho Eterno* que lhe foi atribuído. Mas os principais fautores do joaquimismo foram o douto Hugo de Dina e Frei Geraldo de Borgo San Donnino, ambos amigos de João de Parma. Quando, porém, Frei Geraldo no seu *Introductorius in Evangelium Aeternum* (1254), apresentou os livros de Joaquim como o próprio Evangelho Eterno e os espiritualistas como seus pregadores, levantou-se logo uma viva oposição. O *Introductorius* foi condenado pelo papa Alexandre IV (1255) e para Geraldo foi decretado o cárcere perpétuo no claustro. Os escritos de Joaquim foram igualmente sentenciados, pouco depois, num sínodo de Arles.

480. Apesar de tudo, as idéias joaquimistas continuaram perturbando os ânimos. Os chefes dos espiritualistas, Pedro de João Olivi († 1298), Ubertino de Casale, Ângelo Clareno († 1237), como também Jacopone da Todi († 1306), estavam dominados por elas. A doutrina foi condenada, por várias vezes, e em diversas épocas, recentemente pelo decreto *Lamentabili* de 3 de Julho de 1907, que fulminou a seguinte proposição: "A revelação, que constitui o objeto da fé católica, não se completou com os apóstolos" (DB 2021).

481. Certa semelhança com o joaquimismo tem a doutrina de **Amalrico de Bena,** lente de teologia em Paris. Ensinava a identidade do criador e a da criação e declarou, no mesmo sentido panteístico, ser o cristão membro de Jesus Cristo. A doutrina foi condenada em 1206. Mas tinha já numerosos adeptos. David de Dinanto lhe deu uma forma mais sistemática e completamente panteística. Os amalricianos falavam de uma tríplice emanação de Deus, que se teria manifestado como Pai em Abraão, como Filho em Jesus Cristo, como Espírito Santo em cada um dos fiéis. E como na época de Jesus Cristo foi abrogada a lei de Moisés, assim no tempo do Espírito Santo, já vindo, são abrogados os sacramentos e todo o culto divino. Criticavam, portanto, a Igreja e chamavam o papa de anticristo. Para si reclamavam uma liberdade desenfreada de todas as paixões. Um sínodo de Paris (1210) condenou a seita. Os chefes foram por parte encarcerados, por parte condenados à fogueira. O 4.º concílio do Latrão repetiu, mais uma vez, a sentença contra a seita (DB 433).

482. Pouco depois, apareceu em Strassburgo outra seita semelhante, fundada por um certo **Ortlieb.** Na sua doutrina se nota tendência mais acentuada do racionalismo panteístico. Ensina que o mundo é incriado, uma automanifestação de Deus, a alma, uma passageira individualização da substância divina. Adão tinha ainda a consciência desta divindade; pelo pecado a perdeu. Jesus Cristo, filho de José e de Maria, era chamado para renovar esta consciência, em que consiste a verdadeira religião.

483. Herdeiros do espírito de Amalrico de Bena foram os *irmãos e as irmãs do Livre Espírito,* que aparece-

ram, no século XIII, em várias regiões da França, às margens do Reno, na Suíça e na Itália. Distinguiam-se por uma vida libidinosa, proclamando a completa emancipação do espírito e da carne e dizendo que os que estavam unidos com Deus não podiam mais pecar.

Tocco, L'eresia nel medio evo, Firenze 1884. — *Id.*, Gli Apostolici e Fra Dolcino, em Arch. stor. ital. 1897, 241 ss. — *Hahn*, Geschichte der Ketzer im Mittelalter, 3 vol. Stuttgart 1845-50. — *Holmes*, The Albigensian or Catharist Heresy, London 1925. — *Gay*, Histoire des Vaudois, Paris 1912. — *Bondatti*, Gioachimismo e Francescanesimo nel Dugento, Assis 1924. — *Ang. Clareno*, Expositio regulae fratrum minorum, ed. Oliger Quaracchi, 1912. — *Seifert*, Die Weltrevolution, Wien 1931.

§ 103. A luta da Igreja contra a heresia — A Inquisição

484. A Igreja, desde logo, se opôs aos movimentos heréticos e visionários, sobretudo no sul da França, onde os albigenses, graças à proteção da nobreza e à negligência do clero, tinham alcançado aterradora influência e poder. Bandos inteiros de ladrões roubavam e incendiavam igrejas e mosteiros, violavam mulheres, desprezavam os sacramentos e calcavam aos pés as hóstias consagradas. Os legados cistercienses, enviados por Inocêncio III, não lograram atalhar a heresia por causa da pompa e da atitude impetuosa com que se apresentavam. Também a pregação de S. Domingos e, em geral, todos os meios ordinários da doutrina e da exortação não surtiram o desejado efeito. O legado pontifício Pedro de Castelnau foi até assassinado (1208).

Por isso, o papa fez pregar contra os hereges a cruzada, a cuja frente se colocou Simão de Montfort. Já no ano anterior pedira ao rei Filipe II Augusto e a outros príncipes, que combatessem, à mão armada, a heresia e particularmente os seus chefes, o visconde Rogério de Béziers e o conde Raimundo VI de Tolosa. A guerra se fez, de lado a lado, com inaudita crueldade. As relações do legado pontifício Arnoldo de Cister e de Cesário de Heisterbach nos descrevem, por exemplo, o saque de Béziers (1209) que foi verdadeiramente horripilante (cfr. MQ 178-79). A luta prolongou-se pelo espaço de vinte

anos, não por último pelo egoísmo de Simão de Montfort. E só terminou com a paz de Paris, em 1229.

485. Mas não só na França, senão também em outros países, a heresia, já pelo fim do século XII, começou a propagar-se com rapidez tão assustadora, que não só punha em risco a fé cristã, mas também a ordem social. Constrangidos, pois, se viram os chefes da Igreja a tomar, de comum acordo com as autoridades seculares, as necessárias precauções. Reuniu-se, em 1184, o sínodo de Verona, onde Lúcio III e Frederico I baniram os hereges e seus fautores e ordenaram aos bispos fizessem vistorias pelos lugares suspeitos (C. 9 Extra, de haer. V 7). As decisões de Verona foram confirmadas por diversos outros sínodos e, sobretudo, pelo 4.º concílio ecumênico do Latrão (MQ 179 ss).

Frederico II, por ocasião da sua coroação imperial (1220), ofereceu à Igreja o apoio secular e estabeleceu, em diversos decretos, a pena de morte contra os hereges (MQ 186 ss). O mesmo fez Luís IX da França (1229). Depois da guerra dos albigenses, foi organizado, finalmente, no sínodo de Tolosa (1229), um tribunal próprio para atalhar a perversidade herética, e, por bula de 1231, instituiu o papa Gregório IX a *Inquisitio haereticae pravitatis.*

486. Não era, na sua essência, uma coisa nova. Desde os tempos apostólicos, vira-se a Igreja obrigada a combater a heresia. E era naturalmente aos bispos que competia esta missão de vigilância. A *Inquisição episcopal* existe, portanto, desde os princípios do cristianismo. Como meios de repressão eram aplicadas sòmente penas espirituais, especialmente a excomunhão. E bem duras eram as penitências a que os excomungados se sujeitavam para alcançar a reconciliação com a Igreja.

487. Da legislação civil é que, mais tarde, vieram as penalidades materiais. Apenas se firmou a paz com a Igreja, começaram logo os imperadores cristãos a impor, pelo código penal, severas medidas contra as heresias, equiparadas aos crimes de lesa-majestade. E, mais de uma vez, foram castigados com a pena de morte os hereges, como, por exemplo, os adeptos do maniqueísmo, do donatismo e do priscilianismo (Cod. Just. 1, 5, 1-22).

Tais rigores não eram desejados pelos chefes da Igreja, e, embora muitos Santos Padres se pronunciassem em favor dos castigos corporais, todavia, a maioria deles se mostrava abertamente adversa à pena de morte. Mas até os povos da transmigração, depois de convertidos, consideravam a heresia como o maior crime social, digno de ser punido, mais do que qualquer outro, pela autoridade civil (Sachsenspiegel, em MQ 188).

488. Gregório IX, organizando a **Inquisição pontifícia,** manteve os mesmos castigos. Os processos que, de então em diante, se instauravam contra os hereges, norteavam-se geralmente pelos parágrafos do código penal, que diziam respeito à alta traição. Como os bispos, ao parecer de Gregório, não se mostrassem bastante zelosos em perseguir a heresia, o papa enviou, a partir de 1231, legados especiais, *Inquisitores haereticae pravitatis,* que eram geralmente dominicanos. Estes deviam entender-se com os bispos para desempenho da sua missão, mas recebiam diretamente do papa a sua jurisdição. Foi então que começaram aqueles processos tão detestados e, por causa de seus rigores, nem sempre injustamente criticados. Inocêncio IV concedeu, infelizmente, pela bula *Ad extirpanda* de 1252 (BR, ed. Taur. 3, 552 ss), que fosse aplicada, como meio de obter a confissão, a tortura, que outrora o papa Nicolau I reprovara como contrária às leis divinas e humanas (Resp. ad cons. Bulg. c. 86).

489. Os acusados convencidos ou gravemente suspeitos de heresia eram encarcerados ou ficavam sob fiança em liberdade até à sentença solene ou auto de fé, que consistia na abjuração pública dos que desejavam reconciliar-se com a Igreja, ou na condenação dos obstinados. Aqueles, depois de imposta uma penitência, eram absolvidos. As suas penas eram multas, contribuições para obras piedosas, peregrinações, participação nas cruzadas, em certos casos, a flagelação, e a obrigação de afixar no vestuário duas cruzes, que perante os fiéis designavam o herege arrependido. As penas reservadas aos obstinados ou pouco sinceros na conversão eram o cárcere, a confiscação dos bens e a entrega ao braço secular. Esta última pena, que tinha como resultado o suplício pelo fogo, só era imposta aos incorrigíveis e aos relapsos.

Foram, relativamente, poucas as sentenças de morte, como é reconhecido por autores insuspeitos, protestantes e judeus. E conquanto assim mesmo sejam bastante para lamentar, "estamos todavia bem longe das cifras fantásticas dos panfletistas de profissão e muito mais distantes ainda das vítimas das atrocidades dos hereges na Alemanha, na França, e, sobretudo, na Inglaterra contra os católicos" (Salim).

490. Demais, embora seja verdade que a Inquisição se prestou a atos dignos de censura, e que certos processos, como o dos templários e o de Joana d'Arc, se tornassem verdadeiras iniquidades, todavia seria injustiça imputar ao instituto os abusos de alguns de seus membros. Se a aplicação era defeituosa, não deixam, por isso, de ser justos o princípio e o fim.

Afinal, para julgar justamente os processos, é mister tomar em consideração o tempo e os indivíduos. Os indivíduos perseguidos eram, na maioria, sectários fanáticos que abalavam não sòmente os dogmas e a moral da Igreja, mas arruinavam também toda a ordem social, tirando-lhe até o fundamento, o matrimônio e a família. Os valdenses, negando a obediência às autoridades, professavam-se francamente anarquistas. Não pode, pois, haver dúvida de que a Inquisição era uma instituição justa e geralmente tida por necessária para a Igreja e para o Estado.

491. À mesma conclusão nos leva a consideração do tempo. Naquela época, a sociedade européia era, de fato, completamente católica. Tanto os soberanos, como os súditos, consideravam a conservação da religião católica como maior bem social. Era ela o fundamento da aliança entre Igreja e Estado, e nela baseava-se a legislação secular; pelo que qualquer desobediência à religião era já de per si punível segundo as leis civis.

492. A fortiori, a Igreja tinha, não só o direito, mas também o dever de cuidar da pureza da fé e de punir até com penas materiais aqueles seus filhos que se apartavam da verdade. Este direito lhe vem do próprio fundador, que a instituiu como sociedade perfeita, dotada de tudo o que é necessário para se conservar intacta e vital. Portanto, pode fazer leis, punir os súditos que a menosprezem, cor-

rigir os contumazes, como se exprime o papa Bento XV, como mãe terna, mas não fraca.

Luchaire, Innocent III, t. 2: La croisade des Albigois, 3 ed. Paris 1911. — *B. Guidonis*, Practica Inq. haer. Prav., ed. Douais, Paris 1886. — *Warner*, The Albigensian Heresy II: Its suppression by Crusade and Inquisition, London 1928. — *Douais*, L'inquisition, ses origines et sa procédure, Paris 1906.

§ 104. A escolástica primitiva — A controvérsia sobre os universais

493. Os perigos do novo método escolástico, de que S. Bernardo previne os contemporâneos, existiam realmente. Todavia, o seu resultado foi admirável. Foi aquela harmonia entre a fé e a razão que, esboçada no discurso de S. Paulo no areópago de Atenas e nos escritos dos apologetas e doutores da antiguidade cristã, e concretizada, do modo mais perfeito, na alta escolástica, veio a ser a mais bela flor da idade média.

494. A escolástica primitiva foi ainda, de preferência, tradicionalista. Prevaleceu a escola platônico-augustiniana. Mas, o antagonismo entre a antiga escola e a nova que se estava formando, fez-se logo notar pela veemente discussão sobre os universais. São eles sòmente nomes abstratos, existem sòmente *post rem?* sem realidade própria? Afirmam-no os nominalistas ou conceitualistas. Ou têm eles uma existência real (realismo)? E neste caso, precedem eles aos seres concretos, como dizia Platão (realismo extremo, universalia ante rem)? ou existem, como afirmava Aristóteles, nos seres concretos, de modo que só pela experiência e pela abstração se formem no espírito (realismo moderado, universalia in re)?

495. Este problema, em si filosófico, veio a ser de alto alcance, quando foi introduzido, de um modo muito infeliz, na doutrina sobre a SS. Trindade. O cônego **Roscelino** de Compiègne ensinava que a idéia universal da SS. Trindade, a deidade, é apenas um nome. Por conseguinte admitia três substâncias divinas, o triteísmo. Mas teve de abjurar o seu erro, no sínodo de Soissons (1092), com o que o nominalismo ficou reprimido para dois séculos.

496. Não obstante, meio século depois, **Gilberto** de la Porrée († 1154), desde 1142 bispo de Poitiers, caiu em erro semelhante, admitindo uma distinção real entre a substância *qua est Deus*, a essência divina, e a substância *quae est Deus*, as três pessoas divinas, e assim chegou a confessar uma doutrina meio triteísta, meio tetrateísta. Também ele teve que revogar as suas afirmações, no sínodo de Reims, em 1148 (DB 389-92).

497. A questão foi resolvida pela escolástica, fazendo ela seus os princípios de Aristóteles, cujas obras precisamente a este tempo se tornaram conhecidas no ocidente. Ligava-se, é verdade, a este conhecimento um grande perigo, porque as opiniões do estagirita sobre a essência divina e sobre a relação de Deus com o mundo não são claras e, principalmente, porque a sua doutrina se apresentava muito enturvada pela filosofia panteísta dos judeus e dos árabes da Espanha. A crítica dos teólogos cristãos conseguiu, porém, purificar a doutrina do maior filósofo da antiguidade e criar, por assim dizer, um Aristóteles cristão (Lortz).

498. Pai da escolástica é **S. Anselmo de Cantuária** (1033-1109), nobre piemontês de Aosta, abade de Bec, arcebispo de Cantuária e primaz da Inglaterra (cfr. § 87). Foi ele o primeiro a pronunciar o princípio fundamental da nova escola: *Fides quaerit intellectum*, ou o princípio mais concreto: *Credo ut intellegam; fides praecedit intellectum*. Quis, pois, tomar por ponto de partida a verdade revelada e chegar, por meio da especulação, ao conhecimento científico do dogma. Seguindo ele a S. Agostinho, mostrou, por seu turno, a via régia, na qual, de fato, o seguiram quase todos os escolásticos posteriores.

499. O seu renome literário liga-se principalmente às suas obras *Monologium* e *Proslogium*. Naquela trata da essência divina, nesta, da existência de Deus, e procura prová-la pelo argumento ontológico, concluindo da idéia do ser supremo à sua existência. O ser absolutamente supremo, assim raciocinava, não pode existir sòmente no nosso intelecto. Pois, neste caso, poderíamos imaginar outro ser igual existente também na realidade, o qual por isso mesmo seria mais perfeito.

500. Desde logo, o monge Gaunilo de Marmoutier levantou dúvidas contra este argumento, dizendo que da possibilidade não há conclusão à realidade. Seria isto o mesmo que dizer alguém: "Eu tenho a idéia duma bela ilha no oceano; logo ela existe". Mas Anselmo se defendeu no seu *Livro apologético,* não admitindo tal princípio, quando se trata do ser supremo.

Em outra obra, a mais célebre, *Cur Deus homo,* expõe Anselmo uma nova doutrina soteriológica, opondo à teoria patrística da redenção a teoria da satisfação, mais digna e mais elevada.

501. Discípulos do grande abade e arcebispo foram Anselmo de Laon († 1117), arcediago e escolástico de Paris, e Guilherme de Champeaux († 1121), fundador da escola de S. Vitor e bispo de Châlons. Discípulo de Guilherme, de Anselmo de Laon e de Roscelino foi **Pedro Abelardo** (1079-1142), maior filósofo do século XII e teólogo subtil e perspicaz. Lente em Paris, teve relações com a sua discípula Heloísa, bela sobrinha do cônego Fulberto. Arrependido, entrou no mosteiro de S. Dinís.

502. Dotado de talento acentuadamente crítico e mestre da dialética, opôs a S. Anselmo o lema: *Intellego ut credam,* considerando a dúvida metódica como ponto de partida para chegar ao conhecimento da verdade. Não foi um racionalista declarado; mas, por sua propensão para apóstrofes atrevidas e paradoxos, sofreu contradições em muitos pontos. O sínodo de Soissons (1121) obrigou-o a meter no fogo o seu tratado *De unitate et trinitate divina,* por causa de opiniões sabelianas.

503. De volta ao seu mosteiro, teve uma contenda com os seus confrades, porque dizia que S. Dionísio Areopagita não era o fundador da Igreja da França. Perseguido pelos monges, que consideravam o Areopagita como fundador do seu mosteiro, retirou-se para as proximidades de Troyes e fundou na solidão de Nogent um mosteiro, dedicando-o ao Paracleto. Não achando a paz que procurava, entregou o mosteiro a Heloísa, que tomara o véu, e foi eleito abade de S. Gildas na Bretanha (1128). Mas a indisciplina de seus monges o moveu a abandonar a abadia, voltou a Paris e começou novamente a ensinar (1136).

504. Escreveu então *Theologia christiana, Introductio in theologiam, Sic et non, Scito te ipsum* e um comentário às epístolas de S. Paulo com erros sobre as boas obras. Destas obras, uma série de sentenças foram extraídas por iniciativa de S. Bernardo (DB 368-86) e condenadas no sínodo de Sens (1141). De nada lhe valeu a apelação para Roma. Inocêncio II confirmou a sentença do sínodo.

505. Abelardo reconheceu, felizmente, os seus erros e, apesar da instigação de seu turbulento discípulo Arnoldo de Bréscia, reconciliou-se, por intervenção de Pedro, o Venerável, com a Igreja e com S. Bernardo. Retirou-se então para o mosteiro de Cluni, onde edificou os monges com sua vida penitente e piedosa e onde escreveu a sua autobiografia *História calamitatum.* Pedro, o Venerável, avisou a Heloísa da morte edificante de Abelardo e enviou-lhe o cadáver para lhe mostrar, mais eloquentemente do que o fizera Abelardo vivo, o que se ama, amando-se um homem. Ambos esperam no mesmo túmulo a ressurreição da carne.

506. Em oposição à dialética unilateral de Abelardo, a escola de S. Vitor, fundada por Guilherme de Champeaux, seguiu o caminho indicado por S. Anselmo. Visava harmonizar perfeitamente a escolástica e a mística, a *fides quae creditur* e a *fides qua creditur.* Representante principal da escola foi Hugo de S. Vitor († 1141), chamado por seus contemporâneos "alter Augustinus". Oriundo da família dos condes de Blankenburg no Harz (Alemanha), entrou, em 1118, na escola de S. Vitor e a levou a grande florescimento. Renunciou a todas as honras e dignidades para dedicar-se ùnicamente aos estudos e à contemplação. Seu discípulo foi o escocês Ricardo de S. Vitor († 1173).

507. À mesma escola pertence **Pedro Lombardo,** depois lente na escola da catedral e, desde 1159, bispo de Paris († 1164). Sua obra principal são os *Quatro livros das sentenças,* que contêm um completo sistema de dogmática, tratando no 1.º livro De Deo uno et trino, no 2.º da criação e das criaturas, no 3.º da redenção e no 4.º dos sacramentos e da escatologia. A obra venceu em clareza e sistemática a todas as anteriores que tratam do mesmo assunto e valeu ao autor o título de "Magister sententiarum". O fundamento da obra é a teologia de S. Agostinho, tra-

tada por meio da especulação e da mística. Especulação e mística serão sempre os caracteres específicos da escolástica. As sentenças do Lombardo ficaram sendo manual de teologia muito apreciado até ao século XVI. Um dos maiores discípulos foi Pedro de Poitiers, chanceler de Paris e bispo de Embrun († 1205).

508. Também a Inglaterra teve representantes da nova escola. Roberto Pulleyn, lente de teologia em Paris e Oxford e, desde 1144, cardeal e chanceler da Igreja romana, escreveu oito livros de sentenças, com rica argumentação bíblica e patrística (PL 186). João de Salisbury, capelão, amigo e biógrafo de Tomás Becket, desde 1176 bispo de Chartres († 1180), pertence, por seu vasto saber e por sua crítica penetrante, aos primeiros espíritos da época. Finalmente, seja ainda mencionado Alano da Ilha, professor em Paris e, mais tarde, monge cisterciense de Claraval († 1202). Por seus muitos conhecimentos foi chamado "Doctor universalis", e é, por assim dizer, um trânsito para a alta escolástica.

Knoepfler, Lehrbuch 455 ss. — *Hergenroether-Kirsch* II 432; 520 ss. — *Grabmann*, Die Geschichte der scholastischen Methode, 2 vol. Freiburg 1909-11. — *Id.*, Die Geschichte der kath. Theologie seit dem Ausgang der Väterzeit. Freiburg 1933. — *Stoeckl*, Geschichte der Philosophie des Mittelalters, 3 vol. Mainz 1864-66. — *Anselmi* Opp., ed. Migne, PL 158-59. — *Eadmer*, Vita S. Anselmi, em PL 158, 49 ss. — *Hasse*, Anselm von Canterbury, 2 vol. Leipzig 1843-52. — R. *Allers*, Anselm von Canterbury, Leben, Lehre, Werke, Wien 1936. — *Abael.* Opp., ed. Migne PL 178. — *Hugo de S. Victor* Opp., ed. Migne PL 175-77. — Petr. Lombard. Opp., ed. Migne PL 191-92. — Libri IV sententiarum ed. 2. Quaracchi 1916.

§ 105. O florescimento da escolástica

509. Foi no século XIII, que a escolástica celebrou os seus mais belos triunfos. Deve o seu florescimento essencialmente à fundação das universidades, às ordens mendicantes, respectivamente à sua atividade científica, e ao conhecimento dos escritos de Aristóteles. O estagirita obteve, na teologia, o lugar que antes ocupara a escola platônico-augustiniana. Veio a ser o filósofo da teologia. Mas também a escola antiga teve ainda os seus representantes, principalmente entre os franciscanos, aderindo-lhe também

alguns dominicanos. Ambas, porém, combateram aquelas aberrações do aristotelismo que teve, no século XII, os seus representantes principais no filósofo árabe Averróis e no judeu Moisés ben Maimônides, ambos de Córdova, e, no século seguinte, em Siger de Brabante, professor de teologia em Paris e imortalizado por Dante no 10.º canto do "Paraíso" (v. 136). São precisamente os mendicantes os principais mestres da alta escolástica: Alexandre de Hales, Alberto Magno, Tomás de Aquino, Boaventura e João Duns Escoto.

510. **Alexandre de Hales,** de nacionalidade inglesa, estudou em Oxford e Paris e lecionou em Paris. Já célebre teólogo, entrou na ordem franciscana (1230?) e é considerado como fundador da antiga escola franciscana. Com ele é que começa a nova época das ciências, porque é ele o primeiro a empregar, do modo mais extensivo, a filosofia aristotélica para fundamentar a doutrina eclesiástica e é ele quem introduziu primeiro o silogismo rigoroso na teologia. A sua obra principal, o comentário sobre as sentenças de Pedro Lombardo, chamada também *Summa universae theologiae*, segue, no essencial, ainda o augustinismo de S. Anselmo, de Pedro Lombardo e Hugo de S. Vitor. Mas serve-lhe de guia a filosofia aristotélica. A obra foi completada por seus discípulos, que deram a seu mestre o título de "Doctor irrefragabilis".

511. Quase ao mesmo tempo, **S. Alberto Magno** (1193-1280) ilustrou a Igreja com seu estupendo saber. Nasceu da família cavaleiresca dos Bollstaedt em Lauingen sobre o Danúbio. Estudou primeiro em Pádua, onde, ao que parece, entrou na ordem dominicana (1223). Seguiu depois para Colônia, onde iniciou também as suas preleções. Mais tarde, foi chamado à universidade de Paris. Foi, em seguida, eleito provincial de seus irmãos na Alemanha (1254), obrigado por Alexandre IV a aceitar o bispado de Ratisbona (1260-62), nomeado legado apostólico, e por fim tornou a ser lente em Colônia. Foi canonizado e declarado Doutor da Igreja em 1932.

512. Também ele é aristotélico, e venceu a todos os escolásticos pela extensão de conhecimentos filosóficos, teológicos e naturais. Escreveu a *Summa theologica*, a *Summa*

de creaturis e diversas obras ascéticas e sobre assuntos da ciência natural. A mística igualmente não lhe foi alheia. Por seu vasto saber deram-lhe o título de "Doctor universalis" e o nome de "Magno". Um dos seus discípulos, Ulrico Engelberti de Strassburgo, o chama "assombro e maravilha do nosso tempo".

513. No entanto, maior do que o mestre se tornou seu discípulo **S. Tomás de Aquino** (1225-74). Nasceu em Roccasicca, no reino de Nápoles, da antiga família dos condes de Aquino. Estava, pois, aparentado com a família imperial dos Hohenstaufen. Educado em Montecassino e em Nápoles, entrou ali na ordem dos dominicanos (1243), apesar da resistência de seus parentes. Fugiu do castelo, onde estes o detiveram, para o convento de Nápoles, sendo então enviado por seus superiores para Colônia, onde lecionava Alberto Magno. Acompanhou a seu mestre a Paris, onde em breve desenvolveu maravilhosa atividade, continuada depois em Roma e em Nápoles. Em caminho para o 2.° concílio de Lião, faleceu no mosteiro cisterciense de Fossanuova, tendo apenas 48 anos de idade.

514. Suas obras principais são a *Summa theologica* e a pequena *Summa contra gentiles*. A primeira é dividida em três partes: 1.°) De Deo et creaturis, 2.°) ética geral e particular, 3.°) cristologia, soteriologia e escatologia. Esta terceira parte ficou incompleta. Toda a obra é uma maravilha de arquitetura científica, no seu todo e nas suas partes. O autor se revela grande pensador, e, ao mesmo tempo, grande místico e santo. A *Summa contra gentiles*, dividida em quatro livros, é uma apologia do cristianismo contra os judeus e contra os árabes, feita a pedido de Raimundo de Penaforte.

Tomás foi maior do que seu mestre Alberto Magno, não pela extensão do seu saber, mas sim pelo talento, pela clareza da compreensão e pela sistemática, que fizeram com que fosse considerado como "príncipe da escolástica". A piedade da sua doutrina e a singular pureza da sua vida lhe valeram, desde o século XV, o título de "Doctor angelicus", tendo sido chamado, nos séculos anteriores, geralmente de "Doctor communis", porque a sua autoridade doutrinal era realmente universal, depois de a escola franciscana ter perdido a sua primitiva influência. Os dominicanos obrigaram, já desde 1278, os seus religiosos a aceitarem a doutrina do seu maior mestre. E realmente, depois de S. Agostinho, ninguém influenciou tão sensìvelmente a teologia católica como Tomás de Aquino (FB II 240).

515. Igual ao doutor angélico, em ciências e santidade, foi o "Doctor seraphicus", **S. Boaventura.** Nasceu de pais pobres em Bagnorea na Toscana (1221). Seu nome era João Fidanza. Ele mesmo conta que, quando menino, caiu gravemente doente e foi salvo pela intercessão de S. Francisco. A lenda acrescenta que então o saudaram, exclamando: O quanta buona ventura! A mãe fez o voto de o entregar aos filhos de S. Francisco, e realmente entrou na ordem franciscana, em 1243 ou 1244. Em Paris, ouviu as preleções de Alexandre de Hales. Desde 1248, lecionou ele mesmo como licenciado e, desde 1257, como doutor. Mas, no mesmo ano, foi eleito geral da sua ordem, tendo apenas 36 anos de idade. Dirigiu com tanta prudência e circunspeção os destinos da família franciscana, que com justeza é chamado seu segundo fundador. O papa Gregório X o obrigou a aceitar a dignidade de cardeal e de bispo de Albano (1273). Mas, já no ano seguinte, surpreendeu-o a morte, no 2.° concílio de Lião, onde estava encarregado dos negócios com os gregos.

516. Boaventura é o principal mestre da antiga escola franciscana, que ainda se ligava mais estreitamente a Platão e Agostinho do que a Aristóteles. As suas obras têm um caráter acentuadamente místico. As principais de entre elas são: o comentário às sentenças, o *Breviloquium*, melhor compêndio da dogmática na idade média, o *Itinerarium mentis in Deum*, que lhe valeu o título de "príncipe da mística". Seguem depois o Soliloquium, Lignum vitae, Vitis mystica e muitas outras. A edição mais recente de todas as obras de Boaventura, feita em Quaracchi (1882-1902), consta de dez volumes. Algumas partes foram publicadas separadamente, como os Tria opuscula theologica (1896), Decem opuscula ad theologiam mysticam spectantes (1896) e outras mais.

517. Poucos anos antes da morte de Boaventura, nasceu o fundador da nova escola franciscana, **João Duns Es-**

coto. A sua pátria é Duns, pequena cidade da Escócia. Como data do seu nascimento indicam uns o ano de 1274, outros, com maior probabilidade, o de 1265 ou 1266. Muito jovem entrou no convento franciscano de Dumfries. Terminado o noviciado, foi enviado ao estudo universitário, primeiro, ao que parece, de Northampton, mais tarde, de Paris e Oxford, onde teve a Guilherme de Ware por mestre. Sob a direção de Ware obteve o grau de doutor e foi nomeado lente da mesma universidade. Com grande aplauso ouviram-no os numerosos estudantes que de toda parte concorreram para assentar-se aos pés do jovem mendicante. O fruto das suas preleções é o comentário às sentenças de Pedro Lombardo, ou *Opus oxoniense*.

518. Talvez em 1302, foi chamado à universidade de Paris. Foi isto para Escoto um sacrifício muito sensível. Oxford se lhe tornara uma segunda pátria. O povo o estimava por suas pregações piedosas, e os estudantes o enalteciam a ponto de escrever sobre a sala das preleções: "Nullus maior Johanne Duns Scoto". Mas, em breve, ganhou também em Paris quase todas as simpatias. As suas preleções trataram novamente das sentenças do Lombardo. Deu-lhes, porém, uma forma mais precisa e mais breve. São os *Reportata parisiensia.* A política antipapal de Filipe o Belo obrigou Duns Escoto a deixar Paris em 1303. Pôde, porém, voltar, ao cabo de um ano.

519. Em Colônia houve então grande confusão motivada pelas aberrações dos begardos e beguinas. Todos os meios de restabelecer a ordem fracassaram. O arcebispo Henrique II pediu ao papa e ao geral da ordem, que lhe enviassem o jovem lente da Sorbona. Pode ser que também a política de Filipe o Belo influísse na transferência do célebre mestre. Escoto entrou em Colônia na qualidade de juiz eclesiástico e defensor da fé católica, e por isso foi recebido com honras verdadeiramente principescas. Só poucos meses lhe foram concedidos pela Providência. Mas bastaram para triunfar dos abusos e heresias, "formidabile haereticorum fulmen". Tinha combatido o bom combate. Aos 8 de Novembro de 1308 faleceu. Achou o último repouso na igreja dos minoritas de Colônia.

520. Escoto foi o espírito mais agudo, perspicaz e subtil entre os franciscanos e talvez entre todos os escolásticos. A sua linguagem nem sempre é clara, a exposição, às vezes, é defeituosa. Faltou-lhe o tempo para dar a última demão às suas obras. Mas muito se enganaram os que, não compreendendo a sua difícil terminologia, o chamaram de céptico e agnóstico, precursor do criticismo moderno. Na realidade, não é menos positivo e construtivo do que os outros corifeus da alta escolástica. A Sorbona lhe guardou uma grata memória, dando-lhe o título de "Doctor subtilis". O papa Clemente V o confirmou. O povo acrescentou o de "Doctor marianus" e de "Doctor Immaculatae". Das suas obras merecem ainda ser mencionadas as *Quaestiones quodlibetales,* 21 questões metafísico-teológicas.

521. Sobre a base da doutrina de Duns Escoto formou-se, em oposição aos tomistas, a escola dos escotistas. As duas escolas seguem, em algumas questões teológicas, diversas opiniões. Na doutrina sobre a graça e justificação, os escotistas professam um sinergismo mais acentuado, isto é, dão o primado à vontade, enquanto que os tomistas proclamam a primazia do intelecto.

Outro objeto de vivas discussões foi a doutrina sobre a Imaculada Conceição de Maria, que já no período anterior começara a preocupar sèriamente os maiores espíritos. S. Tomás e os dominicanos como também alguns franciscanos da antiga escola, Alexandre e Boaventura, defenderam a opinião negativa. Escoto, porém, declarou-se com zelo inflamado pela sentença afirmativa, e soube em toda parte impor silêncio aos adversários. Depois da sua morte, porém, a discussão deu lugar a repetidas e apaixonadas controvérsias, que obrigaram o papa franciscano Sixto IV a proibir a ambas as partes de acoimar de herética a opinião contrária (1483).

522. A doutrina de Escoto, teve, em breve, entre os franciscanos a mesma autoridade, como a de S. Tomás entre os dominicanos. As suas obras foram editadas por Wadding (12 vol., Lião 1639). Uma nova edição apareceu em Paris (28 vol., 1891-95). Prepara-se uma edição novíssima.

523. A estas estrelas de primeira ordem acrescem ainda alguns nomes que também ocupam um lugar honroso na história das ciências eclesiásticas. Enquanto que aqueles corifeus da escolástica se norteavam pelas regras rigo-

rosas da escola, nota-se entre estes uma certa tendência de romper aquelas regras para vulgarizar as ciências ou para alargá-las e aprofundá-las pelo exato empirismo. Tentou vulgarizá-las Raimundo Lulo, quis alargá-las Rogério Bacon.

524. **Raimundo Lulo** (1235-1316; cfr. § 95), oriundo de Maiorca, converteu-se, na idade de 30 anos, de uma vida mundana e cortesã para terceiro franciscano e dedicou-se, desde então, com zelo ardente, às missões entre os mouros e à luta contra a filosofia panteísta dos árabes. Entre os seus numerosos escritos, o mais conhecido é a *Ars Magna,* pela qual pretendeu ter inventado um novo método de aprender fàcilmente todas as ciências teológicas e um sistema de regras e últimos princípios que permitisse uma rigorosa argumentação nas questões da fé revelada. A obra gozou de grande autoridade no tempo do humanismo e exerceu a sua influência ainda sobre o jovem Leibniz.

525. **Rogério Bacon** (1214-94), franciscano inglês, estudou primeiro em Oxford e depois em Paris. Lecionou, em seguida, com grande êxito nas duas universidades. Por seus vastos conhecimentos lhe chamaram de "Doctor mirabilis". Sabia perfeitamente as línguas grega, hebraica e arábica, e acentuava a necessidade da linguística para o estudo das Escrituras e para as missões. Percebeu que o texto da Vulgata precisava de ser corrigido, e fez uma proposta neste sentido. Opôs-se enèrgicamente ao respeito exagerado às autoridades doutrinais como fonte de muitos erros, e exigiu um exame mais independente nas investigações científicas. Distinguiu-se especialmente nas ciências naturais e matemáticas. Com todo ardor se aplicou à investigação da natureza. Percebeu o erro do calendário juliano e fez a proposta de o corrigir. Teve até um certo pressentimento das recentes invenções da técnica. Mas, devido à singularidade das suas opiniões, teve de sofrer rudes perseguições.

526. Fautor e mestre de Bacon foi **Roberto Grosseteste** (1175-1253), um dos mais eminentes espíritos de todos os tempos. Foi lente de Oxford pelo espaço de 35 anos e depois bispo de Lincoln (1235-53). Como propugnador da

reforma eclesiástica levantou poderosamente a sua voz, não fazendo alto nem ante a cúria romana (Ep 113. 114). Os seus muitos escritos tratam de quase todos os campos da ciência. Na filosofia baseia-se, de preferência, nos princípios de Agostinho e de Anselmo, mostrando, porém, uma inclinação bem acentuada para a empíria. Como Bacon, apreciava altamente a matemática e fez, como ele, propostas para a reforma do calendário juliano.

527. Muito fiel à antiga escola augustiniana foi também **Henrique de Gand** († 1293), chamado "Doctor solemnis". Cônego e arcediago de Tournai e, desde 1277, mestre de teologia em Paris, opôs-se igualmente às "inovações" de Tomás de Aquino e de Averróis.

528. Merecem ser mencionadas ainda as muitas obras históricas, anais, crônicas e biografias, compostas neste período. Mas indicar todos os autores é coisa impossível, pois o seu nome é legião. Sejam lembrados, pelo menos, os dois historiadores das cruzadas, Guilherme de Tiro e o cardeal Tiago de Vitry. Até uma espécie de enciclopédia teve origem no século XIII. E' o *Speculum maius sive triplex* de Vicente de Beauvais († 1264), educador dos filhos de Luís IX. O douto dominicano procura dar uma explicação enciclopédica de todos os conhecimentos de seu tempo. A obra se divide em três partes: Speculum naturale em 32 livros, Speculum doctrinale em 17, e Speculum historiale em 31 livros. A última parte contém uma história universal e eclesiástica até 1254.

Grabmann, Die Geschichte der kath. Theologie, 47 ss. — *Felder,* Geschichte der wissenschaftlichen Studien im Franziskanerorden bis zur Mitte des 13. Jahrhunderts, Freiburg 1904; ed. franc. Paris 1908. — *Id.,* Die Ideale des hl. Franziskus von Assisi, Paderborn 1923; versão port. de Soares d'Azevedo, Petrópolis 1926. — *Little,* The Franciscan School at Oxford in the 13th Century, AFH 1926, 803 ss. — *Alex. Hal.,* Summa theol., ed. Quaracchi, 2 vol. 1924-28. — *Scheeben,* Der hl. Albert der Grosse, Koeln 1931. — *Id.,* Albertus Magnus, Bonn 1932. — *Thom. Aqu.,* Opp. ed. Leonina, 14 vol., Romae 1882-1926. — *S. Tomás de Aqu.,* Suma teológica, primeira versão port. por Alex. Correia, S. Paulo 1934 ss. — *Enders,* Thomas von Aquin, Mainz 1910. — *Grabmann,* Thomas von Aquin, eine Einfuehrung in seine Persoenlichkeit und Gedankenwelt, Kempten-Muenchen 1920. — *Gilson,* Le Thomisme, 3. ed. Paris 1926. — *Gilson,* Der hl. Bonaventura, vers. alem. por Boehner, Hellerau 1929. — *Lemmens,* Der hl. Bonaventura, Kempten 1909. — *Minges,* Joannis Duns Scoti doctrina philosophica et theologica, 2 vol. Quaracchi 1908. — *Giusto,* Vita del B. Giovanni Duns Scoto, (Assisi) 1921. — *Scara-*

muzzi, Il pensiero di Giovanni Duns Scoto nel Mezzogiorno d'Italia, Roma 1927. — Franz. Stud. 1914, 250 ss; 506 ss. — 1916, 214 ss; 319 ss. — 1917, 44 ss; 177 ss. — 1923, 1 ss. — Wissensch. und Weissheit 1937, 131 ss.

§ 106. A mística dos séculos XII e XIII

529. A escolástica pretendia conhecer e provar a fé revelada por meio da lógica e da dialética. Outro foi o fim da sua irmã espiritual, a mística ou teologia afetiva ou contemplativa. E' ela a união com Deus, respectivamente a ciência desta união que se realiza nas três fases ou vias purgativa, iluminativa e unitiva. A sua última perfeição consiste na contemplação. As experiências místicas e os conhecimentos intuitivos da alma visitada por Deus são o objeto da mística especulativa. Ela não está oposta à escolástica, como muitas vezes se tem afirmado. Também não tem nada de comum com as aberrações dos irmãos do Espírito Livre ou dos ortlibianos e outros sectários, que pretendiam poder abstrair da Igreja e até de Jesus Cristo, fazendo-se passar por uma individualização da substância divina. Os maiores mestres da escolástica foram, ao mesmo tempo, grandes místicos. E, como a escolástica, assim também a mística se cultivava, de preferência, nas novas ordens religiosas.

530. Já S. Anselmo de Cantuária teve certa inclinação para a mística. Mas o pai da mística medieval é pròpriamente S. **Bernardo de Claraval,** o "Doctor melifluus", o "gênio religioso do século XII" (Harnack). Sua mistica consiste na tendência escolástica de tomar a fé revelada por ponto de partida para chegar à ciência, não por meio da dialética, senão pelas luzes do Espírito divino que lhe vinham da oração e pela santidade da vida. Essência da piedade lhe era a meditação e a imitação do Homem das dores. Era esta a sua mais sublime filosofia: "Scire Jesum et hunc crucifixum".

A mística de Bernardo está contida mais claramente nos cinco livros *De consideratione,* no tratado *De diligendo Deo* e nos 84 sermões sobre o Cântico dos cânticos. Fruto da sua mística são o hino *Jesu dulcis memoria* e outras poesias, que, embora segundo a crítica moderna, nem todas fossem autênticas, todavia até ao nosso século despertaram em milhares de corações a piedade desse verdadeiro "cavaleiro de Cristo, como se chamavam os primeiros moradores de Cister.

531. Contemporâneos de Bernardo foram os abades Guilherme de S. Thierry († 1148) e Roberto de Deutz († 1135), em cujos numerosos escritos predomina a mística, misturando-se, porém, com considerações filosófico-históricas.

532. Altos merecimentos granjearam, no mesmo tempo, os vitorinos de Paris (cfr. † 104), sobretudo pela mística especulativa. Já Hugo de S. Vitor († 1141) cultivou-a com êxito. Seu discípulo Ricardo († 1173) formou o primeiro sistema da mística.

533. A mística franciscana começa com o próprio "Serafim" de Assis, cujos pensamentos prediletos são o Bom Deus, a Paixão de seu Filho, a magnificência da natureza e a senhora Pobreza. O ardor da sua mística se lhe desprende do coração ora em fervorosas súplicas, ora em hinos inflamados, ora em lamentos sentidos. Assim pregava, assim também escrevia. Os seus escritos legislativos, as suas cartas, os seus cânticos são os testemunhos da sua mística. Como o ardor seráfico o fazia cair muitas vezes em êxtase, como aparecia a seus irmãos, como o Serafim divino, finalmente, lhe imprimiu os estigmas no Alverne, tudo isso nos relatam os seus biógrafos Boaventura, e melhor ainda Tomás de Celano.

534. O espírito de Francisco vivia também em muitos de seus filhos espirituais que o seguiram nos caminhos da mais alta contemplação. Entre os próprios companheiros de Francisco figuram Frei Gil de Assis († 1262) e S. Antônio de Pádua († 1231). No fim do século XIII e princípio do século XIV, brilhou **Jacopone da Todi** († 1306), figura tão original como o caminho da sua vida: do bulício do mundo e do estado matrimonial ao convento, do convento ao cárcere, do cárcere ao altar. Acerba foi a sua linguagem na luta contra o papa Bonifácio. Mas a Igreja lhe perdoou, o povo da Úmbria o elevou às honras dos altares. O *Stabat Mater* que a tradição universal lhe atribui

só podia sair dum coração que amava. A sua forma é incomparável. Inúmeros mestres da música tentaram dar ao texto uma melodia condigna. Nenhuma Pietà de mármore pode apresentar mais comovente a Mater dolorosa junto à via sacra de seu Filho do que essa admirável Sequência (Baumgartner IV 463).

535. O "príncipe da mística" foi **S. Boaventura** (cfr. § 105). Se ele só tivesse escrito os dois opúsculos *Itinerarium mentis in Deum* e *De triplice via* ou *Incendium amoris*, bastaria para lhe conceder a primazia entre os místicos da alta idade média. Contemporâneo de Boaventura foi David de Augsburgo († 1272), lente de teologia e mestre dos noviços no convento de Ratisbona. Os seus escritos (ed. Quaracchi 1899) nos revelam sentimento profundo e humilde piedade.

536. Se S. Boaventura foi o "príncipe da mística", S. Tomás de Aquino foi o "príncipe da escolástica". Mas, foi grande também como místico. A sua Suma Teológica foi o manancial onde, no século XIV, foram buscar as suas inspirações João Tauler e Henrique Suso. Um espírito muito original foi seu irmão de hábito, Teodorico de Freiberga na Saxônia, falecido no segundo decênio do século XIV.

537. Uma primavera verdadeiramente admirável teve a mística em diversos mosteiros femininos da Alemanha. A primeira destas servas de Deus foi **S. Hildegarda** (1098-1179), abadessa de Rupertsberg perto de Bingen. Oriunda provàvelmente da família dos condes de Boeckelheim, desenvolveu esta "Sibila da Renânia", como a chamavam, uma benéfica atividade reformadora nos mosteiros e nas cidades. Bispos e abades, reis e príncipes pediam os seus conselhos. As suas revelações estão conservadas em diversos escritos: *Liber scivias*, isto é, *sci vias Domini, Liber divinorum operum* e *Liber vitae meritorum*. Hildegarda teve também grandes conhecimentos da medicina e em geral das ciências naturais (PL 197).

Contemporânea de Hildegarda, porém menos conhecida, é S. Isabel de Schoenau († 1164), monja beneditina deste mosteiro. As suas revelações foram escritas por seu irmão, o abade Egberto (PL 195).

538. Centro celebérrimo de vida contemplativa, de piedade e de atividade foi o mosteiro de monjas cistercienses em Helfta, perto de Eisleben, dirigido pela abadessa Gertrudes de Hackeborn († 1292). Desabrocharam ali as mais belas flores da mística da alta idade média. **Mechtildes de Magdeburgo** († 1285) escreveu *Das fliessende Licht der Gottheit*. E' a primeira poesia religiosa de maior importância em idioma nacional e, ao mesmo tempo, a mais grandiosa da mística alemã na idade média (Karrer II 185 ss).

539. **Mechtildes de Hackeborn** (1241-99) foi a irmã da abadessa. As suas revelações estão contidas no *Liber specialis gratiae*, redigido por duas irmãs espirituais. No primeiro e no último capítulo, as duas autoras relatam a vida da santa. Uma das colaboradoras foi **S. Gertrudes Magna** (1256-1302?), a mais célebre destas virgens sagradas. O seu *Legatus divinae pietatis* e o *Liber specialis gratiae* de Mechtildes são "tesouros incomparáveis de doutrina sobre o Sagrado Coração, pois raramente antes, e nunca em seguida, as relações do Coração divino com as outras pessoas divinas ou com as almas dos homens foram tratadas tão a fundo e com tanta exatidão e brilho" (Granger 10).

540. Na Itália floresceu, ao mesmo tempo, a b. **Ângela de Foligno** (1248-1309), que, convertida de uma vida mundana, entrou na ordem terceira de S. Francisco, levando, desde então, uma vida de extrema penitência. As suas visões nos foram transmitidas por seu confessor (Karrer II 45 ss).

Grabmann, Die Geschichte der kath. Theologie 122 ss. — *Baumgartner*, Geschichte der Weltliteratur IV, Freiburg 1905. — *Zahn*, Einfuehrung in die christliche Mystik, 2. ed. Paderborn 1916. — *Karrer*, Textgeschichte der Mystik: I. Der mystische Strom; II. Die grosse Glut, Muenchen 1926. — *Butler*, Western Mysticism, 2. ed. London 1927. — *Tanquerey*, Compêndio de teologia ascética e mística, 2. ed. port. Porto 1932. — *S. Franc.*, Opuscula, Quaracchi 1904. — *S. Bonav.*, Decem opuscula, 3. ed. Quaracchi 1926. — *Id.*, Tria opuscula, 4. ed. Quaracchi 1925. — *Gruenewald*, Franziskanische Mystik, Muenchen 1932. — *Herwegen*, Die hl. Hildegard von Bingen, Kempten 1911. — *Krebs*, Meister Dietrich, Muenster 1906. — *Oliger*, Revelationes B. Elisabeth, Antonianum 1926, 24 ss. — *Granger*, O amor do Sagrado Coração, vers. port., Kevelaer 1928. — *Weissbrodt*, Der hl. Gertrud der Grossen Gesandter der goettlichen Liebe, 7. ed. Freiburg 1919.

§ 107. Culto e disciplina

541. A liturgia, tratada com tanto carinho na idade média primitiva (cfr. § 81), sofreu, neste período, novamente algumas modificações. Antes de tudo, foi formulado mais claramente o **conceito do sacramento.** Na antiguidade e no princípio da idade média, o nome de "sacramento" significava qualquer coisa sagrada ou uma doutrina sagrada. A controvérsia de Berengário (cfr. § 75) motivou uma definição mais clara e precisa. Desde então, entende-se por sacramento sòmente um sinal visível instituído por Jesus Cristo para significar e efetuar a graça interior. Por lógica consequência foi fixado também mais exatamente o número setenário, sobretudo por Pedro Lombardo (Sent. 4, 2, 1) e pelos glosadores do Decreto Graciano. Inocêncio III exigiu de Durando de Osca e de seus companheiros valdenses explicitamente a fé nos sete sacramentos (DB 424).

542a. Também a doutrina dos sacramentos em particular foi fixada mais clara e exatamente e regulada a sua administração. Foi primeiro na administração da **Eucaristia,** que se introduziram algumas modificações. Desde a heresia de Berengário se foi formando o costume de elevar a hóstia imediatamente depois da consagração e de se dar, neste momento, um sinal com uma campainha. No século XIV, fez-se o mesmo quanto à elevação do cálice.

b. A fim de promover a veneração da Eucaristia, prescreveu Gregório X que os fiéis se ajoelhassem na santa missa desde a consagração até à comunhão, exceto no tempo de Natal e de Páscoa.

c. Pelo zelo quase escrupuloso com que se velava pela santidade do sacramento, desapareceu, desde o século XII, o cálice dos leigos e a comunhão das crianças recém-batizadas. Sòmente depois de terem chegado aos anos de discernimento podiam recebê-la. Infelizmente, diminuiu também, cada vez mais, a recepção dos sacramentos entre os adultos. Os próprios monges comungavam raramente, os conversos cistercienses, sete vezes durante o ano. Os franciscanos, conforme as constituições de S. Boaventura, quinze vezes. Os leigos aproximavam-se tão raramente à mesa sagrada, que o 4.° concílio do Latrão se viu obrigado a

prescrever a todos os cristãos se confessassem ao menos uma vez por ano e comungassem no tempo da Páscoa (c. 21).

543a. Ao mesmo tempo, os sacerdotes deixaram de celebrar frequentemente a santa missa. Amargamente se queixa disso o mencionado concílio (c. 17). De outro lado, houve ainda clérigos que celebravam mais de uma vez por dia, abuso contra o qual foram lançados diversos decretos, durante o século XIII. Um sínodo de Tarragona (1239) reduziu o privilégio da binação à festa do Natal (c. 6); e este costume tornou-se, pouco a pouco, universal.

b. Desde o século XII, tornou-se muito geral o costume de dizer a chamada "missa sicca", que consistia na recitação de um formulário de missa sem ofertório, consagração e comunhão, costume este que se conservou até ao século XVII.

c. Os paramentos litúrgicos obtiveram, já no período anterior, a sua forma definitiva. Inocêncio III menciona as cinco cores litúrgicas hoje em uso (De sacro altaris mysterio I 65).

544. A celebração da santa missa andava acompanhada geralmente da **pregação,** que teve, na alta idade média, um novo florescimento, devido à reforma eclesiástica, às cruzadas, à luta contra os hereges e, particularmente, à fundação das ordens mendicantes que cultivavam, de preferência, a pregação popular, a homília. Os maiores pregadores do tempo foram S. Bernardo de Claraval (cfr. § 97), e os franciscanos S. Antônio de Pádua, S. Boaventura, David de Augsburgo e, o maior de todos, Bertoldo de Ratisbona, venerado pelos contemporâneos como verdadeiro profeta. Entre os dominicanos têm maior renome S. Tomás de Aquino, João de Vicenza e Umberto de Romanis.

545. Com atenção especial trataram os teólogos o sacramento da **penitência.** Como elementos indispensáveis eram tidas, desde Gregório I, a *contritio cordis,* a *confessio oris* e a *satisfactio operis.* A fórmula da absolvição transformou-se, no século XIII, de deprecatória que era em indicativa.

b. Que o sacerdote é o único ministro da penitência, já o ensinara Agostinho (Ep. 228, 8). Mas, desde o século

VIII, era costume confessar-se, em caso de necessidade, também a um diácono ou minorista, ou mesmo a um leigo e receber dele a absolvição. Alguns teólogos declararam tal confissão por obrigatória. Alberto Magno (Sent. 4, 17, 59) e Tomás de Aquino (Sent. 4, 17, 3, 3, 1) atribuíram-lhe até um certo valor sacramental. Mas Alexandre de Hales, Boaventura e, particularmente, Duns Escoto (Op. ox. 4, 14, 4, 5) e a sua escola rejeitaram tal opinião, vendo na absolvição sacerdotal a essência do sacramento. Por diversas vezes, foi inculcado o sigilo sacramental. O 4.° concílio do Latrão o sancionou com as penas mais severas (c. 21).

c. A penitência pública foi cedendo, mais e mais, à instituição das "redenções" pecuniárias, esmolas que se faziam a favor de obras eclesiásticas. Como na antiguidade os *libelli pacis,* assim as "redenções" da idade média podem dizer-se certa espécie de indulgências, embora não o fossem no sentido próprio da palavra.

546. **Indulgências** pròpriamente ditas tomaram, no entanto, aos poucos, o lugar das "redenções". A doutrina católica sobre este assunto tem por fonte a revelação. Mas os escolásticos a determinaram mais claramente. Segundo eles, as indulgências consistem na remissão total ou parcial das penas temporais, que a Igreja nos concede fora do sacramento da penitência e que, depois de perdoados os pecados, deveríamos expiar neste mundo ou no purgatório. Foi Alexandre de Hales quem primeiro as deduz do tesouro espiritual da Igreja (S. t. 4, 23, 3).

547. Para ganhá-las exigiam-se certas obras, como jejum, esmolas e outras. Magníficas igrejas e obras pias devem a sua fundação a esta instituição. As cruzadas foram, finalmente, de importância decisiva para o seu desenvolvimento. Urbano II prometeu, no sínodo de Clermont, uma indulgência plenária a todos os que tomassem a cruz. Alexandre II, já antes, o fizera a favor da guerra contra os mouros da Espanha.

548. Igual privilégio foi concedido aos guerreiros nas expedições contra os pagãos, hereges e inimigos da Sé apostólica. Infelizmente, a instituição foi também fonte de não poucos abusos. O 4.° concílio do Latrão (c. 62) proibiu aos bispos de conceder indulgências demasiado frequentes e grandes, e decretou normas severas para os chamados *quaestores eleemosynarum.* Mas os abusos não desapareceram. Alberto Magno, Bertoldo de Ratisbona e outros levantaram amargas queixas. Nos sínodos diocesanos e provinciais foram, repetidas vezes, objeto de decretos.

549. Um movimento singular deste tempo foi o dos **flagelantes.** A flagelação era empregada, desde o princípio do monaquismo, como meio de castigar os monges desobedientes (Pall., Hist. Laus. 6). Mais tarde, se aplicava também a outros clérigos delinquentes, transformando-se, desde meados do século XI, em meio geral de penitência. Fazia-se, acompanhada por salmos, e ficou sendo tão universal, que o nome de disciplina era idêntico à flagelação. Era aplicada ou pelo confessor ou pelo próprio penitente.

550. Comovidas pela pregação da penitência, flagelavam-se, às vezes, multidões inteiras do povo, formando-se verdadeiras fraternidades de flagelantes. As primeiras se encontram pelo ano de 1230, motivadas pela pregação de S. Antônio e de seus irmãos. Multiplicaram-se, pelo ano de 1260, provàvelmente pela influência das profecias de Joaquim de Fiore e pelas muitas guerras e calamidades do tempo. Partindo de Perúsia, espalhou-se o movimento pela Itália setentrional, pelo sul da Alemanha e terras vizinhas. Mas, por causa dos extravios, foram proibidas pela Igreja, e desapareceram, no ano seguinte. Mais tarde, porém, repetiram-se semelhantes acontecimentos (Knoepfler 475-76).

551. Enquanto que a penitência sacramental assumia formas cada vez mais mitigadas, tornava-se, já desde o período anterior, mais rigoroso o caráter puramente disciplinar, sob as formas de excomunhão e interdito. Aumentaram desmesuradamente os casos de excomunhão *latae sententiae,* de modo que Gregório VII e mais ainda os papas seguintes se viam obrigados a mitigar estes rigores. Especial eficácia tinha o interdito, ainda nos séculos XII e XIII. Mas era uma medida perigosa para a vida religiosa, razão por que também neste ponto se introduziram mitigações.

552. Mitigaram-se igualmente os **jejuns.** Uma Quaresma que se introduzira para preparação do Natal, desapa-

receu, de novo, conservando-se apenas em certas ordens religiosas. Uma mitigação essencial foi introduzida pela permissão de peixe e de lacticínios, que só na Quaresma ficaram proibidos. A refeição diária, que antes só se tomava pela tarde, foi colocada à sexta ou à nona hora do dia.

553. Grande foi, neste período, o número das **festas litúrgicas.** Às já existentes acresceram outras novas. Cá e lá, se levantaram queixas contra o excesso. Um sínodo de Oxford de 1222 (cân. 8) menciona 53 festas anuais. A mais importante das que neste tempo foram introduzidas é a festa do Corpo de Cristo. Motivou-a a visão da b. Juliana de Liège († 1258). Foi introduzida primeiro na diocese de Liège (1246). Quando o então arcediago Tiago Pantaleão com o nome de Urbano IV (1261-64) foi elevado à cátedra de S. Pedro, estendeu-a a toda a Igreja (Mansi 23, 1077). S. Tomás de Aquino escreveu o maravilhoso ofício. Clemente V fixou a celebração para a quinta-feira depois da festa da SS. Trindade, e João XXII ordenou a procissão teofórica.

554. Na Bélgica teve origem também a festa da SS. Trindade, espalhando-se, já desde o século X, para a França e para a Alemanha. O bispo Estêvão de Liège (902-20) redigiu um ofício conveniente. S. Boaventura a inscreveu no calendário franciscano. João XXII decretou a sua celebração em toda a Igreja, fixando-lhe o domingo depois de Pentecostes.

555. Grande impulso teve a veneração da SS. Virgem, propagada especialmente pelos mendicantes, e teòricamente explicada como hiperdulia pelos escolásticos. O sábado, já antes, era dedicado ao culto de Maria, recitando-se, neste dia, o ofício da Virgem bem-aventurada. Urbano II ordenou, no sínodo de Clermont, que este costume fosse introduzido em toda a Igreja.

Desde o século XII, se propagou também a festa da Imaculada Conceição, primeiro na Inglaterra, onde o abade Anselmo, sobrinho de Anselmo de Cantuária, trabalhou por difundi-la. S. Bernardo lhe foi contrário e escreveu contra a sua introdução aos cônegos de Lião (Ep. 174). Todavia, propagou-se, mais e mais, sobretudo quando os franciscanos a aceitaram (1263) e, a exemplo de Duns Escoto, começaram a defender também cientificamente o seu mistério. Neste período tiveram origem ainda a Salve Rainha e o rosário que, desde o século XII, lentamente se foi formando até receber, no século XVI, a sua forma definitiva.

556. A veneração dos santos foi grandemente promovida pelas muitas relíquias que se trouxeram do oriente, durante as cruzadas e depois da conquista de Constantinopla. Também as lendas de santos contribuíram muito para seu culto. Entre elas são as mais célebres as de Cesário de Heisterbach, de Tiago de Vitry e a *Lenda áurea* de Tiago de Voragine († 1298).

557. Desde o século XI, se formaram os chamados espetáculos ou mistérios eclesiásticos, motivados pelo caráter dramático dos mistérios da religião e pela tendência do tempo de apresentar bem vivamente aos fiéis os mistérios das festas respectivas. Celebravam-se assim os mistérios de Natal, da Paixão e da Páscoa. Em breve, seguiram-se outros para os dias do Senhor e dos santos mais populares. As cenas, apresentadas por clérigos ou alunos dos mosteiros, serviam, sem dúvida, à edificação dos fiéis, e muitos destes mistérios se mantiveram até aos nossos dias. Menos edificantes foram as imitações burlescas de funções eclesiásticas, como a festa do burro no domingo de Ramos e o "festum fatuorum" em 1.º de Janeiro. Mais tarde, se espalhou o "riso pascoal" que em certas regiões se manteve até ao século XIX.

558. Um olhar retrospectivo nos diz que, desde Gregório VII até meados do século XII, a cultura eclesiástica se achava numa contínua ascensão, conservando-se, por um século inteiro, na altura do seu maior florescimento, para então entrar na fase de decadência. Todo o período ostenta, no entanto, como o período anterior, grandes contrastes. Ao lado de muitos pontos luminosos havia também muitos obscuros, ao lado do mais alto entusiasmo religioso, o mais baixo indiferentismo, ao lado da mais austera penitência e da mais ideal piedade, a mais rude crueldade e a devassidão mais detestável. Lutas e guerras entre classes, cidades e nações agitavam a sociedade.

559. Todavia, prevaleciam os elementos do bem. A alta idade média sentia, como nenhum outro período da história, a influência do espírito religioso e eclesiástico. Dominava este espírito em todos os campos da vida, pública e privada, política e social, na ciência e na arte. E ainda que houvesse algumas dolorosas exceções, foi universal a obediência à autoridade da Igreja nas coisas da fé e da moral. Daí se explicam os magníficos resultados da escolástica e da mística. O século XIII é, por excelência, o século dos santos e dos doutores.

560. Infelizmente, a vida eclesiástica não conseguiu manter-se nesta altura. Nos meados do século XIII, aparecem os sintomas da decadência. O império universal é destruído. O nacionalismo francês começa a escravizar o papado. O universalismo do ocidente se dissolve. Desfalece o sentimento teocêntrico. O laicismo se levanta contra o clericalismo. O mundanismo penetra na sociedade e até nas instituições eclesiásticas. Inocêncio IV designa, no 1.° concílio de Lião, como uma das chagas da Igreja a relaxação do alto e do baixo clero. Roberto Grosseteste entregou ao papa o seu memorial *De corruptelis ecclesiae,* o dominicano Humberto de Romanis apresentou ao 2.° concílio de Lião um projeto de reforma, redigido por ordem do próprio papa Gregório X, e um minorita redigiu, ao mesmo tempo, a *Collectio de scandalis ecclesiae.* Já estamos no caminho para o fim da idade média.

Schwane, Dogmengeschichte der mittelalterlichen Zeit, Freiburg 1882. — *Bach,* Die Siebenzahl der Sakramente, Regensburg 1864. — *Gillmann,* Die Siebenzahl der Sakramente bei den Glossatoren des Gratianischen Dekrets, Mainz 1909. — *Minges,* Compendium theologiae dogmaticae specialis II, 2. ed. Ratisbonae 1922. — *Schmitz,* Der Empfang der heiligen Sakramente gegen Ende des Mittelalters, Stimmen von Maria Laach 1890, 450 ss; 1891, 30 ss. — *Cooper,* Flagellation and the Flagellants, London 1896. — *Buchberger* (passim). — *Funk-Bihlmeyer* II (passim).

TERCEIRA ÉPOCA

A BAIXA IDADE MÉDIA

DESDE BONIFACIO VIII ATE' À PSEUDO-REFORMA (1303-1517)

Vista Geral

561. A idade média é o tempo do universalismo, do objetivismo e do clericalismo. A esta união de energias, centralizadas no papado e no império universais, opuseram-se, desde os séculos XII e XIII, movimentos centrífugais, particularistas, subjetivistas e mundanos.

562. No campo político despertou a consciência nacionalista, o que teve por consequência a formação de Estados nacionais. O império universal perdeu a hegemonia entre as nações do ocidente. A França nacional aproveitou-se da ocasião para conseguir os seus fins particularistas. E esta mudança acarretou também um transtorno no campo político-eclesiástico. O papado de Avinhão sofreu graves reveses pela tutela egoísta da nação francesa, e não menos pelas tendências particularistas e democráticas que existiam no seio mesmo da Igreja. Obscureceu-se a idéia do primado. Os papas do cisma excomungavam-se mùtuamente, e os papas da renascença eram antes príncipes políticos e nacionais do que chefes espirituais da Igreja. Dissolveu-se o universalismo medieval, o nacionalismo triunfou.

563. No campo espiritual e intelectual acentuou-se, mais e mais, o subjetivismo. A escolástica não pôde manter-se na altura que atingira, no século XIII, e a sua decadência designa a dissolução da harmonia entre a fé e a razão. A crítica subjetivista preparou o terreno às heresias que assustadoramente agitariam a Inglaterra e a

Boêmia e levariam, em última análise, à pseudo-reforma protestante.

564. Os clérigos, quase únicos mestres na idade média primitiva e alta, cederam lugar ao mundo leigo e, por conseguinte, a cultura ficou compenetrada pelo espírito mundano. Renascença e humanismo são os novos ideais no campo da cultura, não raras vezes contrários à cultura da Igreja.

565. Levantaram-se vozes para reformar a Igreja na sua cabeça e nos seus membros. Mas os concílios de reforma, dominados pelo espírito democrático e pela chamada teoria conciliar, iam destruir as bases da Igreja medieval.

566. Em vista de tudo isso, compreende-se a crítica que Dante faz a seu tempo. O mundo antolhava-se-lhe vazio de toda virtude e cheio de malícia. A sua pequena pátria, Florença, parecia-lhe um antro de usurários, de ladrões e de frenéticos. A sua grande pátria, a Itália, era-lhe um navio sem piloto ao sabor da tempestade, abandonada por quem devia governá-la, estraçalhada pelas discórdias intestinas. Nem havia coisa melhor fora da Itália... Nem na Igreja, nem no império achava conforto (Papini, Dante vivo 130-31).

567. Todavia, a baixa idade média não é sòmente um período de dissolução e decadência. Produziu também frutos preciosos, provas evidentes da vitalidade da Igreja. Foi precisamente neste período que a mística, prática e teórica, floresceu ainda mais brilhantemente do que no período anterior. A própria Igreja continuou, com êxito, a sua obra educadora entre o povo cristão, de modo que, apesar dos muitos abusos, no fim da idade média houve inegàvelmente mais pura religiosidade do que, há pouco ainda, se julgava. E foi precisamente o povo que mais fiel se mostrava aos ideais da fé e da vida cristã do que muitos príncipes que ocupavam a maior parte das sedes episcopais e reservavam para si os cabidos.

568. A divisão genética deste período é muito clara. A forma externa do seu desenvolvimento é determinada por estas três palavras: cativeiro de Avinhão, cisma ocidental e concílios de reforma, desenvolvimento este que vem acompanhado, uma vez, pela luta entre o papa João XXII e seus sucessores e Luís IV e, outra vez, pelos conflitos que a teoria conciliar causou.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA DO PAPADO

§ 108. Princípio do cativeiro babilônico dos papas

569. O papa Bonifácio VIII falecera em consequência dos acontecimentos de Anagni (1303). Mas Filipe IV não se deu ainda por contente com a sua vitória efetiva. O seu ódio exigia uma aprovação oficial das suas idéias. O papa, supremo chefe da cristandade, deveria reconhecer a justiça do seu procedimento e condenar o papa falecido. A só idéia dum plano tão satânico revela a que ponto chegara já a fraqueza do papado e a sua dependência de um rei que não conhecia escrúpulos.

Bento XI (1303-04), antes superior geral dos dominicanos e cardeal desde 1298, embora amigo fiel de seu antecessor, julgou dever seguir outra política. Com espírito reconciliador, mas sem fraqueza indigna, retirou logo uma série das sentenças pronunciadas contra os Colona e, embora excomungasse os que cometeram o crime de Anagni, suprimiu também as sentenças que Bonifácio lançara contra Filipe e contra a França.

570. Mas Filipe quis mais: o predomínio permanente da França sobre papado e Igreja, como também a condenação de Bonifácio. Prova das suas pretensões é o seguinte pontificado. O conclave que seguiu à morte repentina de Bento XI durou quase onze meses. Os cardeais estavam divididos em dois partidos, um francês e italiano outro, este bonifaciano, aquele antibonifaciano, sendo chefe dos bonifacianos o velho cardeal Mateus Orsini, enquanto seu sobrinho Napoleão Orsini o era dos adversários. Como os eleitores não pudessem convir em nenhum candidato do sacro colégio, conseguiu Napoleão Orsini reunir os votos suficientes no arcebispo de Bordéus, Bertrando de Got, que parecia corresponder às aspirações de todos. Pois,

de um lado, simpatizara com Bonifácio VIII, a quem devia a sua elevação à sede arquiepiscopal, de outro lado era francês e tinha boas relações com Filipe IV. Além disso, era oriundo duma antiga família nobre da Gasconha que pertencia politicamente à coroa da Inglaterra. Subiu à cátedra de S. Pedro com o nome de **Clemente V** (1305-14).

571. Parece que no princípio não era o seu intento transferir a cúria pontifícia para a França. Mas a sua fraqueza, a atitude pouco escrupulosa do rei, a falta de segurança na Itália e as contendas políticas em Roma fizeram com que fosse entronizado em Lião e estabelecesse, em 1309, definitivamente a sua residência em Avinhão, então feudo imperial nas mãos do rei de Nápoles (cfr. § 90). Começa, pois, com Clemente V aquele período que já pelos contemporâneos foi chamado de "cativeiro babilônico" dos papas (1305-76 [78]).

Logo no princípio do seu pontificado, o novo papa teve de tratar com Filipe IV a questão bonifaciana, mostrando-se-lhe bem mais condescendente do que Bento XI. Criou muitos cardeais franceses, reintegrou os Colona em todos os seus antigos direitos, retirou formalmente a bula *Clericis laicos* e suspendeu, pela bula *Meruit* (MQ 211-12), para a França, a bula *Unam sanctam,* reconhecendo a completa independência política do reino.

572. Não obstante, o rei instaurou, em 1307, um processo contra Bonifácio VIII. Felizmente conseguiu Clemente procrastinar a solução e submeter, finalmente, a questão a seu próprio tribunal (1311). Mas sòmente o conseguiu sacrificando os templários, cassando todas as sentenças ditadas contra a França desde o princípio da luta e declarando a Filipe inocente dos ultrajes feitos a Bonifácio. O próprio Nogaret foi absolvido. No **concílio de Viena** (1311-12), Bonifácio foi acusado, mais uma vez, de heresia, mas as acusações foram rejeitadas como infundadas.

573. O objeto mais importante deste concílio foi a condenação dos templários, uma das mais tristes tragédias da história da Igreja. A responsabilidade deve atribuir-se principalmente à tirania e à ambição de Filipe IV, que, invejoso do grande poder da ordem e cobiçando os seus bens imensos, resolveu aniquilá-la.

Acusações gravíssimas, compradas ou não, de se obrigarem os seus membros a renegar a Cristo, a cuspir um crucifixo, a adorar um ídolo, a comprometer-se à sodomia e outros escândalos pretensos forneceram ao rei o desejado motivo. Sem autorização do papa ordenou prender todos os cavaleiros da França (c. 2000) e confiscar os seus bens, e mandou que se lhes arrancasse uma confissão por meio de torturas. Clemente protestou contra tão horrível injustiça e pediu que, em virtude da isenção da ordem, os prisioneiros e os seus bens lhe fossem entregues. Mas as coisas não mudaram essencialmente. Pelo contrário, movido pela confissão de muitos cavaleiros, o próprio papa ordenou aos demais príncipes o encarceramento dos templários e a confiscação dos seus bens. Realmente, houve abusos, embora os crimes, acima mencionados, não pudessem ser provados.

574. A sentença definitiva devia ditar-se no concílio de Viena, que estava convocado para o ano de 1310, mas não se reuniu senão em Outubro de 1311. A imensa maioria dos conciliares foi de parecer que, sem injúria de Deus e perversão do direito, a ordem não podia ser condenada como herética. Contudo, uma pequena minoria de vis aduladores declarou-se em favor do rei. E o papa cedeu. Pela bula *Vox in excelso* (MQ 212) a ordem foi suprimida (1312), "não pelo modo de uma sentença definitiva, mas por uma ordenação apostólica", aduzindo-se como motivos, entre outros, a difamação da ordem e as suspeitas de heresia e de imoralidades. Os contemporâneos, porém, indicaram como verdadeiro motivo a cobiça do rei. Também S. Antonino de Florença considerou injusta a supressão (Rayn., ad an. 1307, 12). Os bens da ordem foram concedidos aos hospitaleiros de S. João que, no entanto, não os receberam, senão em parte muito reduzida, porque o rei e os príncipes deles se apoderaram.

575. Centenas de cavaleiros já tinham sido queimados, durante o processo, como pretensos relapsos. Outros tinham sucumbido no cárcere a tormentos desumanos. O próprio grão-mestre Jacques de Molay morreu na fogueira. Mas, no mesmo ano, morreu também Filipe IV, deixando a França num estado tristíssimo. E tão odioso se tornara que muitos clérigos se negavam a celebrar-lhe as exéquias.

Seu sucessor Luís X (1314-16) teve de lutar com contínuas revoltas. E, no espaço de catorze anos, todos os filhos e netos de Filipe IV seguiram-no ao sepulcro. Pouco antes do rei morreu também o papa. E o povo considerou tal coincidência como sentença divina.

576. Na península ibérica foi também instaurado o processo contra os templários. Mas o resultado foi bem diferente. Enquanto que na França os cavaleiros gozavam em ócio das suas imensas riquezas e singulares privilégios, afrontando o poder do rei, que lhes era devedor, e, em vez de darem vantagens ao Estado, começavam a ser inúteis e odiosos, aqui, e particularmente em Portugal, não se dava por finda a sua missão. A luta com os sarracenos reclamava ainda o valor do seu braço. Foi encontrado um expediente na fundação da ordem dos cavaleiros de Cristo (cfr. § 99), para a qual passaram todos os bens dos templários, sendo admitidos nela também todos os antigos cavaleiros do templo.

Vitae paparum avenionensium (1305-94), ed. Baluzius, 2 vol. Paris 1693; ed. Mollat, 4 vol. Paris 1916-22. — *Mollat,* Les papes d'Avignon (1305-78), 4. ed. Paris 1924. — *Seppelt-Loeffler,* Papstgeschichte 206 ss. — *Pastor,* Geschichte der Paepste seit dem Ausgang des Mittelalters I, 4. ed. Freiburg 1901. — *Rodocanachi,* Histoire de Rome 1354-1471, Paris 1922. — *Lizerand,* Le dossier de l'affaire des Templiers, edité et traduit, Paris 1923. — *Id.,* Clément V et Philippe IV le Bel, Paris 1910. — *Hefele,* Konziliengeschichte VI 532. — *Weber,* História universal, vers. port. por D. d'Almeida, II, Lisboa 1882. — *F. de Almeida,* História de Portugal, Coimbra 1922.

§ 109. A luta entre João XXII e Luís IV de Baviera

577. A condição humilhante do papa e a sua dependência do rei da França influenciou dolorosamente também a relação entre papado e império. Rodolfo de Habsburgo morrera em 1291. Seu sucessor Adolfo de Nassau (1292-98) sucumbira a Alberto I (1298-1308), filho de Rodolfo. Mas Alberto, por sua vez, foi assassinado por seu sobrinho João Parricida. Filipe IV desejava que a coroa se desse a seu irmão, Carlos de Valois, e exigiu que o papa se pronunciasse a seu favor. Mas, em vão. Os eleitores se decidiram unânimemente por **Henrique VII** (1308-13), duque de Luxemburgo, e o papa aprovou de boamente a eleição.

578. Henrique VII, animado de nobres ideais, logo se pôs a caminho para a Itália (1310), onde o saudaram como libertador do jugo dos partidos. Dante, cheio de admiração, lhe ofereceu provàvelmente então os *Tres libri de monarchia,* em que exprimia a sua convicção de que só do imperador podia esperar-se a salvação da Itália e que o imperador era chamado por Deus a ser o chefe da monarquia universal. Em Milão cingiu Henrique a coroa férrea e, aos 29 de Junho de 1312, recebeu a coroa imperial pelas mãos de três cardeais, especialmente delegados pelo papa. A solenidade teve lugar na basílica do Latrão, porque a cidade leonina se achava em poder do rei Roberto de Nápoles (1309-43).

Este, feudatário ao mesmo tempo do papa e do imperador, colocou-se à frente dos guelfos, adversários de Henrique, pelo que foi declarado inimigo do império. O conflito entre os dois soberanos deu motivo a outro entre imperador e papa, que, considerando a Henrique vassalo da Sé apostólica, lhe ordenou fizesse as pazes com Roberto. Antes de estalar a guerra, morreu o nobre imperador em Buonconvento perto de Sena. A sua morte deu ocasião a violentas lutas pela coroa na Alemanha, e na Itália, a rapinas e guerras fratricidas que continuavam a assolar a formosa península.

579. Tanto mais difícil tornou-se o problema da eleição imperial, quanto mais se prolongava a vacância da Sé apostólica. Pela desunião dos cardeais decorreram mais de dois anos, sem que se desse a Clemente V um sucessor. Foi eleito finalmente o cardeal Tiago de Ossa, que adotou o nome de **João XXII** (1316-34). O novo papa já era um ancião de 72 anos de idade. Villani no-lo apresenta como um varão fraco de aparência, mas de caráter enérgico, temente a Deus, sábio, amigo das ciências e hábil administrador. Antes da sua eleição prometeu voltar para Roma. Mas não cumpriu a promessa, prolongando-se o cativeiro de Avinhão.

580a. Desde logo se lhe antolhou a eleição dupla na Alemanha entre **Luís IV da Baviera** (1314-47) e Frederico

o Formoso da Áustria (1314-30), sobrinho de Rodolfo de Habsburgo. Um e outro procuraram obter o reconhecimento do papa. João XXII observou, no princípio, neutralidade, reclamando, porém, para si não sòmente o direito de decidir a eleição, mas também a administração da Itália, e confirmou a nomeação de Roberto II de Nápoles para vigário imperial na Itália. As armas se decidiram em favor de Luís. Na batalha de Muehldorf (1322), Frederico foi derrotado e ficou preso nas mãos do adversário.

b. Não obstante, continuou a luta entre as casas de Habsburgo e de Wittelsbach. Nem o papa quis reconhecer o vencedor. Luís, porém, sem esperar a confirmação do papa, tomou o título de rei dos romanos e apressou-se em nomear um administrador imperial para a Itália. Por isso, o papa, influenciado pela política francesa, intimou-o para que viesse, dentro de três meses, à sua presença e declarou-o suspenso da administração do império (Rayn. 1323, 30 ss.). Luís respondeu pelo protesto de Nuremberg, declarando que os direitos e os poderes imperiais têm a sua base na eleição e na coroação, e não na aprovação pontifícia, acusou o papa de ter favorecido a heresia e apelou para um concílio geral. Por isso, João XXII lançou-lhe a excomunhão (1324).

c. Luís renovou o seu protesto pela apelação de Sachsenhausen, dizendo que o papa era herético formal pela constituição *Cum inter nonnullos* (DB 494), sobre a pobreza de Cristo e dos apóstolos contra os frades menores, e que, por isso, não era papa legítimo, e apelou, mais uma vez, para um concílio geral. Em lugar de negociações pacíficas começou, deste modo, uma luta não menos renhida e dolorosa do que o fora a de Henrique IV, Frederico II e Filipe IV; e isto apesar de se terem reconciliado Luís e Frederico da Áustria.

581. Para o lado do rei passaram logo todos os inimigos do papa, principalmente aqueles rigoristas da ordem franciscana, que não aceitaram a sentença do papa na questão da pobreza de Cristo e dos apóstolos. Os seus chefes eram Miguel de Cesena, Guilherme de Ocam e Bonagracia de Bérgamo. Não é difícil demonstrar o seu influxo na redação da apelação de Sachsenhausen. Ocam, uma das maiores autoridades do tempo no campo da teo-

logia, tornou-se propugnador do césaro-papismo, e no seu *Tractatus de imperatorum et pontificum potestate* e em outros escritos chegou a negar a instituição divina do primado papal (AFH 16, 1923, 469 ss; 17, 1924, 72 ss).

582. Mais além ainda foram os lentes de filosofia em Paris, Marsílio de Pádua e João de Janduno, que, no seu *Defensor pacis* (1324), atribuíam todo o poder político ao povo soberano e a seus representantes por ele eleitos. Da mesma forma, o poder eclesiástico é atribuído à comunidade cristã e a suprema autoridade ao concílio geral, cuja convocação compete à autoridade civil e no qual também os leigos têm o direito de assistir e de votar. Ao concílio compete igualmente a decisão de questões dogmáticas. Única fonte de fé é a Sagrada Escritura. A Igreja não é senão uma parte do Estado, não tendo autoridade própria, nem judicial, nem legislativa. O primado do papa não é de instituição divina e não passa de uma superioridade de honra. Duvida-se até da sucessão apostólica dos bispos de Roma (DB 495-500). Marsílio e João de Janduno foram, como se vê, precursores de Lutero e de Calvino.

583. Os excessos da apelação de Sachsenhausen, do *Defensor pacis* e de outros escritos imperialísticos foram combatidos por escritores eclesiásticos que, infelizmente, pecaram pelo extremo oposto. Norteavam-se geralmente pelo tratado *De ecclesiastica potestate* de Egídio Romano (1302), e pelo tratado *De regimine christiano* de Tiago de Viterbo (1301-02), que ensinavam a plenitude do poder papal, tanto secular como espiritual. Estas idéias eram defendidas pelo eremita augustiniano Agostinho Triunfo e, particularmente, pelo franciscano Álvaro Pelágio no tratado *Planctus ecclesiae*.

584. Outros espíritos seguiram um meio termo, como Lupoldo de Bebenburgo, bispo de Bamberga, e particularmente Dante Alighieri nos seus *Tres libri de monarchia* (MQ 213 ss). Dante não escolhe entre Igreja e império; aceita a Igreja contanto que esta se purifique, e deseja o império contanto que cumpra plenamente a sua missão. Não quer que o imperador escravize o papa, mas também não quer que o papa usurpe a missão do imperador. Os dois máximos poderes, ele os reúne e iguala num fim

superior, que transcende a ambos: o bem da humanidade, o triunfo estável da paz... Desagradavam a Dante as intrigas políticas e a cobiça monetária dos prelados e do papa, mas ao mesmo tempo via até em Bonifácio VIII, oprimido pela prepotência francesa, um outro Cristo ofendido por um outro Pilatos e um outro Caifás. Assim como o papa não deve imiscuir-se no governo dos povos, assim também não deve o imperador impedir a direção das almas. O papa é intangível e não pode ser imposto nem deposto pelo imperador; e este, por sua vez, não pode ser destronado por vontade do papa. Do ponto de vista católico, a teoria de Dante é um tanto perigosa, e não foi sem razão que, após a morte do poeta, os Três Livros da Monarquia foram condenados ao fogo, e o Tridentino os pôs no índice dos livros proibidos (Papini).

585. O papa, por seu lado, sentenciou cinco proposições do *Defensor pacis* como heréticas e anatematizou os seus autores como "filhos de Belial" (DB 495 ss; MQ 219). No tocante à pessoa de Luís IV, não só manteve as suas sentenças anteriores, mas privou-o dos direitos ao trono e pronunciou também contra os seus partidários a excomunhão e o interdito (1324).

586. As condições do rei melhoraram, no entanto. Leopoldo da Áustria, seu maior adversário, faleceu. Quase toda a Alemanha estava a seu lado. Não tendo mais nada a temer, resolveu efetuar a sua viagem a Roma, a fim de receber a coroa imperial (1327). De fato, se fez coroar pela mão de Sciarra Colona, então prefeito da cidade eterna, realizando assim, para própria humilhação, as idéias de Marsílio de Pádua. Em seguida, fez depor e condenar à morte o papa João XXII e eleger um antipapa na pessoa do minorita Pedro Rainalducci de Corbara, que se chamou Nicolau V.

587. Mas os seus atos atrevidos não tiveram o resultado que ele esperava. O papa renovou as censuras contra ele, declarou-o privado de todas as suas dignidades e de todos os seus bens, e fez pregar contra ele uma cruzada (1328). E, embora estas medidas não surtissem o desejado efeito, foi desaprovada, todavia, a arrogância de Luís por muitos de seus partidários. O antipapa gozava

de tão poucas simpatias e de autoridade tão reduzida, que, ao cabo de dois anos, se submeteu humilde e sinceramente a João XXII. Viveu ainda três anos, "tratado como amigo, mas vigiado como inimigo", em honesta prisão no palácio pontifício de Avinhão.

588. A morte de Frederico o Formoso, ocorrida em 1330, deu ocasião a Luís de procurar a reconciliação com o papa. Mas, como não estava disposto a renunciar antes à coroa, no que o papa insistia, não se chegou a nenhum acordo. E quando, finalmente, Luís se declarou pronto a renunciar a favor de seu primo Henrique da Baviera, surgiram novas dificuldades. O rei de Nápoles não quis a paz, as cidades da Alemanha não desejavam a renúncia de Luís, e o próprio Luís retirou, por isso, a sua declaração.

589. Esta mudança foi motivada, em parte, pela doutrina de João XXII sobre a visão beatífica. Num sermão proferido na festa de Todos os Santos de 1331 e em diversos outros, ensinou que as almas dos justos não gozam da visão beatífica antes do juízo final. A questão ainda não estava definida. Os teólogos não concordavam. A maior parte, porém, era contrária ao papa, que aliás não quis falar *ex cathedra*. Numa reunião dos cardeais declarou que "não entendia determinar ou crer alguma coisa de certo". E, antes da sua morte, se retratou. Seu sucessor resolveu a questão, em 1336, pela bula *Benedictus Deus* (DB 530).

Mollat, Les papes d'Avignon 37 ss. — *Seppelt-Loeffler*, Papstgeschichte 211 ss. — *Pastor*, Geschichte der Paepste I 80 ss. — *Holzapfel*, Handbuch der Geschichte des Franziskanerordens, Freiburg 1909. — *Battaglia*, Marsiglio da Padova e la filosofia politica del Medio Evo, Firenze 1928. — *Papini*, Dante vivo, vers. port. por L. Mascello, Porto Alegre 1935.

§ 110. Continuação da luta entre papado e império. — Fim do cativeiro babilônico

590. **Bento XII** (1334-42), de origem humilde, monge cisterciense e acostumado à vida silenciosa, apenas subiu ao sólio pontifício, mostrou-se dotado de excelentes qualidades e animado das melhores intenções. Logo começou uma obra reformatória de grandes proporções. Contras-

tando com os seus antecessores, foi inimigo inflexível do nepotismo. Cogitou também em transferir novamente a Sé apostólica para Roma. Mas tanta oposição encontrou junto ao rei e aos cardeais franceses que, finalmente, desistiu do seu plano e começou a construir o grandioso palácio pontifício de Avinhão, ligando deste modo, sem o querer, o papado ainda mais estreitamente à França.

591. Caráter pacífico e zeloso da reforma da Igreja, quis reconciliar Luís da Baviera com a Igreja. O rei mostrou as melhores disposições. Mas opuseram-se Filipe VI (1328-50), rei da França, e Roberto II da Sicília. Cansados destes contínuos e infrutíferos negócios e indignados das intrigas francesas e napolitanas, reuniram-se os eleitores da Alemanha e comprometeram-se por juramento a defender a honra, os direitos e a dignidade do império. E, numa assembléia de Rense (1338), declararam que o eleito para o trono tinha pleno direito ao império pela mesma eleição, e só por ela. Negaram ao papa o direito de confirmar a eleição dos reis da Alemanha (MQ 223). Reservava-se-lhe ùnicamente a coroação imperial. Na dieta de Francfort, Luís confirmou as decisões de Rense pelo decreto eleitoral *Licet juris* (MQ 323-24).

592. Pouco antes estalara a guerra dos cem anos entre a França e a Inglaterra. Tanto Eduardo III (1327-77), como Filipe VI tentaram atrair a seu lado a Luís da Baviera, e não pouparam nem ouro nem lisonjas para conseguir o seu fim. Filipe ofereceu os seus serviços para mediar entre o papa e Luís (1341). Mas a mediação falhou por causa dos desgostos que então havia entre as cortes de Paris e de Avinhão. Além disso, o próprio rei da Alemanha deu um passo, pelo qual ofendeu gravemente os sentimentos religiosos e desgostou não pouco os seus amigos. A fim de aumentar o esplendor e o poder da sua dinastia, casou seu filho Luís de Brandenburgo com Margarida Maultasch, condessa de Tirol e esposa do príncipe João Henrique da Boêmia, dissolvendo por própria autoridade o matrimônio anterior. O papa procurou impedir o plano de Luís e intimou a condessa a que respeitasse as leis da Igreja. Foi um dos últimos atos do seu pontificado. Pouco depois faleceu.

593. **Clemente VI** (1342-52) foi entre todos os papas de Avinhão talvez o mais importante, grande amigo das ciências e das artes, mas também amante do fausto e da magnificência e, sobretudo, grande nepotista. Em dois consistórios que seguiram à sua eleição criou um cardeal italiano e onze franceses, entre os quais um irmão, um primo e dois sobrinhos. Foi também o maior inimigo de Luís da Baviera e o maior nacionalista entre os papas do cativeiro babilônico. Luís fez, mais uma vez, esforços para restabelecer a paz. Mas as condições exigidas por Clemente eram tão exageradas, que os próprios Estados do império as declararam inaceitáveis. O papa respondeu com uma nova bula de excomunhão contra o "bávaro" e intimou os eleitores a elevar ao trono um novo rei (Rayn. 1346, 1 ss). E, desta vez, os príncipes lhe fizeram a vontade.

594. O casamento de Luís de Brandenburgo tinha desgostado a muitos, e o longo interdito com as tristes consequências para a vida cristã na Alemanha fizeram com que cinco eleitores se separassem do imperador e, na dieta de Rense, dessem a coroa a **Carlos IV** (1346-78) de Luxemburgo, filho do rei João da Boêmia e neto de Henrique VII. A eleição, no entanto, não foi unânime. A guerra civil parecia inevitável, quando Luís IV, numa caçada, foi vitimado por morte repentina. Os seus amigos elegeram o conde Guntero de Schwarzburgo que, porém, logo fez as pazes com Carlos IV, então universalmente reconhecido.

595. Apesar das muitas concessões que o novo rei fizera à cúria pontifícia, soube todavia manter prudentemente os direitos imperiais. Tinha estudado na universidade de Paris e foi, talvez, o príncipe mais erudito de seu tempo. Sendo ele próprio amigo das ciências e das artes e grande protetor do humanismo, fundou em Praga, sua residência, a primeira universidade alemã (1348). Seguiram-na, em breve, as de Viena (1365), de Heidelberga (1386) e de Colônia (1388).

596. Embora Carlos fosse um político realista, soube apreciar a importância da dignidade imperial. Em princípio de 1355, cingiu a coroa férrea em Milão, e na Páscoa recebeu em Roma a coroa imperial das mãos do cardeal-bispo de Óstia, delegado para isso pelo papa Inocêncio

VI. Não se preocupou na Itália dos negócios do Estado pontifício. Mas, contente com a dignidade e com os ricos presentes que os italianos lhe fizeram pela concessão de privilégios, voltou logo para a Alemanha.

Como na Itália distribuíra largamente privilégios, assim confirmou na Alemanha aos príncipes eleitores os direitos que estes se arrogaram desde a queda dos Hohenstaufen. Talvez pensasse evitar assim a completa dissolução do império. Nas dietas de Nuremberg e de Metz foi formulada a *Bula de Ouro* (1356), pela qual foi regulada a eleição real, que dera lugar a uma luta de trinta e cinco anos. A validade da eleição dependeria, de ora em diante, ùnicamente da maioria dos votos dos eleitores.

597. Na Itália iam, entrementes, as coisas de mal em pior. O cativeiro babilônico dos papas começou a produzir tristíssimas consequências. Clemente VI parecia fixar a cúria para sempre em Avinhão, comprando de Joana I de Nápoles a cidade (1348), enquanto que na Itália se iam dissolvendo, mais e mais, os domínios pontifícios. Em várias partes se levantaram os poderosos contra o senhorio do papa. Em Roma disputaram entre si o poder as duas famílias dos Colona e dos Orsini. Cola di Rienzo, amigo de Petrarca e humanista apaixonado, os derrotou a todos e proclamou-se tribuno da cidade (1347), na quimérica ilusão de restituir-lhe o seu antigo esplendor. Mas o insolente, avaro e cruel tribuno foi expulso, ao cabo de sete meses. Nem por isso acabaram os distúrbios na cidade. Clemente VI não viu mais a sua pacificação. Faleceu aos 6 de Dezembro de 1352.

598. **Inocêncio VI** (1352-62), papa pacífico e digno, embora não isento de tendências nepotistas, é o primeiro papa eleito por meio de uma capitulação eleitoral, prova evidente das tendências egoístas dos cardeais. O papa, porém, logo anulou a capitulação e preocupou-se sèriamente da reforma da sua corte e da restauração do Estado pontifício.

599. Em Roma surgira um novo tribuno, Francisco Baroncelli (1353). Derrotado este, logrou Cola di Rienzo apoderar-se novamente do comando, na qualidade de senador. Mas o seu governo durou menos que da primeira

vez. Uma sublevação movida contra a sua tirania pôs fim à sua vida, quando já se achava na Itália o legado pontifício, o cardeal Gil Álvares de Albornóz, cuja prudência e energia lograram, pouco a pouco, restabelecer a autoridade do papa. Deu ele aos Estados pontifícios um novo código, chamado geralmente *Constitutiones Aegidianae,* que vigorou essencialmente até ao ano de 1816. A sua atividade benéfica lhe valeu o título de segundo fundador do Estado pontifício.

600. Inocêncio VI não viu mais a completa restauração dos seus Estados. Sucedeu-lhe **Urbano V** (1362-70), o melhor dos papas de Avinhão. Sentia ele com os melhores espíritos do tempo a necessidade de restabelecer em Roma a Sé apostólica. Carlos IV, Pedro de Aragão, que pouco antes entrara na ordem franciscana, Petrarca e S. Brígida trabalharam no mesmo sentido. E Albornóz continuou a sua obra tão felizmente, que Urbano, finalmente, anunciou a sua partida para a cidade eterna. Protestaram as cortes de Paris e os cardeais franceses. Mas grande foi o júbilo dos romanos e dos italianos (Pastor I 97).

601. No entanto, Roma e a Itália não gozavam ainda de uma paz perfeita. Pouco antes da entrada do papa em Roma, morrera o cardeal Albornóz. Numa revolução de Viterbo pereceram até alguns cardeais. Os cardeais franceses murmuravam. A nostalgia, de braço dado com o interesse, não os deixava descansar. O papa cedeu. Debalde lhe suplicou Pedro de Aragão que não abandonasse a cidade de S. Pedro. Debalde o preveniu S. Brígida de uma morte prematura, se voltasse a Avinhão. Deu ordem que se preparasse o embarque para Marselha, partiu de lá para Avinhão e morreu, de fato, três meses depois da sua partida (Clarus II 295).

602. **Gregório XI** (1370-78), sobrinho de Clemente VI, lhe sucedeu. Era cardeal desde os dezoito anos de idade e contava quarenta no momento da sua eleição. O seu caráter contrastava favoràvelmente com o de seu tio. Modesto e humilde, aceitou a tiara só cedendo às insistências dos cardeais, que desejavam dar a Urbano V um sucessor com as mesmas qualidades e virtudes.

603. Muito impressionado com a morte de Urbano, resolveu, desde o dia da sua eleição, transferir, de novo, a cúria para Roma. Mas não logrou realizar logo o seu plano. O senhorio papal na Itália tornou a estar em perigo. O governo exercido quase exclusivamente por delegados franceses produziu desgostos em toda a península. Levantou-se contra eles um movimento nacional, como a Itália jamais vira. A república de Florença, outrora a mais fiel aliada do papado, aproveitou-se do geral descontentamento para se pôr à frente da revolução, que se alastrou por todo o país (1375-77). Aliou-se até com Barnabó Visconti de Milão, inimigo figadal da Santa Sé. Gregório XI teve que apelar para todos os recursos para suprimir a sublevação. Lançou a excomunhão e o interdito contra os florentinos (Rayn. 1376, 1 ss). Barnabó e Galeazzo Visconti foram igualmente excomungados. Companhias assalariadas de bretões, chefiadas pelo cruel cardeal Roberto de Genebra, foram enviadas para a Itália.

604. Ninguém sentia mais amarga dor por causa do conflito do que a jovem **Catarina de Sena** (1347-80), terceira dominicana, que por suas virtudes, por seus escritos e por sua obras (AASS Apr. III 851 ss) gozava de extraordinária autoridade e, mais de uma vez, levantou a sua voz contra os abusos da Igreja e contra as violências dos seculares. Documentos incomparáveis são as suas cartas endereçadas a Gregório XI, nas quais exorta o papa a empregar antes as armas da paz e da caridade do que a guerra, para reconquistar as almas, infinitamente mais preciosas do que os bens da terra. Com a mesma franqueza falou às autoridades de Florença. Os florentinos a enviaram a Avinhão como medianeira da paz. Grande foi a dor da santa ao saber que a soberba república não queria sèriamente a paz. Mas Catarina não desanimou. Com a franqueza de um João Batista castigou os abusos da cúria pontifícia, que devia ser um paraíso de virtudes e, no entanto, lhe parecia um inferno de pecados (AASS Apr. III 891). Os cardeais se agitavam pela sua linguagem. Mas o papa a protegia.

605. Com ardor ainda mais inflamado defendeu Catarina a necessidade de restabelecer novamente a Santa Sé em Roma. Conseguiu realmente que o papa executasse o seu plano. Em Janeiro de 1377, entrou Gregório festivamente em Roma, estabelecendo a sua residência no Vaticano, não mais no Latrão. Mas as condições de Roma e da Itália ainda não eram de modo algum satisfatórias. Gregório, porém, embora pensasse por um momento em regressar a Avinhão, ficou na Itália e morreu em Roma, no ano seguinte, pressentindo um futuro triste para a Igreja.

Mollat, Les papes d'Avignon, 63 ss. — *Pastor*, Geschichte der Paepste I. — *Seppelt-Loeffler*, Papstgeschichte 216 ss. — *Gregorovius*, Geschichte der Stadt Rom im Mittelalter, 8 vol., 5. ed., Stuttgart 1903-08; nova ed. em 2 vol. 1926. — *Nobel*, Deutsche Geschichte bis zum Weltkrieg, Bonn 1935. — *Clarus*, Leben und Offenbarungen der hl. Brigitta, 4 vol., Regensburg 1856. — *Fogelklou*, Die hl. Birgitta von Schweden, trad. al. p. Maja Loehr, München 1929. — *R. de Capua*, Santa Catarina de Sena, trad. port. por L. F. Lhameyer, Rio de Janeiro 1931. — Le lettere di S. Catarina da Siena, ed. Ferretti, 4 vol., Siena 1918-27. — *Maresch*, Briefe der Katharina von Siena, M. Gladbach 1921. — *Malan*, St. Catherine de Sienne, trad. al. 2 vol. 2. ed. Regensburg 1874. — *Joergensen*, S. Catarina de Sena, trad. p., Duprat, Petrópolis 1944.

§ 111. O grande cisma ocidental (1378-1417)
As idéias conciliares

606. Gregório XI não se enganara. Quando os cardeais, depois de 75 anos, pela primeira vez, se reuniram na cidade eterna, para lhe dar um sucessor (Rayn. 1378, 2 ss), os romanos, aglomerados na praça de S. Pedro, reclamavam com violência a eleição de um papa romano. Dos 16 eleitores residentes em Roma um era espanhol, quatro eram italianos e onze franceses, e estes estavam divididos em dois partidos. Outros sete se achavam fora do conclave. Seis ainda residiam em Avinhão. Deste modo não foi possível reunir o número suficiente de votos num candidato do colégio sacro. Deram, por isso, já no primeiro dia do conclave, unânimemente os seus votos ao arcebispo Bartolomeu Prignano de Bari, que tomou o nome de **Urbano VI** (1378-89). Foi ele o último papa que não saiu do colégio cardinalício.

607. Não fora ainda proclamado o resultado da eleição, quando a multidão impaciente penetrou no conclave. No meio da confusão designaram o cardeal romano Te-

baldeschi como papa eleito, e os romanos prestaram-lhe as costumadas homenagens, apesar dos protestos do próprio cardeal. Os outros cardeais aproveitaram-se da geral confusão para se refugiarem no castelo de Sant'Ângelo ou nas suas residências. Quatro deixaram a cidade. Mas logo se espalhou a verdade sobre a eleição, e os romanos se deram por satisfeitos. No dia seguinte, Urbano VI subiu ao trono e foi coroado na festa de Páscoa, dia 18 de Abril de 1378.

608. E' verdade que os cardeais obedeceram, em parte, às circunstâncias, apressando a eleição. Mas não é menos certo que os tumultos não influenciaram a escolha do pontífice e que todos os cardeais reconheceram a Urbano. E fizeram-no do modo mais explícito, pretendendo dele favores, assistindo à sua coroação todos os que se achavam em Roma e tomando parte no seu consistório. Um cardeal francês não hesitou em dizer que o próprio S. Pedro não foi vigário de Cristo com maior legitimidade do que Urbano VI (Rayn. 1378, 13). Portanto, o que podia faltar aparentemente de validade à eleição, ficou suprido pela vontade dos eleitores, e a elevação de Urbano VI deve ser considerada como legítima.

609. Urbano iludiu, infelizmente, todas as esperanças que nele se tinham depositado. Todos os contemporâneos estão de acordo que tinha excelentes qualidades e que mostrava um zelo ardente pela reforma e pela liberdade da Igreja. Não quis mais uma Igreja escravizada e nacional, quis uma Igreja livre e universal. Mas o seu zelo não andava acompanhado pelas virtudes mais necessárias: prudência, moderação e caridade. Seu caráter era impetuoso e irascível. Em vão, admoestou-o S. Catarina de Sena (Maresch 114 ss).

E esta sua impetuosidade era duplamente perigosa nas circunstâncias de então. Pois, por sua vez, os cardeais, acostumados à vida independente e mundana, não tinham bastante virtude para se submeter às exigências imperiosas do papa, que começou a obra da reforma precisamente no colégio cardinalício, onde mais urgente era. Além disso, o papa teve a firme resolução de não mais afastar a sua residência da cidade eterna. Os cardeais franceses, pelo

contrário, estavam dominados, mais do que convinha, pelos interesses políticos e nacionais. Externavam até o seu desejo de deixar novamente a Roma decaída e de voltar para as margens mais amenas do Ródano. O longo afastamento dos papas da cidade eterna ia produzir uma cisão no seio do sacro colégio. Avinhão seria causa dum grande cisma. Catarina de Sena aconselhou ao papa que criasse a tempo um número suficiente de novos cardeais, dignos e virtuosos. Mas Urbano deixou passar o tempo até ser tarde.

610. Já era de esperar-se uma rebelião do colégio cardinalício, quando o papa agravou ainda mais as dificuldades em que se achava, ofendendo os seus próprios amigos políticos, particularmente a rainha de Nápoles e o conde Onorato Gaetani de Fondi. Animados pelo apoio de Carlos V da França (Rayn. 1378, 46), como também por Joana de Nápoles e pelo conde de Fondi, os cardeais procuraram e acharam pretextos nos incidentes da eleição de Urbano para declará-la inválida e para proceder a uma nova eleição. Esta, de fato, se realizou em Fondi, aos 20 de Setembro do mesmo ano. Foi eleito o cruel cardeal Roberto de Genebra, parente dos reis da França, que tomou o nome de **Clemente VII** (1378-94).

611. Foi um passo inaudito, e as consequências não podiam ser mais desastrosas. Começou o grande cisma ocidental, o mais doloroso que jamais sofreu a Igreja no longo decurso da sua história, porque foram os próprios cardeais que o causaram e porque se prolongou pelo espaço de 40 anos. Grande foi a culpa de Urbano. Maior, porém, foi a dos cardeais. E terrível é a sentença que S. Catarina de Sena sobre eles pronunciou (Maresch, Briefe 120 ss). Também a atitude do rei Carlos e da universidade de Paris não pode ser justificada.

612. Durante o longo período, um papa residia em Roma e outro em Avinhão, onde se estabeleceu Clemente, logo que a luta em Roma se declarou em favor de Urbano. Toda a Igreja se dividia em duas obediências. Da parte do antipapa estavam a França, o reino de Nápoles, a Espanha, a Sicília, a Savóia, a Escócia e alguns Estados da Alemanha. A Urbano obedeceram o imperador Carlos IV e seu filho e sucessor Venceslau (1378-1400), como também

os demais países da Europa. Dom Fernando I de Portugal (1367-83) mudou diversas vezes a sua adesão. Todo o mundo cristão se achava numa horrenda confusão. Até os santos estavam divididos entre si. S. Catarina de Sena lutava com todo o ardor do seu temperamento pelo reconhecimento de Urbano, enquanto que S. Vicente Ferrer o fazia não menos ardentemente pela obediência de Clemente. Ordens inteiras se dividiam em duas partes, e até províncias e mosteiros obedeciam a dois superiores.

613. Como ambos os papas se excomungavam mùtuamente e os partidários respectivos, toda a cristandade do ocidente ficava, se não de fato, ao menos nominalmente, excomungada, o que prejudicava sensìvelmente a autoridade do papa e a fé no primado romano. Wiclif duvidava, já no princípio do cisma, da própria existência do papado. Além disso, o sustento das duas cúrias e as empresas políticas de ambos os papas impunham à cristandade graves sacrifícios e tiveram por consequência um tráfico vergonhoso de benefícios e disputas escandalosas sobre bispados e outros cargos eclesiásticos. E, quanto mais cessava a autoridade papal, tanto mais se imiscuía a autoridade civil nas coisas da Igreja. Não será injusto afirmar que nenhum fato influiu com maior eficácia na preparação da pseudo-reforma protestante do que o cisma ocidental (Pastor I 145).

614. Era necessário, pois, um remédio eficaz. Marchava à frente a procurá-lo a universidade de Paris. Henrique de Langenstein, vice-chanceler da universidade, na sua *Epistula pacis* (1379), e Conrado de Gelnhausen, lente da mesma universidade, na sua *Epistula concordiae* (1380), afirmavam que um concílio ecumênico pode reunir-se sem autorização do papa, e reclamavam a sua convocação para Paris (via synodi). A universidade aderiu a este projeto. A *idéia conciliar* começou a dominar os espíritos, e lutas dolorosas adviriam daí para a Igreja. A semente lançada por Marsílio de Pádua e João de Janduno começou a produzir seus frutos (cfr. § 109). O caráter monárquico da Igreja estava em perigo.

615. Mas era mister que os males ainda mais se fizessem sentir de ambos os lados, para que se pensasse

sèriamente em remediá-los. E não deixaram de agravar-se, — primeiro no reino de Nápoles. Tendo se declarado a rainha Joana I (1343-82) pelo antipapa, Urbano pronunciou contra ela a excomunhão e a deposição e ofereceu a coroa de Nápoles a Carlos III (1381-86), duque de Durazzo, que cederia algumas cidades do reino a um sobrinho do papa. Joana, por sua vez, adotou como filho o duque Luís de Anjou, irmão de Carlos V. Clemente VII confirmou a adoção e concedeu a Luís, como feudo da Santa Sé, quase todo o Estado pontifício, que seria transformado em reino da Ádria. Mas Carlos III conquistou fàcilmente o reino e a cidade de Nápoles e fez estrangular a ex-rainha, sua prima, no cárcere, enquanto que Luís de Anjou morreu, com grande parte do seu exército, numa expedição à Itália meridional.

616. Carlos, no entanto, seguro do trono, esqueceu-se das suas promessas e inimizou-se com Urbano, que o excomungou. Seu filho Ladislau (1386-1414) continuou as hostilidades. A estas turbulências se juntavam outras ainda mais dolorosas. Em atenção à conduta do papa e, talvez, de acordo com o rei Carlos de Nápoles, seis cardeais formaram o plano de submeter o papa a uma curatela. Mas a conjuração foi descoberta. Os cardeais foram submetidos à tortura, e cinco deles executados. Quebrado pelas contínuas aflições, causadas por sua própria inflexibilidade e imprudência, morreu o papa, aos 15 de Outubro de 1389, odiado por muitos e por ninguém chorado.

617. Com o morte de Urbano parecia ter chegado o fim do caos. Os cardeais de Avinhão esperavam que os romanos reconhecessem o seu papa Clemente. Mas, duas semanas depois, foi eleito em Roma **Bonifácio IX** (1389-1404). Íntegro e prudente e dotado de admirável eloquência, melhorou, em breve, as condições de Roma. Reconciliou-se com Ladislau e o coroou rei de Nápoles. Restabeleceu também, em grande parte, o Estado da Igreja, submetendo, mas deixando em seus postos os pequenos senhores. Esforçou-se, no princípio, por reduzir os cismáticos à unidade eclesiástica e ofereceu a Roberto de Genebra o cargo de legado pontifício, se reconhecesse a legitimidade de Urbano VI e pedisse a absolvição. Mas a esta atividade benéfica de Bonifácio opõem-se também pontos

obscuros: um desmesurado nepotismo e um tráfico vergonhoso de cargos eclesiásticos, benefícios e indulgências.

618. Morreu, entrementes, Clemente VII, e a universidade de Paris e o rei Carlos VI se esforçaram por convencer os seus cardeais que não lhe dessem um sucessor e reconhecessem a Bonifácio. Mas estes, sem abrir a carta do rei, se reuniram apressadamente e elegeram o astuto cardeal Pedro de Luna, que se chamou **Bento XIII** (1394-1417). Verdade é que, ao entrar no conclave, jurara, como quase todos os demais, procurar por todos os meios a unidade da Igreja e renunciar em proveito da união, se a maioria dos cardeais o desejasse (via cessionis). Mas a conduta de Bento foi tão pouco conforme às suas promessas, que a França, Castela e Navarra lhe negaram a obediência (via subtractionis). Quase todos os cardeais separaram-se dele, e Bento mesmo ficou preso no seu palácio.

619. Esta subtração da obediência produziu ainda maior confusão. Aos poucos, se levantaram contra ela tantos protestos, quantos eram os interesses egoístas dos que de Avinhão recebiam ou esperavam favores. Além disso, muitos viam na subtração da obediência uma grave injustiça, porque a França reconhecera a Bento como papa legítimo. Em 1403, foi, por isso, restabelecida a obediência. Bento, que, pouco antes, tinha fugido, fez novas promessas de procurar a união e enviou mensageiros a Roma para fazer a proposta de uma discussão pessoal (via discussionis). Mas as suas propostas foram rejeitadas em Roma por serem pouco sinceras.

620. Bonifácio IX morreu, poucos dias depois, e seu sucessor, **Inocêncio VII** (1404-06), primeiro papa humanista e exímio fautor das ciências, não pôde ocupar-se do problema mais urgente, a união eclesiástica, por causa das perturbações da ordem em Roma e da brevidade do seu pontificado. A situação era duplamente desesperadora, porque ao cisma religioso se juntava outro político no império pela deposição do rei Venceslau, assassino de S. João Nepomuceno, e pela elevação de Roberto Palatino ao trono (1400-10).

621. Mais esperançosas se apresentaram as coisas, quando o cardeal Ângelo Corrario, com o nome de **Gregório XII** (1406-15), subiu ao sólio pontifício. Pois pela capitulação eleitoral se obrigou com cláusulas mais precisas do que o fizeram os antecessores a restabelecer a união, e, depois da eleição, pôs-se de fato em contacto com Bento XIII. Escreveu-lhe uma carta, que não deixou mais nenhuma dúvida nas suas boas intenções. Bento XIII, respondendo a Gregório, declarou-se igualmente pronto a renunciar. Parecia estar próximo o fim do cisma. Ambos os papas convieram em encontrar-se pessoalmente em Savona. Mas o tratado não se realizou. A culpa principal se atribui aos parentes de Gregório e ao cardeal Giovanni Dominici de Ragusa. O rei Ladislau de Nápoles receava por sua coroa. E o próprio papa suspeitava armadilhas do seu adversário.

622. De repente, houve uma mudança decisiva. A infidelidade no cumprimento das suas promessas e, particularmente, a criação de quatro novos cardeais, entre os quais se achavam dois sobrinhos do pontífice, fez com que a maior parte dos antigos cardeais se separassem de Gregório. Ao mesmo tempo, a França subtraiu novamente a obediência a seu papa. E com este rompimento começou a solução do cisma.

623. Os cardeais romanos uniram-se em Livorno (1408) com o partido avenioense e, de comum acordo, determinaram que fosse convocado um concílio geral para 1409, a realizar-se em Pisa (CG 6, 992 ss). O concílio era dominado pela idéia conciliar, defendida e propagada principalmente por Pedro d'Ailly, João Gerson e Nicolau de Clemanges. Ambos os papas foram convidados. Mas, nem um nem outro compareceu. Pelo contrário, convocaram eles, por sua vez, outros sínodos, Gregório para Cividale perto de Aquiléia, Bento para Perpignan, que, no entanto, não tiveram nenhuma importância.

Em Pisa compareceram também legados do rei Roberto Palatino, que negaram, em 23 pontos, aos cardeais o direito de convocar um concílio, de negar ao papa a obediência, de depor um papa legítimo, e protestaram contra todos os atos do concílio. Todavia, o pseudo-concílio declarou depostos os dois papas como notòriamente cismáti-

cos e heréticos (15ª sess.), e foi elevado ao trono pontifício o velho arcebispo Pedro Filargo de Milão, que se chamou **Alexandre V** (1409-10). Como Roberto Palatino havia previsto, o novo papa não foi universalmente reconhecido e, portanto, em lugar de duas obediências, houve três. E continuou esse estado das coisas quando, depois da morte de Alexandre, lhe sucedeu o cardeal Baltassar Cossa com o nome de João XXIII (1410-15), fruto mais infeliz do desgraçado concílio de Pisa.

Theod. de Niem, De scismate libri tres, ed. Erler, Lipsiae 1890. — *Raynaldus, Baluzius,* Vitae paparum Avenionensium, Paris 1693. — *Salembier,* Le grand Annales ad an. 1378 ss. — *Maresch,* Briefe. — *Salembier,* Le grand schisme d'occident, 5. ed. Paris 1921. — *Pastor,* Geschichte der Paepste I, 115 ss. — *Id.,* Ungedruckte Akten zur Geschichte der Paepste I, Freiburg 1904. — *Funk-Bihlmeyer,* Kirchengeschichte II 272 ss. — *Seppelt-Loeffler,* Papstgeschichte 226 ss.

§ 112. O concílio de Constança (1414-18)

624. O procedimento dos cardeais não deixou de surtir efeito. Aquele passo foi um protesto contra o cisma e, renovando-se, em breve, com maior prudência e energia, conduziu, de fato, ao desenlace da confusão. Foi o que se deu no **16.° concílio ecumênico,** reunido em **Constança,** por obra do imperador Sigismundo (1410-37).

625. Terminada a cisão no império, Sigismundo, ao mesmo tempo imperador da Alemanha e rei da Hungria, estava felizmente nas condições de desempenhar-se da sua missão de príncipe supremo da cristandade e principal protetor da Igreja. Todas as esperanças nele se depositaram. Ele as realizou com grande energia, e a sorte lhe veio ao encontro.

626. Como João XXIII fosse expulso de Roma por Ladislau de Nápoles, fugiu para Florença e procurou, em seguida, a proteção do imperador, que então se achava na Lombardia. Num convênio com Sigismundo se dispôs a convocar um concílio geral para o dia 1.° de Novembro de 1414, a realizar-se em Constança. Este concílio foi um dos maiores que jamais se celebraram, e, de certo modo, uma assembléia de todo o ocidente. João XXIII temia o concílio e, segundo um cidadão de Constança, teria exclamado,

em vista da cidade: "Ai, lá está o laço armado à raposa" (Richental 25). Não obstante, alimentava ainda alguma esperança de ser confirmado na sua dignidade.

Mas assim não aconteceu. Os legados de Bento XIII e de Gregório XII foram reconhecidos como legados pontifícios, os três papas, portanto, igualados. Em seguida, os conciliares estabeleceram nova ordem de votação, que havia de fazer-se por nações. Eram estas, no princípio, a Alemanha, a França, a Inglaterra e a Itália. Desde 1416, tomou parte também a Espanha. Ao colégio dos cardeais foi concedido voto especial. E tinham voto não sòmente os prelados, mas também cônegos, legados dos príncipes e doutores.

627. De grande influxo para o desenrolamento dos fatos seguintes foi um memorial anônimo que levantou contra João XXIII as mais graves acusações. O antipapa, já não tendo mais nenhuma esperança, fugiu de Constança a Schaffhausen, para, sem dúvida, dissolver o concílio. Grande inquietação agitou os conciliares e toda a cidade. Mas Sigismundo, apoiado pelo afamado chanceler de Paris João Gerson e pelo cardeal Pedro d'Ailly, conseguiu tranquilizar os ânimos e conter a assembléia.

628. Estabeleceram-se logo as seguintes resoluções: O concílio, legìtimamente reunido, representa a Igreja universal. A sua autoridade lhe vem imediatamente de Cristo, e todos os cristãos, também o próprio papa, lhe devem obediência em tudo que se relaciona com a fé, a extirpação do cisma e a reforma da Igreja na sua cabeça e nos seus membros (MQ 228). Fim do concílio é terminar o cisma (causa unionis), reformar a Igreja no seu chefe e nos seus membros (causa reformationis) e extirpar as heresias de Wiclif e de Hus (causa fidei). Estes decretos, clara expressão das idéias conciliares, estavam em aberta oposição ao direito eclesiástico, estabelecido no decurso da idade média. Mas eram, de certo modo, um postulado das circunstâncias. A conduta dos papas, principalmente a de João XXIII, parecia justificá-los.

629. Contra João, que na sua fuga chegara até Friburgo e de lá foi trazido preso a Constança, foi instaurado o processo. Por causa da sua vergonhosa fuga, da sua

simonia e conduta escandalosa foi declarado fator principal do cisma, e a 12ª sessão pronunciou a sua deposição. Baltassar Cossa, desanimado, se submeteu (1415). Só depois de quatro anos, lhe foi restituída a liberdade. Pouco depois morreu como cardeal-bispo de Tusculum.

630. Gregório XII, ancião de 90 anos, já antes da fuga do antipapa, enviara ao imperador o nobre Carlos Malatesta, a fim de pronunciar a sua prontidão para renunciar, se os conciliares lhe cumprissem duas condições: O concílio ilegítimo seria por ele novamente convocado, e nenhum dos dois antipapas presidiria à sessão da sua renúncia. O concílio aceitou as condições, reconhecendo ao menos indiretamente a sua ilegitimidade. Na 14ª sessão, legitimamente constituída, renunciou Gregório XII realmente (Mansi 27, 734 ss). O concílio lhe deu então, como sinal de gratidão, a dignidade de cardeal-bispo de Porto. Não veio mais a conhecer o nome do seu sucessor.

631. Restava ainda Bento XIII. Sigismundo foi em pessoa ter com ele em Perpignan. Mas Bento negou-se tenazmente em consentir na sua renúncia. Sigismundo conseguiu, no entanto, no tratado de Narbona, que os reis de Aragão, Castela, Navarra e Escócia se decidissem a abandonar o seu papa, e logo os conciliares lhe fizeram o processo. Na 37ª sessão do concílio, foi lida a sentença da sua deposição. Embora reduzido a quase nenhuma importância, manteve-se no castelo de Peñiscola, ao sul de Tortosa. Obstinado até à morte (1423), criou, pouco antes de falecer, quatro cardeais, três dos quais lhe deram por sucessor o cônego Gil Muñoz de Barcelona, que se chamou Clemente VIII (1423-29). Esta eleição deve-se, em parte, às instigações de Afonso V de Aragão, desgostoso de Martinho. O quarto cardeal, que não estava presente na eleição, protestou contra ela e nomeou um próprio candidato, que tomou o nome de Bento XIV. Mas Clemente renunciou, e Bento desapareceu da história sem deixar um traço da sua passagem.

632. Não havia, pois, nenhum papa, e os conciliares puderam proceder à eleição dum novo pontífice, à qual, porém, precederam graves divergências entre as nações. Sigismundo e os alemães exigiram que primeiro se tratasse

da reforma da Igreja. Outros, pelo contrário, reclamaram que antes de mais nada se elegesse o papa. Finalmente, combinaram que primeiro fosse eleito o papa e que este terminasse a reforma antes da dissolução do concílio. Para efetuar a eleição, ajuntaram-se, para esta vez, aos 23 cardeais seis deputados de cada uma das nações. Os votos caíram unânimemente em Odón Colona, que tomou o nome de **Martinho V** (1417-31).

633. A Igreja tinha, pois, novo chefe digno, e em suas mãos foi colocada a direção dos demais negócios do concílio. Uma das questões principais, a extirpação da heresia, já fora tratada. Os erros de João Hus e de Wiclif, já antes da eleição de Martinho, tinham sido condenados e o herege de Praga já morrera na fogueira. Restava ainda o problema da reforma da Igreja; e esta reforma, tão urgente e tão vivamente desejada, infelizmente não se realizou por causa das desinteligências entre as nações.

634. Na 45ª sessão, Sigismundo agradeceu a todos os conciliares pela constância com que tinham assistido às assembléias, e Martinho dissolveu o concílio, sem confirmar os seus decretos no seu total. Seu sucessor Eugênio IV reconheceu-os enquanto as suas resoluções não fossem contrárias aos direitos e à dignidade da Sé apostólica. Sigismundo ofereceu ao papa uma residência em Basiléia ou Strassburgo ou Mogúncia. O rei da França o convidou a estabelecer-se em Avinhão. Martinho, porém, voltou para a Itália, residindo primeiro em Mântua e depois em Florença. Roma e o Estado pontifício se achavam num estado de completa desolação. Pela prudente moderação e pela necessária energia, o papa conseguiu restabelecer, em breve, o seu senhorio.

Acta concilii Constanciensis, ed. Finke, Monasterii, 4 vol., 1896-1928. — *Ulrico de Richental,* Das Concilium so ze Costenz ist gehalten worden, ed. Buck, Tuebingen 1882. — *Mansi,* Conc. coll. 27-28. — *Raynald.,* Annal. ad an. 1414-18. — *Hardt,* Magnum oecum. conc. Const., 6 vol., Lipsiae 1692-1700. — *Hefele,* Konziliengeschichte VII 21 ss. — *Hergenroether-Kirsch* III 1 ss. — *Funk-Bihlmeyer* II 281 ss. — *Pastor,* Papstgeschichte I 194 ss.

§ 113. Os concílios de Basiléia, de Ferrara e de Florença

635. No decreto *Frequens* (MQ 228), o concílio de Constança determinara que daí em diante se celebrassem com frequência concílios gerais. O primeiro devia realizar-se depois de cinco anos, o seguinte, sete anos mais tarde, e os demais, de dez em dez anos. Conforme esta determinação, Martinho V convocara o concílio de Pavia (1423), mudando-o, pouco depois, para Sena. Mas, como só poucos conciliares tivessem comparecido e a questão da reforma produzisse discórdias, o papa dissolveu-o, aos 7 de Março de 1424, sem que a assembléia tivesse feito um só decreto.

636. Para lugar do próximo concílio foi escolhida a cidade de Basiléia. Martinho V mostrou pouco interesse em convocá-lo, porque a atitude que os conciliares tomaram em Sena e Constança no tocante ao primado do papa não deixou de inspirar-lhe sérios receios. Como, porém, fora da cúria, em toda parte, grande importância se ligasse à execução do decreto *Frequens*, nomeou para presidente do futuro concílio o hábil e sábio cardeal Juliano Cesarini, deixando o resto a seu sucessor.

637. Em virtude duma capitulação eleitoral, o néo-eleito realizaria a reforma da cúria e da Igreja e concederia ao colégio cardinalício vasta colaboração no governo (Rayn. 1431, 5-6). Foi eleito o cardeal Condulmieri, sobrinho de Gregório XII, varão piedoso, asceta, eremita de S. Agostinho, mas inesperto nas coisas do mundo. Chamou-se **Eugênio IV** (1431-47). Logo encontrou dificuldades por parte da família do seu antecessor e, mais ainda, por parte do concílio de Basiléia, dificuldades que o preocuparam durante todo o seu pontificado.

638. Seguindo a política de Martinho, convocou o concílio e confirmou a escolha de Cesarini para lhe presidir. Mas este, ocupado então na Boêmia com os negócios dos husitas, não pôde comparecer no tempo marcado. Aliás, estavam presentes sòmente doutores, cônegos, um único abade; dos bispos nenhum comparecera. A guerra husítica na Alemanha, a guerra inglesa na França, perturbações na Itália e na Espanha dificultavam grandemente a reunião dos convidados. Falsas informações sobre as más condições da

cidade e de seus arredores fizeram, enfim, com que o papa dissolvesse o concílio e convocasse outro para 1433 a realizar-se em Bolonha (Rayn., 1431, 21). Engênio visava, em particular, a união com os gregos, que mostravam disposição de unir-se com a Igreja latina e desejavam que o concílio se reunisse numa cidade italiana.

639. Mas, já quatro dias antes do decreto da dissolução, tivera lugar, em Basiléia, a primeira sessão solene, e nela se tinham indicado os três principais objetivos do sínodo: 1.º) a extirpação do husitismo e do cisma oriental, 2.º) o restabelecimento da paz entre os povos cristãos e 3.º) a reforma da Igreja. O decreto do papa excitou naturalmente vivas suspeitas de que Roma queria frustrar a realização dos projetos. O próprio Cesarini pediu ao papa retirasse o decreto, para evitar um novo cisma e para não dar motivo aos heréticos de se negarem a comparecer.

640. De fato, o sínodo que, pelo número crescente de clérigos de ordem inferior e de doutores em teologia e direito, tinha caráter acentuadamente democrático e mostrava tendências para estabelecer na Igreja o parlamentarismo, continuou os seus trabalhos e, para prevenir qualquer sentença do papa, renovou os decretos de Constança, que proclamaram a superioridade do concílio sobre o papa. Os conciliares ousaram este passo atrevido, porque se sentiam seguros do apoio de varões ilustres e poderosos. Nicolau de Cusa escreveu os seus três livros *De concordantia catholica* (ed. Paris 1514), para justificar os princípios do concílio. O próprio imperador Sigismundo desejava a continuação dos trabalhos em Basiléia.

641. Mas, desde a quarta sessão, a animosidade dos conciliares cresceu a tal ponto, que começaram a prescrever leis ao papa e propalar boatos infamantes sobre a sua moralidade. Debalde os melhores elementos se levantaram contra estas tendências perigosas. Debalde procurou Sigismundo, que aos 31 de Maio de 1433 recebeu a coroa imperial das mãos do papa, mediar entre Eugênio e o concílio.

O papa, por seu turno, levou as concessões ao último extremo, consentiu, no essencial, a uma fórmula redigida pela assembléia, negando-se porém constantemente a submeter a Santa Sé ao concílio (Rayn., 1433, 19). Finalmente,

reconheceu o concílio pela bula *Dudum sacrum* de 15 de Dezembro de 1433, sem, no entanto, confirmar os decretos de Constança (Mansi 29, 78). Só então foi dada a presidência aos legados pontifícios, e foram revogados os atos que tiveram por fim humilhar a pessoa e aviltar a dignidade do papa. Daí em diante, o concílio, mais digno e moderado, tratou de publicar uma série de decretos de reforma.

642. No entanto, a paz foi apenas aparente. O papa dera o seu reconhecimento sob a pressão das circunstâncias. Em Roma e no Estado pontifício estalara a revolução. Eugênio fugira para Florença. Mas o bispo Vitelleschi de Recanati, cruel guerreiro, sufocou a revolução e restabeleceu a ordem. Como, além disso, o zelo inconsiderado dos conciliares visava quase ùnicamente a reforma *in capite* e pretendia tirar ao papa até as rendas mais necessárias, a fim de anular, mais e mais, a sua influência, novo conflito tornou-se inevitável.

643. O orgulho desmesurado dos basileenses não deixou de despertar a desconfiança entre os seus mais estrênuos defensores. Nicolau de Cusa, daí em diante, passou a ser fiel sustentáculo do papa. Por fim, dividiram-se os próprios conciliares no tocante ao lugar em que se realizaria a união com os gregos. A maioria desejava que se efetuasse em Basiléia ou em Avinhão ou numa cidade da Savóia. A minoria declarou-se por uma cidade da Itália. O papa confirmou a resolução destes. E, como por isso os membros da maioria o intimassem a comparecer com os cardeais perante o tribunal de Basiléia, Eugênio transferiu o concílio para **Ferrara,** pela bula *Doctor gentium* de 18 de Setembro de 1437. Cesarini, assim como antes admoestara o papa, procurou agora mover os conciliares a obedecer ao papa, verdadeiro chefe da Igreja. E como os seus esforços fossem inúteis, abandonou com Nicolau de Cusa e muitos outros Basiléia e dirigiu-se a Ferrara.

644. Na assembléia basileense, ilegítima desde a 25ª sessão, deram-se, desde então, verdadeiros excessos de furor. Dominados pelo ambicioso arcebispo de Arles, Luís d'Aleman, único cardeal que ainda lhes ficou, os padres, pela maioria de ordem inferior, chegaram a declarar inválida a bula da transferência e suspenderam o papa de todas as funções eclesiásticas. Declararam o concílio de Ferrara por conciliábulo e cismático e intimaram seus membros a comparecer ao tribunal de Basiléia. Mas todas estas disposições não encontraram eco fora de Basiléia.

645. Os *próprios* inimigos pessoais de Eugênio, como o rei de Aragão e o duque de Milão, censuraram tão apaixonado procedimento. O duque da Baviera declarou a guerra aos basileenses e o rei da Inglaterra acusou-os de anteciparem os dias do anticristo (Alzog II 406). Na Alemanha morrera Sigismundo, e os príncipes observaram neutralidade antes e depois da eleição de Alberto II (1438-39), aceitando, porém, alguns decretos da reforma. A França, onde o espírito antipapal vigorava, mais e mais, proibiu que os seus bispos assistissem ao concílio de Ferrara, e uma assembléia do clero francês, em Bourges, presidida pelo rei Carlos VII (1422-61), aceitou, com insignificantes modificações, 23 decretos basileenses, que continham entre outras a teoria conciliar. Na chamada *Sanção Pragmática de Bourges* de 7 de Julho de 1438 (MQ 232), estes decretos foram proclamados como leis civis, e são o fundamento principal do futuro galicanismo.

646. *Os* padres de Basiléia não voltaram atrás. Declararam como verdades católicas os decretos de Constança, que ensinavam a superioridade do concílio sobre o papa (Mansi 29, 178). E como Eugênio não reconhecesse a teoria conciliar, acusaram-no de heresia e declararam-no deposto como herético obstinado e cismático. Um só cardeal e 11 bispos entraram depois em conclave e elegeram para papa o ambicioso duque Amadeu da Savóia, que se retirara do ducado e vivia às margens do lago de Genebra como eremita. Este aceitou a eleição e tomou o nome de Félix V (1439-49). Foi o *último* antipapa. Reconheceram-no a Savóia, a Suíça e alguns príncipes da Alemanha.

647. Para dar maior brilho à nova corte pontifícia, a assembléia autorizou-o a cobrar um quinto dos bens do clero, durante os primeiros cinco anos, e um décimo, durante os cinco anos seguintes. E era este o mesmo concílio que, pouco antes, mostrara tão "santo" ardor para pôr fim ao abuso das anatas! Semelhante escândalo excitou a indignação geral. Enfraquecido internamente, reprovado exte-

riormente, o conciliábulo finalmente sucumbiu (Alzog II 407).

648. O concílio de Ferrara, legítima continuação do de Basiléia, foi aberto em Janeiro de 1438, crescendo, cada vez mais, em importância pelo número e pela autoridade de seus membros. Tratou-se, sobretudo, da extinção do cisma oriental. Numerosos gregos tinham vindo, entre eles o douto metropolita Bessárion de Nicéia, o patriarca José de Constantinopla e o próprio imperador João VIII, Paleólogo (1425-48). Representante da Igreja russa era o metropolita Isidoro de Kiew, como Bessárion e José, ardente defensor da união. Mas, as negociações tornaram-se sumamente difíceis. Só o perigo dos turcos e a esperança no auxílio dos ocidentais reteve os gregos que, conforme os avisos do imperador, evitaram, a princípio, qualquer discussão sobre diferenças doutrinais.

649. Em 1439, foi transferido o concílio para Florença, onde finalmente se travaram também discussões sobre as questões dogmáticas. Depois de longas e difíceis negociações, os gregos admitiram a doutrina da Igreja romana sobre o *Filioque,* o purgatório, a visão beatífica e o primado papal. Todos os conciliares, com poucas exceções, assinaram o decreto da união *Laetentur caeli* (DB 691-94), publicado na basílica de Florença. "Regozijai-vos, ó céus, e vós, terra, aplaudi! Caiu o muro divisório que tinha separado as Igrejas do oriente e do ocidente. Cristo reuniu-as pelos laços suaves e sólidos da paz e do amor. Depois de um cisma doloroso e prolongado, raiou enfim o dia da unidade tão ardentemente desejado..." O documento ainda se conserva, como um dos tesouros mais preciosos, na biblioteca laurenciana de Florença.

650. Com esta união, o concílio tinha cumprido a sua principal missão. Mas, ao que parece, em consideração à assembléia dos basileenses, continuou reunido, mesmo depois da partida dos gregos. Em seguida, reuniram-se com Roma também os armênios (1439) e os jacobitas (1441) monofisitas (DB 695 ss), os mesopotâmios (1444), os caldeu-nestorianos e os maronitas monoteletas de Chipre (1445). Com a união destes últimos terminam as notícias

que temos do concílio que, desde 1443, continuara as suas sessões em Roma.

651. Félix V perdia, no entanto, mais e mais, o seu prestígio. Os legados da França protestaram logo contra a sua eleição. Carlos VII obrigou todos os seus súditos a reconhecerem a Eugênio IV. Os reis de Castela, de Aragão e da Polônia igualmente lhe conservaram fidelidade (Rayn., 1441, 12 ss). Na Alemanha sucedeu a Alberto II seu primo **Frederico III** (1440-93), que, no princípio, manteve a neutralidade. Mas as simpatias convergiam, mais e mais, para Eugênio. Na dieta de Mogúncia (1441), o cardeal Carvajal e Nicolau de Cusa defenderam com eloquência a sua causa.

652. E' verdade que, ainda em Março de 1446, o colégio dos eleitores, na dieta de Francfort, tomou atitude hostil contra o papa, porque este depusera os arcebispos de Colônia e de Treves, principais fautores do conciliábulo na Alemanha. Mas, devido ao influxo de Enéia Sílvio de Piccolomini, então secretário na chancelaria de Frederico III, mudaram logo as coisas em favor de Eugênio.

Enéia Sílvio, mais tarde papa Pio II, foi sem dúvida um dos espíritos mais brilhantes do século e, apesar das suas fraquezas, um caráter grande e amável (Pastor I 328). Abraçara ele a causa dos basileenses e entrara até a serviço do antipapa. Mas, em breve, reconheceu o seu erro, entrou em 1442 a serviço de Frederico III e passou, juntamente com o chanceler imperial Schlick, para o lado de Eugênio. Conseguiu quebrar a coalisão dos eleitores, igualmente perigosa para o rei e para o papa. E já em Setembro de 1446, os eleitores de Mogúncia e de Brandenburgo se declararam por Eugênio. Em Fevereiro de 1447, foram concluídas as chamadas concordatas dos príncipes, quatro documentos, pelos quais o papa aceitou, com certas restrições, os decretos de reforma de Basiléia, sendo então reconhecido pelo rei Frederico e por muitos príncipes da Alemanha. Eugênio faleceu poucos dias depois, deixando a seu sucessor a terminação da sua obra (Rayn., 1447, I ss).

Mansi 29-31. — *Hergenroether-Kirsch* III 196 ss. — *Funk-Bihlm.* II 285 ss. — *Pastor,* Papstgeschichte I 209 ss. — *Hefele,* Konziliengeschichte VII 426 ss. — *Vanutelli,* Il concilio de Firenze, Roma 1899.

§ 114. Os papas da renascença até Paulo II

653. Com **Nicolau V** (1447-55) começou um novo período na história do papado, o tempo da renascença. Foi um período de grande brilho externo, mas também de tristes sombras na vida religioso-eclesiástica. Se Nicolau foi o primeiro papa da renascença, foi também o melhor de todo este período, piedoso e sábio, nobre protetor das artes e das ciências. Tão inesperada, mas ao mesmo tempo tão agradável foi a todos a sua eleição, que um dos eleitores, ao deixar o conclave, disse que não os cardeais, e sim Deus o tinha eleito (Pastor I 358).

654. Admirador do novo movimento intelectual, da "cultura florentina", fez embelezar a cidade eterna, restaurou grande número de igrejas e aumentou consideràvelmente a riquíssima biblioteca vaticana, de que Martinho V lançara os fundamentos. "Desejaria dar todo o meu dinheiro por livros e edifícios", dissera antes de ser papa, e como papa ficou fiel a seus princípios, não para granjear glórias passageiras, mas para levantar o prestígio do papado.

655a. O princípio do seu pontificado é designado por uma série de felizes sucessos. No tocante ao cisma procedeu com grande prudência e moderação, conseguindo, por isso, o êxito desejado. Em 1448, concluiu com Frederico III a **concordata de Viena,** que anulou os cânones basileenses que Eugênio IV condicionalmente aceitara, e que fez parte integrante das leis do império até à secularização de 1803 (MQ 238 ss).

b. A concordata, infelizmente, não acabou com todos os abusos. Mas foi um golpe de morte para o sínodo de Basiléia. Os últimos restos do conciliábulo, expulsos por Frederico III da cidade imperial e reunidos em Lausana, desapareceram com a renúncia de Félix V (Rayn., 1449, 1 ss). O conciliarismo estava vencido, no essencial.

c. Mas também o papado perdera muito da sua autoridade e do seu poder. Na Inglaterra e na França crescera assustadoramente o regalismo. Na Alemanha, a cúria tivera de conceder muitos privilégios aos príncipes para atraí-los a seu lado. Por seu turno, também o imperador fizera muitas concessões à cúria. Não houve verdadeiro contentamento. A reforma continuou a ser um problema muito urgente.

d. Todavia, Nicolau V conseguira restabelecer a paz. E esta foi celebrada por um jubileu grandioso (1450), sendo nesta ocasião canonizado S. Bernardino de Sena, o santo mais popular que a península vira desde séculos (Pastor I 419). Dois anos depois, o papa coroou a Frederico III e sua jovem esposa, Leonor de Portugal; e foi esta a última coroação imperial realizada em Roma. Os Estados pontifícios foram restabelecidos, e uma grande liga italiana entre o papa e as cidades de Nápoles, Florença, Veneza e Milão devia coroar a obra da pacificação.

656. Os últimos anos de Nicolau V foram atribulados pela conjuração de Estêvão Porcaro, que ainda a tempo foi descoberta. Ainda mais dolorosos foram os acontecimentos no oriente: o rompimento da união com os gregos e a queda de Constantinopla. Os gregos tinham procurado a união eclesiástica na esperança de obter o auxílio dos ocidentais contra os turcos. As esperanças não se realizaram. Marcos Eugênio de Éfeso (Migne, PG 160) agitou o povo contra os latinos. A maioria do clero rejeitou a união. Isidoro de Kiew, cardeal desde 1439, foi encarcerado e a união da Rússia foi logo reprovada. Os patriarcas de Jerusalém, Alexandria e Antioquia, que tinham aceito a união, dissolveram-na de novo (1443). Pouco antes da sua morte o fez também o imperador. E' verdade que Constantino XII (1448-53) renovou a união por meio do cardeal-legado Isidoro, que conseguira fugir para Roma. Mas os adversários, enfurecidos, não a reconheceram, declarando que antes desejavam tornar-se turcos do que unir-se com Roma.

657. Não houve mais remédio para salvar este povo obstinado. A sentença divina ia cair tremendamente sobre a Nova Roma. Aos 29 de Maio de 1453, Constantinopla caiu em poder de Maomé II. Constantino XII caiu morto na batalha. Terminara o império bizantino. A magnífica basílica de Hágia Sofia foi transformada em mesquita. A união foi desfeita, Genádio II, adversário dela, foi eleito patriarca e investido pelo sultão. O cisma se perpetuou.

658. Com a queda de Constantinopla e do império bizantino, o perigo dos turcos ameaçava imediatamente o ocidente. E para preveni-lo, forçoso era unir as nações da Europa. Nicolau V empregou todos os meios neste sentido e mandou pregar uma cruzada. Mas a sua voz não foi ouvida, e a sua morte prematura não lhe permitiu tomar outras medidas.

659. Afastar o perigo dos turcos era também a principal preocupação dos sucessores imediatos de Nicolau V, e foi o motivo por que a questão tão urgente da reforma eclesiástica foi negligenciada. **Calisto III** (1455-58), da casa espanhola dos Borjas, renovou o apelo de Nicolau ao povo cristão para se organizar uma cruzada, enviou pregadores a todos os países e equipou até uma armada para combater o inimigo do cristianismo. Todos os cronistas acentuam a admirável energia com que, apesar da sua fraqueza corporal, tratava de realizar a cruzada (Rayn., 1456, 1). Um dos pregadores, o franciscano João de Capistrano, juntou um numeroso exército, composto de alemães, poloneses e húngaros. Mas entre as nações só a Hungria mostrou verdadeiro interesse, porque estava mais ameaçada pelo perigo. Em Julho de 1456, João Húniadi, administrador do reino, conseguiu derrotar vitoriosamente os turcos na batalha de Belgrado. A vitória foi, em grande parte, obra do excelente cardeal-legado João Carvajal e, principalmente, de S. João de Capistrano, que com a cruz na mão entusiasmava os guerreiros (Rayn., 1456, 26; Pastor I 691 ss).

660. Infelizmente não se pôde tirar inteiro partido da vitória pela morte de Húniadi e de Capistrano e pela política interesseira das nações. Os bispos alemães estavam desgostosos com a concordata de Viena. A Sorbona apelou para um concílio geral contra os dízimos decretados para a guerra. E Veneza, principal potência marítima, concluiu um tratado de paz com os turcos, um ano depois da queda de Constantinopla, para conservar o seu comércio no oriente.

661. Calisto, não dedicado como Nicolau V ao interesse das artes e das ciências, mas zeloso pelos interesses da cristandade, maculou infelizmente o seu pontificado pelo

nepotismo. Concedeu a púrpura cardinalícia a dois sobrinhos seus, um dos quais foi Rodrigo Borja, mais tarde Alexandre VI. A um terceiro deu o ducado de Espoleto. Esta proteção à sua família, além de ser injusta, foi também extremamente perigosa para a Igreja e para a Itália. Rodrigo era, embora moço muito talentoso, de caráter perverso e vicioso (Pastor I 737 ss).

662. Foi nos pontificados de Nicolau V e de Calisto III que se reabilitou a honra de Santa **Joana d'Arc.** Nascida em Domrémy na Lorena (1412), a humilde e piedosa pastora foi escolhida pela Providência para salvar a França de uma derrota completa, ocasionada pela guerra dos cem anos (1337-1453). Carlos VI falecera na demência. O Delfim Carlos VII fora deserdado pela rainha-mãe, e sem coroa nem prestígio estabelecera uma sombra de governo na cidade de Bourges, por ter Paris caído nas mãos dos ingleses. Joana foi ter com ele em Chinon e obteve, depois de longas negociações com doutores e com o indolente rei, o comando de um pequeno mas valoroso exército. Libertou a cidade de Orléans do assédio dos ingleses e levou o Delfim a Reims para ser coroado rei. Mas, vítima das intrigas dos ministros e da ingratidão do rei, caiu nas mãos dos burgundos, em Compiègne, e foi entregue aos ingleses. Coube a Pedro Cauchon, bispo desleal de Beauvais, a inglória tarefa de condená-la à fogueira, num tribunal de juízes eclesiásticos que não representavam a Igreja. Joana morreu mártir pela fé e pela pátria (1431), no mercado de Ruão. Mas os seus juízes foram fulminados, em breve, pela vingança divina. A Inglaterra foi assolada pela terrível guerra civil das Duas Rosas, as casas Lancastre e York, da qual saiu vitorioso Henrique VII Tudor. Os ingleses tiveram de deixar a França. Só Calais ainda lhes ficou pelo espaço de dois séculos, como um Gibraltar da Mancha (Maurois). Por ordem de Calisto III, foi instituída uma revisão do processo, que teve por resultado a reabilitação da *Donzela de Orléans* (1456). Pio X a declarou bem-aventurada (1909) e Bento XV a canonizou (1920).

663. À morte de Calisto III seguiram-se horrendas turbulências na cidade eterna. O ódio contra os "catalanos" explodiu poderosamente. Também a questão da eleição agitava vivamente os ânimos. Depois de uma capitulação eleitoral, reuniram-se os votos suficientes na pessoa de Enéia Sílvio de Piccolomini (cfr. § 113). Tomou o nome de **Pio II** (1458-64). Desde então, a sua vida foi a de um santo (Pastor II 23). Depois da sua eleição jurou, mais uma vez, a capitulação, mas fê-lo com a cláusula "enquanto compatível com Deus, e com a honra e a justiça da Sé apostólica" (Rayn., 1458, 8). Desde logo começou também a

realizar um ponto da capitulação, a cruzada contra os turcos, inimigo principal do cristianismo.

664. Maomé II estendera, cada vez mais, as suas conquistas. A Sérvia, a Bósnia e o Epiro caíram nas suas mãos, no mesmo ano em que Pio II cingiu a tiara. O novo papa convidou urgentemente os príncipes cristãos a se reunirem em Mântua (1459). Os príncipes, porém, desiludiram as suas esperanças. A cruzada não se realizou. Matias Corvino (1458-90), digno filho de Húniadi e rei da Hungria, como também Jorge Castriota, duque da Albânia, a quem por seus feitos heróicos chamavam de Skanderbeg, isto é, príncipe Alexandre, lograram derrotar, algumas vezes, o inimigo. Mas os outros príncipes continuaram na costumada indolência. Pio, quebrado já pelos anos, projetou pôr-se ele mesmo à frente de um exército. Mas ainda esta vez foi iludido e morreu em Ancona, antes do embarque.

665. O zeloso papa se esforçara igualmente a realizar a reforma da cúria e da Igreja, e incumbiu o cardeal Nicolau de Cusa de elaborar um projeto respectivo. Nicolau se desempenhou da tarefa com inteligência e prudente sabedoria. Mas muito grandes eram as dificuldades para ser executado o projeto.

666. Contra o abominável costume de apelar para um concílio geral, o papa publicou, em Janeiro de 1460, a bula *Execrabilis* (BR V 149 ss), proibindo sob pena de excomunhão tal apelação. Muitos lho levaram a mal, porque ele mesmo antes havia sido defensor do conciliarismo. Por isso, Pio revogou, na chamada bula de retratação *In minoribus agentes* (Rayn., 1463, 114 ss), as opiniões errôneas da sua juventude: "Rejeitai Enéia Sílvio, mas escutai a Pio".

667. Na França, obteve o papa um sucesso que seus antecessores em vão procuraram alcançar: a abolição da Sanção Pragmática de Bourges (1461). Foi por esta ocasião que concedeu ao rei Luís XI (1461-83) o título de *Rex christianissimus*. Todavia, foi apenas um sucesso aparente, porque o rei, logo em seguida, restabeleceu as liberdades galicanas.

668a. Como em 1458, assim também depois da morte de Pio II, os cardeais comprometeram-se, por uma capitulação eleitoral, que o futuro papa cuidaria da cruzada, convocaria um concílio geral dentro de três anos e limitaria o nepotismo. Foi eleito, sob estas condições, o cardeal Pedro Barbo, sobrinho de Eugênio IV, que tomou o nome de **Paulo II** (1464-71). Mas o papa emancipou-se logo da capitulação, depois de ter consultado vários juristas. A medida produziu grande descontentamento entre os cardeais.

b. Do mesmo modo se indispôs com os humanistas. No colégio dos abreviadores da chancelaria papal, que no tempo de Pio II contara setenta membros, se tinham introduzido graves abusos, pelo que Paulo o suprimiu. Os muitos humanistas do colégio não lhe perdoaram a medida. Principalmente Plátina vingou-se na sua obra *Vitae Pontificum Romanorum* (ed. Veneza 1479).

c. Entre os abreviadores se achavam também alguns membros da academia romana, fundada por Pompônio Leto, discípulo de Lourenço Vala, que se entusiasmaram pela antiga glória romana a ponto de adotar juntamente com as ciências antigas também os vícios e as cerimônias pagãs. Por suspeitas de apostasia e de conjuração, o papa suprimiu também a academia. Depois da morte de Paulo II, tanto o colégio dos abreviadores como também a academia foram restabelecidos. Paulo II ocupou-se também da cruzada contra os turcos, tendo porém ainda menos resultados do que os seus antecessores.

Raynald., Annales ad an. 1447 ss. — *Pastor*, Geschichte der Paepste I 351 ss. — *Seppelt-Loeffler*, Papstgeschichte 246 ss. — *Hergenroether-Kirsch* III 236 ss; 252 ss; 266 ss. — *Funk-Bihlmeyer* II 292 ss. — *Boncampagni*, Roma nel Rinascimento, Albano, 1928. — *Tagliacozzo*, Victoriae mirabilis divinitus de Turcis habitae duce vener. b. Joanne de Capistrano series..., ed. Lemmens, Quaracchi 1906. — *Hofer*, Johannes von Capistrano, Innsbruck-Wien-Muenchen 1936. — *Thuel*, História de Santa Joana d'Arc, Baía 1927.

§ 115. Os últimos papas da renascença

669. Os papas seguintes designam uma dolorosa decadência do papado. Desde os séculos X e XI, a mais alta dignidade eclesiástica não fora mais objeto de tão grande aviltamento. E' verdade que alguns destes papas foram grandes mecenas da renascença, mas negligenciaram a sua missão mais sagrada, os interesses espirituais e religiosos da Igreja. E o nepotismo atingiu os últimos excessos.

670. Depois da morte prematura de Paulo II, o cardeal Francisco della Róvere, ex-ministro geral dos franciscanos, subiu *ao sólio pontifício* com o nome de **Sixto IV** (1471-84). Foi um dos grandes protetores das ciências e das artes. Enriqueceu a biblioteca vaticana e franqueou-a ao público. Plátina foi nomeado diretor da biblioteca. Embelezou a cidade de Roma e edificou no Vaticano a Capela Sixtina, célebre pelas pinturas de Miguel Ângelo e de outros mestres da renascença.

671. Mostrou também um zelo louvável pelos interesses do oriente e planejou uma cruzada contra os turcos. *Mas, como os seus antecessores, assim também ele* encontrou surdos ouvidos nas cortes do ocidente. Os sarracenos já tinham ocupado a cidade de Otranto nas Apúlias, quando a morte de Maomé II (1481) e a luta pelo trono adiou o perigo. O príncipe Hixem, vencido por seu irmão, o sultão Bajazeto, fugiu para Rodes. Em seguida, foi levado à França e, finalmente, a Roma, onde foi retido até pouco antes da sua morte.

672. Carinho especial dedicou o papa às missões externas e às coisas do dogma e da disciplina, tendo levado pessoalmente, ainda como cardeal, uma vida austera e piedosa. O b. Amadeu de Portugal, seu irmão de hábito, foi seu confessor; outro franciscano, S. Tiago de Marca, seu amigo íntimo.

673. Mas, quão brilhante se nos apresenta o pontificado deste *papa, tão deplorável foi seu nepotismo*, tão infeliz a sua política externa. No ano da sua eleição, elevou à dignidade cardinalícia dois sobrinhos seus, Juliano della Róvere, mais tarde Júlio II, e Pedro Riário. Este faleceu, em breve, em consequência da sua vida desregrada (1474). Um terceiro sobrinho, Jerônimo Riário, recebeu o principado de Ímola e outros feudos eclesiásticos. Depois da morte de Pedro Riário, seu sobrinho Rafael Riário, jovem de 17 anos, entrou em seu lugar, correspondendo, felizmente, melhor às esperanças do pontífice.

674. O papa não desejava senão manter relações amistosas com todos. Mas o seu nefando nepotismo e, particularmente, a influência poderosa de Jerônimo na sua política, o envolveram em conflitos lamentáveis com os florentinos, então governados por Lourenço, o Magnífico, de Médicis. Contra os Médicis se levantaram os Pazzi (1478), excitados por Jerônimo. O papa *consentiu; proibiu*, porém, que se derramasse sangue. Todavia, a conjuração custou a vida *a Juliano* de Médicis. Este fato e a severidade com que depois procedeu contra Lourenço e os *florentinos* acarretaram uma guerra com a poderosa república, que terminou sem resultado. *O mesmo* sobrinho turbulento o envolveu numa outra guerra com Fernando I de Nápoles (1482) e, logo em seguida, com Veneza (1483-84).

675. Ao mesmo tempo, lutas internas entre os Colona e os Orsini abalaram *Roma* e *o Estado* pontifício. E o arcebispo André Zamometić de Grânea, na Albânia, levantou nova oposição sinodal contra o papa, procurando realizar, embora em vão, *um concílio ecumênico* em Basiléia (1482), para se vingar do tratamento pouco lisonjeiro que lhe acarretara a sua linguagem acerba contra a cúria. Confusão e discórdias *reinavam em Roma* e em toda parte. E, depois da morte de Sixto IV, houve em Roma *uma* verdadeira anarquia.

676. A fim de evitar acontecimentos tão lamentáveis, os cardeais recorreram, *mais uma vez, a uma capitulação* eleitoral, obrigando-se a uma multidão de promessas irrisórias, em vez de fazer uma eleição digna e consienciosa. Subiu ao trono pontifício **Inocêncio VIII** (1484-92), nobre genovês, cuja vida anterior deixava muito a desejar e que *não tinha* a necessária força moral, nem a vontade séria de acabar com os abusos da cúria.

677. Já no princípio do pontificado *maculou* o seu nome pela infeliz bula *Summis desiderantes* contra as bruxas, *publicada* em 5 de Dezembro de 1484 (MQ 244-45). Seu pensamento constante, porém, foi *enriquecer a seu filho* natural Franceschetto, que tivera, antes de entrar no *estado eclesiástico*. Ele recebeu por esposa a filha de Lourenço de Médicis, e o próprio papa benzeu o enlace. Firmando a aliança com os poderosos Médicis, elevou à *dignidade cardinalícia* o filho de Lourenço, João, menino de 13 anos de idade. No resto, o papa teve boas *intenções* e mostrou, sobretudo, grande zelo pela pureza da fé.

678. Todavia, não terminara ainda a desoladora condição da Sé apostólica. Os cardeais, sem constrangimento nem precipitação, em plena liberdade e, por isso, vàlidamente, mas com vergonhosos tráficos simonísticos e, por isso, ilìcitamente, puseram a tiara na cabeça do cardeal Rodrigo Borja (Pastor III 289 ss), cujos adultérios, perfídias e crueldades eram conhecidos por todo mundo. Chamou-se **Alexandre VI** (1492-1503).

679. E' verdade que, quanto mais se estudam os documentos originais desta época, tanto mais nos convencemos de que a memória deste papa foi muito caluniada. Para julgá-lo imparcialmente cumpre considerar todos os elementos sociais que o cercavam. Há muito que a verdadeira crítica histórica absolve a Alexandre de alguns envenenamentos e de outros crimes, que lhe imputaram sem fundamento (Pastor III 501). A hostilidade ardente dos protestantes e o ressentimento dos franceses, ofendidos pela política do papa, contribuíram bastante para enegrecer-lhe a memória.

Mas, ainda assim, não é possível desculpar o papa. Permitiu a Providência divina que subisse ao mais alto grau da jerarquia um homem que a Igreja primitiva não teria admitido nem à mais baixa dignidade eclesiástica. Possuía, é verdade, grandes talentos. Os contemporâneos exaltam a sua prudência, a sua habilidade, a sua diplomacia, a sua aparência nobre. Foi um protetor das artes e das letras. Foi audacioso e intemerato no meio dos perigos, brando e indulgente para com o povo. Mas, severo para com os ricos e os grandes, não recuava diante de nenhum meio para satisfazer suas paixões criminosas, empregando até o perjúrio, o punhal e o veneno. Toda a sua vida está manchada pelos excessos da sensualidade, e até como papa não conseguiu libertar-se dos seus grilhões.

680. A sua principal preocupação foi a de seus quatro filhos naturais que lhe nasceram da relação com Vanozza de Cataneis: César, Lucrécia, João e Godofredo. Lucrécia, a predileta de seu pai, não ficou intacta do espírito de seu tempo, mas era melhor do que a sua fama. Três vezes se casou. O primeiro matrimônio, com João Sforza, senhor de Pésaro, foi dissolvido. João e o próprio papa afirmam que o matrimônio não foi consumado. O segundo esposo, duque Afonso de Bisceglia, filho natural de Afonso II de Nápoles, foi assassinado por César Borja. Finalmente, deu a sua mão ao príncipe herdeiro Afonso d'Este de Ferrara, e, desde então, foi feliz esposa e boa cristã. Morreu como terceira franciscana (1519), chorada pelos pobres e elogiada pelos historiadores (Pastor III 307 ss; 477 ss).

681. Muito fatal para a vida e o pontificado de Alexandre VI foi seu filho César. Homem apaixonado, criminoso e extremamente ambicioso, foi nomeado, na idade de 17 anos, arcebispo de Valência e criado cardeal, sendo apenas subdiácono. Seis anos depois, tendo sido assassinado seu irmão João, duque de Gândia, foi desligado de suas dignidades eclesiásticas, "para salvar à sua alma", como dizia o papa, de fato, por motivo das relações que então tinha com o rei da França.

682. Carlos VIII (1483-98) projetara restaurar o domínio dos Anjou no reino de Nápoles. O papa, porém, fascinado pelos ricos presentes que Fernando de Nápoles fizera a seus bastardos, declarou-se a favor de Aragão, de Fernando e seu filho Afonso II. Carlos entrou, no entanto, na Itália à frente do seu exército (1494). Os piemonteses o receberam como um enviado de Deus, Savonarola o saudou como outro Ciro. O papa não viu outra saída da sua situação apertada, senão romper as relações com Nápoles e passar ao lado da França. A consequência desta mudança foi a rápida conquista de Nápoles pelos franceses.

683. Mas, enquanto Carlos e seus soldados, no sul da Itália, se entregavam a todos os prazeres para celebrar a sua conquista, contraiu-se no norte uma sinistra tempestade contra os "bárbaros estrangeiros" (Pastor III 354). Formou-se uma liga anti-francesa entre o imperador Maximiliano I, Fernando e Isabel da Espanha, Veneza e Milão, e também o papa se lhe associou. Carlos foi obrigado a abandonar precipitadamente a Itália.

684. Em breve, porém, os excessos do papa e de César causaram o rompimento entre Alexandre e Frederico, filho e sucessor de Afonso II. O papa se aproximou, novamente, da França, e o jovem rei **Luís XII** (1498-1515), agradecido pelo divórcio que lhe concedera o papa, secundou os seus planos que projetava em favor de César. Casou-o com uma princesa da sua casa e o nomeou duque de Valença na França. O plano de pai e filho foi a for-

mação de um reino na Itália central, que teria acarretado a secularização de grande parte do Estado pontifício. César, apoiado pela França, pôs mão à obra com guerras e assassínios e não sem probabilidade de êxito. Foi elevado a duque da Romanha. Para esta conquista se empregaram os tesouros da câmara apostólica.

685. Contra tais excessos do papa e, em geral, contra os abusos da cúria e da Igreja ergueu-se qual novo Elias o célebre Girólamo **Savonarola,** desde 1491 prior do convento dos dominicanos em Florença. A sua figura ascética e as suas pregações poderosas e proféticas empolgaram de tal forma os florentinos, que, por algum tempo, toda a cidade lhe obedecia. Com ardor desusado exortou os cristãos a reformarem os seus costumes e trabalhou por se reunir um concílio geral, onde o papa fosse deposto. Este o chamou a seu tribunal. Savonarola, porém, não obedeceu e desprezou a excomunhão.

No entanto, também os florentinos, "iludidos nas esperanças que punham nos seus dotes proféticos" e desgostosos da sua política, o abandonaram, instauraram contra ele o processo em Florença, submeteram-no a violentos tormentos e o condenaram à morte, "como herético, cismático e desprezador da Santa Sé".

O nobre religioso, vítima dos seus inimigos políticos, tinha certamente intenções boas e puras, e a sua fidelidade para com a Igreja não admite dúvida. S. Filipe Néri e S. Catarina Ricci foram seus admiradores, e os papas Júlio II, Clemente VII e Paulo III julgaram-no digno das honras dos altares. Se, no entanto, os protestantes também o admiram altamente e, chamando-o antecessor de Lutero, lhe puseram a imagem no monumento do monge de Vittenberga em Vormácia, não se lembraram de que o próprio Savonarola frisou enèrgicamente e mais de uma vez que afastar-se da Igreja romana é afastar-se do próprio Cristo. Os seus grandes erros foram ter-se imiscuído nos negócios da política, ter-se deixado arrebatar pelo caráter apaixonado, nas suas pregações, a uma linguagem que excedia os limites da sua condição de religioso e ter desobedecido à Santa Sé. Esta desobediência o poderia ter levado a um cisma aberto (Pastor III 396 ss).

686. Também Alexandre faleceu, em breve, sem ver realizados os seus planos. Em 12 de Agosto de 1503, uma febre violenta atacou o velho papa. Ao mesmo tempo, adoeceu César. Houve quem suspeitasse um envenenamento, que no entanto é quase completamente impossível. César

restabeleceu-se, em breve. Alexandre não pôde resistir. Recebeu os últimos sacramentos e faleceu aos 18 de Agosto (Pastor III 496 ss).

687. Apesar de todos os escândalos deste pontificado, houve também pontos luminosos. Em 1500, celebrou Alexandre um grandioso jubileu que atraiu a Roma milhares de peregrinos. Com zelo cuidou de manter pura a doutrina eclesiástica, sendo de grande importância um edito de 1.º de Junho de 1501, com o qual introduziu na Alemanha a censura dos livros impressos. Na Itália procedeu rigorosamente contra as tendências heréticas, esforçou-se por reduzir ao seio da Igreja os husitas da Boêmia e mostrou grande interesse pelas missões.

688. Quão grande era ainda a autoridade da Sé apostólica, conclui-se do fato de ser Alexandre invocado pelos reis de Portugal e da Espanha como árbitro na questão das conquistas. Com a descoberta da América por Colombo, Dom João II (1481-95) sentiu-se lesado nos seus direitos. Portugal e Espanha estavam em iminências de uma guerra. Recorreram então ao papa, que, pela bula *Inter caetera* de 4 de Maio de 1493 (BR V 361 ss; MQ 246-47), fixou a linha de demarcação, que devia passar a cem léguas do Cabo Verde. As terras situadas ao oriente desta linha pertenceriam aos portugueses, as que ficavam ao ocidente, aos espanhóis. Dom João II protestou, porque a linha dava em pleno oceano. Em 7 de Julho de 1494, foi celebrado o *tratado de Tordesilhas,* pelo qual a linha da demarcação foi estabelecida a 370 léguas a oeste do Cabo Verde, passando de Belém do Pará até à Laguna de Santa Catarina.

689. Para lavar as vergonhosas manchas do último pontificado, os cardeais elegeram o piedoso cardeal Francisco Piccolómini, sobrinho de Pio II. Mas Pio III, como se chamava o novo papa, infelizmente morreu depois de um reinado de 26 dias, e deram-lhe, não sem tráficos simonísticos, um sucessor de caráter bem diferente, o cardeal Juliano della Róvere.

690. **Júlio II** (1503-13) foi, como seu tio Sixto IV, grande mecenas da renascença. Debaixo da sua proteção,

os maiores mestres da época, Bramante, Miguel Ângelo, Rafael, criaram as suas obras de inexcedível valor. A restauração da basílica de São Pedro, os frescos de Rafael nas salas do Vaticano, as pinturas de Miguel Ângelo no teto da Capela Sixtina, a figura monumental de Moisés do mesmo artista ligam-se para sempre ao nome de Júlio II. De resto, porém, o papa guerreiro parecia pensar só em campanhas e conquistas, nascido antes para ser rei e general de exércitos, do que para pai da cristandade e vigário de Cristo. No entanto, o objeto das suas aspirações não foi o enriquecimento da sua família. Ele era pessoalmente reto, leal, incorruptível e inacessível às fraquezas do nepotismo. O fim constante dos seus esforços foi a emancipação e a extensão do Estado pontifício.

691. Um dos primeiros atos que visavam este escopo foi a expulsão de César Borja que, pouco depois, encontrou uma morte trágica na França. A Romanha tornou a fazer parte do Estado pontifício. Em seguida, o papa, à frente das suas tropas, recuperou Perúsia e Bolonha. Aliou-se depois com Maximiliano I (1493-1519), a quem concedeu o título de "Eleito Imperador Romano", com Luís XII e com a Espanha contra os venezianos, conseguindo assim restituir à Igreja as cidades da Romanha, ocupadas traiçoeiramente pela poderosa república (1509). Tendo alcançado este seu principal objetivo e dirigindo pessoalmente os destinos do Estado pontifício, chegou este a ser mais poderoso do que nunca. Há quem levasse a mal a Júlio II o ter-se preocupado demasiadamente com a restauração do poder secular. Mas esquecem-se os seus acusadores de que, naqueles tempos, o poder político parecia ser uma verdadeira necessidade para a Igreja poder desempenhar-se da sua missão espiritual.

692. Júlio não depôs as armas, depois de restabelecido o seu Estado. Temendo o perigoso influxo dos franceses que se haviam apoderado de Milão, que davam ordens a Florença, Ferrara e Gênova e que procuravam até restabelecer o seu senhorio em Nápoles, preparou um golpe decisivo contra a França. Romperam-se as relações pelo banimento de Afonso d'Este, duque de Ferrara, que se aliara estreitamente à França, apesar de ser vassalo do papa, e ousara contestar à Santa Sé o direito de suzerania.

O procedimento de Júlio ofendeu extremamente a Luís XII que, instigado pelo cardeal d'Amboise, seu ministro onipotente, atacou o papa com armas materiais e espirituais. Um sínodo nacional, reunido em Tours (1510), negou ao papa o direito de fazer guerra a príncipes estrangeiros e acusou-o de não ter cumprido o seu juramento, pelo qual se comprometera a convocar um concílio geral dentro de dois anos depois da sua eleição. Ao mesmo tempo, lhe foi enviada uma legação que exigisse a convocação do concílio. Maximiliano, indignado pela indulgência com que o papa tratara os venezianos, consentiu em realizar-se o concílio projetado. Alimentava até esperanças de poder, depois da morte de Júlio, gravemente enfermo, unir na sua pessoa as duas mais altas dignidades da cristandade, cingindo também a tiara (Pastor III 685 ss).

A condição do papa era, deveras, perigosa. Cinco cardeais cismáticos convieram em Pisa (1510), onde se iniciou o conciliábulo que, pouco concorrido e composto quase exclusivamente de prelados franceses, foi logo transferido para Milão e de lá para Lião. Também as armas, a esta altura dos acontecimentos, não eram favoráveis ao papa. Ele mesmo se achava gravemente doente, e todos esperavam a sua morte.

693. Mas Júlio não desanimou. Restabelecido, formou a Sagrada Liga com os venezianos, com Fernando o Católico, rei da Espanha e de Nápoles, com a Inglaterra e a Suíça, expulsou os franceses da Itália e regulou a ordem política da península. Em Florença foi restabelecido o governo dos Médicis. Em Milão, os Sforza retomaram o poder. Parma, Placência e Reggio foram anexadas ao Estado pontifício. O conciliábulo, pálida imitação do de Basiléia, embora chegasse a pronunciar contra Júlio a suspensão, teve fim inglório. O papa lançou contra os cardeais cismáticos a excomunhão, contra a França o interdito e, para tirar as armas aos adversários, abriu finalmente o **5.º concílio do Latrão** (1512).

694. Dezesseis cardeais, mais de 80 bispos, ao todo cerca de cem prelados, quase todos italianos, ali se reuniram. O próprio Maximiliano I separou-se dos pisanos, aderindo ao concílio do Latrão. O superior geral dos agostinhos, Gil de Viterbo, discorreu na abertura das sessões,

com franqueza admirável, sobre os abusos da Igreja. "Júlio é, sem dúvida, o último pontífice que empregou com feliz êxito armas temporais para sustentar a Igreja. Estas armas não são as de Cristo. A Igreja só há de ser vitoriosa, quando empregar no concílio as armas de que fala o apóstolo... A Igreja só se tornou poderosa pelas armas espirituais. Pouco lhe deve importar a extensão de seus domínios. Suas riquezas consistem ùnicamente nas coisas divinas" (Alzog II 417; Pastor III 709). As palavras do corajoso pregador foram ouvidas com verdadeira emoção. E todavia, desde o princípio, os conciliares não trataram sèriamente da reforma. E o papa foi surpreendido pela morte, no meio de seus muitos e grandes projetos. Ainda na última hora da sua vida resistiu às tentações do nepotismo.

695. Seguiu-o no trono o jovem cardeal João de Medici, com o nome de **Leão X (1513-21).** Contava apenas 37 anos de idade. Ordenado sacerdote, aos 15 de Março, sagrado bispo, dois dias depois, cingiu a tiara aos 19 do mesmo mês. Grande amigo dos humanistas e dos artistas, brilhando por uma educação eminentemente clássica e amante das pompas da renascença, de festas e prazeres mundanos, o jovem papa era quase alheio ao espírito religioso-eclesiástico. Preocuparam-no, de preferência, o regulamento dos Estados pontifícios e o enriquecimento de seus parentes. No entanto, Pallavicini, que em geral nos dá uma imagem objetiva deste papa, é, algumas vezes, muito duro na sua crítica (Hist. Conc. Trid. I 2, 1 ss). Apesar da sua vida mundana, o papa não excedeu nunca os limites da moralidade. Compreende-se, porém, que tal pontífice não tinha interesse pela reforma da Igreja.

Não obstante, continuou o concílio do Latrão até 1517. Foram redigidos diversos cânones de reforma que diziam respeito aos costumes eclesiásticos, visavam pôr termo aos abusos no tocante à colação de benefícios, reprimir os concubinatos, etc. Mas o papa parecia ter tão pouco interesse em executar os decretos da reforma como o próprio concílio. Nem mesmo tinha braço bastante vigoroso e vontade assaz firme para empreender obra tão difícil.

696. Maior solicitude lhe inspirava a supressão da Sanção Pragmática de Bourges, que, de fato, conseguiu.

Com o jovem rei Francisco I (1515-47) concluiu uma concordata, que concedia ao rei o direito de nomear todos os bispos e todos os abades e priores da França. Ao papa ficou reservada sòmente a confirmação. Em vista de tão grande concessão compreendem-se as dúvidas que os cardeais moveram contra a concordata. Mas, de outro lado, foi uma verdadeira vitória do papa; pois a Sanção Pragmática foi abolida, com o que os franceses renunciaram a uma quase completa independência, que não estava longe de um cisma, reconhecendo a suprema autoridade do papa. Assim se explica também a resistência do parlamento de Paris. A concordata ficou sendo base jurídica das relações entre o reino e a Santa Sé até à revolução francesa (1789).

697. Alcançada a abolição da Sanção Pragmática, Leão X teve por cumprida a missão do concílio. De fato, a sua prolongação não teria produzido frutos. Não faltavam leis de reforma, faltava só a sua execução, e para isso não havia boa vontade. "Que importava a corrupção na cúria entre as mais altas dignidades? Que importavam as murmurações contra a política nepotista que causaram até um atentado contra a vida do papa? Que importavam as previsões de um futuro ainda mais triste do que parecia? O papa dissolveu o concílio aos 16 de Março de 1517. A voz lúgubre e irritada de Tomás de Vio de Gaeta, superior geral dos dominicanos, perdeu-se no meio de hinos de alegria e triunfo" (Alzog II 418).

Raynald., Annales ad an. 1471 ss. — *Pastor*, Geschichte der Paepste II 451 ss; III 3 ss; IV 3 ss. — *Seppelt-Loeffler*, Papstgeschichte 254 ss. — *Hergenroether-Kirsch* III 274 ss. — *Portigliotti*, I Borgia, Milano 1913. — *Mathew*, The life and times of Rodrigo Borgia, Pope Alexander VI, 2. ed., London 1924. — *Scalia*, Girolamo Savonarola e S. Catarina de Ricci, Firenze 1925. — Outra lit. sobre Savonarola cfr. Funk-Bihlmeyer (II 355) e Hergenroether-Kirsch. — *Rodocanachi*, Rome aux temps de Jules II et de Léon X, Paris 1912. — *Id.*, Histoire de Rome II, Paris 1928. — *Vaughan*, The Medici Popes: Leo X and Clement VII, London 1908. — *Salim*, Ciência e religião II 415 ss. — História da colonização portuguesa do Brasil, Porto 1921 (I 233 ss).

CAPITULO II

HERESIAS E MOVIMENTO REFORMATÓRIO

§ 116. João Wiclif e o wiclifismo inglês

698. A decadência da disciplina eclesiástica, o cisma com todas as suas consequências e, principalmente, a necessidade de uma reforma tão vivamente desejada, mas nunca realizada, prepararam o campo às grandes heresias dos séculos XIV e XV. Os seus autores uniram em seus sistemas os elementos da falsa filosofia e teologia de séculos anteriores, valdenses, apocalípticos, etc., e transmitiram-nos ao protestantismo. O cativeiro babilônico dos papas causou o cisma ocidental. Este motivou as idéias conciliares. Mundanismo e democratismo penetrou na Igreja. A renascença agravou ainda a decadência. E tudo isto levou à pseudo-reforma de Lutero. Wiclif e Hus podem ser considerados como precursores da pseudo-reforma protestante, com a qual tiveram comuns os mesmos princípios fundamentais. Exaltavam demasiadamente a Sagrada Escritura como única fonte de fé, negavam a Tradição e a jerarquia eclesiástica e ensinavam o igrejismo nacional, em oposição ao universalismo eclesiástico.

699. O primeiro e o mais notável de entre estes heresiarcas foi o inglês **João Wiclif** (c. 1320-84), lente de filosofia e teologia na universidade de Oxford. Dominado pelo espírito joaquimítico, julgava que, para reformar a Igreja, cumpria reconduzi-la à pobreza primitiva. Por isso, pôs-se ao lado do rei Eduardo III (1327-77), quando este negou à Igreja os direitos que João sem Terra fora obrigado a conceder a Inocêncio III. Sua atitude lhe valeu as honras da corte, e o rei o enviou a Avinhão, a fim de negociar com o papa. Foi ali testemunha dos desregramentos da corte pontifícia, e a sua polêmica contra o papa tornou-se, por conseguinte, ainda mais ousada, depois do seu regresso para a Inglaterra.

Desde então começou a espalhar, em pregações e escritos, doutrinas que estavam em aberta oposição aos dogmas e às instituições da Igreja. Verdadeiros abusos e o igrejismo praticado, havia muito, na Inglaterra facilitaram-

lhe a pregação. O duque João Lancastre, terceiro filho do rei e chefe do partido antieclesiástico, o protegia. Nas suas obras *De divino dominio, De civili dominio* e *De decem praeceptis* expôs que as riquezas e o domínio secular são perniciosos à Igreja e contradizem à doutrina de Cristo e dos apóstolos. Melhor seria se o Estado confiscasse os bens da Igreja e tomasse a si o cuidado de sustentar os eclesiásticos. Principalmente se insurgiu contra a riqueza dos monges e, por fim, quando se viu combatido, contra o monacato como tal.

700. As idéias de Wiclif encontraram grande simpatia na corte, como também entre os nobres e o povo. A guerra desastrosa com a França, de fato, deu ocasião a uma extensa secularização dos bens da Igreja. Wiclif justificou-a. Acusado então de heresia, foi, por ordem de Gregório XI, submetido a um inquérito perante o arcebispo de Cantuária. Mas o fraco prelado, temendo a corte e o povo, não fez senão admoestar o herege. E este, em vez de obedecer, tomou atitude ainda mais definida. Quando começou o grande cisma, atacou não sòmente o antipapa, mas também a Urbano VI e o próprio papado.

Foi então que, pressentindo as censuras eclesiásticas, formulou a doutrina de que a excomunhão, lançada pelo papa ou por um bispo, nenhum dano faz a quem primeiro não seja excomungado por Deus. Nos seus escritos *De ecclesia* e *De potestate papae* definiu a Igreja como união dos predestinados e declarou ser Jesus Cristo o único verdadeiro papa, e sacerdote, cada um dos predestinados. A Deus é que cada um deve dirigir-se diretamente, se os seus representantes na terra lhe fazem injustiça. O homem pode salvar-se por seus próprios méritos, não por cerimônias, indulgências e penitências. A Sagrada Escritura lhe era a única fonte e norma da fé; e, para fazê-la acessível a todos, cuidou que fosse traduzida em inglês. Negando a doutrina da transubstanciação, professou a teoria da remanência ou consubstanciação, segundo a qual o pão e o vinho materiais continuam existindo juntamente com o corpo de Jesus Cristo. Afirmou até que o Salvador não instituiu o sacrifício da santa missa, que um sacerdote em estado de pecado não podia administrar os sacramentos, que a confissão auricular era uma invenção da Igreja, inútil e

vã, e que o celibato é imoral e corruptor. Negou também a veneração dos santos, das suas relíquias e imagens, e combateu as peregrinações e as missas pelas almas.

701. Para propagar a sua doutrina, Wiclif enviou os chamados *pobres padres,* dois a dois, para pregar ao povo a "verdadeira" palavra de Deus. O povo os chamava de lolardos (lollium, Deum laudantes, lullen), os católicos lhes deram o nome de semeadores de cizânia. Eles pregavam as idéias do comunismo, do espírito livre, causando imenso mal. "Pode-se imaginar a ação nos campos de jovens ardentes que pregavam a pobreza e a igualdade. Era a época em que, nas tavernas, os camponeses começavam a discutir acerca dos livros sagrados. Nessa Bíblia, que lhes era de súbito revelada, achavam a imagem de um jardim primitivo e paradisíaco, onde não tinham existido nobres, nem vilões... Depois da peste negra, esta semente caía em terra boa" (Maurois 171). Wiclif e seus sectários lançaram os germes das mais violentas revoluções religiosas e políticas. A revolta dos camponeses de 1381 é um dos seus frutos.

702. O papa se pronunciou então com energia contra as suas aberrações. Por sua expressa determinação, um sínodo de Londres (1382) condenou 24 proposições wiclifianas, em parte como errôneas, em parte como heréticas (Mansi 26, 695). Wiclif, renunciando à cadeira de lente, retirou-se para a sua paróquia de Lutterworth, onde continuou a luta literária até ao fim da sua vida, sem ser pessoalmente incomodado. Foi neste tempo que compôs a sua obra principal, o *Trialogus,* no qual reduziu a sistema a sua doutrina, cujos elementos constitutivos são o realismo panteístico, o fatalismo e o predestinacianismo. Seus amigos na universidade foram igualmente obrigados a retirar-se das suas cadeiras.

703. Contudo, espalhou-se mais ainda o wiclifismo, mesmo depois da morte do autor, protegido pelos nobres. Só quando estes compreenderam que os lolardos se tornaram um perigo social e ameaçavam tanto a sua riqueza, quanto a fé católica, e quando Henrique IV (1399-1413), da casa de Lancastre, subiu ao trono, tomaram-se medidas severas contra a seita. Pelas atas parlamentares *De haeretico comburendo* (1400) foi introduzida a Inquisição, e muitos lolardos morreram na fogueira. Outros fugiram para a Boêmia, onde encontraram pronta acolhida. E mesmo na Inglaterra se conservaram alguns restos, que prepararam o terreno para a grande subversão do século XVI. O concílio de Constança condenou, mais uma vez, 45 proposições wiclifianas (DB 581 ss).

Obras de Wiclif, ed. pela Wyclif-Society, London 1883 ss. — *Oman,* The great Revolt of 1381, Oxford 1906. — *Arrowsmith,* The Prelude to the Reformation, London 1928. — *Maurois,* História da Inglaterra 170 ss.

§ 117. João Hus e os husitas

704. Na Boêmia sobreviviam ainda alguns restos de antigas seitas, especialmente valdenses. Além disso, reinava ignorância assustadora nas coisas de religião, e o clero negligenciava os seus deveres eclesiásticos. Por isso, as idéias wiclifianas acharam ambiente bem preparado, quando ali tiveram entrada, facilitada pelas relações entre as universidades de Oxford e Praga e pelo casamento de Ricardo II (1377-99) com Ana de Luxemburgo, irmã de Venceslau.

705. Apóstolo do wiclifismo tornou-se **João Hus,** lente de filosofia e pregador da capela de Belém em Praga. Homem asceta, zeloso e eloquente, mas orgulhoso e nacionalista ardente, surgiu contra os abusos da Igreja e do clero, fazendo suas as idéias de Wiclif, sem que, no entanto, aceitasse a teoria da remanência. Traduziu até em língua boêmia o *Trialogus.* Mas a universidade de Praga, onde prevalecia ainda a influência dos alemães, censurou então 45 proposições de Wiclif (1403). Os poloneses pronunciaram-se igualmente contra as novas idéias. Só os membros da universidade de nacionalidade boêmia continuaram a defender a doutrina wiclifiana e apelaram para o rei Venceslau. Este detestava os alemães que, havia pouco, o tinham deposto do trono imperial, e reformou a universidade em favor dos boêmios, concedendo-lhes três votos contra um das outras nacionalidades, bávara, saxônica e polonesa. Os alemães deixaram, por isso, a universidade e fundaram outra em Leipzig (1409-10). O próprio

Hus foi nomeado diretor em Praga e aproveitou-se da sua autoridade para pregar, contra Igreja e papado, as mais violentas e baixas diatribes. O arcebispo Sbinko esforçou-se por reprimir o movimento, queimando os escritos de Wiclif, proibindo a pregação fora das igrejas matrizes, excomungando a Hus e seus amigos e lançando à cidade o interdito. Mas não teve resultado.

706. Pelo mesmo tempo, João XXIII concedera uma indulgência plenária a todos que tomassem parte em uma cruzada contra Ladislau de Nápoles. Hus e seu amigo Jerônimo de Praga agitaram os ânimos contra a indulgência, zombaram da bula do papa e acabaram por queimá-la. Foram excomungados. Mas a excomunhão levou-os a novos excessos e confirmou-os nos seus erros. Hus apelou para um concílio geral e o supremo juiz, Jesus Cristo. Teve, por isso, de deixar a cidade e retirou-se ao castelo de um amigo fidalgo.

Foi ali que compôs a sua obra principal *De ecclesia*, cujas principais teses são as seguintes: 1) A Igreja se compõe ùnicamente de predestinados para a vida eterna; 2) estes não podem deixar de ser membros da Igreja, assim como os réprobos não podem a ela pertencer; 3) Cristo é o único chefe da Igreja; 4) a um sacerdote, na sua consciência livre de pecados, não pode ser negada a pregação; 5) pelo contrário, um dignitário, seja ele espiritual ou temporal, que esteja em estado de pecado, é por isso mesmo despojado do poder e obrigado a abdicar. Do resto, a doutrina de Hus parece ter sido ortodoxa. Reconheceu os sete sacramentos, o culto dos santos, e defendeu enèrgicamente o celibato eclesiástico.

707. O imperador Sigismundo, irmão de Venceslau e herdeiro da coroa boêmia, interessou-se vivamente por pacificar os espíritos e fez com que Hus se apresentasse ao concílio de Constança. Protegido por um salvo-conduto de Sigismundo (CG VII 220), pôs-se, de fato, a caminho. Na 8ª sessão foram condenadas, mais uma vez, as 45 sentenças de Wiclif, e na 15ª, também 30 proposições de Hus (DB 581 ss; 627 ss). Em vão procuraram os cardeais e o próprio imperador movê-lo a retratar-se. Por isso, foi condenado como herético, degradado e entregue ao braço secular. Com muita constância sofreu a morte na fogueira, aos 6 de Julho de 1415.

A sentença não foi uma lesão do salvo-conduto de Sigismundo. Pois este não era muito mais do que um passaporte e podia proteger o portador contra inimigos, mas não contra o legítimo juiz. E muito injustamente foi acusado o concílio de ter declarado, num decreto autêntico, que não se deve fidelidade a um herético (cfr. MQ 228-29). Onze meses depois da morte de Hus, teve igual sorte o seu amigo Jerônimo de Praga, condenado como herético obstinado e relapso.

708. Todavia, não cessaram as perturbações. A notícia da execução de Hus produziu, pelo contrário, extraordinária excitação entre os boêmios, que o consideravam um mártir da fé e herói nacional. Os eclesiásticos ortodoxos foram, em grande parte, expulsos, e o arcebispo Conrado de Praga teve que fugir para salvar a sua vida. A rainha, cujo confessor havia sido o heresiarca, abraçou pùblicamente a sua causa, e quase toda a nobreza boêmia e morávia enviou a Constança um protesto veemente.

709. Ao mesmo tempo, os sectários de Hus fizeram aliança com **Tiago de Misa,** lente da universidade, e com seus amigos, que suscitaram a questão do cálice laical, ensinando que este era absolutamente necessário para receber a Eucaristia. O cálice laical tornou-se, desde então, a senha dos husitas.

710. Na 13ª sessão, o concílio de Constança proibiu que se concedesse o cálice aos fiéis, e Venceslau, movido pelas reclamações de Sigismundo e de Martinho V, procedeu finalmente contra os chefes da heresia. Mas os husitas, a cuja frente se achavam Nicolau de Pistna e João Zisca, ambos camaristas de Venceslau, recorreram a violências. Venceslau morreu de indignação e desgostos (1419), e contra Sigismundo, que infelizmente estava ocupado em expulsar os turcos da Hungria, insurgiram-se os boêmios e negar-lhe-iam o reconhecimento, se não lhes cumprisse quatro condições: 1) a livre pregação, 2) a concessão do cálice a todos que o pedissem, 3) pobreza apostólica dos clérigos e 4) punição dos pecados mortais,

como embriaguez, roubo, estipêndios para missa, etc., pela autoridade secular.

Rejeitando o imperador tais concessões, começaram as horrendas guerras husíticas (1420-31). Os heréticos levaram tudo a ferro e fogo. Exércitos cruzados, organizados contra os revoltosos, foram repelidos vitoriosamente. Desde 1427, os hereges, chefiados por Procópio o Velho, sacerdote apóstata, empreenderam a ofensiva, fazendo correrias pelas terras vizinhas, a fim de obrigar a Igreja a ceder às suas exigências. Uma supressão do movimento à força de armas já não era possível. A última cruzada, chefiada por Juliano Cesarini, teve um fim desastroso. Por diversas vezes, parecia ter chegado o fim da Igreja católica na Boêmia e na Alemanha.

711. No entanto, depois da morte de João Zisca (1424), dividiram-se os sectários em quatro partidos: os taboritas, comandados por Procópio o Velho, os órfãos ou orfanitas, chefiados por Procópio o Moço, os horebitas e os calixtinos ou utraquistas. Unidos contra os católicos, diferençavam entre si por ligeiras dissidências religiosas, e a política os separava completamente. Os taboritas visavam a subversão de toda a ordem política e religiosa. Muitos de entre eles chegaram a negar a presença real de Jesus Cristo na Eucaristia, destruíram cálices e ostensórios, despiram-se de seus vestidos e cometeram as mais horrendas libertinagens. Eram chamados adamitas (Aen. Silv., Hist. Boh. 41).

Os moderados não se mostraram adversos a uma reconciliação com a Igreja e com o imperador. De fato, foram entabuladas negociações entre eles e o concílio de Basiléia. Compareceram ali quinze legados dos diversos partidos, entre eles João de Rokycana, chefe dos moderados, Procópio o Velho e o bispo Nicolau de Pilgram, chefes dos taboritas. Exigiram o que já fora estabelecido nos quatro artigos propostos a Sigismundo em 1420.

Depois de longas e infrutíferas disputas, continuaram as negociações em Praga, onde foram, finalmente, concluídas as chamadas *compactatas de Praga* (1433). Nelas foram concedidos aos husitas os quatro artigos, um tanto modificados, a saber: 1) a livre pregação por pregadores aprovados, 2) o cálice laical, contanto que reconhecessem a presença de Jesus Cristo debaixo de ambas as espécies,

3) a pobreza do clero que conserva a propriedade, mas está obrigado a empregá-la para fins previstos pelos cânones e 4) a punição dos pecados mortais pela legítima autoridade.

712. Os extremistas não aceitaram o tratado. Mas foram batidos pelos moderados na batalha de Lipan (1434). Procópio o Velho caiu na batalha. As compactatas foram confirmadas pelo governo de Praga. Sigismundo foi reconhecido rei da Boêmia. Aos poucos, desapareceu o nome de husitas. Os que aceitaram a paz chamavam-se, de então em diante, calixtinos ou utraquistas, enquanto que os outros católicos eram chamados unistas ou subunistas.

713. No entanto, a paz não foi completa. Rokycana, eleito arcebispo, não foi confirmado pelo papa. O rei Jorge Podiebrad (1458-71) foi deposto por Paulo II como herético relapso. Depois da sua morte, o rei católico Ladislau conseguiu restabelecer relativa paz. A concessão do cálice laical e outras concessões não contentaram a todos. Muitos acabaram por separar-se da Igreja utraquista e formaram associações particulares, conhecidas sob o nome de irmãos boêmios e morávios. Durante a guerra esmalcáldica, muitos emigraram para a Polônia. Outros se uniram aos protestantes pela *Confessio Boemica*. A recatolização da Boêmia pelo edito da restituição de Fernando II (1629) pôs fim ao uso do cálice laical. Mas o espírito husítico não desapareceu nunca completamente da Boêmia.

Joh. Hus opera omnia, ed. Flajshans, Pragae 1903 ss. — *Aen. Silv.*, Historia Bohemiae, ed. Freher, Hannov. 1602. — *Luetzow*, The Hussite wars, London 1914. — *Hergenroether-Kirsch* III 177 ss.

§ 118. Outros reformadores anti-eclesiásticos

714. Como Wiclif e Hus pretenderam reformar a Igreja em oposição à legítima autoridade, assim, depois deles, vários outros inovadores se levantaram, menos apaixonados e menos perigosos. Entre eles alcançaram maior importância João Pupper de Goch, João de Wesel e Wessel Gansfort.

715. O flamengo **João de Goch** († 1475), fundador e confessor de um mosteiro de monjas em Malinas, quis reconhecer como verdadeiras só aquelas doutrinas que pudessem ser provadas pela Sagrada Escritura. Pretendeu restabelecer em toda parte e em toda a sua pureza o verdadeiro cristianismo. Negava a doutrina dos méritos extraordinários do estado religioso, sem negar, porém, o estado religioso como tal.

716. **João Ruchrat de Wesel** († 1481), lente de teologia em Erfurt e depois pregador em Vormácia, acentuou mais ainda o valor da Sagrada Escritura como única fonte da fé. Ensinava: 1) Só Cristo pode explicar autênticamente a Escritura. Todas as outras explicações são falsas e errôneas. 2) Os predestinados estão inscritos no livro da vida por toda a eternidade, e não podem, por conseguinte, ser riscados por excomunhão alguma, assim como também nenhum papa, nenhum sacerdote e nenhuma indulgência pode ajudá-los a ganhar a bem-aventurança eterna. As indulgências não têm razão de ser. São uma piedosa fraude, contrárias à Sagrada Escritura. 3) Os mandamentos da Igreja não são obrigatórios. Cristo não ordenou o jejum, nem a oração, senão o Padre nosso. Chamado ao tribunal do arcebispo de Mogúncia, retratou-se (1479) e foi condenado à prisão perpétua no convento dos agostinhos da mesma cidade (Alzog II 482).

717. **Wessel Gansfort** († 1489) de Groninga, educado pelos clérigos da vida comum em Zwolle, estudou teologia em Colônia e familiarizou-se, ao mesmo tempo, com os escolásticos e com os clássicos gregos e latinos. A sua vasta erudição fez com que os seus amigos o apelidassem *Lux mundi.* Mas mudou diversas vezes as suas opiniões. De realista virou para nominalista e procurou, mais tarde, mediar entre as duas escolas. Por isso, os seus adversários o chamavam *Magister contradictionum.*

718. Lutero julgou encontrar nas obras de Gansfort o seu próprio espírito. De fato, como Lutero e outros reformadores, também os escritos de Gansfort consideram a Sagrada Escritura como única fonte de fé, negam a infalibilidade dos papas e dos concílios ecumênicos, a jurisdição da Igreja e especialmente o poder exclusivo das chaves. No entanto, os editores destes escritos, luteranos e calvinistas, não hesitaram em permitir-se várias falsificações. A doutrina de Wessel sobre a justificação é seguramente ortodoxa, como a de João de Goch e de João de Wesel, pelo que nenhum dos três pode ser chamado pròpriamente precursor de Lutero.

Funk-Bihlmeyer II 318. — *Hergenroether-Kirsch* III 349 ss. — *Buchberger,* Lexikon fuer Theologie und Kirche V 536. — *Clemen,* Leben des Johann Pupper von Goch, Leipzig 1896.

§ 119. Perseguição dos judeus e Inquisição espanhola

719. Como já em períodos anteriores, assim principalmente neste, os judeus tiveram de sofrer atrozes perseguições. No princípio das cruzadas, muitos destes "assassinos de Jesus Cristo" foram massacrados por bandos fanáticos. S. Bernardo de Claraval e diversos papas levantaram quase em vão a sua voz em defesa dos perseguidos. Singularmente sinistros foram para eles os anos de 1320 na França e de 1347 em Francfort. Por ocasião da grande epidemia que assolou a Europa pelos meados do século XIV, acusavam-nos de terem envenenado as fontes e os poços de água. Centenas de judeus caíram vítimas da crueldade do povo fanatizado. Clemente VI protegeu-os, lançando a excomunhão contra os seus perseguidores.

720. Particularmente triste foi a sorte dos judeus na Espanha, onde já no tempo dos visigodos tinham grande influência. Foram eles que abriram os portos da Espanha aos mouros. No reinado dos omíades conseguiram riquezas enormes e causaram, pela usura exorbitante, a ruína de muitas existências. O ódio do povo explodiu, em 1391, numa violentíssima perseguição. Os judeus viram-se obrigados a optar ou pelo batismo ou pela morte. Muitos abraçaram sinceramente o cristianismo, movidos pela pregação de varões apostólicos, como o dominicano S. Vicente Ferrer, que desde 1412 se dedicou à sua conversão.

Mas a grande multidão dos *marranos,* como se chamavam os neo-convertidos, continuavam nas suas superstições e trabalhavam com as suas riquezas e com a sua influência para suplantar a religião, tornando-se um perigo

para o próprio Estado. Por isso, os reis católicos, Fernando e Isabel, resolveram restabelecer a Inquisição, quase esquecida na primeira parte do século XV. Sixto IV deu o seu consentimento (1478).

721. Esta Inquisição tão criticada teve por historiador um homem abjeto, Llorente, cônego de Toledo e secretário geral da Inquisição, servil instrumento do rei José Bonaparte. Depois de expulsos os franceses, refugiou-se em Paris. Tendo terminado a sua "História crítica da Inquisição", queimou a maior parte dos documentos relativos, que, sem dúvida, o poderiam ter convencido de caluniador. Todavia, a sua obra é como que o evangelho a todos quantos são adversários da Igreja.

722. Antes de mais nada, é preciso notar que a Inquisição espanhola não foi uma instituição puramente política, nem puramente eclesiástica. Foi, pelo contrário, uma instituição de natureza mista em que, no entanto, o elemento religioso teve preponderância bem acentuada. O inquisidor era um religioso, os conselheiros eram eclesiásticos, e os processos deviam obedecer a normas eclesiásticas. Infelizmente, a coroa se aproveitou dela, não raras vezes, como de instrumento de política. Assim aconteceu que o papa se viu, por vezes, obrigado a excomungar os próprios inquisidores e a reclamar para si as causas que só dele dependiam.

723. A instituição como tal parecia uma verdadeira necessidade. Baldados ficaram todos os meios brandos de chamar os elementos perigosos ao bom caminho. Não restava senão a aplicação de meios mais enérgicos. Em 1480, foram nomeados os primeiros inquisidores para a cidade de Sevilha. Em 1483, foi instituído um inquisidor geral, o dominicano Tomás de Torquemada, para toda a Espanha.

724. Começaram então aqueles processos odiosos e criticados e, não raras vezes, censurados pela própria Sé apostólica (cfr. § 103). Em 1492, todos os judeus, e, em 1502, todos os mouros que se negavam a receber o batismo, foram expulsos da Espanha. Pela eliminação da religião e da raça alheias, o governo procurou restabelecer a unidade do Estado e confirmar o absolutismo da coroa. Cerca de 160.000 judeus emigraram para Portugal. O cronista contemporâneo Bernaldez fixou apenas em 93.000 o número dos judeus vindos para o reino (Almeida II 166).

Em Portugal tiveram de lutar com toda sorte de dificuldades, e, quatro anos depois, foram expulsos de novo. Levados à África, se viram expostos à escravidão, ao roubo e à desonra. Mas não desapareceram de todo da península. Por longo tempo ainda, os juízes da Inquisição tiveram que ocupar-se dos marranos e dos mouriscos, mouros aparentemente convertidos, como também dos protestantes, que logo procuraram estabelecer-se no país.

Funk-Bihlmeyer II 319 ss. — *Pastor*, Papstegeschichte II 624 ss. — *Rodrigo*, Historia verdadera de la Inquisición, 3 vol., Madrid 1877. — *F. de Almeida*, História de Portugal II 162.

CAPÍTULO III

CLERO E MONACATO

§ 120. A jerarquia eclesiástica

725. A história dos séculos XIV e XV nos mostrou a tendência muito espalhada entre teólogos e políticos de reduzir o papado a seu estado primitivo. Mas tomaram rumos diametralmente opostos. Uns o consideravam como governo puramente episcopal, outros lhe atribuíam foros de monarquia absolutista.

726. Com tenacidade defenderam os concílios de Constança e de Basiléia o episcopalismo. Foi a doutrina de célebres teólogos, como Henrique de Langenstein, Gerson, Pedro d'Ailly, Nicolau de Clemanges, Nicolau de Cusa e outros mais. Atribuíam ao concílio ecumênico o supremo poder legislativo na Igreja. O papa não lhes era o chefe constituinte, mas um simples ministro da Igreja e, portanto, afirmavam haver apelação das decisões do papa para o concílio.

727. Guilherme Ocam e Marsílio de Pádua estabeleceram as bases desta teoria, e o próprio Nicolau de Cusa dizia: "Todos os bispos recebem o seu poder imediatamente de Deus. Cristo não deu a Pedro nenhum poder particular. Dirigindo-se a ele, falou a todos os apóstolos. O papa não é, por conseguinte, mais do que o primeiro entre seus iguais". Outros iam ainda mais além. O autor

do tratado *De modis uniendi et reformandi in concilio universali* (1410), provàvelmente Dietrich de Niem, chegou a distinguir entre a Igreja romana e a Igreja católica, concedendo a esta a infalibilidade, negando-a àquela, que, segundo ele, poderia cair em cisma e heresia e mesmo extinguir-se inteiramente.

728. Os príncipes adotaram naturalmente contentes tal sistema e converteram em utilidade sua a oposição entre as autoridades eclesiásticas. Com o fim de encontrar a confirmação das próprias pretensões, estudaram-se as fontes da história eclesiástica. Não acharam o que procuravam. Mas, foi assim que Nicolau de Cusa e Lourenço Vala provaram a falsidade das decretais pseudo-isidorianas e da chamada *Doação de Constantino*.

729. Os papas, por seu turno, não pensaram em renunciar, nem teórica, nem pràticamente, à sua supremacia espiritual. Seus defensores, como Torquemada e Tomás de Sarzana, baseando-se aliás mais firmemente na história do que os seus adversários, atribuíam ao papa um poder mais elevado do que à autoridade secular e sustentavam que o papado, infalível e superior aos concílios, era até a fonte do episcopado.

730. Um meio de conciliar os dois partidos foi judiciosamente indicado pelo mesmo Tomás de Sarzana, elevado ao trono pontifício com o nome de Nicolau V: "Os pontífices romanos estenderam demasiadamente os seus braços; acabaram por tirar aos bispos quase toda autoridade. Mas, também os padres de Basiléia manietaram demasiadamente os papas... Quanto a mim,... só conheço um meio de manter inviolável a autoridade do papa: é respeitar em cada um a parte que lhe provém do poder eclesiástico" (ap. Alzog II 419-20). Mas, em vez de seguir esta norma de sábia moderação, os partidos se esforçavam por fazer triunfar o seu sistema respectivo. E, durante estes vãos combates, perdia-se de vista o que mais urgente era: a reforma da Igreja.

731. Apesar de tudo isso, a idéia fundamental do papado como centro de unidade conservou-se sempre viva. A plenitudo potestatis, estabelecida no período anterior e explicada pelos glosadores do *Decreto Graciano* como também pelos grandes escolásticos, ainda mais se acentuou pela colação dos ofícios, pelo papa, e pelo direito da suprema legislação, manifestado do modo mais indubitável no *Corpus Juris Canonici*.

732. Ao mesmo tempo que os concílios deste período se opunham à suprema autoridade do papa, propugnavam o episcopalismo, querendo restituir aos bispos a autoridade que haviam gozado na antiguidade. Mas os próprios bispos, em geral, não desejavam os direitos que os concílios queriam conceder-lhes, percebendo perfeitamente que o aviltamento do papa devia acarretar necessàriamente o seu próprio. Continuaram, pois, a prestar o juramento de fidelidade ao papa e a dar-lhe as costumadas contribuições pecuniárias, quando recebiam o bispado ou quando lhes era concedido o pálio.

733. Infelizmente, não renunciaram os prelados ao abuso do *cumulus beneficiorum,* que tomou grandes proporções. E' verdade que o papa João XXII proibiu ter mais de um benefício quem fosse encarregado da cura de almas. Mas esta proibição não surtiu efeito, porque eram excetuados expressamente os cardeais e os membros da nobreza. E não eram poucos. Pois, apesar das severas disposições de Gregório IX, muitos cabidos admitiam sòmente filhos de famílias nobres. A consequência deste abuso foi um número sempre crescente de ignorantes. O concílio de Constança queixou-se amargamente de que as ciências deste modo iam sendo banidas do seio dos cabidos e de que, por conseguinte, homens ignorantes e indignos, elevados ao episcopado, se tornavam verdadeiro flagelo para a Igreja. Exigiu, por isso, que, daí em diante, a quarta parte dos cabidos fosse composta de plebeus, doutores em teologia ou em direito canônico, ou ao menos graduados.

734. A que ponto chegara a decadência do alto clero, escreve-nos S. Vicente Ferrer, desenhando um quadro bastante tétrico dos prelados do seu tempo: "São altivos, cortesãos, vaidosos, amigos do luxo e onzeneiros; medem a fé pela bitola das coisas terrestres e acomodam-na às suas rendas. Cuidam pouco de suas igrejas; raras vezes aparecem entre os que dão pouco; não têm amor de Deus, nem

castidade; a missa e a prédica são aquilo de que menos se ocupam. Sua vida inteira não passa de um escândalo" (ap. Alzog II 422).

735. Não admira que, pela decadência dos costumes entre o alto clero, a administração das dioceses ficasse negligenciada. Durante o cativeiro de Avinhão, numerosos bispos abandonavam as suas sedes, apesar de enérgicos cânones dos concílios. E justificavam o seu procedimento com o exemplo do papa. Gregório XI teve de ouvir pela boca de um prelado, cuja negligência censurara: "Voltai vós primeiro para Roma".

736. O veneno não contaminara naturalmente todo o episcopado. Todavia, o mau exemplo de uma parte dos prelados era imitada no baixo clero. Realmente, jamais se levantaram queixas tão repetidas sobre a dissolução do clero inferior, como nos sínodos do século XV, e nunca se fizeram regulamentos tão numerosos para remediá-la.

737. Compreende-se que, nestas circunstâncias, as ordens, principalmente os mendicantes, tomassem parte cada vez mais relevante no ministério pastoral. Os papas Clemente IV e Martinho IV autorizaram-nos a pregar e confessar, mesmo sem permissão dos párocos. Bastava o beneplácito dos bispos. Mas estes privilégios produziram conflitos lamentáveis entre os regulares e o clero secular (Holzapfel 209 ss). As queixas levaram Bonifácio VIII a limitar um tanto a atividade dos franciscanos e dos dominicanos. Bento XI suprimiu, de novo, as ordenações de Bonifácio. Clemente V as renovou. Mas nem o clero secular nem os regulares se acomodaram às decisões dos papas. Sixto IV fixou, novamente, as relações. Como ele fosse franciscano, concedeu maiores privilégios aos mendicantes do que desejavam os seculares, aumentando o descontentamento, pelo que o papa Leão X os limitou, mais uma vez.

738. No entanto, convém não esquecer os pontos luminosos desta época. Não poucos houve, entre o alto e o baixo clero, que solìcitamente exerciam o seu ministério pastoral. Na Itália, um S. Bernardino de Sena, um S. João Capistrano, um Alberto de Sarteano, um S. Tiago della Marca, um Roberto de Lecce, um Bernardino de Feltre e

muitos outros entusiasmavam as multidões. Na Alemanha, os místicos Tauler, Ruysbroek, Tomás de Kempis falaram poderosamente aos corações, por suas pregações e por seus escritos. Na Espanha, S. Vicente Ferrer, a maravilha de seu tempo, conseguiu despertar tanto ardor pela penitência que atraía após si bandos inteiros de flagelantes (cfr. Pastor I 36 ss).

739. As obras dos pregadores foram reproduzidas, depois da invenção da arte da imprensa, em numerosas edições. Embora estas coleções quase todas fossem escritas em latim, pregava-se ao povo geralmente no idioma do país. Infelizmente, o fundo das práticas, muitas vezes, era pouco recomendável, porque, com frequência, se levavam ao púlpito as disputas das escolas, distinções subtis, jogos de palavras e não poucas lendas de mau gosto. Quando o humanismo começou a florescer, atendiam-se, muitas vezes, mais os clássicos antigos do que a Sagrada Escritura.

740. Além da pregação, a leitura da Sagrada Escritura servia como meio da instrução religiosa. Antes de 1500, apareceram não menos de 99 (94) edições latinas impressas, e talvez mesmo algumas mais. Outras 28 edições apareceram em vulgar. Antes de 1518, portanto, antes da Bíblia de Lutero, estavam impressas quatro traduções em baixo alemão e uma outra em alemão clássico, que atingiu catorze edições. Ainda mais importantes se tornaram as chamadas *postilas*, das quais são conhecidas cem edições na Alemanha, antes de Lutero. Além disso, escreveram-se várias obras que podem ser consideradas, de certo modo, como primeiros catecismos, tais como o *Opus tripartitum* de Gerson, escrito em latim e em francês e traduzido para o alemão por Geiler de Kaisersberg, e o *Espelho dos cristãos* do franciscano Dietrich Kolde de Muenster (1470). Finalmente, também a arte servia para instrução religiosa, sendo dignos de menção os catecismos de imagens, a *Bíblia pauperum* e as *Danças da morte*.

Alzog, História da Igreja II 418 ss. — *Holzapfel*, Manuale historiae Ordinis Fratrum Minorum, Friburgi 1909. — *Bargellini*, San Bernardino da Siena, vers. al. por Lili Sertorius, Freiburg 1937. — *Thureau-Dangin*, S. Bernardino de Sena, ed. port. Petrópolis 1937. — *Hofer*, Johannes von Capistrano, Innsbruck-Wien-Muenchen 1936.

§ 121. O monacato

741. Como a vida religiosa do clero secular, assim também a dos regulares não se achava mais, na baixa idade média, à altura que atingira no período anterior. Exceto os cartuxos e uma parte dos cistercienses, não correspondiam mais as antigas ordens aos seus fins particulares. Com a riqueza entrou nos mosteiros uma vida regalada. Guerras e outras vicissitudes causaram a decadência da disciplina e das ciências, que outrora com tanto empenho tinham sido cultivadas. Como os cabidos, assim muitas das gloriosas abadias, como Fulda, São Galo, Reichenau, viam-se degradadas a asilos da nobreza. E estes monges sem vocação se entregavam à indolência e à dissolução. Também os cônegos regulares e até os mendicantes não se conservaram à altura do período anterior. Nicolau de Clemanges pinta um quadro verdadeiramente doloroso: "Quanto teríamos que dizer dos monges e das religiosas, se não nos detivesse a idéia do escândalo? Seus votos impõem-lhes o dever de serem os mais perfeitos filhos da Igreja, de se não preocuparem, de modo algum, com as coisas deste mundo, de se votarem ùnicamente à contemplação. Pois bem, fazem exatamente o contrário. São os mortais mais avaros, mais ambiciosos; procuram o mundo em lugar de fugirem dele. O que mais detestam é a cela, é o claustro, é a leitura e a prece, a regra e a religião" (De ruina eccl. c. 41).

742. Foi na França que o monacato sofreu mais do que em qualquer outra parte. Durante as lutas intestinas que dilaceraram o país depois da morte de Filipe IV, e a guerra dos cem anos, muitos mosteiros foram destruídos, e os monges procuraram refúgio fora das abadias. Mas a causa principal da decadência foi, sem dúvida, o cisma ocidental, que abalou em seus alicerces a disciplina religiosa. Aconteceu, por exemplo, no mosteiro de Monserrato na Espanha, que se nomearam vários priores simultâneamente pelos respectivos papas. Todos eles se consideravam como legítimos possuidores de seu cargo. O que aconteceu em Monserrato, deu-se em muitos outros mosteiros e províncias das diversas ordens.

743. No entanto, a crise não se estendeu simultâneamente, nem com a mesma intensidade em todos os países, e ainda muito menos em todos os mosteiros. Quanto à **ordem beneditina,** a sua própria natureza, a sua expansão em toda a Europa e a independência das abadias e das congregações entre si impediram tal relaxação simultânea. O mal que mais afligiu a ordem foi a instituição dos *abades comendatários.*

Dá-se o nome de comenda à provisão de um benefício regular conferido a um secular com a dispensa de observar o regulamento do instituto. A instituição é conhecida já no século VI. Gregório I e Gelásio I deram algumas abadias aos bispos para serem administradas por encomendação, a fim de evitar certas inconveniências. Eram excluídos expressamente os clérigos inferiores e, com maior razão, os leigos.

Com o decorrer do tempo, a instituição degenerou. Em tempos de revoltas e de guerras, quando era sòmente respeitado o direito do mais forte, os abades pediram o auxílio dos senhores feudais contra injustas agressões, colocando as suas abadias e igrejas sob a sua proteção. Mas este remédio produziu maior mal do que a própria enfermidade. Desde logo, em toda parte, os grandes senhores começaram a considerar os bens abaciais como propriedade sua. Desapareceram, desde então, do recinto dos claustros a paz e o silêncio, reinando o ruído e o tumulto próprio dos castelos. Clemente V e Inocêncio VI suprimiram o costume das comendas. Mas as suas decisões não remediaram o mal, porque sob os pontificados de Urbano VI e de Bonifácio IX foi restabelecido (Arrufat 191 ss).

744. As ordens mendicantes conservaram, durante este período, melhor a disciplina religiosa, embora também elas não tivessem mais o espírito do primeiro ardor.

Entre os **franciscanos,** continuaram, no princípio do período, as perturbações, causadas pelos espiritualistas ou rigoristas (cfr. § 100). Celestino V lhes concedera separar-se da comunidade da ordem e lhes ordenou que observassem a regra de S. Francisco e se chamassem *pobres eremitas* ou *celestinos,* sem que fossem unidos à congregação dos celestinos que já existiam. Bonifácio VIII retirou as decisões de Celestino e esforçou-se por conservar a unidade da

ordem, pelo que foi combatido pelos extremistas. Clemente V explicou os pontos da regra em questão pela bula *Exivi de paradiso* (Seraph. Legisl. textus orig. 229). E como os espiritualistas não quisessem submeter-se, o papa os excomungou e lançou o interdito a seus conventos. João XXII perseguiu-os severamente (c. 1 Extr. Joann. XXII 14). Os quatro últimos obstinados foram entregues ao braço secular (1318).

745. Mas o mesmo papa veio a indispor-se também com a parte mais moderada da ordem, pela chamada *questão teórica da pobreza* de Cristo e dos apóstolos. O capítulo geral de Perúsia (1322) declarou solenemente como doutrina católica que Cristo e os apóstolos não tinham possuído propriedade alguma, nem em particular, nem em comum. O papa, por sua vez, condenou esta proposição como herética, pela constituição *Cum inter nonnullos,* de 12 de Novembro de 1323 (c. 4 Extr. Joann. XXII 14). Os defensores da pobreza absoluta, chefiados por Bonagrácia de Bergamo, Guilherme de Ocam e Miguel de Cesena, geral da ordem, não se submeteram, passaram ao partido de Luís da Baviera e combateram o papa como herético (cfr. § 109).

746. Mal havia terminado esta luta com a morte de João XXII e dos seus adversários, quando começou outra entre conventuais e observantes, luta esta que levou à completa separação das duas famílias pela bula de Leão X *Ite et vos in vineam meam* de 29 de Maio de 1517 (Wad., Ann. Min. ad an. 1517, 23).

747. Apesar de todas as perturbações, os franciscanos como todos os mendicantes continuaram sendo fortes baluartes da Igreja e do papado. Os observantes, chefiados por Bernardino de Sena e João de Capistrano, trabalharam poderosamente na reforma da sua ordem. Na ordem dos dominicanos trabalhou no mesmo sentido o grande geral Raimundo de Cápua († 1399), confessor e biógrafo de S. Catarina de Sena.

748. A manifesta decadência dos antigos mosteiros devia necessàriamente chamar a si a atenção dos papas e dos concílios, reunidos a fim de reformar a Igreja nos seus chefes e nos seus membros. O papa Bento **XII, da ordem** dos cistercienses, esforçou-se por reformar a sua própria

ordem, como também os cônegos regulares de S. Agostinho. Em 1336, dividiu toda a ordem beneditina em 36 províncias e ordenou que se realizassem capítulos gerais e provinciais. A sua obra não perdurou. O concílio de Constança prescreveu novamente aos beneditinos alemães, que, de tempo em tempo, se reunissem em capítulos provinciais, o que logo se fez também em outros países. O cardeal Nicolau de Cusa ocupou-se também eficazmente da reforma monástica na Alemanha.

749. Também entre os próprios monges não faltaram elementos generosos, que reclamavam vigorosamente contra o relaxamento de seus irmãos. A união de alguns mosteiros deu origem a congregações reformadas, que produziram magníficas flores de virtude. Na Itália, se formou a congregação de S. Justina de Pádua (1412), na Espanha, a de Valladolid (1450), na Alemanha, as de Castl (1404), Melk (1418) e Bursfeld (1433) que, pela cooperação enérgica de João Rode, abade de S. Matias de Treves, contou aos poucos cerca de cem mosteiros.

750. Fora destas reformas puramente beneditinas, surgiram também novos institutos, que seguiram o espírito e as tradições monásticas, com a observância da regra beneditina, mas com estatutos particulares, notando-se aqui a influência dos mendicantes.

Uma destas reformas é a congregação dos **celestinos,** fundada por S. Pedro Murrone, em 1294 papa Celestino V. Ao subir à cátedra de S. Pedro trabalhou por introduzir a sua reforma em todos os mosteiros beneditinos, chegando a enviar cinquenta monges a Montecassino, casa-mãe da ordem. Como, porém, o seu pontificado fosse de pouca duração, os seus projetos não se realizaram. A sua própria congregação difundiu-se ràpidamente e chegou a contar na Itália 96 mosteiros. Outros se fundaram na França, na Holanda e na Boêmia. No tempo do seu maior brilho, a congregação contava cerca de 150 mosteiros. As revoluções dos últimos séculos destruíram e fecharam quase todos os mosteiros celestinos. A congregação deixou de existir, pelos meados do século próximo passado. Os últimos dois monges foram nomeados bispos pela papa Pio IX.

751. Outra reforma beneditina é a **congregação olivetana,** fundada por S. Bernardo Tolomei de Sena († 1348), à qual, mais tarde, se uniu a congregação das oblatas de S. Francisca Romana († 1440).

752. Estas reformas das antigas ordens nos provam que a vida monástica não se tinha apagado inteiramente na Igreja. Com maior evidência ainda no-lo mostra a fundação de congregações inteiramente novas. Na mesma cidade de Sena, o b. João Colombini fundou a fraternidade dos **jesuatos.** A vida de S. Maria do Egito encantou-o de tal forma, que renunciou às dignidades e honras mundanas para consagrar-se ao serviço dos pobres e dos enfermos. Fundou uma congregação de irmãos leigos, adotando a regra de S. Bento, mais tarde, a de S. Agostinho. Urbano V confirmou o instituto (1367), que foi contado entre as ordens mendicantes. Paulo V permitiu aos religiosos dedicar-se aos estudos e receber o sacerdócio (1606). Mas Clemente IX suprimiu a ordem por causa do relaxamento dos ricos "Padri dell'aquavite" (1668).

753. Na Espanha e na Itália, grande número de eremitas se reuniram em quatro congregações que tomaram o nome de **jeronimitas,** ou porque venerassem a S. Jerônimo como padroeiro, seguindo aliás a regra de S. Agostinho, ou porque tivessem extraído a sua regra dos escritos de S. Jerônimo. A primeira e a mais numerosa foi fundada pelo camarista de Pedro o Cruel da Espanha, Pedro Fernando Pecha, que a formou entre os anos 1370 e 1373, reunindo numerosos membros da ordem terceira de S. Francisco. Pertenceram-lhe os célebres mosteiros de S. Isidoro de Sevilha, de San Yust, onde faleceu o imperador Carlos V, e S. Lourenço no Escurial, construído por Filipe II. A congregação foi suprimida pelo Estado em 1835, mas renovada por Pio XI em 1926.

754. **Santa Brígida** (1303-73), descendente de uma das mais antigas famílias da nobreza sueca, terceira franciscana, teve, desde a mais tenra idade, revelações sobrenaturais, aprovadas por Gregório XI, Urbano VI e pelos concílios de Constança e de Basiléia. Estas revelações a moveram a fundar, depois da morte de seu esposo, uma nova ordem. Lançou os fundamentos em Wadstena (1346).

Pela devoção ao divino Redentor, a fundação se chamou de **ordem do Salvador.** Junto aos seus mosteiros organizaram-se comunidades para homens, cuja direção competia à abadessa. Toda uma família constava de 60 monjas, 13 sacerdotes, 4 diáconos e 8 irmãos leigos, representando assim os 13 apóstolos e os 72 discípulos do Senhor. A ordem tornou-se fonte de abundantes bênçãos para as regiões do norte. Brígida foi a Roma, por ocasião do jubileu de 1350, e ficou ali até à morte, exercendo grande influência sobre príncipes, reis e papas.

755. **S. Francisco de Paula** (1416-1507), nascido na pequena cidade de Paula na Calábria, fundou a ordem dos **mínimos** ou paulanos. Cheio de feliz temeridade, procurou imitar a pobreza de Jesus Cristo e de S. Francisco de Assis, a quem os pais o consagraram como presente de Deus. Desde a sua mocidade viveu como eremita nas proximidades de sua terra natal. Muito cedo, se lhe associaram os primeiros discípulos. A alta piedade e a angélica pureza destes monges, como também os milagres do seu fundador deram à ordem rápida difusão na Itália, na Espanha e na França, sobretudo, quando Sixto IV a aprovou (1474). Leão X canonizou a Francisco em 1519. No século XVI, a ordem contou 450 conventos. Hoje se acha reduzida a poucos conventos, cuja maior parte se encontra na Sicília e no sul da Itália.

756. A congregação dos **irmãos da vida comum** (Fraterherrn) reduz a sua origem a Geraldo Groot (1340-84) de Déventer. Geraldo, depois de ter estudado em Paris e lecionado com distinção a teologia em Colônia, acabou por obter um canonicato importante, levando uma vida bastante mundana. Não tardou, porém, a desgostar-se desta sua vida e consagrou-se, depois de um longo retiro, à pregação da penitência. Por causa de hostilidades retirou-se, de novo, à sua pátria, onde se lhe associaram amigos e discípulos, com os quais levou uma vida de piedade e de estudos. Seu discípulo Florêncio Radwin organizou, com o consentimento do mestre, a comunidade, e, pouco a pouco, se fundaram em outros lugares, primeiro em Zwolle, casas semelhantes.

Os religiosos se tornaram sumamente beneméritos pela nova piedade (devotio moderna), pelas missões populares,

por seus escritos, nos quais professavam um humanismo eclesiástico, e, particularmente, pela educação da juventude. Havendo Groot destinado uma parte da sua casa para asilo de virgens e de viúvas, lançou deste modo o fundamento de outra associação, das irmãs da vida comum.

757. O lema de Groot era: Extra religionem religiose vivere. A sua fundação baseava-se, pois, nas três virtudes monásticas, mas sem os votos obrigatórios. Por isso, foi vivamente atacado pelos mendicantes, pelo que algumas casas aceitaram a regra de S. Agostinho, primeiro a de Windesheim (1386), desde então casa-mãe desta congregação reformada de cônegos regulares de S. Agostinho. A mais célebre destas casas foi a do Monte de Santa Inês perto de Zwolle, onde viveu o b. Tomás de Kempis. O conde Everardo V, o Barbudo (1450-96), de Wuertemberga chamou os religiosos para o seu Estado (1477), onde com o auxílio do douto Gabriel Biel fundaram diversas residências. Durante a pseudo-reforma protestante, desapareceu, de novo, quase toda a congregação.

758. Ao lado da vida monástica, aparecem também alguns exemplos de vida eremítica. A página mais edificante da sua história é a vida de **S. Nicolau de Flue,** nascido em Fluehli perto de Sachseln, a pequena aldeia do cantão Unterwalden na Suíça.

Depois de ter pago o tributo de fidelidade à sua pátria como pai, guerreiro e magistrado, retirou-se, de combinação com a mulher, para a solidão, onde viveu pelo espaço de vinte anos, sem outro alimento a não ser a Sagrada Eucaristia. Sentindo profundamente os males da Igreja, conservou-lhe todavia sincero amor e fidelidade humilde. Foi verdadeiro anjo de paz para os seus compatriotas, conselheiro e consolador de muitos que o vinham visitar. Faleceu em 1487, e foi beatificado por Clemente IX, em 1669, e canonizado por Pio XII, em 1947.

Heimbucher, Die Orden und Kongregationen der katholischen Kirche, 2 vol., Paderborn 1896-97; 2. ed., 3 vol. 1907-08. — *Buehler,* Klosterleben im deutschen Mittelalter nach zeitgenoessischen Aufzeichnungen, Leipzig 1921. — *Arrufat,* A ordem beneditina, ver. port. por J. G. de Luna, Rio de Janeiro 1933. — *Wadding,* Annales Minorum, ed. Quaracchi. — *Funk-Bihlmeyer* II 321 ss. — *Hergenroether-Kirsch* III 80 ss. — *Buchberger,* Lexikon fuer Theologie und Kirche (passim). — Veja também a literatura do § 120. — *Tocco,* La questione della povertà nel secolo XIV, Napoli 1910. — *Oliger,* Documenta inedita ad historiam fraticellorum spectantia, Quaracchi 1913. — *Trithemius,* Liber lugubris de statu et ruina monastici ordinis, Moguntiae 1945. — Revelationes S. Birgittae, Romae 1628; ed. Steffen, Stockholm 1909; trad. alem. por Clarus, 4 vol., Regensburg 1856; 2. ed. 1888. — *Fogelklou,* Die hl. Birgitta von Schweden, trad. al. por M. Loehr, Muenchen 1929. — *Ming,* Der sel. Bruder Klaus, 3 vol., Luzern 1861-71.

CAPITULO IV

CIÊNCIAS ECLESIÁSTICAS, CULTO E DISCIPLINA

§ 122. Decadência da escolástica e estudos bíblicos

759. As ciências eclesiásticas, que no período anterior atingiram o seu maior florescimento, continuaram também na baixa idade média a ser cultivadas com grande empenho. Provam-no as numerosas universidades, fundadas nos séculos XIV e XV. Mas os dois ramos principais, escolástica e mística, separaram-se, mais e mais, um do outro e, por parte, até se contradiziam, pelo que os seus representantes não deixaram de produzir erros fatais e dolorosas controvérsias. A escolástica baixa tomou o caminho da decadência, e não pôde resistir à crítica acerba e frívola do humanismo.

760. Dois doutores franciscanos, entre si opostos, ambos ingleses de nascimento, exerceram decisivo influxo sobre a escolástica desta época: João Duns Escoto, que, pela maior parte da sua vida, pertence ao período anterior (cfr. § 105), e **Guilherme de Ocam** (c. 1295-1349). Este, já na sua mocidade, se revelou hábil dialético. Lente em Paris, foi chamado por seus admiradores "Doctor invincibilis" e "Venerabilis inceptor". Tendo, porém, despertado suspeitas acerca das suas doutrinas, foi chamado a comparecer na cúria de Avinhão, de onde fugiu à corte de Luís IV da Baviera, abraçando a causa dele na luta contra o papa João XXII. Desde então defendeu abertamente o igrejismo nacional, como também defendera a pobreza absoluta de Jesus Cristo e dos apóstolos, por ocasião da luta da pobreza teórica entre os franciscanos e o papa (cfr. § 109).

761. Guilherme de Ocam (Ockham) renovou o nominalismo ou terminismo, chamado desde então de ocamismo. No entanto, seu sistema é diferente do nominalismo primitivo. Não trata, em princípio, da realidade, respectivamente da não-existência das idéias universais, e sim da origem do conhecimento. Ele não é pròpriamente nominalista, mas conceptualista. Nega o realismo de Duns Escoto. "Nullum universale est extra animam existens realiter in substantiis individuis". Mas, também não é um simples nome. "Est tantum ens in anima". E' *signum, terminus,* conceito.

Nega também o valor dos argumentos metafísicos da existência de Deus, que tem apenas valor de probabilidade. As verdades fundamentais da teodicéia (existência, infinidade e unidade de Deus e criação do universo) e da psicologia (espiritualidade e imortalidade da alma) não podem ser provadas pela luz natural da razão (agnosticismo). A sua certeza baseia-se exclusivamente na revelação e na fé (fideísmo).

Ocam soube fazer triunfar o seu sistema. A luta entre os dois caminhos da "via moderna" (ocamismo) e da "via antiqua" (realismo tomístico-scotista), preenche todo este período. (AFH 1913, passim; Franca 117; Gilson-Boehner 565 ss).

762. No mais, a força criadora da escolástica estava quase extinta. Grande era, é verdade, a atividade intelectual. Mas, um progresso notável dos conhecimentos científicos não se verificou. Os mestres contentavam-se em transmitir e defender as doutrinas dos grandes corifeus da escolástica, Tomás e Escoto. O que de novo acrescentaram, são distinções subtis sem grande importância real. A universidade de Paris sentia-se como fator poderoso da política eclesiástica e secular, o que, de certo, não podia ser vantajoso para as ciências. E, além disso, o realismo cedeu, nesta "rainha das universidades", cada vez mais, o lugar ao nominalismo.

763. Depois de Ocam, defenderam-no Henrique de Langenstein († 1397), primeiro lente em Paris, mais tarde, em Viena, e Pedro Filargi, igualmente lente em Paris e, em seguida, arcebispo de Milão, cardeal e antipapa Alexandre V. Durando de Saint Pourçain († 1334), dominicano, lente da mesma universidade e depois bispo de Meaux, chamado por seus contemporâneos de "Doctor modernus", mais tarde apelidado "Doctor resolutissimus", foi antitomista, mas não pode ser contado entre os nominalistas. Nominalista foi, porém, **Pedro d'Ailly** († 1420), chanceler da universidade de Paris, depois arcebispo de Cambrai e cardeal de João XXIII e como tal estrênuo defensor da teoria con-

ciliar nos concílios de Pisa e de Constança. **João Gerson** († 1429), sucessor de d'Ailly no cargo de chanceler, igualmente propugnador das idéias conciliares e nominalista moderado, procurou harmonizar as duas escolas e unir com a escolástica a mística que muito apreciava.

764. O último representante da via moderna, que goza maior renome, foi **Gabriel Biel** de Espira († 1495), lente em Tubinga e cônego regular dos irmãos da vida comum. E' ele o último sentenciário da idade média. No seu comentário resume a doutrina de Ocam, despojando-a quanto possível das sentenças perigosas. Exerceu grande influência sobre a teologia, no fim desta época. Lutero conta-se a si mesmo entre os gabrielistas, embora o douto cônego não possa ser chamado precursor da pseudo-reforma.

765. Entre os realistas se distinguem o franciscano João Capreolus († 1444), chamado "princeps thomistarum", e seu contemporâneo S. Antonino O. Pr. († 1459), arcebispo de Florença. Aos mestres da alta escolástica seguiu muito fielmente também o douto cartuxo Dionísio de Ryckel na Bélgica († 1471). Tomás de Vio de Gaeta († 1534), procurou restaurar o tomismo, no princípio do século XVI. Mas a sua atividade pertence, em grande parte, já à idade moderna.

766. Fora as duas escolas teológicas, tomista e escotista, houve, neste período, alguns doutos que adotaram algumas teses de S. Tomás de Aquino ou de Escoto ou de outros mestres, formando assim um certo ecleticismo filosófico-teológico. Entre estes ecléticos, o mais conhecido é **Egídio Romano** (de Colona, † 1316). Foi discípulo de S. Tomás de Aquino, lente de Paris, geral da ordem dos eremitas de S. Agostinho e, finalmente, arcebispo de Bourges. Desenvolveu fecunda atividade literária que lhe valeu o título de "Doctor fundatissimus". Nos pontos fundamentais da sua especulação filosófico-teológica seguiu a seu mestre, ensinando, porém, com Escoto a primazia da vontade. A sua doutrina foi prescrita, em 1287, como doutrina da ordem, tornando-se ele, desta arte, fundador da antiga escola augustiniana ou egidiana. À mesma escola pertencem Tiago de Viterbo († 1308), Agostinho Trionfo († 1328) e o

celebrado Gregório de Rimini († 1358), igualmente geral da sua ordem (LThK II 1019; I 825).

767. Tomás de Bradwardin († 1349), inglês, lente de Oxford, confessor de Eduardo III e arcebispo de Cantuária, defendeu o augustinismo rigoroso, que não tem nada comum com a escola egidiana, e não ficou isento de graves erros dogmáticos. Por sua doutrina predestinaciana tornou-se precursor de Wiclif. A vontade de Deus lhe era a última razão do bem e do mal.

768. Um gênio verdadeiramente universal foi **Nicolau de Cusa** (1401-64). Humanista, filósofo, teólogo, místico, matemático e político de pulso, teve grande parte nos negócios do concílio de Basiléia. Defendeu primeiro a superioridade do concílio. Mas, em 1437, passou para o lado de Eugênio IV, e foi, em seguida, criado cardeal e eleito bispo de Brixen (cfr. § 113). Abrangeu toda a ciência de seu tempo. Mas, profundamente humilde, acentuou, no seu tratado *De docta ignorantia,* a limitação do intelecto humano, em oposição aos soberbos escolásticos de seu tempo. Baseando-se na mística neoplatônica, mostrou o caminho para Deus pela contemplação e pelo amor.

769. Para as ciências teológicas e para toda a praxe da vida religiosa tem importância fundamental o estudo da **Sagrada Escritura.** Sabiam-no os doutores da idade média. Todavia, não faltam queixas amargas de se ter negligenciado este estudo, e o método da explicação deixava, na realidade, muito a desejar. Distinguiam-se dois, respectivamente quatro sentidos da Escritura: literal, respectivamente histórico, e típico, respectivamente místico, dividindo-se este em sentido alegórico, tropológico respectivamente moral e anagógico.

770. Uma mudança para melhor iniciou, já nos princípios deste período, o franciscano **Nicolau de Lira** († 1349), o "Doctor planus et utilis". Estabeleceu, como princípio fundamental, que a explicação da Escritura deve começar sempre pelo sentido literal, o qual, na idade média, se havia descuidado algum tanto a favor dos três outros sentidos. Ele mesmo seguiu esta norma no comentário, intitulado *Postillae perpetuae in Vetus et Novum Testamentum* (postilla literalis), que abrange toda a Sagrada Escri-

tura. Só quando terminado este comentário, começou também uma explicação mística em 35 livros, chamada *Moralitates* (postilla moralis).

A obra de Lira foi a primeira explicação da Sagrada Escritura impressa (5 vol., Roma 1471), e teve grande aplauso. Antes de terminar o século XV, foram espalhadas perto de vinte edições. Quão grande foi o influxo de Lira, também nos séculos seguintes, prova o dito: "Si Lyra non lyrasset, nemo doctorum in Bibliam saltasset". A aplicação da palavra a Lutero (Lutherus non saltasset) não tem fundamento na história (LThK VII 58081).

771. **Paulo de Burgos** († 1435) escreveu à obra de Lira as suas *Additiones,* com numerosas emendas, às quais o franciscano Matias Doering respondeu pelas *Replicae defensivae,* uma crítica menos justa do que apaixonada. Depois de Lira e de Paulo de Burgos, distinguiram-se como exegetas Afonso Tostado († 1455), lente de Salamanca e bispo de Ávila, e o cartuxo Dionísio de Ryckel (cfr. § 122). A divisão hodierna da Sagrada Escritura se reduz a Estêvão Langton († 1228), arcebispo de Cantuária e cardeal.

772. No tocante à correção dos textos bíblicos, grande mérito cabe à ordem franciscana, particularmente ao cardeal e arcebispo de Toledo, **Francisco Ximenes de Cisneros** († 1517), que mandou compor a *Polyglotta Complutensis* (1514-17), confrontando o texto hebraico, o grego dos LXX e a vulgata, arábico e outros textos orientais. A obra foi impressa em Alcalá (1520), a antiga Complutum; daí o nome. Ao mesmo tempo, **Erasmo de Rotterdam** fez uma edição grega do Novo Testamento (1516). E Reuchlin compôs uma gramática e um dicionário hebraicos, que venceram em perfeição tudo o que antes se fizera neste ponto.

Grabmann, Die Geschichte der kath. Theologie 92 ss. — *Hergenroether-Kirsch* III 68 ss; 315 ss. — *Funk-Bihlmeyer* II 293 ss. — *Franca,* Noções de história de philosophia, 3. ed., Rio de Janeiro 1928. — *Vonsteenberghe,* Le Cardinal Nicolas de Cuse, Paris 1920. — *Rotta,* Il Cardinale Nicoló de Cusa, Milano 1928. — Sobre Nicolau de Lira cfr. Études Franciscaines, 1906, 1908, passim. — *Turner,* The early printed edition of the greek Testament, Oxford 1924.

§ 123. A mística

773. Como alguns teólogos bem intencionados e compenetrados do sentimento eclesiástico, assim também os místicos deste período esforçaram-se por opor-se à decadência das ciências e por levantar a vida religiosa da sua estagnação. Quanto mais estéril se tornava a escolástica, tanto mais vivamente fazia-se sentir o desejo de um verdadeiro amor cristão. Em numerosos círculos de clérigos e leigos, de seculares e religiosos, de homens e mulheres, despertou, no século XIV, o espírito de verdadeira mística tão magnífica e universalmente, como nunca no decurso da história. As calamidades da época, as lutas pelo trono imperial, os conflitos entre papado e império, os longos interditos que daí seguiam, e, não por último, as epidemias que se alastravam pela Europa, predispunham os ânimos. E para cultivarem este espírito, formaram-se confrarias místicas, uniões dos chamados "amigos de Deus".

774. Tais "amigos de Deus" são, em primeiro lugar, os três clássicos da mística alemã: Ecardo, Tauler e Suso, dominicanos todos os três. O mestre **Ecardo** (1260-1327), oriundo de uma família cavaleiresca de Hochheim na Turíngia, obteve em Paris o título de mestre de teologia. Mais tarde, foi provincial dos dominicanos da Saxônia e depois lente em Paris, Strassburgo e Colônia, onde faleceu com fama de santidade.

775. Ecardo escreveu tratados latinos, filosóficos e dogmáticos, como também sermões e comentários à Sagrada Escritura (opus tripartitum), nos quais se revela escolástico tomista, inclinando, porém, em mais de um ponto, para o néo-platonismo. Maior importância têm, no entanto, os seus sermões e outros tratados, escritos em alemão, que lhe valeram o título de "pai da mística alemã". Com transportes de amor e com idealismo ilimitado fala da manifestação de Deus no justo. Mas a sua linguagem inflamada lhe obscurece, às vezes, a distinção entre o ser divino e o ser criado, pelo que as suas obras se ressentem um tanto de idéias panteístas, embora não defendesse nunca conscientemente o panteísmo. Acusado perante o tribunal da inquisição de Colônia, defendeu a sua ortodoxia e submeteu-se humildemente à sentença da Igreja. Antes da

decisão morreu. Depois da sua morte, o papa João XXII condenou 28 proposições do mestre, parte como heréticas, parte como temerárias e suspeitas de heresia (DB 501-29). A sentença do papa foi justa, mas explica-se sòmente pelo perigo dos begardos e dos irmãos do espírito livre, que, contaminados pelo veneno do panteísmo e do quietismo, injustamente para ele apelavam (Karrer 301 ss).

776. Discípulo de Ecardo foi o amável e profundo **João Tauler** († 1361) de Strassburgo, o maior pregador da mística alemã. As suas idéias são as de Ecardo, a sua pregação é a expressão da especulação de seu mestre. Pregava, em toda a parte, a abnegação, e achava na pobreza espiritual o único meio de tornar-se semelhante a Deus. Não obstante o seu caráter manso, ergueu enèrgicamente a sua voz contra os abusos da Igreja, sendo, porém, sempre seu filho muito devotado.

777. **Henrique Suso** (c. 1300-66), igualmente discípulo de Ecardo, nasceu, ao que parece, em Constança e morreu em Ulm. Foi o mais amável e atraente dos místicos alemães. Recebeu esmerada educação entre os dominicanos de Constança e de Colônia. A sua piedade é a piedade de Bernardo de Claraval e de Francisco de Assis. Como eles, sabia renunciar à vida contemplativa, para abraçar a vida ativa e fazer sua a causa dos fracos e oprimidos. A sua idéia central era: Cumpre que o homem se despoje de si mesmo, para revestir-se de Jesus Cristo e abismar-se, em seguida, na profundidade do ser divino. Os escritos de Suso, especialmente a autobiografia e as cartas espirituais, são tesouros preciosos da literatura religiosa e alemã da idade média.

778. Semelhança com estes místicos dominicanos tem o desconhecido autor da *Theologia Deutsch,* que desenvolveu a doutrina de Ecardo, pelos fins do século XIV ou em princípios do século XV. Lutero publicou a obra (1516) e pretendeu encontrar nela a sua doutrina sobre a justiça passiva e sobre as boas obras.

779. O mais celebrado místico dos Países Baixos foi **João Ruysbroek** (1239-1381), primeiro prior dos cônegos regulares de Groenendael perto de Bruxelas. Menos especulativo do que Ecardo, menos prático do que Tauler e

menos poeta do que Suso, foi, todavia, de certo modo, o mais original, chamado por seus contemporâneos "intérprete do Espírito Santo" e "doctor ecstaticus". Seu sistema é o de Ecardo. Mas as suas expressões são mais claras. Gerson o acusou, depois da sua morte, de panteísmo. A acusação, porém, se refuta pelos próprios escritos de Ruysbroek, que combate diretamente a mística herética (Karrer 339 ss).

780. O espírito de Ruysbroek sobreviveu em seu discípulo Geraldo Groote e nos seus irmãos da vida comum. O primeiro lugar entre eles ocupa **Tomás Hemerken** (1379-1471) de Kempis, pequena cidade do Baixo Reino. Desde a idade de 20 anos até à sua morte viveu no mosteiro do monte de S. Inês de Zwolle, ocupando por longos anos o cargo importante de mestre dos noviços. A sua fama liga-se particularmente à obra que mais propagada tem sido depois da Sagrada Escritura, a *Imitação de Cristo*. Durante seis séculos, Tomás foi reputado como seu autor. Desde o século XVII, levantaram-se veementes controvérsias a este respeito. Nos últimos três decênios, as opiniões inclinaram, mais e mais, para o nome de Geraldo Groote.

A idéia central da obra é a relação íntima e silenciosa da alma com Deus e Jesus Cristo. "Se possuíres a Cristo, estarás rico e satisfeito" (Imit. 2, 1). Os meios de chegar a esta união são a frequência dos sacramentos, a meditação contínua da Sagrada Escritura e uma justa apreciação das coisas deste mundo. A Eucaristia é o centro da vida cristã e religiosa. Por isto, ela é o objeto do último e mais ardoroso dos quatro livros da Imitação.

781. Entre as muitas outras obras que certamente saíram da pena de Tomás de Kempis sejam mencionadas *Soliloquium animae, De tribus tabernaculis, Hortulus rosarum, Vallis liliorum, De elevatione mentis, Doctrinale juvenum.* As suas obras foram um reflexo da sua alma. Pequeno de corpo, diz o biógrafo anônimo, mas grande em virtudes, muito piedoso, gostava de estar sòzinho e nunca ocioso. Guardava ansiosamente a sua língua e falava, todavia, de boamente com os piedosos... (Karrer 358 ss).

782. Entre os muitos outros amigos de Deus na Alemanha sejam ainda mencionados a b. Margarida Ebner

(† 1351), monja dominicana, e os cartuxos Ludolfo da Saxônia († 1377), autor de uma *Vita Christi*, muito apreciada, e Dionísio de Ryckel. Numerosas foram as almas místicas nos mosteiros de monjas dominicanas no suloeste da Alemanha. Também o eremita S. Nicolau de Flue e S. Liduína († 1433) podem ser contados entre eles.

783. A mística italiana é representada pelas santas Catarina de Sena († 1380), Catarina de Bolonha († 1463) e Catarina de Gênova. **Catarina de Sena** (cfr. § 110) não se cansava em trabalhar "pela glória de Deus e pela salvação das almas". Assim costumava ela falar, muito antes de nascer S. Inácio, o grande fundador da companhia de Jesus. "A minha vida é fogo", era este o seu lema. Desde menina de seis anos teve visões sobrenaturais. Um ano depois fez o voto de não aceitar outro esposo a não ser Jesus Cristo. Com 15 anos de idade entrou na Ordem III de S. Domingos. Tentações terríveis a fizeram quase desesperar. Mas ela venceu. E desde então, a sua vida foi um contínuo milagre de penitências e consolações espirituais. O anel e os estigmas completaram a sua união mística com Cristo. "Gesù dolce, Gesù amore", estas palavras acompanham constantemente as suas cartas. A sua vida, os seus diálogos e as suas cartas são tesouros de amor (Goerres, em Karrer 77).

784. **Catarina de Bolonha,** nascida em 1413, de família patrícia, dama de honor da princesa Margarida d'Este, entrou, em 1431, no mosteiro das clarissas de Ferrara, sendo, em 1456, eleita abadessa do mosteiro de sua cidade natal. As experiências da sua vida mística estão contidas no seu *Livro das sete armas espirituais contra os inimigos da alma,* no qual ensina meios muito práticos para triunfar das tentações. O seu corpo está conservado incorrupto na capela do seu mosteiro (AASS Mart. II, 34 ss; LThK V 891).

785. **Catarina de Gênova** (1447-1510), da família célebre dos Fieschi, que deu à Itália uma série de heróis, papas e estadistas, cansada pela convivência com um marido que lhe fora imposto e que, no entanto, cedo faleceu depois de ter sido por ela convertido, foi tomada, por ocasião de uma confissão, da graça e do amor divino, que

aos poucos a levaram à altura mística de Catarina de Sena. Os 36 anos da sua viuvez são dedicados às obras de caridade e de penitência. O seu *Diálogo entre Deus e a alma* e o seu *Tratado do Purgatório* pertencem ao que a mística cristã tem de mais grandioso e tocam quase no temerário, sem que, no entanto, fossem censurados pela congregação do Índice (Karrer 118 ss; AASS Sept. V 123 ss).

786. A mística italiana podem ser contadas também S. Brígida da Suécia († 1373; cfr. § 121) e sua filha Catarina († 1381). Finalmente, sejam ainda mencionados S. Bernardino de Sena (1380-1444) e S. Lourenço Justiniani (1380-1455), oriundo da nobreza veneziana, bispo e patriarca de sua cidade natal, justamente aplaudido por seu amor ardente, por sua liberalidade para com os pobres e por seu zelo apostólico. A sua teologia é a da escolástica tradicional. Por sua mística afetiva é chamado o Bernardo do século XV (Karrer 93 ss; AASS Sept. I, 549).

787. O século XIV designa também para a Inglaterra o período clássico da vida mística. As pressuposições são as mesmas como no continente: guerras entre escoceses e anglo-saxões, bem como a guerra desastrosa entre Eduardo II e a França, miséria social, revoluções, e por fim consequências do exílio de Avinhão e do cisma ocidental. Como, na idade média primitiva, o continente recebera das ilhas britânicas o Evangelho, assim transmitiu o continente, no fim da idade média, novos impulsos à Igreja da Inglaterra. Daí se explica a grande semelhança entre a mística inglesa com a de Tauler, Suso e, principalmente, de Ruysbroek. No entanto, mais forte ainda se fez sentir aqui, como em toda parte, a influência dos antigos padres da Igreja e dos escolásticos.

788. Os representantes principais da mística inglesa são Ricardo Rolle, Valter Hilton e Juliana de Norvich. **S. Ricardo Rolle** (c. 1290-1349), estudante de Oxford, retirou-se, na idade de 19 anos, à solidão. Por seu individualismo religioso, fundamentado na Sagrada Escritura, por seu amor à pobreza, por sua ingênua fidelidade para com a Igreja e por seus sentimentos poéticos lembra vivamente a S. Francisco de Assis.

789. Muito maior influxo exerceu, no entanto, **Valter Hilton** († 1396), o Tomás de Kempis dos ingleses. A sua *Scala perfectionis* é conservada em mais de cem manuscritos, e numerosas edições impressas foram feitas, desde o século XV até aos nossos dias. **Juliana** († 1413), eremita de Norvich, deixou-nos *Revelações*, que pertencem ao que de mais belo se admira no "prado espiritual" da idade média (Karrer 433 ss).

Vemos deste modo que, de fato, nunca a mística floresceu tão magnífica e universalmente como neste período de decadência, sinal evidente de que a Igreja possuía as forças que podiam produzir uma verdadeira reforma de toda a vida eclesiástica. Se, pois, espíritos que se dizem esclarecidos se atrevem a dizer que o protestantismo foi uma necessidade para salvar a vida religiosa, usam de uma linguagem muito enganadora. E disto nos poderemos convencer ainda mais pelo estudo do humanismo.

Buchberger, Lexikon (passim). — *Tanquerey,* Compêndio de teologia ascética e mística, 2. ed. port., Porto 1932. — *Karrer,* Textgeschichte der Mystik im Mittelalter II: Die grosse Glut, Muenchen 1926. — *Funk-Bihlmeyer* II 302 ss. — *Karrer,* Meister Eckehart, Muenchen 1926. — *Heller,* Des Mystikers Heinrich Seuse O. Pr. deutsche Schriften, Heidelberg 1926. — *Kuckhoff,* Johannes von Ruysbroeck, der Wunderbare, München 1938. — *Thomas de Kempis,* Imitação de Cristo, trad. port. por Borgmeier, 7 ed., Petrópolis 1940. — Die Nachfolge Christi, ed. F. Kern, Olten 1947. — *Funk,* Abhandlungen und Untersuchungen II, Paderborn 1899, 373 ss; 408 ss. — *Joergensen,* Sainte Catherine de Sienne, 14. ed., Paris 1924. — *Raym. de Cápua,* Santa Catarina de Sena, trad. port. por L. F. Lhameyer, Rio de Janeiro 1931.

§ 124. Humanismo ou renascença literária

790. A história da escolástica nos mostrou que a pretensa ignorância da idade média não passa de uma ficção. Os grandes teólogos do século XIII foram todos grandes cientistas, e, nos séculos XIV e XV, todas as ciências importantes se cultivavam em número considerável de universidades.

Entretanto, no século XIV, se iniciou um novo movimento intelectual que, no século XV, penetrou em largas camadas da sociedade culta. Este movimento apresenta-se, considerado no seu conjunto, como renovação da antigui-

dade clássica e é designado pelo nome de humanismo ou de renascença literária. E' verdade que nunca foram esquecidas as obras clássicas, latinas e gregas. Os Padres da Igreja altamente as apreciaram e, por sua vez, eram muito estimados. Carlos Magno, os Otões, os Hohenstaufen, Alfredo Magno promoveram o seu estudo. O douto Alcuíno, Gerberto, Abelardo, Raimundo Lulo, Rogério Bacon e outros lhes mostraram grande familiaridade. Mas, é no século XIV, que despertou um interesse mais vivo.

791. Iniciadores do novo movimento foram Cola de Rienzo, admirador entusiasmado e apaixonado da grandeza antiga, e **Dante Alighieri** († 1321) que, na sua *Divina Comédia,* vota um culto não menos ardente a Virgílio do que a S. Tomás de Aquino e a S. Boaventura. Ele foi, ao mesmo tempo, teólogo rigoroso e poeta sublime. Criticou severamente os papas, as ordens e o clero e foi, todavia, fiel filho da Igreja. Florença expulsou-o, mas Roma deu-lhe asilo. Bento XV chamou-o "poeta cristão por excelência".

792. **Francisco Petrarca** (1304-74) compenetrou-se ainda mais profundamente do espírito antigo. Desprezando a escolástica, parecia respirar e viver a vida dos gregos e dos romanos. A suavidade dos seus cânticos reformou o gosto estético de seu tempo. Como Dante, sabia unir com seu entusiasmo pelos antigos o espírito cristão. Mas não sabia dominar, nem como clérigo, as suas paixões. Uma liberdade desenfreada dos sentidos, a cobiça e a ambição macularam a sua vida, como a de muitos outros humanistas. Nos seus escritos evitou, ao menos, a frivolidade dos antigos, mas censurou, especialmente no seu *Liber sine nomine,* severamente, e nem sempre com justiça, os abusos da Igreja e da cúria de Avinhão (Pastor I 3-6).

793. **João Boccácio** († 1375), iniciador da prosa italiana, foi para a literatura grega o que Petrarca era para a latina. Foi amigo de Petrarca e, todavia, de caráter e de moral muito diferentes. Embora cristão convencido e não inimigo declarado da Igreja, ensinava, no seu *Decamerone* e em outros produtos da sua fantasia corrupta, o evangelho do amor livre e lançava, de preferência, a sua sátira mordaz sobre os monges, que ridicularizava como

hipócritas. Mais tarde, arrependeu-se dos seus excessos e preveniu os seus contemporâneos dos perigos que se escondem nos seus escritos (Pastor I 6-8).

794. O movimento do humanismo foi poderosamente promovido pelas relações que, desde fins do século XIV, se estreitavam entre o ocidente e o oriente. Crisoloras de Bizâncio, douto professor do grego na Itália, soube entusiasmar os seus discípulos pelos estudos clássicos. Foram traduzidas para o latim também as obras de Demóstenes e de muitos Santos Padres, como Crisóstomo, João Clímaco e Macário. O cardeal Nicolau de Cusa trouxe de sua missão a Constantinopla um precioso tesouro de manuscritos gregos. E não menos louváveis são os esforços, que Bessárion († 1472) dedicou a este movimento espiritual.

795. Também os concílios de Constança, e, mais ainda, de Basiléia, Ferrara e Florença deram grande impulso aos estudos dos clássicos gregos. Dois acontecimentos elevaram, finalmente, o humanismo ao apogeu dos seus triunfos. A queda de Constantinopla (1453) fez com que muitos doutos gregos se refugiassem no ocidente, e a arte da imprensa tornou-se meio eficaz da rápida propagação do novo espírito.

796. Centro principal do humanismo foi Florença, onde os ricos Médici, principalmente Cósimo († 1464) e seu neto Lourenço († c. 1494) o Magnífico, eram generosos mecenas da arte e da ciência. Desde o pontificado de Nicolau V, cultivou-se a nova cultura também em Roma, particularmente protegida pelos papas Sixto IV, Júlio II e Leão X. Outros príncipes da Itália os imitavam, como os Visconti de Milão, os Gonzaga de Mântua, os Este de Ferrara, os Montefeltre de Urbino e os reis aragoneses de Nápoles.

797. Na Alemanha, os estudos clássicos exerceram, a princípio, benéfico influxo, e as escolas dos irmãos da vida comum serviram-se deles vantajosamente para o ensino das verdades religiosas. Foi nestas escolas que Nicolau de Cusa, entre outros, recebeu a sua primeira educação literária. O maior literato da época foi **Desidério Erasmo de Roterdam** (1466-1536), brilhante grecista e latinista, celebrado como

um príncipe por seus contemporâneos. Serviu-se de seus conhecimentos filológicos para esclarecer os textos da Sagrada Escritura e para publicar traduções dos Santos Padres e de autores clássicos. Infelizmente, prejudicou não pouco a causa da Igreja por suas censuras ousadas e pelo espírito crítico e satírico, com que castigava instituições e pessoas eclesiásticas. A inovação de Lutero deve-lhe, em grande parte, a sua rápida difusão.

798. Outros humanistas foram Conrado Muciano Rufo († 1526), Rodolfo Agrícola, João Tritêmio († 1516), João Reuchlin († 1522) e Tiago Wimpfeling († 1528). O espanhol Luís Vives († 1540) e o francês Guilherme Budeo († 1540) formaram com Erasmo de Roterdam o célebre triunvirato literário.

799. Os mais distintos humanistas da Inglaterra foram o bispo João Fisher de Rochester, João Colet, deão de São Paulo de Londres, e, sobretudo o magnânimo chanceler Tomás Moro, fiel amigo de Erasmo. Quase todos eles sabiam aliar com um sincero amor da antiguidade uma profunda dedicação pela Igreja e um esclarecido zelo pela reforma dos costumes e da disciplina eclesiástica.

800. Não é, pois, verdade, que existia uma oposição essencial entre o humanismo e a Igreja. Verdade é sòmente que, desde a primeira metade do século XV, se distingue um humanismo cristão e outro pagão. Aquele é representado pelo nobre Ambrósio Traversari († 1439), geral dos camaldulenses e cardeal, modelo de piedade e pureza, Leonardo Bruni, Nicolau Nicolai, Maffeo Vegio, o amável Vitorino de Feltre († 1446) e João Pico de Mirândola. Representantes do humanismo pagão são Lourenço Valla († 1456), homem sem caráter, que tão imensa injustiça tem feito à Igreja e ao papado, Antônio Beccadelli († 1471) e Poggio Bracciolini, que todos se tornaram célebres pela mais desenfreada liberdade sensual e que, não obstante, se atreveram a criticar a relaxação dos monges com palavras a não poderem ser excedidas. A academia romana, fundada por Pompônio Leto, costumava dar aos seus membros nomes pagãos, e os sentimentos também eram antes pagãos do que cristãos (cfr. § 114). O estadista e historiador florentino Nicolau Machiavelli (1469-1527) é o autor da famoso *Il principe*. Tomando a César Borja por modelo de estadista, ensina uma doutrina que não conhece mais normas morais. Tudo lhe é lícito, conquanto útil.

801. A consequência dos excessos do humanismo pagão foi uma oposição contra o humanismo como tal. Querendo certos professores dar à leitura dos poetas clássicos a preferência às obras dos grandes teólogos da escolástica, Tiago Wimpfeling, embora humanista ele mesmo, empreendeu uma defesa enérgica da teologia. Mais importante foi, no entanto, a contenda reuchliniana. Como o convertido judeu Pfefferkorn de Colônia tivesse obtido um decreto imperial (1509), que mandava destruir a literatura talmúdica e toda a literatura hebraica enquanto contrária à doutrina cristã e à lei de Moisés, opôs-se-lhe o douto humanista e fiel filho da Igreja Reuchlin. Mas Tiago de Hochstraten, inquisidor de Colônia, instaurou contra Reuchlin um processo. A luta tomou, desde logo, um caráter violento. Em toda a parte houve disputas acaloradas entre escolásticos e humanistas. Reuchlin foi condenado, mas apelou para o papa. A contenda não estava com isto terminada, mas veio parar no conflito de Lutero, que em breve irrompeu.

802. Entre os muitos escritos polêmicos, a que a contenda reuchliniana deu ocasião, têm um lugar eminente as *Epistolae obscurorum virorum* (1515-17), coleção de cartas escritas em latim degenerado e dirigidas, pela maior parte, ao mestre Ortvino Grácio de Déventer. Fingiam-se ser escritas pelos adversários de Reuchlin, que, pouco antes, escrevera as *Clarorum virorum epistolae* (1514), e contêm uma acerba crítica do monacato e da escolástica. Seus principais autores foram Croto Rubeano de Erfurt e Ulrico Hutten († 1523), maior político entre os humanistas alemães e fanático adversário de Roma, mas escravo das suas próprias paixões.

Pastor, Geschichte der Paepste I 3 ss; I-IV passim. — *Baumgartner*, Geschichte des Weltliteratur IV: Die italienische Literatur, Freiburg 1911. — *Symonds*, Renaissance in Italy, nova ed., 7 vol., London 1921-27. — *Olgiati*, L'anima del Umanismo e del Rinascimento, Milano 1924. — *Janssen-Pastor*, Geschichte des deutschen Volkes seit dem Ausgang des Mittelalters, I-II, 20. ed., Freiburg 1913-15. — *Papini*, Dante Vivo, trad. bras. por Mascello, Porto Alegre 1935. — *Gerosa*, L'Umanismo Agostiniano del Petrarca, Torino 1927. — *Pineau*, Érasme, sa pensée réligieuse, Paris 1924. — *Zweig*, Erasmo de Rotterdam, trad. por M. Guaspari, Porto Alegre 1936.

§ 125. Sacramentos, orações e festas

803. A liturgia conservou, neste período, em geral, o caráter da época anterior. Introduziram-se, porém, algumas mudanças na administração dos sacramentos. O **batismo** fazia-se quase exclusivamente pela *superfusio,* que acabou finalmente por suprimir de todo a *immersio.* A **comunhão,** mais e mais, se administrava só debaixo de uma espécie, costume este que foi sancionado pelos concílios de Constança (sess. 13) e de Basiléia (sess. 30). A recepção da Eucaristia, também neste período, não era frequente. Mas os místicos insistiam, com o autor da *Imitação de Cristo,* que os fiéis se chegassem, muitas vezes, ao Senhor (IV 3). A missa também foi negligenciada por muitos sacerdotes, a ponto de ser a Igreja obrigada a prescrevê-la, num sínodo de Ravena de 1314 (cân. 13), ao menos, uma vez por ano, num sínodo de Toledo de 1324 (cân. 7), ao menos quatro vezes. Nas muitas disposições pastorais desta época inculcava-se, sobretudo, a santidade do **matrimônio,** e os noivos eram exortados a casar-se só depois de uma boa confissão.

804. Até ao século XI, aparecem como orações comuns sòmente o Padre nosso e o símbolo apostólico. Desde aquela data acresce a Ave Maria, espalhada mais universalmente só no século XIII. Constava, no princípio, só da saudação do anjo e de Isabel (Lc 1, 28. 42). No século XV, provàvelmente por ordem de Sixto IV, ajuntou-se o nome de Jesus, e, no século XVI, a conclusão "Santa Maria..." Pela repetição do Padre nosso e da Ave Maria, a que se ligavam pontos de meditação sobre os mistérios da redenção, originou-se a recitação do *rosário,* desde o século XII. Difundiu-se, pelo fim do século XV, principalmente pelos esforços do dominicano Alano de Rocha († 1475). Por analogia aos 150 salmos, o número das Ave-Marias foi fixado em 150, e, por isso, o rosário se chamava também *Psalterium Beatae Mariae Virginis.* A forma hodierna data do fim do século XVI.

805. Também o costume de tocar três vezes os sinos e rezar o *Anjo do Senhor* se desenvolveu neste período, pelos esforços dos franciscanos. João XXII concedeu uma indulgência a todos que rezassem, ao toque do sino, a Ave-

Maria. A fórmula hodierna do Anjo do Senhor se encontra, pela primeira vez, num catecismo italiano de 1560.

806. No tempo das cruzadas, se avivou a devoção da Sagrada Paixão de Jesus. Desde princípios do século XV, fizeram-se tentativas de imitar a *Via-Sacra* de Jerusalém. Número e sucessão das estações eram diversos. Só no século XVII fixou-se o número de catorze estações.

807. Das novas festas que neste período foram introduzidas, deve ser mencionada, em primeiro lugar, a festa da *Visitação de Nossa Senhora.* A festa da *Imaculada Conceição* se espalhara desde o século XIV, cada vez mais, promovida pela doutrina escotista, embora o dogma respectivo fosse vivamente controvertido entre franciscanos e carmelitas de um lado e dominicanos de outro. O sínodo de Basiléia prescreveu-a a toda a Igreja (1439). Como, porém, neste tempo, o sínodo fosse cismático, a sua disposição não teve o desejado efeito. Sixto IV concedeu indulgências à celebração da festa e introduziu-a na diocese de Roma (1476). A festa do *Santíssimo Rosário* era, a princípio, só festa dos dominicanos. Depois da batalha de Lépanto (1571), teve maior difusão, e Clemente XI a prescreveu a toda a Igreja (1716).

Knoepfler, Lehrbuch der Kirchengeschichte, 6. ed. 545 ss. — *Browe,* Die Kommunion der Heiligen im Mittelalter, em Stimmen der Zeit 117, 1929, 425 ss. — *Paulus,* Die Ablaesse der Kreuzwegandacht, em Theologie und Glaube 5, 1913, 1 ss. — *Keppler,* Die 14 Stationen des heiligen Kreuzweges, 4. ed. Freiburg 1904. — *Thurston,* The Stations of the Cross, London 1906. — *Kneller,* Geschichte der Kreuzwegandacht, Freiburg 1908.

§ 126. Disciplina eclesiástica

808. A disciplina da penitência sofreu, neste período, uma mudança pelo aumento dos casos reservados. De outro lado, porém, introduziu-se notável mitigação do instituto da penitência pelas chamadas cartas confessionais (confessionalia), pelas quais o penitente era autorizado a escolher para si qualquer confessor, que podia absolver também dos casos reservados. Com estas cartas se concediam geralmente indulgências, o que significava nova mitigação da disciplina. Uma indulgência singular é a do jubileu,

introduzida pelo papa Bonifácio VIII (1300), a celebrar-se todos os cem anos (StZ 109, 390). Mas já Clemente VI celebrou o segundo jubileu em 1350. Urbano VI diminuiu o número dos anos a 33 (1389), e Paulo II, finalmente, a vinte e cinco (1450). Estas indulgências podem ser aplicadas, desde o ano de 1457, também às almas do purgatório. Mas a doutrina no tocante a estas indulgências nem sempre foi correta. Segundo opinião de muitos teólogos, eram aplicadas seguramente a certas almas; e para as ganhar, não era preciso estar no estado de graça; bastava dar a esmola. Interesses pecuniários contribuíram não pouco a aumentarem-se demasiadamente as indulgências e a espalharem-se até falsificações, pelo que, aqui e acolá, se levantaram vozes contra elas. O abuso das indulgências veio a ser, finalmente, ocasião do luteranismo.

809. Um fenômeno singularmente triste foi a superstição, que tomou proporções cada vez mais assustadoras, sobretudo nas classes inferiores da sociedade. Em toda a idade média encontramos a crença em feitiçarias e pactos diabólicos, herança do paganismo romano e germânico. A crença foi alimentada pela ciência oculta dos árabes (magia, alquimia, astrologia) e pela doutrina dos cátaros sobre o princípio do mal. Os próprios inquisidores não estão isentos de culpa, promovendo, por seus injustos rigores, a crença em feitiçarias. Na história dos templários, como também na do papa Bonifácio, esta aberração fez um grande papel.

810. Na idade média primitiva, a Igreja combateu tal crença. Alexandre IV e João XXII estabeleceram que os inquisidores, nos processos contra pretensas bruxas, não condenassem, senão manifesta heresia, enquanto que as leis do Estado, como o Sachsenspiegel e o Schwabenspiegel condenavam os pretensos feiticeiros e bruxas à morte pela fogueira. Pelo fim do século XIV, os inquisidores começaram a dedicar especial atenção à feitiçaria e à bruxaria, e procuraram obter confissões até por meio de tormentos. Dum modo particular se suspeitava de certas mulheres (sagae, strigae), que se julgavam terem relações com o demônio e causarem mal aos homens. Um exemplo clássico de tal processo foi a condenação de S. Joana d'Arc (1431).

811. Na Alemanha, onde o mal se alastrara de um modo particularmente assustador, trabalhavam, no fim do século XV, os inquisidores dominicanos Tiago Sprenger e Henrique Institoris, que obtiveram do papa Inocêncio VIII a bula tristemente famosa *Summis desiderantes* de 5 de Dezembro de 1484 (BR V 296 ss; MQ 244-45). A bula não contém nenhuma decisão dogmática, nem introduziu os processos contra as bruxas, mas sancionou-os, enumerando os principais venefícios das pretensas bruxas que foram relatados ao papa, e concedendo aos inquisidores poderes extraordinários para procederem contra a feitiçaria (Pastor III 266-68).

812. Sprenger e Institoris começaram a sua obra pela composição do famoso *Malleus maleficarum* (1487), que tratava, na primeira parte, da crença das bruxas, na segunda dava instruções para se prevenir o povo contra a feitiçaria, e, na terceira, expunha o procedimento criminal contra as suspeitas. A obra apareceu em muitas edições, também entre os inovadores do século XVI, e tornou-se fonte e instrumento de horrendas injustiças e de cruéis perseguições. A crença nas bruxas era tida como artigo de fé, e também Lutero, Calvino e outros reformadores rivalizavam em combatê-las. Negar a superstição acarretava perigo de morte. O professor Cornélio Loos de Treves teve que retratar-se (1592), e o nobre jesuíta Frederico de Spee julgou prudente encobrir seus protestos sob o anonimato (1631). Até um Geiler de Kaisersberg e o próprio Erasmo de Roterdam não escaparam à tal funesta superstição. E é só no século XVIII, que se pôs fim, gradualmente, a este contágio religioso (Funk).

Janssen-Pastor, Geschichte des deutschen Volkes seit dem Ausgang des Mittelalters I. — *Pastor,* Geschichte der Paepste III. — *Grisar,* Die vatikanische Marmortafel des ersten Jubeljahres 1300, em Stimmen der Zeit 109, 1925, 387 ss. — *Paulus,* Der erste Jubilaeumsablass, em Theologie und Glaube 5, 1913, 461 ss. — *Thurston,* The holy year of Jubilee, London 1900. — *Buchberger,* Lexikon fuer Theologie und Kirche V 1-6.

APRECIAÇÃO

Para ter uma idéia justa da Igreja medieval, da sua obra e do seu influxo, basta comparar o estado intelectual e moral dos povos no princípio e no fim desta idade. No decorrer de um milenário, tudo se mudou, tudo se renovou. Em lugar das hordas bárbaras que, no período da migração dos povos, se combatiam entre si, achamos, no fim da idade, todas as nações da Europa submetidas ao Evangelho. Em lugar dos desertos, pântanos e bosques que ainda cobriam o norte da Europa, encontramos regiões bem cultivadas, Estados bem organizados e relações sólidas e vivas entre as nações (Alzog II 484).

A Igreja, mestra dos povos, mas oprimida, escravizada, por algum tempo, soube libertar-se do jugo pela luta das investiduras. Gregório VII, Alexandre III e Inocêncio III designam as diversas fases da luta e da vitória da Igreja. Mas a vitória veio acompanhada por um grande enfraquecimento. O auxílio, que os papas procuraram na França, levou a uma nova escravização, ao cativeiro de Avinhão e ao cisma ocidental. A idéia nacional destruiu a unidade universal. Uma vez ainda, o império celebrou um grande triunfo, quando o concílio de Constança, presidido pelo imperador, restabeleceu a paz da Igreja. Mas a idéia conciliar e os papas da renascença, nem todos compenetrados do verdadeiro espírito eclesiástico, fizeram com que a Igreja não se levantasse mais à altura a que chegara no tempo de Inocêncio III.

A vida interna da Igreja ostenta, durante toda a idade média, um aspecto verdadeiramente consolador. Os grandes missionários da primeira época, os corifeus da vida espiritual e intelectual da alta idade média, os místicos da última época, as ordens religiosas, proclamam altamente os triunfos da Igreja, apesar de todos os abusos e de todas as aberrações. Sejam, pois, quais forem as manchas que macularam a Igreja da idade média, ela não tem que temer a luz do dia. E embora a decadência, que notamos nos séculos XIV e XV, preparassem um novo tempo, um futuro triste, a Igreja podia alimentar a esperança e a certeza de que sempre se há de cumprir a promessa de Cristo: *Estarei convosco até à consumação dos séculos.*

TABELAS CRONOLÓGICAS [1]

I. OS PAPAS

desde fins da antiguidade até princípios da idade moderna

64. Gregório I 590-604
65. Sabiniano 604-06
Bonifácio III 607
Bonifácio IV 608-15
Deusdedit 615-18
Bonifácio V 619-25
70. Honório I 625-38
Severino 640
João IV 640-42
Teodoro I 642-49
Martinho I 649-55
75. Eugênio I 654-57
Vitaliano 657-72
Adeodato 672-76
Dono 676-78
Agatão 678-81
80. Leão II 682-83
Benedito II 684-85
João V 685-86
Conon 686-87
Sérgio I 687-701
Teodoro, antipapa, 687
Pascoal 687-92
85. João VI 701-05
João VII 705-07
Sisínio 708
Constantino I 708-15
Gregório II 715-31
90. Gregório III 731-41
Zacarias 741-52
(Estêvão II, 3 dias, não consagrado)
Estêvão II 752-57
Paulo I 757-67
Constantino 767-68
Filipe 768
Estêvão III 768-72
95. Adriano I 772-95
Leão III 795-816
Estêvão IV 816-17
Pascoal I 817-24
Eugênio II 824-27
100. Valentim 827
Gregório IV 827-44
João 844
Sérgio II 844-47
Leão IV 847-55
Benedito III 855-58
Anastácio 855
105. Nicolau I 858-67
Adriano II 867-72
João VIII 872-82
Marino I 882-84
Adriano III 884-85
110. Estêvão V 885-91
Formoso 891-96
Bonifácio VI 896
Estêvão VI 896-97
Romano 897
115. Teodoro II 897
João IX 898-900
Benedito IV 900-03
Leão V 903
Cristóvão 903-04
120. Sérgio III 904-11
Anastácio III 911-13
Lando 913-14
João X 914-28

1) LP ed. Duchesne. — *Cappelli*, Cronologia, Cronografia, etc., 2. ed., Milano 1930. — *Seppelt-Loeffler*, Papstgeschichte. — *Pastor*, Geschichte der Päpste. — *Lorenz*, Genealogische Tabellen, Berlin 1909. — *Silvio Solero*, Storia dei papi II, Torino 1938.

Leão VI 928-29
125. Estêvão VII 929-31
João XI 931-36
Leão VII 936-39
Estêvão VIII 939-41
Marino II 942-46
130. Agapito II 946-55
João XII 955-64
Leão VIII 963-65
Benedito V 964
João XIII 965-72
135. Benedito VI 972-74
Bonifácio VII 974
Benedito VII 974-83
João XIV 983-84
Bonifácio VII 984-85
João XV 985-96
140. Gregório V 996-99
João XVI 997-98
Silvestre II 999-1003
João XVII 1003
João XVIII 1003-09
Sérgio IV 1009-12
145. Benedito VIII 1012-24
Gregório 1012
João XIX 1024-32
Benedito IX 1032-45
Silvestre III 1045
Gregório VI 1045-46
Clemente II 1046-47
150. Dâmaso II 1048
Leão IX 1048-54
Vitor II 1054-57
Estêvão IX 1057-58
Benedito X 1058-59
Nicolau II 1058-61
155. Alexandre II 1061-73
Honório II 1061-71
Gregório VII 1073-85
Clemente III 1080-1100
Vitor III 1086-87
Urbano II 1088-99
Pascoal II 1099-1118
Teodorico 1100
Alberto 1102
Silvestre IV 1105-11
160. Gelásio II 1118-19
Gregório VIII 1118-21
Calisto II 1119-24
Honório II 1124-30
Celestino II 1124
Inocêncio II 1130-43
Anacleto II 1130-38
Vitor IV 1138
Celestino II 1143-44
165. Lúcio II 1144-45
Eugênio III 1145-53
Anastácio IV 1153-54
Adriano IV 1154-59
Alexandre III 1159-81
Vitor IV 1159-64
Pascoal III 1164-68
Calisto III 1168-78
Inocêncio III 1179-80
170. Lúcio III 1181-85
Urbano III 1185-87
Gregório VIII 1187
Clemente III 1187-91
Celestino III 1191-98
175. Inocêncio III 1198-1216
Honório III 1216-27
Gregório IX 1227-41
Celestino IV 1241
Inocêncio IV 1243-54
180. Alexandre IV 1254-61
Urbano IV 1261-64
Clemente IV 1265-68
Gregório X 1271-76
Inocêncio V 1276
185. Adriano V 1276
João XXI 1276-77
Nicolau III 1277-80
Martinho IV 1281-85
Honório IV 1285-87
190. Nicolau IV 1288-92
Celestino V 1294
Bonifácio VIII 1294-1303
Bento XI 1303-04
Clemente V 1305-14
195. João XXII 1316-34
Nicolau V 1328-30
Bento XII 1334-42
Clemente VI 1342-52
Inocêncio VI 1352-62
Urbano V 1362-70
200. Gregório XI 1370-78
Urbano VI 1378-89
Clemente VII 1378-94
Bonifácio IX 1389-1404
Bento XIII 1394-1424
Inocêncio VII 1404-06
Gregório XII 1406-15
Alexandre V 1409-10
João XXIII 1410-15
205. Martinho V 1417-31
Clemente VIII 1424-29
Bento XIV 1424?
Eugênio IV 1431-47
Félix V 1439-49
Nicolau V 1447-55

Calisto III 1455-58
Pio II 1458-64
210. Paulo II 1464-71
Sixto IV 1471-84
Inocêncio VIII 1484-92
Alexandre VI 1492-1503
Pio III 1503
215. Júlio II 1503-13
Leão X 1513-21

II. CONCÍLIOS ECUMÊNICOS DA IDADE MÉDIA

7. Nicéia II 787
8. Constantinopla IV 869-70
9. Latrão I 1123
10. Latrão II 1139
11. Latrão III 1179
12. Latrão IV 1215
13. Lião I 1245
14. Lião II 1274
15. Viena 1311-12
16. Constança 1414-18
17. Basiléia-Florença 1431-48
18. Latrão V 1512-17

III. IMPERADORES BIZANTINOS

Teodósio I Magno 379-95
Arcádio 395-408
Teodósio II 408-50
Marciano 450-57
Leão I 457-74
Zenão (e Leão II) 474-91
Basilisco 475-77
Anastácio I 491-518
Justino I 518-27
Justiniano I 527-65
Justino II 565-78
Tibério II 578-82
Maurício 582-602
Focas 602-10
Heráclio 610-41
Heracléonas 641
Constante II 642-68
Constantino IV 668-85
Justiniano II 685-95
Leôncio 695-98
Tibério III 698-705
Justiniano (2ª vez) 705-11
Filípico Bardanes 711-13
Anastácio II 713-16
Teodósio III 716
Leão III Isáurico 717-41
Constantino V 741-75
Leão IV 775-80
Constantino VI 780-97
Irene, regente, 780-90
Irene Ática 797-802
Nicéforo I 802-11
Estaurácio 811
Miguel I 811-13
Leão V 813-20
Miguel II 820-29
Teófilo 829-42
Miguel III 842-67
Teodora, regente até 857
Basílio I Macedo 867-86
Leão VI, o Sábio, 886-911
Constantino VII 911-59
Romano I 920-44
Constantino VIII 928-45
Romano II 959-63
Nicéforo II 963-69
João I 969-76
Basílio II 976-1025
Constantino IX 1025-28
Romano III 1028-34
Miguel IV 1034-41
Miguel V 1041-42
Constantino X 1042-54
Teodora 1054-56
Miguel VI 1056-57
Isaac Comneno 1057-59
Constantino XI 1059-67
Eudóxia 1067-68
Romano IV 1068-71
Miguel VII 1071-78
Nicéforo III 1078-81
Aleixo I Comneno 1081-1118
João II Comneno 1118-43
Manuel I 1143-80
Aleixo II 1180-83
Andronico I 1183-85
Isaac II Ângelo 1185-95
Aleixo III Ângelo 1195-1203
Isaac II e Aleixo IV 1203-04
Aleixo V 1204

Imperadores latinos

Balduíno I 1204-05
Henrique de Anjou 1206-16
Pedro de Courtenay 1216-17
Conon, regente, 1216-21
Roberto de Courtenay 1221-28
Balduíno II 1228-61

Imperadores de Nicéia e Constantinopla

Teodoro I Lascaris 1206-22
João III 1222-55
Teodoro II 1255-59
João IV 1259-60
Miguel Paleólogo, regente
Miguel VIII Paleólogo 1261-82
Andronico II 1282-1328
Miguel IX 1295-1320
Andronico III 1328-41
João V 1341-91
João VI 1341-55
Andronico IV 1376-79
João VII 1390
Manuel II 1391-1425
João VIII 1425-48
Constantino XII 1448-53

IV. REIS E IMPERADORES FRANCO-ALEMÃES

Carlos Magno 800-14
Luís I, o Bonachão, 814-40
Lotário I 840-55
Luís II 855-75
Carlos II, o Calvo, 875-77
Carlos III, o Gordo, 881-87
Guido de Espoleto 891-94
Lamberto de Espoleto 892-98
Arnolfo de Caríntia 896-99
Luís, o Menino, 899-911
Luís III, o Cego, 901-02
Conrado I 911-18
Berengário de Friúl 915-24
Henrique I 919-36
Otão I Magno 936-73
Otão II 973-83
Otão III 983-1002
Henrique II, o Santo, 1002-24
Conrado II 1024-39
Henrique III 1039-56
Henrique IV 1056-1106
Henrique V 1106-25
Lotário II 1125-37
Conrado III 1138-52
Frederico I Barbarroxa 1152-90
Henrique VI 1190-97
Filipe da Suábia 1198-1208
Otão IV 1198-1212 (1215)
Frederico II 1212 (1215)-50
Henrique Raspe 1246-47
Guilherme de Holanda 1247-56
Conrado IV 1250-54
Interregno 1256-73
Ricardo de Cornwal 1257-72
Afonso de Castela 1257-73
Rodolfo I de Habsburgo 1273-91
Adolfo de Nassau 1292-98
Alberto I 1298-1308
Henrique VII 1308-13
Luís IV da Baviera 1314-47
Frederico da Áustria 1314-30
Carlos IV 1347-78
Venceslau 1378-1400
Roberto Palatino 1400-10
Sigismundo 1410-37
Alberto II 1438-39
Frederico III 1440-93
Maximiliano I 1493-1519

V. REIS DA ITÁLIA

1. Ostrogodos

Teodorico, o Grande, 493-526
Atalarico 526-34
Teodato 534-36
Vitiges 536-40
Hildebaldo 540-41
Tótila 541-52
Téia 552-53

2. Imperadores bizantinos

3. Longobardos

Alboíno 568-73
Clef 573-75
Autari 584-91
Agilulfo 591-615
Adebaldo 615-25

Ariovaldo 625-36
Rotari 636-52
Rodoaldo 652
Ariberto I 653-63
Grimoaldo 663-71
Bertari 671-80
Cuniberto 680-702
Ariberto II 702-12
Ansprando 712
Liutprando 712-44
Ratquis 744-49
Aistulfo 749-56
Desidério 756-74

4. Reis e imperadores franco-alemães.

VI. REIS DA FRANÇA

1. Merovíngios

Meroveu 448-56
Childerico I 456-81
Clóvis I 481-511
Teodorico I (Austr.) 511-34
Teodoberto I 534-48
Teodobaldo 548-55
Childeberto I (Paris) 511-58
Lotário I (Soissons) reúne toda a nação 511-61
Chilperico I m. 584
Childeberto II m. 595
Teodorico II 596-613
Lotário II 613-29
Dagoberto I 626-39
Clóvis II m. 657
Lotário III 657-73
Childerico II 673-75
Teodorico III 675-91
Clóvis III 691-95
Childeberto III (691) 695-711
Dagoberto III 711-15
Chilperico II m. 720
Teodorico IV 721-37
Carlos Martelo, mordomo 737-41
Childerico III 742-51

2. Carlovíngios

Pepino, o Breve, 752-68
Carlos I Magno 768-814
Luís I, o Bonachão, 814-40
Carlos II, o Calvo, 840-77
Luís II, o Balbo, 877-79
Luís III 879-82
Carlomano 882-84
Carlos III, o Gordo, 885-87
Carlos IV, o Simples, 893-929
Luís IV 929-54
Lotário 954-86
Luís V m. 987

3. Capetíngios

Hugo Capeto 987-96
Roberto, o Santo, 996-1033
Henrique I 1033-60
Filipe I 1060-1108
Luís VI 1108-37
Luís VII 1137-80
Filipe II Augusto 1180-1223
Luís VIII 1223-26
Luís IX, o Santo, 1226-70
Filipe III 1270-85
Filipe IV, o Belo, 1285-1314
Luís X 1314-16
Filipe V 1316-21
Carlos IV 1321-28

4. Valois

Filipe VI 1328-50
João, o Bom, 1350-64
Carlos V 1364-80
Carlos VI 1380-1422
Carlos VII 1422-61
Luís XI 1461-83
Carlos VIII 1483-98
Luís XII (Orleans) 1498-1515

VII. REIS DA ESPANHA

1. Visigodos

(Alarico 395-410)
Ataulfo 410-15
Vália 415-19
Teodorico I 419-51
Torismundo 451-53
Teodorico II 453-66
Eurico 466-85
Alarico II 485-507

Amalrico 507-31
Teudis 531-48
Teudigíselo 548-49
Agila 549-54
Atanagildo 554-67
Leovigildo 567-86
Liúva I 567-72
Recaredo I 586-601
Liúva II 601-03
Viterico 603-10
Gundomar 610-12
Sisebut 612-20
Recaredo II 620-21
Suintila 621-31
Sisenando 631-36
Chintila 636-40
Tulga 640-41
Chindasvindo 641-52
Requesvindo 649-72
Vamba 672-80
Ervico 680-87
Egica 687-701
Vitiza 701-10
Rodrigo 710-11

2. Os mouros desde 711

3. Reis de Aragão

Ramiro I 1035-63
Sancho 1063-94
Pedro I 1094-1104
Afonso I 1104-34
Ramiro II 1134-37
Petronila 1137-62
Afonso II 1162-96
Pedro II 1196-1213
Jaime I 1213-76
Pedro III 1276-85
Afonso III 1285-91
Jaime II 1291-1327
Afonso IV 1327-36
Pedro IV 1336-87
João I 1387-95
Martinho 1395-1410
Interregno 1410-12
Fernando I de Castela 1412-16
Afonso V 1416-58
João II 1458-79
Fernando II (V), o Católico, 1479-1516

4. Reis de Castela

Fernando I Magno 1036-65
Sancho II 1065-72
Afonso VI 1072-1109
Urraca 1109-26
Afonso VII 1126-57
Sancho III 1157-58
Afonso VIII 1158-1214
Henrique I 1214-17
Fernando III, o Santo, 1217-52
Afonso X 1252-84
Sancho IV 1284-95
Fernando IV 1295-1312
Afonso XI 1312-50
Pedro, o Cruel, 1350-69
Henrique II 1369-79
João I 1379-90
Henrique III 1390-1454
Henrique IV 1454-74
Isabela I 1474-1504
esposa de Fernando II (V) de Aragão, que uniu toda a Espanha.

VIII. REIS DE PORTUGAL

1. Reis suevos 416-584

2. Reis visigodos 584-712

3. Os mouros

4. Dinastia de Borgonha

Conde Henrique m. 1114
Afonso I Henriques, conde 1114, rei 1139-85
Sancho I 1185-1211
Afonso II 1211-23
Sancho II 1223-45
Afonso III 1245-79
Diniz 1279-1325
Afonso IV 1325-57
Pedro I 1357-67
Fernando 1367-83
João I 1383-1433
Duarte 1433-38
Afonso V 1438-81
João II 1481-95
Manuel I 1495-1521

IX. REIS DA INGLATERRA

1. Anglo-saxões

Heptarquia desde 448 até 827
Egberto 827-36
Etelvolfo 836-57
Etelbaldo 857-60
Etelberto II 860-66
Etelredo I 866-71
Alfredo Magno 871-901
Eduardo I 901-24
Atelstano 924-40
Edmundo I 940-46
Edredo 946-55
Edvigo 955-58
Edgar 958-75
Eduardo II, Mártir, 975-78
Etelredo II 978-1016
Edmundo II 1016

2. Dinamarqueses

Canuto I Magno 1017-35
Araldo I 1035-39
Canuto II 1039-42

3. Anglo-saxões

Eduardo III, Confessor, 1042-66
Araldo II 1066

4. Normandos

Guilherme I, o Conquistador, 1066-87
Guilherme II 1087-1100
Henrique I 1100-35
Estêvão de Blois 1135-54

5. Plantagenetas

Henrique II 1154-89
Ricardo I, Coração de Leão, 1189-99
João sem Terra 1199-1216
Henrique III 1216-72
Eduardo I 1272-1307
Eduardo II 1307-27
Eduardo III 1327-77
Ricardo II 1377-99
Henrique IV (Lancastre, Rosa Vermelha) 1399-1413
Henrique V 1413-22
Henrique VI 1422-61
Eduardo IV (York, Rosa Branca) 1461-83
Eduardo V 1483
Ricardo III 1483-85
Henrique VII (Tudor) 1485-1509
Henrique VIII 1509-47

ÍNDICE ALFABÉTICO

(Os números designam os números marginais do texto)

ÍNDICE GERAL

A IDADE MÉDIA

PRIMEIRA ÉPOCA

A IDADE MÉDIA PRIMITIVA: DESDE A MIGRAÇÃO DOS POVOS ATÉ GREGÓRIO VII; A IGREJA MESTRA DO OCIDENTE

Capítulo I

CONVERSÃO DOS POVOS GERMÂNICOS E ESLAVOS

Capítulo II

PAPADO E IMPÉRIO ATE' MEADOS DO SÉCULO XI

Capítulo III

CIÊNCIAS E CONTROVÉRSIAS TEOLÓGICAS; HERESIAS E CISMAS

Capítulo IV

CONSTITUIÇÃO DA IGREJA, CULTO E DISCIPLINA

SEGUNDA ÉPOCA

A ALTA IDADE MÉDIA: FLORESCIMENTO DA IGREJA MEDIEVAL; DESDE GREGÓRIO VII ATE' BONIFÁCIO VIII (1073-1303)

Capítulo I

HISTÓRIA DO PAPADO

Capítulo II

CRUZADAS E MISSÕES

Capítulo III

CLERO E MONACATO

Capítulo IV

CIÊNCIAS ECLESIÁSTICAS E ABERRAÇÕES DOUTRINAIS; CULTO E DISCIPLINA

TERCEIRA ÉPOCA

A BAIXA IDADE MÉDIA: DESDE BONIFÁCIO VIII ATE' A PSEUDO-REFORMA (1303-1517)

Capítulo I

HISTÓRIA DO PAPADO

Capítulo II

HERESIAS E MOVIMENTO REFORMATÓRIO

Capítulo III

CLERO E MONACATO

Capítulo IV

CIÊNCIAS ECLESIÁSTICAS, CULTO E DISCIPLINA